



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

GUILHERME THEODORO GUSSON

**A REVOLUÇÃO NA ÍNDIA: O MOVIMENTO NAXALITA, SUAS ESTRATÉGIAS,
TÁTICAS E CONEXÕES INTERNACIONAIS**

CAMPINAS

2024

GUILHERME THEODORO GUSSON

**A REVOLUÇÃO NA ÍNDIA: O MOVIMENTO NAXALITA, SUAS ESTRATÉGIAS,
TÁTICAS E CONEXÕES INTERNACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na Área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”.

Orientador: Giuliano Contento de Oliveira

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA POR GUILHERME
THEODORO GUSSON E ORIENTADA
PELO PROF. DR. GIULIANO CONTENTO
DE OLIVEIRA.

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

G977r Gusson, Guilherme Theodoro, 1999-
A Revolução na Índia : o Movimento Naxalita, suas estratégias, táticas e conexões internacionais / Guilherme Theodoro Gusson. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Giuliano Contento de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Comunismo - Índia. 2. Ciência política - Índia - História - Séc. XX. 3. Revoluções. I. Oliveira, Giuliano Contento de, 1979-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The Revolution in India : the Naxalite Movement, its strategies, tactics and international connections

Palavras-chave em inglês:

Communism - India

Political science - India - History - 20th century

Revolutions

Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança Internacional

Titulação: Mestre em Relações Internacionais

Banca examinadora:

Giuliano Contento de Oliveira [Orientador]

Samuel Alves Soares

David Almstadter Mattar de Magalhães

Data de defesa: 26-02-2024

Programa de Pós-Graduação: Relações Internacionais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0009-1552-4812>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8238232991770830>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 26 de fevereiro de 2024, considerou o candidato Guilherme Theodoro Gusson aprovado.

Prof. Dr. Giuliano Contento de Oliveira

Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Samuel Alves Soares

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof. Dr. David Almstadter de Magalhães

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Ao verme que primeiro leu as tediosas linhas desta pesquisa, dedico
como saudosa lembrança esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

Em primeiro lugar devo agradecer a Deus por mais uma graça concedida. Sua bondade e misericórdia foram providenciais ao me iluminar o caminho em um momento em que estava completamente perdido em meio às trevas.

À toda minha família, agradeço pelo amor de praxe, mas principalmente por terem sempre acreditado em mim e pelo apoio em minha decisão de seguir a área acadêmica, por maior loucura que seja. Aos meus tios, agradeço por todas as risadas; às minhas avós, pelo carinho de sempre; aos meus primos, que, mesmo pequenos, enchem a casa de alegria; aos meus pais, por sempre estarem ao meu lado; e à minha irmã... porque minha mãe mandou.

Devo fazer ainda uma menção honrosa. Minha mãe, Michelle, minha *consigliere*, especialista em táticas de contrainsurgência nesta verdadeira guerrilha que foi este último ano; seu amor incondicional e fé inabalável foi o que me deu forças nesses tempos sombrios.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, bem como a todos os seus docentes, discentes e funcionários pela oportunidade, tanto de aprendizado e trocas de experiências, como por poder conhecer pessoas incríveis. Dentre esses, um agradecimento especial ao meu orientador, querido professor Giuliano Contento de Oliveira, que, de forma vanguardista, acreditou em minha pesquisa e topou o desafio de orientar um tema que, até a mim, confesso, ainda parece estranho. Sua ajuda e seus comentários com certeza fizeram total diferença na pesquisa.

Ao professor Rodrigo Amaral devo agradecer por ter me acolhido como seu estagiário docente e ter me dado o espaço para a primeira aula que ministrei na vida. Aos professores David Magalhães e Sérgio Aguilar um agradecimento especial pelos diversos ensinamentos e pelos comentários e rigor acadêmico com o qual leram esta pesquisa – e fiquem eximidos de todos os erros remanescentes; estes se devem apenas à minha teimosia e desatenção.

Por fim, como amigo é algo para se guardar do lado esquerdo do peito, não posso deixar de também agradecê-los. Brunno, Jorge, João, Juan, Pitol, Marília, Isadora, Paula e tantos outros que caberiam listar... muito obrigado pelas risadas, conversas, passeios e por fazer dessa uma vida que vale a pena ser vivida.

E se por acaso me esqueci de agradecer a alguém, as minhas sinceras desculpas.

It would not be an exaggeration to say that the problem of naxalism is the single biggest internal security challenge ever faced by our country.

Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 2006.

RESUMO

Historicamente, movimentos insurgentes, dentre eles as guerra revolucionárias, se destacam por serem uma das formas de guerra que mais ameaça os Estados modernos, desestabilizando a ordem política vigente, mobilizando grande número de militantes e resultando em conflitos que podem se arrastar por décadas. Um dos pontos-chave dentro deste panorama é a dimensão internacional que tais movimentos têm adquirido e que pode ser crucial no curso dos conflitos. O apoio externo a grupos armados não-estatais é uma manobra que visa, entre outros objetivos, a desestabilização de um Estado rival ou, no caso de alianças entre grupos não-estatais, a multiplicação de forças contra um inimigo comum. No caso da Índia, desde sua independência, em 1947, o país tem enfrentado diversos movimentos insurgentes motivados por contradições étnico-religiosas, questões socioeconômicas ou que clamam pelo separatismo de suas regiões. Dentre eles destaca-se o Movimento Naxalita, movimento revolucionário de caráter maoísta iniciado em 1967 cujo objetivo é derrubar o governo indiano em prol de um regime comunista. Tendo se arrastado por mais de cinco décadas, os naxalitas chegaram a ser considerados a maior ameaça de segurança interna que a Índia já enfrentou, utilizando-se das mais variadas formas de violência para atingir seus objetivos. Ao longo de sua história o movimento apresentou uma ampla rede de conexões externas, seja com atores estatais ou não-estatais, sendo este um dos motivos de sua força e longevidade. Portanto, esta pesquisa tem por objetivo analisar o Movimento Naxalita, compreendendo as raízes de tais levantes, seus desdobramentos e as estratégias utilizadas em sua luta armada. Mais especificamente, procura-se compreender de que forma ocorreu a participação de atores externos no curso dos conflitos e quais as repercussões de tais ingerências. A realização de tal estudo se mostra uma importante contribuição para a literatura especializada pois joga uma nova luz analítica sobre o naxalismo, cujas dimensões internacionais são pouquíssimo exploradas, além de ser tema pouquíssimo explorado em sua totalidade pela literatura nacional. No mais, a pesquisa oferece ainda uma contribuição para o debate teórico ao discorrer sobre o apoio externo a atores armados não-estatais.

Palavras-chave: Naxalismo; revolução; guerra revolucionária; apoio externo; Índia.

ABSTRACT

Historically, insurgent movements, including revolutionary wars, stand out for being one of the forms of war that most threaten modern states, destabilizing the current political order, mobilizing a large number of militants and resulting in conflicts that can drag on for decades. One of the key points in this panorama is the international dimension that such movements acquire and which can be crucial in the course of conflicts. External support for non-state armed groups is a maneuver that aims, among other objectives, to destabilize a rival state or, in the case of alliances between non-state groups, to multiply forces against a common enemy. In the case of India, since its independence in 1947, the country has faced several insurgent movements motivated by ethno-religious contradictions, socioeconomic issues or that call for separatism in their regions. Among them, the Naxalite Movement stands out, a revolutionary movement of a Maoist nature that began in 1967 and whose objective is to overthrow the Indian government in favor of a communist regime. Having been dragged for more than five decades, the Naxalites came to be considered the greatest internal security threat to India, using the most diverse forms of violence to achieve their objectives. Throughout its history, the movement has presented a wide network of external connections, whether with state or non-state actors, which is one of the reasons for its strength and longevity. Therefore, this research aims to analyze the Naxalite Movement, understanding the roots of such uprisings, their consequences and the strategies used in their armed struggle. More specifically, try to understand how external actors participated in the course of conflicts and what were the repercussions of such interference. Carrying out such a study shows an important contribution to specialized literature as it sheds new analytical light on Naxalism, whose international dimensions are very little explored, in addition to being a topic that is very little explored in its entirety in national literature. Furthermore, the research also offers a contribution to the theoretical debate by discussing external support for non-state armed actors.

Keywords: Naxalism; revolution; revolutionary warfare; external support; India.

RESUMEN

Históricamente, los movimientos insurgentes, incluidas las guerras revolucionarias, se destacan por ser una de las formas de guerra que más amenaza a los estados modernos, desestabilizando el orden político actual, movilizándolo a un gran número de militantes y resultando en conflictos que pueden prolongarse durante décadas. Uno de los puntos claves de este panorama es la dimensión internacional que tales movimientos han adquirido y que puede ser crucial en el curso de los conflictos. El apoyo externo a grupos armados no estatales es una maniobra que apunta, entre otros objetivos, a desestabilizar a un Estado rival o, en el caso de alianzas entre grupos no estatales, a multiplicar fuerzas contra un enemigo común. En el caso de la India, desde su independencia en 1947, el país ha enfrentado varios movimientos insurgentes motivados por contradicciones étnico-religiosas, cuestiones socioeconómicas o que llaman al separatismo en sus regiones. Entre ellos destaca el Movimiento Naxalita, un movimiento revolucionario de carácter maoísta que se inició en 1967 y cuyo objetivo es derrocar al gobierno indio en favor de un régimen comunista. Después de más de cinco décadas de resistencia, los naxalitas llegaron a ser considerados la mayor amenaza a la seguridad interna que la India haya enfrentado jamás, utilizando las más variadas formas de violencia para lograr sus objetivos. A lo largo de su historia, el movimiento ha presentado una amplia red de conexiones externas, ya sea con actores estatales o no estatales, lo que es una de las razones de su fuerza y longevidad. Por lo tanto, esta investigación tiene como objetivo analizar el Movimiento Naxalita, comprendiendo las raíces de tales levantamientos, sus consecuencias y las estrategias utilizadas en su lucha armada. Más específicamente, buscamos comprender cómo participaron los actores externos en el curso de los conflictos y cuáles fueron las repercusiones de dicha interferencia. La realización de un estudio de este tipo resulta ser una contribución importante a la literatura especializada ya que arroja nueva luz analítica sobre el naxalismo, cuyas dimensiones internacionales están muy poco exploradas, además de ser un tema muy poco explorado en su totalidad en la literatura nacional. Además, la investigación también ofrece una contribución al debate teórico al discutir el apoyo externo a actores armados no estatales.

Palabras clave: Naxalismo; revolución; guerra revolucionaria; apoyo externo; India.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	– Rede de conexões de uma insurgência.....	76
Mapa 1	– Localização da aldeia de Naxalbari, Bengala Ocidental.....	125
Mapa 2	– Corredor Vermelho (2007).....	133
Mapa 3	– Região de Dandakaranya (em vermelho), com destaque para Abhujmad, principal base dos naxalitas.....	140
Gráfico 1	– Número de mortes no conflito com os naxalitas.....	163
Mapa 4	– Corredor Vermelho (2013).....	172
Mapa 5	– Corredor Vermelho (2018).....	173
Mapa 6	– Corredor Vermelho (2020).....	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estágios de uma insurgência.....	38
Tabela 2 – Requisitos de uma insurgência.....	41
Tabela 3 – Diferenças entre as estratégias revolucionárias russa e chinesa.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BJP	<i>Bharatiya Janata Party</i>
CCOMPOSA	<i>Coordination Committee of Maoists Parties and Organisations of South Asia</i>
CRPF	<i>Central Reserve Police Force</i>
DCEAA	<i>Development Challenges in Extremist Affected Areas</i>
EUA	Estados Unidos da América
GPP	Guerra Popular Prolongada
IED	<i>Improvised Explosive Devices</i>
ISI	<i>Inter-Services Intelligence</i>
LeT	Lashkar-e-Taiba
LTTE	<i>Liberation Tigers of Tamil Eelam</i>
MCCI	<i>Maoist Communist Center of India</i>
MIB	<i>Maoist Information Bulletin</i>
NIA	<i>National Investigation Agency</i>
NSCN (IM)	<i>National Socialist Council of Nagaland (Isak-Muivah)</i>
PCC	Partido Comunista Chinês
PCI	Partido Comunista da Índia
PCI (Maoísta)	Partido Comunista da Índia (Maoísta)
PCI (M)	Partido Comunista da Índia (Marxista)
PCI (ML)	Partido Comunista da Índia (Marxista-Leninista)
PCI (ML) Liberação	Partido Comunista da Índia (Marxista-Leninista) Liberação
PLAM	<i>People's Liberation Army of Manipur</i>
PLGA	<i>People's Liberation Guerrilla Army</i>
PW	<i>People's War</i>
PWG	<i>People's War Group</i>
SIMI	<i>Students' Islamic Movement of India</i>
SPO	<i>Special Police Officers</i>
UCPN (M)	<i>Unified Communist Party of Nepal (Maoist)</i>
ULFA	<i>United Liberation Front of Assam</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA.....	25
2.1	Fundamentos teóricos da Guerra Revolucionária.....	27
2.1.1	A desigualdade econômica e a violência revolucionária.....	30
2.1.2	O fim político e o objetivo estratégico da guerra revolucionária.....	31
2.2	O povo em armas: as táticas da guerra popular.....	33
2.2.1	A insurgência.....	35
2.2.1.1	A organização do movimento: comunicação e propaganda, comando e serviços de inteligência.....	39
2.2.2	A guerrilha.....	42
2.2.3	Terror e revolução: o uso do terrorismo na guerra revolucionária.....	46
2.2.3.1	O terrorismo como tática revolucionária.....	50
2.3	Mao Tsé-tung e a Guerra Popular Prolongada.....	56
2.3.1	A Guerra Popular Prolongada.....	60
2.3.2	O apoio popular: o centro de gravidade da revolução maoísta.....	64
2.3.3	A revolução mundial: a exportação do maoísmo para outros países.....	66
2.4	Conclusões parciais.....	72
3	A INTERNACIONALIZAÇÃO DE CONFLITOS: O APOIO EXTERNO A GRUPOS ARMADOS NÃO-ESTATAIS.....	74
3.1	O apoio estatal.....	80
3.1.1	As motivações estratégicas: rivalidades interestatais e influência regional.....	82
3.1.2	Outras motivações.....	86
3.2	O apoio de atores não-estatais.....	89
3.2.1	Grupos armados não-estatais.....	89
3.2.2	Dísporas.....	90
3.2.3	Refugiados.....	91
3.2.4	Outros atores.....	93
3.3	As diversas formas de ajuda externa.....	94

3.3.1	Formas críticas de apoio.....	95
3.3.1.1	Portos seguros.....	95
3.3.1.2	Financiamento.....	97
3.3.1.3	Apoio político e propaganda.....	98
3.3.1.4	Apoio militar direto.....	100
3.3.2	Formas valiosas de apoio.....	101
3.3.2.1	Treinamento.....	101
3.3.2.2	Armas e suprimentos.....	102
3.3.2.3	Apoio logístico.....	103
3.3.3	Formas menores de ajuda externa.....	104
3.3.3.1	Fornecimento de soldados.....	104
3.3.3.2	Inteligência.....	105
3.3.3.3	Apoio organizacional.....	106
3.3.3.4	Inspiração ou apoio moral.....	106
3.4	Impactos da ajuda externa.....	108
3.5	O processo decisório e os dilemas da ajuda externa.....	114
3.6	Conclusões parciais.....	116
4	O MOVIMENTO NAXALITA E O PCI (MAOÍSTA).....	118
4.1	Surgimento, ascensão e queda do Movimento Naxalita (1967 – 1990).....	122
4.1.1	Revolta camponesa em Naxalbari (1967 – 1975).....	122
4.1.2	As cisões e lutas pelo poder (1975 – 1990).....	129
4.2	A reascensão do Naxalismo e o Partido Comunista da Índia (Maoísta).....	131
4.2.1	O Partido Comunista da Índia (Maoísta).....	134
4.2.1.1	O domínio sobre Dandakaranya.....	138
4.3	Organização e estratégias revolucionárias.....	142
4.3.1	Organização e ideologia do Partido.....	143
4.3.1.1	O Janathana Sarkar.....	145
4.3.1.2	Armas e financiamento.....	148
4.3.1.3	O Exército Guerrilheiro de Libertação Popular.....	152

4.3.2	Estratégias e táticas revolucionárias.....	155
4.4	A violência naxalita.....	158
4.4.1	Os conflitos com o governo e o Salwa Judum.....	164
4.4.2	O terrorismo como tática naxalita.....	173
4.5	Conexões internas.....	177
4.6	Conclusões parciais: o movimento nos dias de hoje.....	181
5	O MOVIMENTO NAXALITA E SUAS CONEXÕES INTERNACIONAIS.....	187
5.1	China.....	190
5.1.1	Apoio político e ideológico.....	192
5.1.2	Apoio material.....	198
5.1.3	As motivações.....	199
5.2	Paquistão.....	202
5.2.1	O Lashkar-e-Taiba e outros atores.....	204
5.2.2	As repercussões: negações dos contatos ISI-Naxalitas.....	205
5.3	Atores Não-Estatais.....	207
5.3.1	Maoístas do Nepal.....	207
5.3.2	Liberation Tigers of Tamil Eelam.....	210
5.3.3	Outros atores não-estatais.....	211
5.4	Conclusões parciais.....	212
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
	REFERÊNCIAS.....	220
	ANEXO 1 – MAPA POLÍTICO DA ÍNDIA.....	239
	ANEXO 2 – ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO JANATHANA SARKAR EM DANDAKARANYA.....	240

1 INTRODUÇÃO

“Não seria exagero dizer que o problema do naxalismo é o maior desafio de segurança interna já enfrentado pelo nosso país” (Singh, 2006, tradução nossa). Com essa frase, proferida em discurso em 2006, o então Primeiro-Ministro indiano Manmohan Singh demonstrou a seriedade com que as autoridades indianas encaravam a ameaça imposta pelo Movimento Naxalita. O mais notável é o fato de o premiê indiano ter assim rotulado o naxalismo em um contexto em que a Índia enfrentava ainda a insurgência da Caxemira, e os movimentos separatistas sikh e no Nordeste, o que apenas reitera as grandes proporções adquiridas pela guerrilha naxalita (A Historical [...], 2019).¹

A antítese socioeconômica vivenciada pela Índia – onde cerca de 46% dos 1,4 bilhão de indianos vivem com menos de US\$3,65 por dia, a linha de pobreza média do Banco Mundial (World Bank, [2024]),² enquanto o 1% mais rico controla cerca de 58% das riquezas do país (Basu, 2017) –, somada à sua vasta diversidade étnica, contribuiu fortemente para a eclosão de diversos conflitos internos. Embora, tradicionalmente, ao se pensar na agenda indiana de estudos de segurança, seja comum fazer referência ao histórico conflito com o Paquistão, um dos principais riscos à segurança do país é proveniente de grupos insurgentes. Desde sua independência, em 1947, a Índia é assolada por diversas insurreições decorrentes “das contradições entre diferentes grupos étnico-religiosos e entre os miseráveis e uma elite econômica emergente” (Ribeiro, 2015, p. 52).

Dentre os conflitos, talvez o que mais chame atenção seja o Movimento Naxalita, uma guerrilha de inspiração maoísta nascida na área rural da Índia, cujo objetivo é a tomada do poder no país. Os movimentos de resistência comunista existiam no interior da Índia desde os anos 1940. Seus apoiadores argumentam que o sistema de castas do país cria e sustenta desigualdades sociais e econômicas, e com o intuito de desafiar este arranjo, os militantes se

¹ De maneira geral, é possível destacar quatro grandes insurgências que impuseram – e ainda impõem – um grande desafio às forças de segurança indianas, além de afetar o desenvolvimento do país e sua posição no cenário internacional: 1) os conflitos em Jammu e Caxemira, cujas raízes estão fincadas nas hostilidades entre Índia e Paquistão pelo controle da região (Anúnciação, 2013; Castilla, 2000; Ganguly, 2001); 2) o movimento sikh no Punjab, que clamava pela criação de um Estado independente de língua punjabi e de maioria sikh, com o direito de autodeterminação em questões religiosas, sociais e políticas (Sekhon, Singh, 2015; Goswami, 2012; Kiss, 2009); 3) os movimentos separatistas no Nordeste, região composta por oito estados, dos quais sete contam com movimentos secessionistas desde a independência da Índia, em 1947 (Goswami, 2012; Das, 2007; Freddy, 2017); e, por fim, 4) o Movimento Naxalita, que será o tema central da presente pesquisa.

² Dados do Banco Mundial referente ao ano de 2021. Salienta-se ainda que o Banco Mundial define também a linha da extrema pobreza, fixada atualmente em US\$2,15 ao dia (World Bank, 2022). Nesse caso, a Índia contabiliza 11,9% de sua população vivendo sob estas condições.

articulam para mobilizar camponeses pobres e sem-terra contra os grandes latifundiários (International Institute for Strategic Studies, 2020). Com o Movimento Naxalita não foi diferente.

Foi em 1967, na aldeia de Naxalbari, em Bengala Ocidental, no leste da Índia, que nasceu a guerrilha naxalita, quando um grupo de camponeses revoltados se apoderaram da produção de um proprietário rural, desencadeando uma escalada das hostilidades que deram origem a um conflito que repercutiria por todo o país.³ A partir daí, diversos grupos revolucionários maoístas se espalharam pelas florestas indianas e deram início a sua luta armada. Porém, foi somente em 2004 que o movimento tomou novo ânimo, quando o *People's War Group* (PWG), do centro do país, e o *Maoist Communist Center of India* (MCCI), do estado de Bihar, se fundiram para formar o Partido Comunista da Índia (Maoísta) – PCI (Maoísta). Com a fundação do novo partido, o movimento se unificou e entrou em uma nova fase de organização que permitiria impor um grande desafio às forças de segurança (Mohan, Sahni, 2012; Ranzan, 2015; Sharma, Behera, 2014).

Diferentemente das demais insurreições, permeadas por questões étnico-identitárias e que clamam por independência, o naxalismo busca derrubar a democracia parlamentar indiana em favor de um regime comunista por meio da guerra revolucionária. De acordo com Ganapathy, Secretário Geral do PCI (Maoísta), “nosso objetivo é controlar o campo, onde o Estado é fraco, e depois gradualmente estender esse poder popular até as cidades”, e embora este seja um objetivo de longo prazo, “a globalização e suas consequências, a pauperização e as desigualdades, aceleram esse processo” (Gouverneur, 2008).

Como explicitado em seus documentos e nas diversas declarações de seus membros, a principal razão da luta dos naxalitas é levar justiça aos oprimidos e à população tribal, a quem eles acreditam que tem sido negligenciada justiça social, econômica e política por anos (Sharma, Behera, 2014, p. 115). Como todos os movimentos desta natureza, os naxalitas tentam criar uma base de poder popular, mobilizando as massas em torno de reivindicações sociais, despertando sua consciência política e transformando os mais inflamados em combatentes. Naturalmente, o movimento visa as comunidades marginalizadas no interior da Índia, buscando conquistar o apoio de *dalits* – membros do mais baixo escalão no sistema de castas indiano, considerados intocáveis ou impuros – e *adivasis* – população tribal da Índia

³ O termo “naxalita” advém de Naxalbari e é um termo guarda-chuva utilizado para denominar todos os grupos de cunho maoísta da Índia. Por conta disso, “naxalitas” e “maoístas” serão utilizados de maneira intercambiável ao longo do texto.

(Gouverneur, 2008).⁴ Dessa forma, “seu principal mecanismo de enraizamento é a própria miséria que assola os indianos e que se acentuou com as reformas neoliberais desde a década de 1990” (Ribeiro, 2015, p. 62).

O governo, por sua parte, tem tentado por décadas reprimir a insurreição, seja através de confrontos diretos ou minando seu apoio entre os civis por meio de políticas públicas. Porém, a própria campanha de contrainsurgência é um fator secundário do conflito. Amparado por leis que dão a seus agentes de segurança carta branca para agir contra movimentos insurgentes, o Estado tem se utilizado de força excessiva e indiscriminada ao longo dos anos, fazendo centenas de vítimas. Entre as principais denúncias, destacam-se as prisões arbitrárias, torturas e execuções de supostos maoístas em prática conhecida como *fake encounters*. Dessa forma, além da miséria dos *adivasis*, a violência por parte de agentes públicos é outro elemento instrumentalizado pelos maoístas para conquistar o apoio da população.

Inevitavelmente, as reações violentas do governo culminam em contra-reações igualmente violentas por parte dos maoístas, que inclui, por exemplo, sequestros, decapitação de policiais e destruição de delegacias, em um ciclo de violência que tem se retroalimentado por décadas. Esta escalada na violência de ambas as partes acabou se tornando o caminho para uma sangrenta guerra no coração do país, de modo que o Movimento Naxalita se tornou a insurgência mais violenta no Sul Asiático (Chaudhury, 2013).

Assim, como num incêndio, as chamas naxalitas se espalharam por muitos estados indianos, criando um Corredor Vermelho de norte a sul do país com uma área de mais 92 mil quilômetros, indo da fronteira com o Nepal até o litoral sudoeste, havendo esforços ainda para criar um corredor leste-oeste. Estima-se que o *Peoples Liberation Guerrilla Army* (PLGA, ou Exército Guerrilheiro Libertação Popular, em tradução livre), braço armado do PCI (Maoísta), chegou a contar com cerca de 15 mil quadros armados, somando-se ainda cerca de 40 mil militantes que asseguram a logística (Chakrabarty, Kujur, 2010; Sharma, Behera, 2014, p. 119; Gouverneur, 2008).⁵

Embora tenha se mostrado resiliente ao longo de suas quase seis décadas de existência,

⁴ *Adivasi* “significa literalmente ‘primeiros habitantes’, designa uma vasta população autóctone. Esta se diferencia dos demais grupos indianos por critérios étnicos, culturais e religiosos. A Índia possui de 60 a 70 milhões de *adivasis* – ou seja, a maior população nativa do mundo. Vivendo frequentemente dos produtos da floresta, os *adivasis* estão entre os indianos em maior estado de precariedade. Como todas as minorias, porém, eles se beneficiam do sistema de cotas adotado no país” (Gouverneur, 2008).

⁵ Como nunca houve informações oficiais acerca do poderio militar naxalita, estes números são apenas estimativas. Dentro da literatura especializada os números variam, indo de 8 até 20 mil quadros.

resistindo a inúmeras cisões internas e às repressões do governo, manter uma guerra revolucionária por tantos anos é intensamente desgastante e que demanda muitos recursos, como armas, munição e financiamento para outros aprovisionamentos. Ainda que tenha desenvolvido uma estrutura organizada, o PCI (Maoísta) não poderia depender unicamente de pilhagem de delegacias de polícia, taxas revolucionárias e doações para manter viva sua luta armada (A Historical [...], 2019). Dessa forma, o desenvolvimento de conexões internacionais se tornou um ponto de grande importância para a continuidade das operações naxalitas.

Dentre os atores externos que tiveram algum papel no Movimento Naxalita, podemos destacar China e Paquistão em decorrência de seu envolvimento de longa data, desde os momentos iniciais dos conflitos, e da amplitude dos níveis de assistência fornecidos, indo do mero apoio ideológico até o fornecimento de armas, treinamento e financiamento. Contudo, a rede conexão naxalita vai além da esfera estatal. Outros grupos armados também se envolveram em algum momento com os maoístas, entre os quais merecem destaque o Lashkar-e-Taiba (LeT), grupo terrorista do Paquistão, os maoístas do Nepal e o *Liberation Tigers of Tamil Eelam* (LTTE), do Sri Lanka.

Diante disso, torna-se evidente que conflitos intra-estatais, não obstante suas hostilidades ocorram a nível nacional, possuem impactos que transcendem as fronteiras e afetam o entorno da região onde elas ocorrem. Isso nos leva a observar que não é possível compreender completamente conflitos internos deixando de lado sua difusão para além das fronteiras nacionais, da mesma forma que não se pode compreender conflitos e rivalidades internacionais deixando de lado meios indiretos de guerra, como as ações para a desestabilização de um governo rival através de incentivos a insurgências.

Sob esta perspectiva, e mediante ao exposto, deparamo-nos com nossos principais problemas de pesquisa: de que modo ocorreu a internacionalização do Movimento Naxalita? E quais foram os papéis desempenhados por atores externos ao longo dos conflitos? Ademais, por que, mesmo após tantos anos e enfrentando tamanhas dificuldades, o Movimento Naxalita ainda persevera?

Pensando nisso, a presente pesquisa se propõe, em um primeiro momento, a compreender as origens, motivações e desdobramentos do Movimento Naxalita na Índia, debruçando-se sobre a ideologia, organização e, em especial, as estratégias revolucionárias utilizadas pelo PCI (Maoísta) para empreender sua luta armada. Com isso, conseguimos examinar ainda a violência decorrente dos conflitos com os naxalitas que fez o movimento ser reconhecido como a maior ameaça com a qual a Índia já teve que lidar.

Logo em seguida, adentramos em nosso objetivo específico: compreender como o

Movimento Naxalita, ao longo de sua história, desenvolveu conexões internacionais e identificar os papéis desempenhados por agentes externos no curso da insurreição. Desta maneira, poderemos observar em que âmbito ocorreu sua participação – através de apoio logístico e militar, estratégico, *know-how*, ou apenas ideológico –, além de elucidar as motivações que os levaram a intervir nos conflitos. Nossa hipótese é que, embora essas conexões tivessem um grande potencial, na prática elas nunca foram suficientes para realizar diferenças substanciais no campo de batalha em razão de seu caráter demasiadamente limitado. Dessa forma, as conexões com agentes externos foram um fator secundário para o movimento, permitindo aos naxalitas apenas perpetuar sua luta através da multiplicação de sua força militar e econômica, mas nunca de modo a alcançar resultados substanciais.

Ao buscarmos verificar tal proposição, inevitavelmente, deparamo-nos com nossa hipótese secundária, a respeito da longevidade do naxalismo: embora tenham enfrentado grandes adversidades internas e externas, o Movimento Naxalita persiste, mesmo após quase seis décadas, em decorrência de quatro elementos principais: 1) o fracasso do governo em implementar reformas agrárias significativas; 2) a continuidade das divisões sociais baseadas em castas; 3) a violência estrutural sofrida pela população – o que compreende as profundas desigualdades sociais e o papel de subalternidade de *dalits* e *adivasis*, falta de políticas sociais, miséria, fome e, sobretudo, os abusos e violência policiais; 4) as conexões internacionais desenvolvidas pelos naxalitas ao longo de sua história.

A partir desses objetivos, estrutura-se a presente pesquisa. Buscando compreender o *modus operandi* da luta armada empreendida pelo Movimento Naxalita, o primeiro passo a ser dado, com o de desenvolvimento do primeiro capítulo, é construir um arcabouço teórico relativo à guerra revolucionária, tratando de seus fundamentos teóricos, motivações políticas, sociais e econômicas, bem como os elementos que compõem a luta, como a guerrilha e o uso do terrorismo. Com isso, é possível observar que a pesquisa se envereda para a frente militar da revolução, isto é, seu foco principal será abordar as discussões que se referem à guerra revolucionária, momento que compreende desde a conspiração até o assalto final contra o Estado. Não nos caberá, portanto, discorrer a respeito de todas as fases que envolvem a revolução proposta pela teoria marxista, como, por exemplo, os pormenores do ordenamento jurídico ou outras medidas a serem implementadas ao longo da ditadura do proletariado a fim da sua elevação a um regime comunista de fato.

Faz-se necessário ainda o desenvolvimento de uma seção para tratarmos especificamente das teorias da guerra revolucionária desenvolvidas por Mao Tsé-tung, haja vista o caráter maoísta do Movimento Naxalita. Aqui, destacamos como principais elementos

da teoria maoísta o campesinato como principal força motriz da revolução, o apoio popular como centro de gravidade das ações revolucionárias e a Guerra Popular Prolongada (GPP) como principal estratégia da luta armada. Ademais, discorreremos ainda sobre a forma como o governo chinês buscou se colocar como líder da revolução mundial a fim de exportar o modelo revolucionário maoísta para o Terceiro Mundo.

Para a construção deste arcabouço teórico, partimos das premissas desenvolvidas por Saint-Pierre (2000), a saber: 1) a lógica clausewitziana da guerra como continuação da política; e 2) a análise da guerra revolucionária sob a ótica das relações de força, uma vez que aquela é a manifestação violenta das relações entre a classe dominante e a subalterna, e constituem a mais aguda tentativa (política) de ruptura do *status quo*. Assim, enquadraremos a guerra revolucionária como uma “intersecção entre teoria da guerra e a teoria da luta de classes”, explicitando-a por meio da “teoria da estratégia” (Saint-Pierre, 1997b, p. 31).

A seguir, será analisada a questão da dimensão internacional que conflitos internos podem adquirir, mais especificamente o apoio externo a atores armados não-estatais. Aqui, buscamos mostrar as motivações que levam atores estatais e não-estatais a se envolverem em um conflito interno em outro país, bem como analisar as diversas formas que as conexões internacionais podem adquirir, sejam elas de natureza material, política, militar ou ideológica. Utilizando a sistematização feita por Byman et al. (2001), dividimos as modalidades de assistência externa com base em seus potenciais impactos no conflito, sendo elas as formas críticas, as formas valiosas e as formas menores de apoio. A partir da literatura abordada, observamos que existe um grande potencial nas intervenções de atores externos, porém, na prática o que se vê é uma atuação limitada, de modo que, em última instância, são os fatores domésticos que irão determinar o curso e os resultados dos conflitos.

Construído o arcabouço teórico, entramos, pois, em nosso estudo de caso. No terceiro capítulo, abordaremos a história da insurgência maoísta na Índia, indo desde suas origens, com a revolta camponesa em Naxalbari, em 1967, e passando pelas diferentes fases do movimento. Tendo em vista que este não é um estudo historiográfico, não adentraremos de maneira exaustivamente densa em todos os pormenores das mais de cinco décadas do Movimento, de maneira que o capítulo será dividido entre tratar da linha do tempo do naxalismo, analisar as formas de organização e as estratégias revolucionárias implementadas após a fundação do PCI (Maoísta) e, por fim, examinar a violência decorrente dos conflitos, tanto por parte dos rebeldes como por parte do governo.

Encaminhamo-nos, assim, para o último capítulo, destinado a analisar as conexões internacionais do Movimento Naxalita ao longo de sua história. Assim, ao examinar cada ator

que se envolveu de algum modo no curso do conflito, é necessário buscar compreender quais as motivações que os levaram a tomar tal decisão. Buscamos pôr em perspectiva, portanto, se as relações são de natureza meramente tática, isto é, uma relação pragmática cujo único objetivo é beneficiar militar e economicamente a ambas as partes (o que inclui ambições geopolíticas, inimigos em comum e rivalidades históricas, por exemplo), ou se é de natureza política, ou seja, se existe um apoio mútuo entre as partes envolvidas por conta de semelhanças ideológicas ou pela defesa de causas comuns.

Buscando alcançar os objetivos propostos e comprovar a hipótese supracitada, realizamos um estudo de caso, haja vista que este nos permite descrever e explicar as manifestações de um determinado fenômeno a partir do caso selecionado. Tendo em vista nossos objetivos, o estudo contará com dois níveis. O primeiro diz respeito ao objetivo geral e cujo resultado é mais óbvio: ao nos debruçarmos sobre a história do Movimento Naxalita e as estratégias utilizadas em sua luta armada, podemos evidenciar as características da guerra revolucionária – especificamente a Guerra Popular Prolongada elaborada por Mao Tsé-tung – trabalhadas no primeiro capítulo de nosso arcabouço teórico. Já no segundo nível de nosso estudo de caso, entramos em nosso objetivo específico, que diz respeito à análise das conexões internacionais desenvolvidas pelo Movimento Naxalita. Aqui, tornar-se-á evidente as formas de apoio fornecidas pelos atores externos, demonstrando que, embora importantes, não foram suficientes para desbalancear o teatro de operações naxalita.

Os resultados da pesquisa e a verificação de nossa hipótese preliminar se tornarão mais evidentes no momento de nossas considerações finais, em que retomaremos os conceitos abordados nos primeiros capítulos, sobretudo acerca da internacionalização dos conflitos. Dessa maneira, conseguiremos analisar de modo mais evidente os resultados do estudo de caso do Movimento Naxalita à luz das lentes teóricas propostas. Tal como observamos ao abordar a literatura especializada, esperamos demonstrar que, ao longo da história do naxalismo, embora houvesse um grande potencial na ação de atores externos, sobretudo China e Paquistão, na prática seu envolvimento acabou sendo limitado e, dessa forma, não afetou significativamente os resultados do conflito, apresentando-se, portanto, apenas como um elemento perpetuador das hostilidades.

Por fim, é válido lembrar que toda narrativa é dotada de profunda complexidade e sempre existirão múltiplas facetas acerca de um mesmo tema. Como nos lembra sabiamente Eduardo Mei (2018, [p. 542]), todo fenômeno histórico-social é, em sua essência, polissêmico e “sua compreensão está sujeita à perspectiva do observador”. As fontes aqui analisadas não falam por si, apenas cumprem a função social que lhes foi dada, e é trabalho do pesquisador,

através das diversas interpretações feitas sobre o fenômeno que este propõe analisar, tentar desvendar “o jogo de interesses [existente] nas informações divulgadas” (Ranzan, 2015, p. 79). Dentro do campo de análise de conflitos, independentemente de sua natureza, a polissemia – ou maniqueísmo, arrisco dizer – interpretativa se faz inexoravelmente presente e cada um dos lados se coloca como vítima ou salvador.

No estudo que aqui se segue, este duelo de narrativas é patente: se, por um lado, os naxalitas se apresentam como revolucionários cujo objetivo é expurgar todo mal que permeia o sistema político da Índia, por outro, o governo de Nova Delhi os classifica como terroristas, criminosos que apenas derramaram sangue por onde passaram em suas quase seis décadas de existência e por isso devem ser eliminados. Isso se faz necessário dizer visto que, ao analisarmos a extensa lista de referências bibliográficas acerca do naxalismo aqui presente, muitas informações contraditórias foram encontradas. Na narrativa os governos populares em Dandakaranya, por exemplo, os boletins maoístas e as fontes secundárias apresentam visões diametralmente opostas sobre os mesmo acontecimento. Nosso trabalho, nesses casos, é sempre buscar compreender da maneira mais precisa e fatídica possível a fim de não incorrer em falsas afirmações. Dito isso, começemos.

2 DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Como todo fenômeno histórico, a guerra insere-se em uma cadeia de causas e efeitos cujo início e fim são indiscerníveis – e é apenas no afã de compreendê-la que balizas artificiais são colocadas. Enquanto fenômeno social, ela relaciona-se a um amplo conjunto de fatores sociais cuja relevância varia historicamente. Portanto, não é possível determinar, a priori e para todas as guerras, a importância do fator econômico, técnico, religioso, cultural ou mesmo militar para o desenrolar dos acontecimentos. [...] De igual modo, não é possível determinar a priori as suas consequências. Não raro, os efeitos imprevistos são mais relevantes do que os fins visados.

Eduardo Mei

A guerra é tão antiga quanto a própria humanidade e vem acompanhando-a inexoravelmente desde suas origens. Inevitavelmente, ao longo da história, houve incansáveis tentativas de tentar compreender o fenômeno bélico em sua totalidade, na esperança última de evitar que ele volte a acontecer. O debate se estendeu exaustivamente às esferas militares, sociológicas, filosóficas, políticas e jurídicas, tornando evidente apenas a profunda complexidade que permeia tal discussão.

Tratando-se de uma concepção mais clássica, isto é, um conflito regular e formal entre Estados soberanos, há uma clara fronteira entre guerra e paz. Os conflitos estão amparados e cerceados pelos costumes de guerra e pelo direito internacional, cuja finalidade é evitar a anarquia completa e a barbárie na convivência social. As partes envolvidas compartilham direito de ir à guerra (*jus ad bellum*) – segundo o qual deve-se apresentar uma causa justa (em geral, autodefesa), atividade correta, além de dever ser o último recurso, haja vista a primazia das soluções pacíficas – e estão sob a égide do direito na guerra (*jus in bello*), que regula a conduta dos atores no decorrer dos conflitos e implica freios legais e morais para suas ações, devendo-se sempre considerar termos de proporcionalidade, discriminação entre civis e militares e respeito às convenções internacionais (Walzer, 1977; Furtado, 2018). Nesses casos, “o conflito bélico inicia-se com a declaração de guerra e encerra-se com o tratado de paz” (Mei, 2018, [p. 546]).

No entanto, como aponta Eduardo Mei (2018, [p. 560]) – adaptando termo cunhado por Clausewitz – “a guerra é não apenas um camaleão, mas um camaleão que jamais se banha no mesmo rio”. Ao longo da história, o conceito tradicional de guerra se diluiu em meio a um ambiente propício para o surgimento e ascensão de uma miríade de atores não-estatais de grande importância no sistema internacional, além da recente proliferação de um mercado militar privado (Paoliello, 2016; Kaldor, 2012).

Neste contexto, “a insurgência se destaca como uma das formas de guerra não convencional que mais ameaçou os Estados modernos” (Azevedo, 2015, p. 31). De maneira geral, uma insurgência pode ser definida como um movimento generalizado de um núcleo de indivíduos contra o poder dominante, movido pela insatisfação social e/ou política, visando transformar, através do uso da violência, parcial ou totalmente o *status quo*, isto é, enfraquecer o controle e legitimidade de um governo, ou derrubá-lo (Bravo, 1998; Azevedo, 2015; Beckett, 2012; Galula, 2006).

Sem sombra de dúvidas, a insurgência se tornou um instrumento poderosíssimo nas mãos de grupos revolucionários em suas lutas armadas. Nas palavras de Saint-Pierre (2000, p. 128), “a insurreição foi se constituindo em um sofisticadíssimo instrumento da revolução”, e pode ser entendida como a culminação da revolução, isto é, seu ápice, o momento do assalto final, em que a massa revolucionária “toma a rua e ocupa o Estado, engolindo a seu passo as antigas estruturas e aparelhos de dominação, para deixar o campo limpo e adubado para novas formas de organização social” (Saint-Pierre, 2000, p. 121 – 122).

No entanto, é preciso destacar que nem todo movimento insurrecional é revolucionário. Para entendermos isso com clareza, é necessário antes elucidar os três níveis de análise dentro dos estudos estratégicos. O primeiro deles é o nível político, no qual “são tomadas as decisões fundamentais e mais gerais que guiarão todas as outras decisões e ações da guerra”, como os objetivos, as alianças, quais são os amigos e inimigos, meios a serem empregados, e, de modo geral, a “conduta completa da guerra para alcançar a paz desejada.” (Saint-Pierre, 2018, [p. 452]).

O segundo nível é o estratégico, em que se define as atitudes e o planejamento das operações como um todo, ou seja, a “aplicação dos meios necessários e adequados para alcançar aqueles fins determinados no nível da decisão política” (Saint-Pierre, 2018, [p. 452]). Aqui, o tempo, o espaço, os meios morais e materiais da guerra em sua totalidade, ou seja, pensa-se na em toda a força disponível, não apenas a força a ser utilizada em um determinado combate; a duração a que interessa a estratégia não diz respeito a uma batalha, mas sim qual será a duração de toda a guerra – se será uma guerra prolongada ou se será procurada a decisão rápida, por exemplo (Saint-Pierre, 1997a).

Por fim, o nível tático, em que se define as atitudes nas batalhas, ou seja, “trata-se das decisões sobre a aplicação concreta dos meios táticos para alcançar os objetivos atribuídos pela decisão estratégica” (Saint-Pierre, 2018, [p. 453]). Em outras palavras, pensa-se a força, o tempo e o espaço necessários no combate, como o tamanho do batalhão destacado, o tipo de artilharia, a movimentação das tropas, etc. (Saint-Pierre, 1997a).

Tendo esses conceitos em vista, percebe-se que, embora a insurgência possa abranger todo o processo político do movimento, desde a conspiração, passando pelas articulações político-militares, até o assalto final, em última instância ela é apenas como um meio para alcançar um fim, um objetivo político. E, como frisado por Saint-Pierre (2000, p. 69), “o que caracteriza a guerra não são os meios, mas a política a cujos objetivos aquela serve”. As guerrilhas espanholas que se levantaram contra o exército napoleônico, por exemplo, apesar de suas características insurrecionais, não foram revolucionárias; tampouco as guerras de libertação podem ser assim consideradas. Portanto, da mesma forma que uma guerra pode ser irracional se for o prolongamento de uma política irracional, apenas quando serve a uma política revolucionária é que o movimento insurrecional poderá ser considerado revolucionário (Saint-Pierre, 1997b, 2000).

Neste capítulo, portanto, buscamos compreender as características que fundamentam a guerra revolucionária, debruçando-nos sobre suas motivações, características, estrutura organizacional, seus objetivos políticos e estratégicos, bem como seus aspectos táticos tais como a guerrilha e o terrorismo. Para isso, seguiremos o mesmo caminho teórico de Lênin, sistematizado por também por Saint-Pierre (1997b, 2000), de modo a enquadrar a guerra revolucionária como uma “intersecção entre teoria da guerra e a teoria da luta de classes”, explicitando-a através da “teoria da estratégia” (Saint-Pierre, 1997b, p. 31). Em seguida, mergulharemos na vertente maoísta da revolução, analisando sobretudo o desenvolvimento da Guerra Popular Prolongada.

2.1 Fundamentos teóricos da Guerra Revolucionária

Ao longo da história da polemologia, diversas foram as tipologias e escopos teóricos utilizados para a definição dos diferentes caracteres da guerra. De maneira geral, podemos defini-la como um “confronto violento entre dois grupos politicamente organizados” (Mei, 2018, [p. 542]). Quando partimos dessa premissa, implica-se, pois, que, por se tratar de unidades políticas, existem relações – também políticas – entre ambas, independentemente de suas diferenças econômicas e culturais. Tais relações podem se expressar de forma pacífica, isto é, pela via diplomática, ou, quando uma das unidades passa a se apresentar como uma ameaça para a existência da outra, as relações se tornarão de inimizade, cuja expressão máxima é a violência, ou seja, a guerra (Saint-Pierre, 2000).

Frente a esta reflexão, entramos na concepção mais clássica da guerra, desenvolvida pelo general prussiano Carl von Clausewitz ([2018]). Segundo sua teoria, o Estado, movido

por uma motivação política, se utiliza da violência para impor suas vontades e interesses ao inimigo. A guerra é, portanto, um “instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios” (Clausewitz, [2018], p. 91). E justamente por decorrer de uma situação política e ter motivações e fins políticos, a gramática da guerra está subordinada à lógica política – ou seja, o exército não age de maneira independente, mas segue as ordens do Estado (Aron, 1986; Mei, 2018). Nas palavras de Saint-Pierre:

a política [...] é quem determina qual o meio mais eficaz para atingir seus interesses, se os meios pacíficos da diplomacia ou os violentos da guerra. Se de fato a política cessasse quando a guerra se iniciasse, isto é, se a estratégia assumisse o controle das relações com a outra parte, toda guerra [...] seria “absoluta”.⁶ [...]

A política não apenas decide quando passar da diplomacia para a guerra, mas também quando negociar seu fim, assim como quais serão os meios empregados e até que ponto (Saint-Pierre, 2000, p. 58 – 59).

Dessa maneira, portanto, mesmo assumindo a forma de guerra, as relações entre ambas as unidades não deixarão de ser políticas, apenas estarão amparadas diretamente nas relações de força (Saint-Pierre, 1997b).

Esta definição de guerra, não obstante tratasse originalmente de um conflito travado entre Estados soberanos, não necessariamente se restringe a uma esfera interestatal. A guerra, naturalmente, pode ocorrer dentro do território que compreende o Estado e é considerada, então, uma guerra civil.

Segundo a concepção clássica formulada por Max Weber (2015), o Estado seria a unidade política que possui o monopólio legítimo da violência em um determinado território, e com isso, é capaz de aplicar um ordenamento jurídico dentro deste território. A guerra civil, portanto, seria um conflito que se desenvolve dentro de um Estado onde esta unidade política não existe e há uma disputa pelo monopólio da violência. E neste contexto, quando o que está em jogo é a composição de classes que detêm o poder – isto é, temos como fundamento do conflito a agudização da luta de classes (Saint-Pierre, 1997b) –, temos, por fim, a guerra revolucionária. Neste tipo de guerra “são as classes exploradas as que procuram esse monopólio para impor às classes dominantes um sistema jurídico-político que estabeleça a igualdade econômica, política e social” (Saint-Pierre, 2000, p. 34).

Lênin, um dos mais proeminentes pensadores revolucionários, ao elaborar sua concepção estratégica de como a revolução deveria ser empreendida, conciliou a teoria

⁶ Em sua obra magna, *Da Guerra*, Clausewitz ([2018]) propõe a existência de dois tipos de guerra, a absoluta, na qual se busca a aniquilação do inimigo, e a real, cujo objetivo é a imposição de sua vontade política. Mais detalhes sobre isso, no capítulo 2.1.2 O fim político e o objetivo estratégico da guerra revolucionária.

marxista da luta de classes à teoria clausewitziana da guerra (Saint-Pierre, 1997b, 2000; Schmitt, 2008). Colocando o reconhecimento da existência de classes sociais como fundamento da guerra, Lênin diz que

Quem reconhece a luta de classes não pode deixar de reconhecer as guerras civis, que em qualquer sociedade de classes representam a natural, e em determinadas circunstâncias inevitável, continuação, desenvolvimento e agudização da luta de classes. [...]

No plano teórico seria totalmente errado esquecer que qualquer guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios; a actual guerra imperialista é a continuação da política imperialista [...] gerada e alimentada pelo conjunto das relações da época imperialista. Mas esta mesma época deve necessariamente gerar e alimentar também a política de luta contra a opressão nacional e de luta do proletariado contra a burguesia e, por isso, a possibilidade e a inevitabilidade, em primeiro lugar, das insurreições e guerras revolucionárias nacionais [...] (Lénine, 2006).

Seguindo a lógica desenvolvida por Héctor Saint-Pierre (2000, p. 28), nesse tipo de luta é possível encontrar três elementos fundamentais, a saber: 1) a existência de classes sociais antagônicas; 2) a agudização das desigualdades entre elas e, por fim, 3) a violência como principal forma de relação entre ambas. O autor vai além, e traz as seguintes características componentes de quase todos os fenômenos revolucionários:

a presença de classes sociais como *causa*; a agudização e agravamento da desigualdade como *motivo* desencadeante; a *iniciativa* da ação nas mãos da classe explorada; as relações de forças como *cenário* onde se realizam as principais ações; o exercício da violência como *meio* específico; o aniquilamento do aparelho repressor da classe exploradora como *objetivo* estratégico; a eliminação das classes como *fim* político; a igualdade como *valor* normativo fundamental (Saint-Pierre, 2000, p. 28, grifos do autor).

Ademais, partindo de uma análise maquiavélica de tomada ou conservação do poder, é possível analisar a ação política a partir do ponto de vista das relações de força, caracterizando-a de duas maneiras: a ação política orientada para a *estabilidade* das relações de força, isto é, aquelas que querem a manutenção do *status quo*, e as orientadas para a *instabilidade*, ou seja, as que almejam a mudança do sistema (Saint-Pierre, 2000, p. 61-63; Saint-Pierre, 1997b, p. 31). Assim, neste cenário das relações de força, a política revolucionária é aquela que busca a mudança, ou seja, a instabilidade, ao passo que a política contra-revolucionária é aquela que caminha no sentido oposto, ou seja, a que visa a manutenção do *status quo*, portanto, a estabilidade.

No mais, todo sistema é orientado para uma inércia estabilizadora, haja vista que não é possível a nenhum sistema se manter em eterna perturbação. Consequentemente, quaisquer esforços para a desestabilização das relações de força têm o objetivo último de um retorno à

estabilidade, porém em um estado diferente ao das condições iniciais (Saint-Pierre, 1997b).⁷ Dessa maneira, a partir desses elementos constitutivos, é possível definir a guerra revolucionária como “*o conflito no qual as classes exploradas procuram por meio da luta armada o desequilíbrio das relações de forças para estabelecer uma situação de igualdade que acabe com as classes sociais*” Saint-Pierre (2000, p. 28, grifos do autor).

2.1.1 A desigualdade econômica e a violência revolucionária

Antes de adentrarmos em outros pormenores da guerra revolucionária, faz-se necessário elucidar algumas das questões que estão na gênese da violência, isto é, o que desencadeia a agudização da luta de classes e, conseqüentemente, culmina na guerra revolucionária.

Seguindo a teoria marxista, os conflitos da luta de classes e toda a violência advinda dela seriam, em seu cerne, uma resposta à violência original, isto é, a violência econômica. Dessa forma, “para o pensamento marxista, a primeira violência, o fundamento de todas as violências, não se realiza no plano da força, mas no das relações econômicas” (Saint-Pierre, 2000, p. 41).

A distribuição desigual da produção acaba dividindo a sociedade em classes economicamente distintas, uma que se beneficia de tal sistema (os exploradores) e uma que se torna excluída desses benefícios (os explorados). Analisando este cenário uma vez mais através das lentes das relações de força, vê-se que “a classe dos beneficiados pela distribuição desigual da riqueza [...] canalizará a violência como força institucional para manter o *status quo* e preservar sua propriedade” (Saint-Pierre, 2000, p. 41), despendendo esforços para que a classe explorada não consigam alterar tal *status quo*. Esses esforços, por sua vez, se materializam no uso da violência e na formação de uma instituição que proteja os interesses dessa classe. Diz Engels:

Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. [...]

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe

⁷ Pode-se notar uma vez mais a lógica clausewitziana de que o objetivo último da guerra é o retorno à paz.

politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (Engels, 1967, p. 188, 190).

Frente ao fato de que o Estado serve a uma classe econômica e politicamente dominante e concentra a força de repressão para manutenção da divisão de classes, Lênin (2011) afirmou que o objetivo da revolução não é senão a destruição do Estado e seus aparelhos repressivos. Em suas palavras,

[...] se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, “afastando-se cada vez mais da sociedade”, é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, “se afasta” da sociedade (Lênin, 2011, p. 39).

Porém, como destacado por Saint-Pierre (2000), não se pode esperar que a extinção do Estado ocorra de maneira natural e pacífica, sobretudo por se tratar de um Estado que se utiliza de seu aparelho repressor – isto é, a violência – para garantir a manutenção das classes que o domina. A ação revolucionária, portanto, deve ser inevitavelmente violenta a fim de neutralizar as forças de repressão estatais. Nas palavras de Lênin (2011, p. 50), “o Estado burguês não ‘morre’; é ‘aniquilado’ pelo proletariado na revolução”. Em outro trecho em que é ainda mais contundente, o autor afirma:

Os padres “sociais” e os oportunistas estão sempre prontos a sonhar com o futuro socialismo pacífico [...].
Uma classe oprimida que não aspire a aprender a manejar as armas, a possuir armas, tal classe oprimida mereceria apenas ser tratada como são tratados os escravos. Pois não podemos esquecer, sem nos transformarmos em pacifistas burgueses ou oportunistas, que vivemos numa sociedade de classes e que dela não há nem pode haver outra saída que não seja a luta de classes (Lénine, 2006).

2.1.2 O fim político e o objetivo estratégico da guerra revolucionária

Em sua obra magna *Da Guerra*, Clausewitz ([2018]) propõe a existência de dois tipos de guerra. A primeira seria a guerra absoluta, um tipo ideal cujo objetivo último, para se chegar ao fim político de imposição de sua vontade, é a aniquilação do inimigo. A segunda seriam as guerras reais, isto é, as que ocorrem no plano empírico da realização da guerra – em outras palavras, as que de fato existem. Nelas, existem forças limitadoras atuando no decorrer das hostilidades, de modo que é possível chegar ao fim político através de uma paz imposta, por exemplo. Para Raymond Aron (1986, p. 160) “Clausewitz lhe atribui [à guerra] como fim não a vitória, mas o retorno à paz”.

Assim, o que se pode destacar disso é que a imposição da sua vontade ao inimigo é o

fim político da guerra. Para atingir este fim, temos o *objetivo estratégico* na guerra que é desarmar o inimigo, isto é, retirar dele sua capacidade e vontade de continuar lutando e, dessa forma, levar ao fim da guerra. Isso nos faz retornar aos níveis de análise mencionados anteriormente: a política é que define qual será o fim buscado na guerra (a imposição da vontade), enquanto o nível estratégico define os objetivos (desarmar o inimigo) e meios para atingir este fim (Clausewitz, [2018]; Saint-Pierre, 2000).

Porém, diferentemente dos outros tipos de guerra, cujos objetivos podem variar de acordo com a possibilidade de uma paz negociada ou uma paz imposta, “na guerra revolucionária o objetivo só pode ser o aniquilamento total do inimigo” (Saint-Pierre, 1997b, p. 39, grifos do autor). Para entendermos isso, necessitamos voltar à fórmula weberiana de Estado: o Estado é uma unidade política que possui o monopólio legítimo da violência em um determinado território (Weber, 2015). Dessa forma, seria impossível a existência de “duas fontes antagônicas de poder armado” dentro de um Estado – o que contraria a própria definição de monopólio (Saint-Pierre, 2000, p. 77).⁸

Lênin mesmo afirmou que “num Estado *não podem existir* dois poderes. Um deles tem de ser reduzido a nada” (Lénine, 2009, grifos do autor). Para o autor, “somente a guerra revolucionária é a guerra verdadeira, pois emana da inimizade absoluta”, e, em comparação a esta, as demais guerras, cerceadas pelo direito internacional, “não é muito mais que um duelo entre cavalheiros à guisa de satisfação” (Schmitt, 2008, p. 200, 201). Perante essa inimizade absoluta – e a conseqüente guerra revolucionária entendida como uma guerra absoluta –, pode-se questionar: existe um inimigo absoluto? Para Lênin, sim; o inimigo de classe é o inimigo absoluto (Saint-Pierre, 2000; Schmitt, 2008).

A ação revolucionária, portanto, deve ser voltada à aniquilação do inimigo de classe. Porém, chamamos atenção aqui para o fato de que “aniquilamento” não significa dizimar as forças inimigas, mas sim retirar suas capacidade de resistência e sua vontade de continuar lutando – afinal, se não há capacidade de luta, não há ameaça, e sem ameaça, não há mais inimigos (Saint-Pierre, 1997b, 2000). Segundo Lênin (2011, p. 74), “essas palavras – ‘quebrar a máquina burocrática e militar do Estado’ – condensam a grande lição do marxismo a propósito do papel do proletariado revolucionário com relação ao Estado”

Frente a isso, o *fim político* da revolução comunista é, pois, “a eliminação do Estado como consequência da supressão das classes” e, em decorrência desse fim, “o *objetivo estratégico* adequado só pode consistir em criar as condições para sua realização: destruir os mecanismos de manutenção da ordem injusta” (Saint-Pierre, 1997b, p. 39). Destarte, os

⁸ Destacamos que o mesmo se aplica também às guerras civis.

esforços das linhas revolucionárias no primeiro momento devem ser concentrados em destruir os aparelhos de repressão do Estado, retirando da classe dominante seu poder militar e, portanto, sua capacidade de resistir.

Para realizar aquele objetivo estratégico, a classe revolucionária deverá canalizar o caudal da violência dos oprimidos com paixão revolucionária (confiança na justiça da “causa”), objetividade estratégica (clara identificação do inimigo e do objetivo), e domínio tático (conhecimento e desenvolvimento técnico dos meios necessários) (Saint-Pierre, 2000, p. 78).

Quando se atinge tal objetivo, ou seja, quando o inimigo de classe é enfim aniquilado, o papel de dominação no Estado é assumido pela classe antes oprimida – a chamada ditadura do proletariado. Neste momento, ocorre a desapropriação dos meios de produção e sua concentração no Estado, o que, conseqüentemente, extingue a classe dominante (já que, por definição, eles deixam de ser a classe de proprietários). Isto, por sua vez, impõe um fim à divisão social de classes e, com isso, o Estado perde o sentido e o fundamento de sua existência (Saint-Pierre, 2000).

2.2 O povo em armas: as táticas da guerra popular

Ainda no começo do século XIX, Napoleão Bonaparte varria a Europa com seu moderno aparato militar, conquistando territórios e deixando em grande preocupação os demais líderes europeus. No entanto, uma nova forma de luta desenvolvida na Espanha chamaria a atenção de muitos militares e estrategistas por ter conseguido resistir às investidas dos exércitos napoleônicos. Com o exército espanhol derrotado, a população civil pegou em armas e conseguiu hostilizar as tropas francesas em um tipo de combate sem frentes fixas. A partir desse momento, no qual pela primeira vez o povo enfrentou um exército moderno, abriu-se espaço para o desenvolvimento de novos conceitos e teorias bélicas que modificariam completamente a face dos estudos e da prática da guerra (Schmitt, 2008).

Clausewitz ([2018], p. 568), em sua obra, analisou este fenômeno da revolta popular – o qual intitulou de povo em armas – como sendo “simplesmente um outro meio da guerra [...] uma consequência da maneira pela qual as barreiras convencionais foram devastadas [...] pela enorme violência da guerra”. O autor destaca o fato de que conflitos dessa natureza não podem ser comprimidos no espaço e no tempo: quanto maior a área de contato entre os insurgentes e as forças inimigas, “mais espaçadamente estas últimas terão que ser distribuídas

e maior será o efeito de uma revolta geral”⁹; e é necessário tempo para que o levante seja eficaz, de modo que “como brasas ardendo lentamente sem chamas, ela consome as bases essenciais das forças inimigas” (Clausewitz, [2018], p. 569).

Contudo, o elemento que mais nos chama atenção na obra de Clausewitz são as condições que o autor enumera como essenciais para que o movimento tenha sucesso:

1. A guerra deve ser travada no interior do país.
2. Não deve ser decidida através de um único golpe.
3. O teatro de operações deve ser razoavelmente grande.
4. O caráter nacional deve condizer com este tipo de guerra.
5. O terreno deve ser acidentado e inacessível, devido à existência de montanhas, florestas, pântanos ou aos métodos locais de plantio (Clausewitz, [2018], p. 569).

Embora as considerações táticas e estratégicas feitas por Clausewitz fizessem referência aos movimentos de defesa nacional contra um exército invasor, ao esmiuçar cada um desses elementos, é possível notar muitas das características elaboradas posteriormente na história e assumidas pelas guerras revolucionárias.

A primeira das condições diz respeito ao local onde os conflitos devem se desenvolver. A zona rural do país oferece um terreno mais acidentado, com florestas mais densas, áreas montanhosas e, de modo geral, uma infraestrutura mais precária. Desse modo, impõem-se grandes obstáculos ao exército regular estatal que, em decorrência de suas tropas numerosas, enfrentarão dificuldades em se locomover pelas estradas tortuosas e caminhos estreitos – o que dificulta ainda as conexões com suas linhas de abastecimento –, dificilmente conseguirão montar alojamentos adequados e, mais importante, ficarão em uma posição vulnerável. Os terrenos acidentados são ideais para a realização de emboscadas, ataques surpresas e uma rápida retirada das pequenas tropas rebeldes; como destacado por Clausewitz ([2018], p. 570) “o elemento de resistência existirá em todos os lugares e em lugar nenhum”.

A segunda das condições se refere à grande desigualdade de forças entre as tropas rebeldes e o exército estatal. Em decorrência dessa grande disparidade de capacidade militar, é preciso evitar a todo custo um confronto direto. “Não espera-se que elas pulverizem o caroço, mas que mordisquem a casca e em torno das bordas” (Clausewitz, [2018], p. 570). As linhas revolucionárias devem optar investidas frequentes e dispersas, em uma estratégia de golpear e fugir, desaparecendo em meio ao terreno e em meio à população simpática e aparecendo novamente para atacar, desgastando o exército estatal ao longo do tempo. Como

⁹ A guerrilha espanhola que combateu as tropas napoleônicas, por exemplo, era composta por aproximadamente 200 pequenos conflitos em regiões como Astúrias, Aragão, Catalunha e Navarra, por exemplo, todas elas lideradas por inúmeros combatentes (Schmitt, 2008, p. 153) – daí vê-se precisamente a ideia de uma guerra sem frente fixa.

dito pelo general.

em suma, não precisamos basear o nosso julgamento em bravatas patrióticas para admitir que camponeses em armas não se deixarão aniquilar como um pelotão de soldados. Estes últimos se manterão unidos como um rebanho de gado e normalmente se orientarão por instinto. Os camponeses, por outro lado, se espalharão e desaparecerão em todas as direções sem precisar de um plano especial para fazer isto (Clausewitz, [2018], p. 570).

A terceira condição trata da ausência de frentes fixas que o exército popular deve assumir. Para isso, os pequenos núcleos de combatentes devem se espalhar por um grande território, a fim de impedir que as forças de repressão se agrupem em um único local. O objetivo é forçar as tropas inimigas a penetrar profundamente no interior do país, tornando-as dispersas, separando-as das linhas de abastecimento e as tornando vulneráveis aos ataques.

Uma revolta geral, como vemos, deve ser nebulosa e evasiva. A sua resistência nunca deve materializar-se como um organismo concreto, se não o inimigo pode dirigir uma força suficiente contra o seu núcleo, esmagá-lo e fazer muitos prisioneiros. [...] Por outro lado, deve haver uma certa concentração em determinados pontos: o nevoeiro deve tornar-se mais espesso e formar uma nuvem escura e ameaçadora da qual um raio pode atacar a qualquer momento (Clausewitz, [2018], p. 571).

A quarta condição, o caráter nacional, diz respeito ao povo, suas crenças políticas e sua capacidade de continuar resistindo. “Na medida em que a causa que promove a guerra seja, para o povo, justa [...] a guerra terá fôlego para continuar ardendo” (Saint-Pierre, 2000, p. 154). Nas palavras de Clausewitz ([2018], p. 571), “a coragem e o desejo de lutar aumentarão, bem como a tensão, até atingir o clímax que determina o resultado final”.

Por fim, a quinta condição, tal como a primeira, faz referência à localização geográfica do teatro de operações. Terrenos acidentados e de difícil acesso formam uma espécie de trincheira natural, são ideais para elaboração de armadilhas, encontrar esconderijos para realizar ataques surpresas ou simplesmente descansar em locais seguros, e são mais fáceis de serem defendidos (Clausewitz, [2018]; Saint-Pierre, 2000).

Todos esses elementos serão vistos em grande semelhança ao trabalharmos as características das insurgências e, principalmente, ao nos debruçarmos sobre a tática de guerrilha.

2.2.1 A insurgência

Conforme descrito no início do capítulo, uma insurgência pode ser definida como um movimento generalizado de um núcleo de indivíduos contra o poder dominante, movido pela

insatisfação social e/ou política, visando transformar, através do uso da violência, parcial ou totalmente o *status quo*, isto é, enfraquecer o controle e legitimidade de um governo, ou derrubá-lo (Bravo, 1998; Azevedo, 2015; Beckett, 2012; Galula, 2006). Esse dispositivo tático se tornou um instrumento poderosíssimo nas mãos de grupos revolucionários em suas lutas armadas.

Porém, em um primeiro momento, é necessário entender a diferença entre a concepção de insurgência em sua totalidade política e a insurgência como tática. No primeiro sentido, considera-se a totalidade do processo político insurrecional, que engloba “várias frentes como a política, a militar, a sindical, a estudantil, as milícias, as guerrilhas, etc.” e que vai da “conspiração até o assalto final, a batalha decisiva, incluindo a articulação político-militar das frentes e a formação de um exército insurrecional que procurará, no momento preciso, a decisão pelo combate” (Saint-Pierre, 2000, p. 129). O militar e estrategista francês David Galula (2006, p. 2, tradução nossa, grifos do autor) segue o mesmo caminho ao definir a insurgência como “uma *luta prolongada* conduzida metodicamente, passo a passo, a fim de atingir objetivos intermediários específicos que conduzam finalmente à derrubada da ordem existente”. Por outro lado, a insurgência como tática compreende

apenas o momento culminante do assalto final, o exercício político da tomada do poder, a manifestação social da emergência do movimento popular na sua máxima expressão, a revolta, a sublevação, a parte mais visível e virulenta da insurreição (Saint-Pierre, 2000, p. 129).

Nesta seção, mergulharemos um pouco mais profundamente na insurgência como tática revolucionária – embora seja inevitável que nos deparemos com seus aspectos estratégicos –, buscando entender como ela se desenvolve, suas características e os requisitos para a consecução da vitória rebelde.

Em suas origens camponesas, por volta do século XV, a insurgência era uma reação espontânea do povo, desencadeada pelos crescentes descontentamentos para com a situação política, econômica e social. No entanto, conforme o aparelho estatal se modernizou, o planejamento das operações de repressão – a contrainsurgência – se tornou mais sofisticado, resultando cada vez mais em fracassos das ações insurretas. Consequentemente, os movimentos de massa já não poderiam ser fruto da espontaneidade caso aspirassem obter algum sucesso; um planejamento minucioso se tornou essencial para o desenvolvimento da insurreição (Saint-Pierre, 2000).

Como adverte Lênin, na guerra revolucionária o Partido tem a função de não somente fornecer a educação política ao proletário, mas também de os organizar nas ações contra o Estado. Em suas palavras, negar este caminho

[...] equivale a desarmar por completo o proletariado em proveito da burguesia. Equivale precisamente à dispersão, à instabilidade, à incapacidade de autodomínio, de união, de ação organizada, próprios da pequena burguesia que, se encorajados, causarão inevitavelmente a ruína de todo o movimento revolucionário proletário (Lénine, 2003, p. 15-16).

De modo geral, na ação insurgente podem ser identificados três momentos diferentes. O primeiro deles é a preparação – ou momento pré-insurgência –, no qual a insurreição ainda não se fez sentir através do uso da violência. O movimento ainda está começando a se organizar, com suas lideranças emergindo, as queixas e a identidade do movimento são estabelecidas, e dá-se início ao processo de recrutamento e estoque de armas e suprimentos. (US Government, 2012; Central Intelligence Agency, 2011). Neste estágio são definidas as estratégias globais do movimento, são definidas alianças políticas e estratégicas, e se consolidam os grupos que irão comandar as ações operacionais (Saint-Pierre, 1997b, 2000).

O segundo momento é o do ataque, em que são tomados os pontos estratégicos para o êxito da revolução. Aqui, os revolucionários passam à ofensiva contra o aparelho repressor estatal. É possível dividir este momento em dois estágios. No primeiro, os insurgentes começam a realizar ataques de maneira localizada e rápida, utilizando táticas de combate assimétrico, como a guerrilha e ataques terroristas. Aqui, busca-se demonstrar a viabilidade da sua luta, divulgar a causa que defendem e atrair simpatizantes e apoiadores. Já no segundo estágio, a insurreição se torna mais violenta, com ataques mais frequentes, mais fortes e com um número maior de rebeldes. Impõe-se um verdadeiro desafio ao Estado, tanto no que diz respeito à sua autoridade política quanto militar (US Government, 2012).

O que nos chama atenção é que, diferentemente de uma guerra convencional, na qual o momento mais perigoso é o das incursões contra o inimigo, na guerra revolucionária a conspiração é o momento mais perigoso, já que qualquer erro de planejamento pode culminar no fracasso total do movimento – do mesmo modo, se as operações são minuciosamente planejadas, o assalto final pode ser facilitado (Saint-Pierre, 1997b, 2000).

Por fim, o terceiro momento é o de resolução da insurgência, que pode resultar tanto na supressão do movimento, e portanto a vitória do governo, quanto na aniquilação do aparato estatal, portanto a vitória dos insurgentes (US Government, 2012). Tratando-se da vitória revolucionária, torna-se o estágio de consolidação do movimento, em que são eliminados quaisquer focos de resistência a fim de evitar a possibilidade do inimigo reordenar suas forças e planejar um contra-ataque. Esta pode ser uma etapa bastante violenta da revolução – conhecida como etapa do terror revolucionário –, pois os rebeldes buscam reprimir qualquer ação contra-revolucionária e impor sua “justiça revolucionária” (Saint-Pierre, 1997b, 2000).

Analisando este fenômeno uma vez mais através dos três níveis de análise de um conflito, percebe-se as diferentes maneiras como ele se manifesta. No nível político, a insurgência adota uma postura ofensiva; uma vez que o fim político é a tomada do poder, é necessário que os combatentes assumam a iniciativa. Sobre isso, Galula (2006, p. 1, tradução nossa) diz que “enquanto em uma guerra convencional, qualquer lado pode iniciar o conflito, apenas um – o insurgente – pode iniciar a guerra revolucionária [...]”.

No nível estratégico, contudo, sua postura é defensiva; existe uma grande desproporção de forças entre as linhas rebeldes e o exército estatal, forçando os insurgentes a não buscar uma decisão direta pelo combate. Por fim, no nível tático a insurgência é ofensiva; os pequenos ataques contra as tropas do Estado devem ser frequentes, seja através de táticas de guerrilha, terrorismo ou sabotagem (Saint-Pierre, 2000, p. 131-132). Manter uma posição fixa (postura tática defensiva) e buscar a decisão pelo combate (postura estratégica ofensiva) pode significar um desastre para o movimento em decorrência da disparidade de forças em relação ao inimigo (Clausewitz, [2018]).¹⁰

Tabela 1 – Estágios de uma insurgência

Estágio da insurgência	Ação insurgente
A conspiração	A liderança surge em resposta a queixas internas ou influências externas, são definidas as estratégias políticas e militares, e são realizados o recrutamento e aquisição de armas e suprimentos.
O ataque	As forças revolucionárias passam à ofensiva contra o Estado. Primeiro adotam táticas assimétricas, como guerrilha e terrorismo, e posteriormente, desenvolvem uma guerra convencional, com unidades militares maiores e mais fortes.
A consolidação	Com a vitória revolucionária, os insurgentes buscam eliminar qualquer foco de resistência, impedindo que o inimigo se reorganize e, assim, consolidam seu governo.

Fonte: elaboração própria.

¹⁰ A estratégia ofensiva só será possível com a formação de um exército revolucionário regular. Mais detalhes sobre isso no capítulo 2.2.2 A guerrilha.

2.2.1.1 A organização do movimento: comunicação e propaganda, comando e serviços de inteligência

Mediante a exigência de uma grande organização e planejamento minucioso de suas operações, é essencial para as ações revolucionárias a identificação do momento propício para realizar o assalto. É de suma importância que o momento escolhido seja o qual as forças insurgentes estejam em sua máxima potência, a consciência política da população esteja em seu ápice, e a legitimidade e a força militar do Estado estejam minimizadas (Saint-Pierre, 2000). O planejamento para identificar a oportunidade ideal para a execução dos planos é fundamental para mitigar quaisquer riscos e aumentar as possibilidades de vitória – embora, deve-se ressaltar, que tal planejamento em um movimento de massas que por vezes é heterogêneo é uma tarefa consideravelmente difícil.

Uma das formas de se conseguir identificar este momento é por meio da coleta de informações tanto das linhas inimigas quanto do próprio movimento. Para isso, faz-se necessário que o aparato revolucionário conte com um eficaz serviço de inteligência. Como dizem Byman et al. (2001),

Para ser eficaz, é essencial que qualquer movimento insurgente compreenda a natureza, os objetivos e as capacidades dos seus adversários. Esta compreensão inclui a dimensão e composição das forças de segurança, os pontos fortes e fracos da liderança e estratégia da oposição, e o nível de apoio da população ao movimento clandestino, bem como ao governo. [...] (Byman et al., 2001, p. 97, tradução nossa).

As informações coletadas pelos serviços de inteligência, portanto, podem ser cruciais para o desenrolar da revolução. Seus impactos podem ocorrer tanto no nível tático quanto no estratégico. No nível tático, “a inteligência pode, por exemplo, fornecer aos rebeldes informações sobre a localização, tamanho, força e prontidão das unidades inimigas, o que ajuda os rebeldes a selecionar o momento e o ponto ideais de ataque”, enquanto no nível estratégico, “a inteligência pode, por exemplo, fornecer aos rebeldes informações detalhadas sobre a estratégia que o governo segue para derrotar os insurgentes, o que os ajuda a identificar pontos fracos” (Hoekstra, 2019, p. 49, tradução nossa).

As informações sobre a situação do inimigo podem ser sobre questões políticas, sociais ou militares. O primeiro grupo diz respeito às informações e projeções políticas do inimigo, “os critérios políticos que orientam suas decisões, sua estrutura e lutas internas pelo poder [...] os ‘sinais’ de [...] grupos procurando um contato com a condução insurrecional, suas relações internacionais, o âmbito de alianças internas e internacionais etc.” (Saint-Pierre,

2000, p. 147). As informações sociais compreendem a “situação e as tendências da sociedade e sua relação com o regime [...] o sentimento da população em relação à situação política, social e econômica [...] clivagens sociais [...] grau de insatisfação, do apoio ou reprovação ao governo [...]” (Saint-Pierre, 2000, p. 147). Por fim, as informações militares, que dizem respeito “ao aparelho militar e paramilitar da repressão. Sua distribuição territorial, sua estrutura operativa, a condição do seu material bélico, as linhas de abastecimento, a estrutura logística, a localização e o estudo dos quartéis etc.” (Saint-Pierre, 2000, p. 148).

Já no que diz respeito às próprias forças, as informações permitirão que os insurgentes saibam a situação social e o grau de compromisso da população, quais são suas capacidades de agir, até que ponto podem resistir em determinados momentos de luta e quais seus pontos fracos, por exemplo. Para isso, são necessários uma série de dados, tais como

número e situação das frentes; composição numérica e grau de compromisso com a causa dos seus integrantes; sua capacidade operativa e de resistência; a coesão moral dos quadros; situação financeira e administrativa de cada frente; detecção, controle, neutralização e eliminação de eventuais infiltrados; tipos de armas, quantidade e localização das mesmas; enraizamento de cada frente no seu meio etc. (Saint-Pierre, 2000, p. 145)

Porém, além de conhecer profundamente as forças vulnerabilidades das tropas inimigas e das suas próprias, é essencial o conhecimento também de características geográficas e climáticas. Clausewitz ([2018], p. 406) mesmo destaca a importância de conhecer o terreno em que se atua: “a geografia e o terreno podem afetar as operações militares de três maneiras: como um obstáculo à sua aproximação, como um empecilho à visibilidade e como proteção contra o fogo”. Assim, o domínio geográfico do local onde as operações irão se desenrolar confere uma grande vantagem aos combatentes perante o exército estatal, permitindo a realização de emboscadas, o bloqueio das principais vias de trânsito do exército inimigo ou mesmo utilizá-las para uma eventual retirada (Department of the Army, 2014; Saint-Pierre, 2000).

No mais, em movimentos desta natureza, absolutamente qualquer membro pode ser um importante agente de inteligência “operando entre a população, recolhendo informações e transmitindo-as às autoridades superiores”, o que proporciona aos insurgentes normalmente “uma grande rede de informantes e simpatizantes locais que podem fornecer informações úteis para a causa” (Byman et al., 2001, p. 97, tradução nossa).

Para além dos serviços de inteligência, outros elementos são fundamentais para o sucesso do dispositivo revolucionário. A unidade de comando e uma estrutura hierárquica bem definida, por exemplo, são essenciais para coordenar as operações militares e as diversas

outras frentes que o movimento possui – como a frente política, estudantil e sindical, por exemplo –, especialmente quando as massas que o compõem são heterogêneas. Uma liderança centralizada é, portanto, um ponto nodal para o êxito da revolução, já que ela ajuda a mobilizar as massas e dá direção a ela, organiza e coordena as diversas frentes, além de dar coerência a todo o movimento (Department of the Army, 2014; Saint-Pierre, 2000).

Um sistema de comunicação e propaganda eficiente garante que a narrativa e a causa da insurreição seja disseminada o mais amplamente possível em meio à sociedade, ganhando legitimidade em meio ao povo e, no melhor dos casos, em meio a outros atores políticos. Nas mãos de um grupo insurgente, a propaganda é uma arma poderosíssima. Mesmo sem uma política positiva, se possuir uma “boa propaganda, o insurgente ainda poderá vencer” (Galula, 2006, p. 9, tradução nossa). Como destacado por Byman (2013), uma insurgência precisa de

Uma causa, e com ela uma narrativa e propaganda associada: os rebeldes lutam por, ou pelo menos contra, alguma coisa: a sua terra, a sua classe social, o seu povo, a sua religião, e assim por diante. Muitas vezes transformam esta causa numa narrativa mais ampla que inclui uma crítica da ordem atual e planos sobre como os rebeldes governariam caso chegassem ao poder. As organizações normalmente desenvolvem aparatos de propaganda para difundir e divulgar a sua narrativa (Byman, 2013, p. 982, tradução nossa).

Tabela 2 – Requisitos de uma insurgência

Requisitos Humanos	Requisitos Materiais
❖ Habilidade de mobilizar apoio local e internacional	❖ Armas e material, incluindo munição, comida e combustível
❖ Liderança capacitada, incluindo comando e controle efetivos	❖ Fraquezas policiais e administrativas por parte do Estado
❖ Treinamento	❖ Recursos financeiros
❖ Inteligência acerca do adversário	❖ Apoio militar direto
❖ Inspiração	❖ Portos seguros e trânsito
❖ Uma causa	❖ Ambiente não tão hostil
❖ Comunicação e propaganda	❖ Apoio externo

Fonte: Elaboração própria com dados de Byman et al. (2001, p. 84) e Galula (2006).

Além dos trabalhos de doutrinação do povo, o sistema de comunicação é essencial para dar coesão ao movimento e garantir o funcionamento de seu aparato militar. Através dele, as informações sobre o andamento das operações, as movimentações do inimigo,

possível apoio internacional, bem como instruções e ordens do comando central chegam até as periferias do movimento. Todavia, duas precauções principais devem ser tomadas com relação à comunicação da insurgência: primeiramente, ela deve ser centralizada, a fim de evitar informações cruzadas; e, em segundo lugar, deve-se tomar grande cuidado para que as informações não sejam interceptadas pelos inimigos, o que poria em risco todo o movimento (Saint-Pierre, 2000).

Por fim, são necessários requisitos materiais, como armas e munição, equipamentos táticos, suprimentos de necessidades básicas, como comida, água e medicamentos, e recursos financeiros para o pagamento de combatentes, compra de aprovisionamentos, suborno de autoridades, gastos judiciais, etc. (Byman et al., 2001). Todos esses requisitos, tanto humanos, como materiais e organizacionais são resumidos na Tabela 2.

2.2.2 A guerrilha

Tendo em vista a disparidade de forças entre o exército revolucionário e as tropas do Estado, é natural que os rebeldes procurem meios de compensar a diferença de forças, recorrendo, pois, a elementos da guerra irregular. A guerrilha, por exemplo, é a tática mais amplamente utilizada por exércitos revolucionários em suas lutas armadas. Seu uso foi tão extensivo que durante muito tempo existiu uma espécie de mito acerca do “espírito guerrilheiro” – sobretudo na América Latina –, cuja figura do guerrilheiro representava a própria revolução (Saint-Pierre, 2000).

Não obstante, ainda que seja comum equacionar tais conceitos, deve-se deixar claro que a guerrilha é meramente uma tática, que pode ser utilizada tanto a serviço de uma política revolucionária, quanto de uma contra-revolucionária, como no caso da guerrilha czarista que combateu o exército vermelho soviético ou a guerrilha dos Contras que lutou contra o exército sandinista na Nicarágua (Saint-Pierre, 1997b). Portanto, “[...] será sempre a definição política que caracterizará a guerrilha e não o contrário” (Saint-Pierre, 2000, p. 173).¹¹

Carl Schmitt (2008), em sua *Teoria do Partisan*, faz um aprofundado estudo sobre a guerrilha, destacando elementos e critérios que caracterizam o guerrilheiro e sua ação em campo de batalha. Talvez o que mais chame atenção na obra são os quatro elementos constitutivos da tática de guerrilha apontados pelo autor, a saber: 1) a irregularidade; 2) o

¹¹ Saint-Pierre (1997b, 2000) destaca que até mesmo a denominação “guerra de guerrilha” é equivocado, haja vista que significaria colocar a guerrilha como característica principal da guerra, admitindo, portanto, que os são os meios que classificam a guerra, não seus fins políticos. Destarte, seguindo a lógica do autor, utilizamos exclusivamente o termo “tática de guerrilha”.

compromisso político; 3) a mobilidade tática; e o 4) caráter telúrico.

A irregularidade se destaca por só pode ser caracterizada quando se parte do conceito de *regularidade*, e este nasce apenas com as formas modernas de organização militar surgidas na Revolução Francesa.¹² No direito bélico clássico, a guerra é travada entre os exércitos regulares de Estados soberanos cujos soldados são facilmente identificáveis por meio de seus uniformes, distintivos e porte aberto e ostensivo de armas. O exército guerrilheiro, por outro lado, não tem tais características identificadoras. Suas roupas podem ser idênticas à da população civil ou até mesmo podem utilizar o uniforme do exército inimigo a fim de confundí-lo; suas armas jamais estão à mostra, e, por fim, não são reconhecidos internacionalmente tal como as forças armadas regulares (Schmitt, 2008). Em suma,

Partisan é justamente aquele que evita o porte manifesto de armas, que combate pelas costas, que usa tanto o uniforme do inimigo quanto distintivos soltos ou fixos e toda espécie de roupa civil como disfarce. Ação em segredo e o escuro são suas mais fortes armas, às quais ele não pode honestamente renunciar sem perder o espaço da irregularidade, quer dizer, sem deixar de ser *partisan* (Schmitt, 2008, p. 185).

Ademais, tal regularidade decorrente do direito internacional implica a existência de regras que cerceiam os comportamentos na guerra. Os exército estatais “se respeitam enquanto inimigos e não se discriminam mutuamente como criminosos”, o que torna possível “um acordo de paz, permanecendo este inclusive como o término normal e natural da guerra” (Schmitt, 2008, p. 157). Logo, a irregularidade da guerrilha, inevitavelmente, confere ao guerrilheiro um caráter também de ilegalidade, uma vez que, por não se submeter às legislações que regulam as guerras regulares, eles se apresentam como combatentes fora-da-lei. Além disso, tratando-se da guerra revolucionária, o objetivo dos guerrilheiros é derrubar a ordem institucional vigente, ou seja, o Estado e todo seu ordenamento jurídico, faz com que os combatentes – além de serem *fora-da-lei* – atentem *contra* a própria lei (Saint-Pierre, 2000).

Já o intenso compromisso político dos guerrilheiros fica evidente na própria definição de seus objetivos. Segundo Che Guevara (2004, p. 89, tradução nossa, grifos nossos), a guerrilha é “um método para atingir um fim. Esse objetivo, indispensável, inevitável para todo revolucionário, é *a conquista do poder político*”. E é justamente este objetivo político bem definido que difere os grupos revolucionários dos grupos criminosos: enquanto os primeiros buscam um objetivo político, os últimos são movidos por objetivos puramente econômicos, isto é, o enriquecimento pessoal. No mais, como destacado por Schmitt (2008, p. 162), “em

¹² Apenas com os exércitos napoleônicos que o aparato militar estatal adquire as características de formalidade e regularidade como conhecemos atualmente.

épocas revolucionárias, tais vínculos com um partido tornam-se especialmente fortes”.

Além disso, por conta de sua informalidade, seus números reduzidos e utilização de armas pequenas, a guerrilha possui uma grande mobilidade tática. Ao contrário de um exército regular, ela não carece de linhas de abastecimento, nem estradas para se locomover ou grandes acampamentos para descansar, e utiliza ainda pouquíssimos apetrechos bélicos. Tudo isso lhe confere grande agilidade para se movimentar, o que lhe permite compensar a sua pequena força militar em relação a um exército regular (Guevara, 2004; Saint-Pierre, 2000; Schmitt, 2008). Como destacado por Saint-Pierre,

A principal característica das insurreições vitoriosas é a sua mobilidade: morder aqui, ocupar lá, sabotar o sistema de comunicação do inimigo, retirar os combatentes ordenadamente e sumir nas entranhas do povo solidário e, quando o inimigo imaginar que tudo está retornando à normalidade, voltar a golpear, surpreendente e raivosamente, com fúria concentrada (Saint-Pierre, 2000, p. 133).

Por fim, o caráter telúrico da guerrilha se refere ao fato de que o guerrilheiro luta dentro de seu próprio território, a fim de proteger sua terra. Ao longo da história, desde a guerrilha espanhola no século XIX, passando pelos exércitos revolucionários de Fidel Castro, Ho Chi-minh e Mao Tsé-tung, o que se percebe nos guerrilheiros é sua “ligação com o solo, com a população autóctone e a peculiaridade geográfica do país – montanha, floresta, selva ou deserto [...]” (Schmitt, 2008, p. 168). Dessa forma, a guerrilha adicionou um novo espaço no teatro de operações; a guerra não é mais travada em um campo de batalha aberto, mas sim nas entranhas do país. O guerrilheiro força o inimigo a penetrar profundamente em seu território, geralmente ambientes inóspitos e de difícil acesso às tropas regulares. Neste momento, tal como um submarino, o guerrilheiro emerge das profundezas, ataca o inimigo e, antes de poder ser identificado ou dar chance para o inimigo articular um contragolpe, volta a submergir em meio ao tecido social. Dessa forma, “grupos *partisans* proporcionalmente pequenos são capazes de comprometer grandes massas de tropas regulares ao fazerem uso das relações com o solo” (Schmitt, 2008, p. 219).

Porém, para que isso seja possível, o apoio da população é fundamental. Além de defender as mesmas causas, a população proporciona ainda suporte logístico à guerrilha, fornecendo-lhe aprovisionamentos e abrigo, além do seu sigilo, necessário para que o guerrilheiro se misture entre as pessoas comuns (Saint-Pierre, 2000).

A ligação com o povo e com a terra que querem defender serve sobretudo para que os guerrilheiros conquistem apoio da população, crucial para o curso da revolução. Os trabalhos de doutrinação e mobilização política, portanto, são pontos nodais para o sucesso do

movimento. Mao Tsé-tung, por exemplo, apontava que um dos principais objetivos dos trabalhos de mobilização política é soldar o exército revolucionário ao povo, condição imprescindível para a vitória. Em suas palavras, “a nossa tarefa consistirá em mobilizar o povo inteiro para que se una como um só homem e mantenha a guerra com uma perseverança inquebrantável [...]” (Mao, 2013b).

Até mesmo Clausewitz ([2018]) – como já mencionado anteriormente – destaca a importância do que Schmitt (2008) nomeia de caráter telúrico da guerrilha. Primeiramente, o autor diz que é preciso sempre levar os combates para o interior do país, sobretudo em territórios acidentados, de difícil acesso, que são mais fáceis de se defender e de se preparar emboscadas – e, para isso, o conhecimento geográfico do local onde se está lutando, é imprescindível (Clausewitz. [2018], p. 569-570). Logo em seguida, Clausewitz argumenta que as medidas tomadas pelos combatentes devem corresponder ao caráter nacional, pois apenas na medida em que a causa permaneça justa para o povo, a guerra continuará tendo fôlego para continuar (Saint-Pierre, 2000, p. 154).

Já quando tratamos da função da guerrilha para a revolução, é necessário apontar, acima de tudo, para seu valor tático. Nesse sentido, o papel da guerrilha é de desestabilizar o inimigo, sabotar suas linhas de comunicação e abastecimento, desgastar militarmente suas tropas e abalar moralmente seus soldados (Saint-Pierre, 2000, p, 196). Assim, as pequenas vitórias cotidianas levantarão o espírito dos combatentes, ao passo que terão um efeito devastador nas tropas estatais. Se por um lado “as chamas da insurreição serão insufladas por estes pequenos destacamentos” e “a coragem e o desejo de lutar aumentarão” (Clausewitz, [2018], p. 571), por outro, os soldados inimigos passarão a “duvidar da vitória fácil sobre o povo mal armado, a vacilar sobre seu compromisso com uma causa que não sentem como própria, para finalmente se juntar aos esforços populares de insurreição armada” (Saint-Pierre, 2000, p. 126). A guerrilha, portanto, é uma tática revolucionária cujos efeitos se desenvolvem também na esfera psicológica do conflito – essa forma de guerra psicológica encontraria seu ápice sob a liderança de Mao Tsé-tung, como veremos.

Contudo, embora a guerrilha seja parte fundamental do processo revolucionário, não se pode esperar que a vitória seja conquistada por esses pequenos batalhões. Os guerrilheiros não têm as condições para ocupar territórios e tomar o poder, portanto sua função última é apenas dar apoio ao exército regular revolucionário (Saint-Pierre, 2000, p. 196). Diz Che Guevara que

a guerra de guerrilha é uma fase da guerra que não tem por si só oportunidades de alcançar a vitória; é também uma das fases primárias da

guerra e irá desenvolver-se e desenvolver-se até que o Exército de Guerrilha, no seu crescimento, constante, adquira as características de um Exército Regular. Nesse momento ele estará pronto para desferir golpes definitivos no inimigo e reivindicar a vitória (Guevara, 2004, p. 12, tradução nossa).

Até mesmo Clausewitz, séculos antes, advertiu sobre a necessidade do apoio de um exército regular na retaguarda dos rebeldes em uma insurreição. “Sem estas tropas regulares para fornecer estímulo, normalmente faltará aos habitantes locais a confiança e a iniciativa para pegarem em armas” (Clausewitz, [2018], p. 571).

Portanto, o objetivo da guerrilha dentro da revolução não é o golpe final contra o Estado e a consequente tomada do poder – este é o papel do exército regular revolucionário. O objetivo da guerrilha consiste em “criar focos político-militares de resistência”, recrutar e treinar novos quadros, realizar os trabalhos políticos em meio à população a fim de angariar apoio ao movimento, e “a partir da propagação e da criação de uma base fixa, consigam se desenvolver e crescer até formar um exército regular que possa buscar a decisão por meio do combate” (Saint-Pierre, 2000, p. 201).

Por fim, vale ressaltar uma vez mais que, ainda que o dispositivo guerrilheiro possa infligir danos consideráveis às forças de repressão, esquivando-se dos contragolpes por meio de sua grande mobilidade, deve-se lembrar sempre que o planejamento é a mais crucial tarefa da guerrilha. Esperar pelo momento mais oportuno a fim de se mitigar quaisquer riscos é vital para determinar se o movimento alcançará seus objetivos ou irá amargar o fracasso. Lembrando da máxima de Clausewitz:

Não importa o quanto um povo seja valente, o quanto as suas tradições sejam guerreiras, o quanto seja grande o ódio pelo inimigo, o quanto seja favorável o terreno em que ele luta, o fato continua sendo que uma revolta nacional não pode manter-se onde a atmosfera estiver excessivamente cheia de perigos. Portanto, se o seu combustível tiver que ser utilizado para atizar uma grande conflagração, isto deve ser feito a uma certa distância, onde exista ar suficiente e onde a revolta não possa ser abafada através de um único golpe (Clausewitz, [2018], p. 571).

2.2.3 Terror e revolução: o uso do terrorismo na guerra revolucionária

É extremamente comum, especialmente por parte da mídia não especializada, do cidadão comum ou até mesmo do governo, referir-se à ação revolucionária como terrorismo. Tratando-se dos dois primeiros casos, no geral, é possível associar tal ato à mera ignorância definicional, porém, quanto ao governo, o uso do termo “terrorista” quase sempre vem imbuído de um juízo de valor pejorativo cujo fim é minar a legitimidade do movimento e/ou da causa por eles defendida.

A associação entre movimentos revolucionários e terrorismo é de longa data, de modo que, no início das produções especializadas, o terrorismo era corriqueiramente associado a movimentos rebeldes, insurgentes, guerrilhas, etc. Claramente, não é de todo errado realizar tal associação, uma vez que o terrorismo de fato pode se apresentar como um instrumento para a execução de atividades revolucionárias. No entanto, é errôneo definir um grupo ou movimento revolucionário pelo tipo de ação por eles realizado, já que o terrorismo – bem como a guerrilha – é apenas uma tática, isto é, um mero recurso que pode ou não ser utilizado. Ademais, é preciso ressaltar que, dentro do pensamento estratégico revolucionário, o terrorismo é frequentemente rejeitado como meio de ação, haja vista a forte possibilidade de se tornar contraproducente ao atingir pessoas inocentes e desvincular o movimento de sua base de apoio.

Seja como for, o fato é que o terrorismo *de facto* pode ter uma função tática dentro da guerra revolucionária, ainda que secundária, e a história nos fornece alguns exemplos disso: as Brigadas Vermelhas na Itália, o Fração do Exército Vermelho (RAF) na Alemanha, o Sendero Luminoso no Peru (Avilés, 2019), e, claramente, o próprio Movimento Naxalita.

Como visto até aqui, em conflitos dessa natureza, pressupõe-se a assimetria entre as partes, uma vez que, de um lado está o Estado, com seu poderio militar formalmente organizado, e de outro, está o exército revolucionário, irregular, com soldados treinados de maneira informal e, por vezes, lutando em condições precárias. Frente a essa desigualdade, é natural que o exército revolucionário busque estratégias e táticas para tornar as condições do teatro de operações mais igualitárias, possibilitando a imposição de danos significativos – e em último grau, a derrota – mesmo a um inimigo militarmente superior. Entre tais meios, os mais comuns são a guerrilha e o terrorismo.

Dentre as diversas características visíveis nos exércitos guerrilheiros, trabalhadas na seção anterior, destacamos aqui o fato de se tratar de uma guerra de baixa intensidade, que evita confrontos diretos com o inimigo em decorrência da disparidade de forças. Procura-se, portanto, realizar uma luta armada de longo prazo, visando, no curso do tempo, desgastar o inimigo e aumentar a própria capacidade bélica através da maior mobilização do povo – pondo em prática o que Mao Tsé-tung chama de Guerra Popular Prolongada (Mao, 2013b). Tendo isto em mente, percebe-se que o âmbito psicológico é um dos aspectos principais das guerrilhas revolucionárias, haja vista que um dos objetivos buscados é a conquista de pequenas vitórias através de ataques concentrados e constantes aos inimigos, pequenas alfinetadas cujo intuito é minar o desejo do inimigo de permanecer na luta, erodir sua resistência, levantando o moral dos rebeldes ao passo que desmoraliza as tropas inimigas.

Nesse sentido, pode-se identificar afinidades táticas e estratégicas entre a guerrilha e o terrorismo. Porém, antes de adentrarmos especificamente este ponto, façamos uma brevíssima definição do terrorismo em si.

Dentro da literatura especializada existe uma grande divergência acerca de uma definição exata de terrorismo, decorrente, entre outras coisas, de uma combinação de aspectos políticos, estratégicos, racionais e morais que impede uma conceituação unívoca acerca do tema, cuja complexidade envolve inúmeras variáveis. De modo geral, apesar das divergências teóricas, é possível identificar alguns elementos-chave dentro da ação terrorista, como, por exemplo, a perpetração de um ato criminoso cuja intenção é disseminar o terror em meio a população em geral ou a um nicho específico da sociedade, e forçar, direta ou indiretamente, as autoridades políticas a realizar determinada ação, ou se abster de fazê-lo (Goodwin, 2008; Hutchinson, 1972; Price Jr., 1977; Saint-Pierre, 2000, 2003; Wilkinson, 1977).

Em suma, o terrorismo, em suas diversas modalidades é uma forma de violência que se realiza no âmbito psicológico do indivíduo, cujo objetivo é condicionar comportamentos através do medo. Assim, seu principal alvo nunca é a vítima direta, ou seja, aquela que morre no atentado, mas sim a vítima indireta, aquelas que testemunham o ataque e “sentem-se expostas ou vulneráveis ao próximo atentado” (Saint-Pierre, 2000, p. 213).

Paul Wilkinson (1977, p. 52-53) lista algumas outras características que fazem parte do ataque terrorista como: ainda que os ataques sejam seletivos e seus alvos, individuais, os efeitos são inerentemente indiscriminados e imprevisíveis, uma vez que não há como ter certeza que apenas estas vítimas serão atingidas – portanto, ninguém está verdadeiramente seguro durante um ataque terrorista –, e não há como saber qual será o efeito sobre o comportamento das vítimas e da audiência, haja vista que o pavor incutido pelo ataque é algo totalmente subjetivo. Ademais, ainda que implicitamente, o terrorismo nega o reconhecimento de todas as regras e convenções da guerra, já que não há distinção entre combatentes e não combatentes, obrigações humanitárias para com prisioneiros ou feridos, mulheres e crianças podem não ser poupadas e, por fim, a rejeição de restrições morais que se reflete na utilização de armas e métodos particularmente cruéis, como desmembramento de vítimas.

Ao buscar chamar atenção para o grupo armado e causa que este defende, causar impacto na população e na opinião pública e até mesmo criar uma identificação e simpatia com aqueles que compartilham dos mesmos valores, o atentado terrorista pode ter como alvo – isto é, as vítimas indiretas – toda a sociedade ou apenas um grupo de pessoas, que Saint-Pierre (2000, 2003) designa como “grupo de risco”. Nesse sentido, seguindo a lógica do

autor, é possível fazer uma tipologia do terrorismo com base em suas vítimas.¹³ O terrorismo indiscriminado, ou aleatório, é aquele cuja vítima não é definida previamente ao ataque, e sua seleção não obedece a nenhum critério específico. O objetivo deste tipo de atentado é atingir o maior número de vítimas diretas e indiretas, com a maior diferenciação social possível, de modo que o grupo de risco possa ser absolutamente qualquer pessoa. Sua principal característica, portanto, é a universalidade da vítima, acarretando, pois em um pavor generalizado e incontrolável pois qualquer um pode ser a próxima vítima, da mesma forma que qualquer um pode ser um possível terrorista.

Por outro lado, existe o terrorismo discriminado, ou sistemático. Neste tipo de ação, as vítimas diretas são minuciosamente escolhidas com base em alguma característica identificatória específica, como raça, religião, classe social, etc. Diferentemente do aleatório, o terrorismo sistemático tem sua eficácia baseada na clara identificação da vítima, que torna a divisão dos campos de amizade e inimizade nítidos e obriga a sociedade a tomar partido nesta situação (Saint-Pierre, 2000, 2003).

Existem casos, dentro do terrorismo sistemático, em que o objetivo do atentado é gerar uma

identificação negativa, isto é, ver na vítima direta o ‘outro’, aquele que é odiado, de maneira a procurar uma cumplicidade tácita entre o grupo terrorista e parte da população, na medida em que esta sinta a ação terrorista como a realização empírica de seus desejos de justiça ou de mera vingança (Saint-Pierre, 2000, p. 213-214).

Nesses casos – os mais comuns a serem utilizados no contexto de uma guerra revolucionária – também é necessário que a vítima seja cuidadosamente escolhida, para que haja uma identificação clara e que seja facilmente reconhecida pelo público em geral, pois é esta ação que irá representar simbolicamente a linha divisória que cinde a sociedade.¹⁴

Frente a isso, nota-se que o terrorismo se encaixa de maneira muito conveniente aos objetivos táticos e estratégicos da guerrilha. Além de ser um recurso consideravelmente barato e simples de ser usado, é extremamente eficaz na esfera psicológica do conflito. No entanto,

¹³ Como pontuado pelo autor, existem outras formas de classificação que utilizam como base os mais distintos critérios, como quem é o terrorista (individual, estatal, internacional, etc.), qual a modalidade ou finalidade (político, econômico, religioso, etc.), os meios utilizados (tipo de arma), etc. (Saint-Pierre, 2000, 2003). Porém, para os fins da pesquisa, também utilizaremos a tipologia baseada na vítima.

¹⁴ Destaca-se aqui que a efetividade de tal ação é muito mais simbólica do que tática ou estratégica, uma vez que os efeitos de sua realização irão repercutir no âmbito político, moral e psicológico do conflito, não como uma maneira de desequilibrar o campo de batalha. Procura-se apenas tornar nítidas as divisões existentes dentro da sociedade e mostrar que a violência é o único tipo de relação política que pode existir entre as partes (Saint-Pierre, 2000, 2003).

sua contribuição é deveras controversa dentro da guerra revolucionária, uma vez que, ao mesmo tempo em que pode ser uma ferramenta útil à causa revolucionária, ela pode também ser contraproducente e acabar por erodir a base de apoio que movimento teria construído. Dito isso, examinemos, pois, as o uso terrorismo por movimentos revolucionários.

2.2.3.1 O terrorismo como tática revolucionária

Dentro da guerra revolucionária, atos terroristas podem ter uma função tática e estratégica extremamente útil para os rebeldes. É preciso reforçar, no entanto, que o terrorismo possui um papel secundário dentro da revolução, com o objetivo apenas de desestabilizar o regime vigente através do medo. Ele pode ser utilizado para dar apoio tático às guerrilhas, especialmente quando se leva em consideração o emprego de táticas de golpear e correr, com ataques surpresas, emboscadas, etc. É possível, com isso, criar distrações, gerar um grande número de baixas às forças de segurança e forçá-las a realizar ações antiterroristas dispendiosas.¹⁵ Além disso, de maneira mais ampla, pode ajudar a minar a vontade das forças de repressão de continuar lutando, abalando a confiança das tropas inimigas – possivelmente forçando a deserção de soldados pelo medo – e promovendo a perda de prestígio do governo, uma vez que a própria confiança do povo na capacidade do governo de protegê-lo é abalada (Wilkinson, 1977, p. 60).¹⁶ O terrorismo pode ainda ter as funções de deixar clara a opção pela luta armada, explicitar a existência de uma frente de combate e mostrar ao inimigo que sua posição não é invulnerável (Saint-Pierre, 2000).

Por outro lado, examinando de maneira mais atenta, é possível perceber que a ação terrorista repercute não apenas nas fileiras inimigas, mas também dentro do próprio movimento insurgente. Frente à lentidão do crescimento da chama revolucionária, o emprego da atividade terrorista tem a função de, além de atingir os centros de poder inimigos,

¹⁵ Goodwin (2008) faz uma interessante distinção entre terrorismo e guerrilha, ambos utilizados por movimentos revolucionários: segundo o autor, terrorismo envolve uso ou ameaça de violência de civis contra civis, enquanto a guerrilha consiste no uso de violência de civis contra o agentes do Estado. Na presente pesquisa não seguiremos tal distinção, haja vista que ataques terroristas podem ter como alvo também forças de repressão estatal e ainda assim disseminar o terror tanto entre a população civil como entre os soldados inimigos. Como trazido por Hutchinson (1972), por exemplo, uma das primeiras definições de terrorismo, feita pela Convenção da Liga das Nações para Prevenção e Repressão do Terrorismo, em 1937, caracteriza o ato terrorista como um crime contra o Estado. Ademais, como visto em Saint-Pierre (2000, 2003), a vítima política do terrorismo é o Estado – portanto, nada impede que a vítima tática também o seja.

¹⁶ Wilkinson (1977) chama atenção ainda para o fato de que o terrorismo sozinho nunca conseguiu seu derrubar um regime político vigente, porém a história mostra que ele tem sido um auxiliar eficaz nas lutas insurrecionais (sejam elas revolucionárias ou de libertação).

disseminar entre o povo uma demonstração de toda a força que o movimento já conquistou, a fim de desencadear a luta política (Bonanate, 1998). Nesse sentido, a propaganda revolucionária e a comunicação com as massas são essenciais para aumentar a base de apoio popular (Hutchinson, 1972). Seu uso pode buscar ainda controlar a impaciência dos militantes e aliviar a tensão causada por períodos de inércia, ou vingar as vítimas de um regime opressor, aterrorizando este último, e mostrando que tal capacidade advém de uma organização sólida do movimento – o que, por sua vez, requer também que os atos terroristas não sejam isolados, mas sim consistam em um número cada vez maior de atentados.¹⁷

A atividade terrorista revolucionária, portanto, possui uma dupla dimensão psicológica: ela deve disseminar o terror em meio às linhas inimigas, abalando sua confiança e vontade de lutar, ao passo que levanta o moral dos insurgentes, despertando a consciência popular e fazendo com que “o povo passe do ressentimento passivo à luta através daquele que poderia ser definido como um verdadeiro atalho no processo do crescimento revolucionário” (Bonanate, 1998, p. 1242-43).

A utilização do terror pode depender ainda da situação em que a guerrilha se encontra: quanto mais vulnerável e desesperado o grupo estiver, mais o terrorismo irá se mostrar uma opção mais plausível é justificável – especialmente quando se considera que é uma tática que não requer altos custos nem muitas pessoas para ser realizado.¹⁸ Nas palavras de Wilkinson ,

diante de pesadas perdas por meio da ação policial ou do exército, ou da falha em mobilizar o apoio popular, ou da infiltração policial bem-sucedida de seus grupos, talvez seja inevitável que a guerrilha [...] olhe para o terrorismo como uma arma de último recurso. (Wilkinson, 1977, p. 63, tradução nossa).

Ademais, não apenas a conveniência tático-estratégica pode explicar o uso do terrorismo. Em sociedades onde existe uma grande polarização entre os diferentes grupos, seja ela causada pelo distanciamento cultural, étnico ou desigualdades socioeconômicas e políticas extremas, existe uma maior propensão ao uso de terrorismo, haja vista que nestes contextos o ódio entre grupos é mais profundamente enraizado, tornando táticas cruéis de guerra uma opção não tão distante (Goodwin, 2008).

¹⁷ Assim como Wilkinson (1977) diferencia o terror epifenomenal do terrorismo (isto é, o terror que naturalmente resulta de conflitos e o terror que é intencional e sistematicamente implementado), Price Jr. (1977) também chama atenção para a distinção entre os diferentes tipos de violência, como o advindo de uma revolta popular espontânea e os atos terroristas premeditados estrategicamente que são levados a cabo por grupos bem estruturados e que buscam um objetivo político. Hutchinson (1972) segue o mesmo caminho ao afirmar que o terrorismo revolucionário não pode ser um ataque isolado ou um série de atos aleatórios, mas sim uma atividade planejada e sistematizada.

¹⁸ Em verdade, os custos de um atentado terrorista são exponencialmente menores do que formar, treinar e armar um guerrilheiro.

A violência empregada em atividades terroristas revolucionárias, não obstante seja comumente relacionada quase que exclusivamente a ataques a bomba, pode assumir diferentes formas. O sequestro, por exemplo, é um instrumento que pode muito bem ser utilizado com a dupla função de incutir medo na população e demandar recursos ou a execução de determinadas condições para a liberação dos reféns. Nesses casos, como aponta Price Jr. (1977, p. 57), o refém assume o papel de vítima direta, enquanto o resto da população – em especial aqueles que são ligados à vítima seja por parentesco, etnia, classe ou ligação política, e dos quais serão exigidas as concessões para a libertação do refém – se coloca como vítima indireta ao vislumbrar, aterrorizada, a possibilidade de ser a próxima vítima. Além disso, sequestros tendem a ter uma grande visibilidade midiática, especialmente quando se trata de uma vítima conhecida publicamente, o que acaba logrando sucesso no objetivo terrorista de chamar atenção para a causa.

Outra modalidade de ataque é o assassinato seletivo – ou, como tratado aqui, terrorismo sistemático. Ele pode ser direcionado tanto contra inimigos específicos – tipicamente alvos simbólicos, como pessoas envolvidas com o regime vigente, tais como políticos, oficiais, ativistas, intelectuais, jornalistas, etc. –, quanto contra opositores ou supostos traidores dentro da própria insurgência a fim de forçar a cooperação das massas com os rebeldes, ou ao menos frear a cooperação com o regime (Price Jr., 1977; Goodwin, 2008).

Por fim, talvez o maior símbolo no imaginário geral sobre o terrorismo, os ataques indiscriminados feitos através de colocação de bombas em locais públicos, *mass shootings*, ou assassinatos aleatórios por outros meios, como atropelamento, ataques com gás, etc., por exemplo, que são uma das formas mais eficazes de ganhar repercussão mundial por conta justamente de seu caráter randômico e o choque que causa a todos que o presenciam.¹⁹

Já no que diz respeito aos efeitos e consequências do terror revolucionário, é necessário fazer distinção entre o tipo de terrorismo empregado. O principal objetivo a ser alcançado por um ataque terrorista aleatório, por exemplo, é a “sensação de isolamento do cidadão em relação ao Estado” (Saint-Pierre, 2000, p. 221), um total desamparo da população que vê a impotência do Estado em seu papel de protetor de seus cidadãos. O tecido social então lentamente entra em colapso, já que ocorre a perda da confiança no Estado, e este, conseqüentemente, tem sua legitimidade abalada. O terrorismo afeta, portanto, não apenas o indivíduo, mas também a própria estrutura social:

¹⁹ Entretanto, como alerta Goodwin (2008), grupos revolucionários que fazem o uso de tal modalidade de atentado não o fazem de maneira tão aleatória quanto pode parecer, preferindo criar algum grupo de identificação por meio de ataques ao que o autor chama de “civis cúmplices”, isto é, aqueles que se beneficiam do governo, apoiam-no ou o influenciam de alguma maneira.

A comunidade anteriormente coerente se dissolve em uma massa de indivíduos anômicos, cada um preocupado apenas com a sobrevivência pessoal [...]. O terrorismo destrói a solidariedade, a cooperação e a interdependência em que se baseia o funcionamento social e substitui a insegurança e a desconfiança (Hutchinson, 1972, p. 388, tradução nossa).

Em outras palavras, espera-se que haja um efeito psicológico na população, induzindo a mudança de seu comportamento, seja a neutralização das massas como possíveis apoiadores do regime – seja pelo falta de confiança no Estado ou pelo simples medo de ser uma das próximas vítimas dos ataques – ou, quiçá, transformação desta em opositora do governo, ou até mesmo conquistar simpatizantes que se sentem vingados pelo sofrimento que passaram (Price Jr., 1977; Goodwin, 2008; Hutchinson, 1972).²⁰ Já o terrorismo sistemático, ao identificar um inimigo específico, estabelece mais claramente os campos de amizade e inimizade, tornando nítida a divisão da sociedade e podendo angariar apoio em meio àqueles que se identificam com a causa e nutrem os mesmos ressentimentos para com o regime vigente.

Entretanto, em ambos os casos, corre-se o risco de “desvincular o grupo armado da mobilização popular” (Saint-Pierre, 2003, p. 152), falhando em seus objetivos e até mesmo sendo contraproducente – afinal, o terrorismo é uma tática que, como qualquer outra, pode estar fadada ao fracasso se não planejada minuciosamente. Ao invés de atingir seu objetivo primário de levar a um colapso social no qual os alvos se rendem às vontades e demandas do grupo terrorista, os atentados podem levar a uma mobilização da sociedade para resistir a tais demandas e eliminar o grupo. Pode levar ainda à contra-violência e surgimento de grupos rivais ou grupos de vigilantes/justiceiros, o que neutraliza a efetividade dos atentados (Wilkinson, 1977, p. 50).

De maneira interessante, talvez pensando justamente nesse aspecto contraproducente, Bonanate (1998, p. 1243) faz uma distinção entre o terrorismo e o que ele chama de atentado político. Para ele, “é exatamente o aspecto indiscriminado do ato [...] que representa o elemento distintivo entre o terrorismo revolucionário e aquele que se poderia definir como contra-revolucionário ou, mais claramente, fascista”. Assim, enquanto o movimento revolucionário aceita o atentado político, ele nega o terrorismo, porque além de atingir o inimigo, ele pode também atingir o aliado. Em outras palavras, trazendo para a lente teórica

²⁰ Porém, como adverte Hutchinson (1972), ainda que as ações terroristas possam causar alguma mudança de comportamento imediata, não se pode esperar que haja um apoio ideológico de longo prazo advindo unicamente da coerção. É preciso, portanto, que haja a conquista de uma base de apoio por outros meios, seja pela doutrinação, a conquista de “corações e mentes”, motivações econômicas, falta de confiança nas autoridades, etc.

aqui utilizada, o autor rejeita o uso do terrorismo indiscriminado para os fins revolucionários, ao passo em que o terrorismo sistemático pode ser uma arma útil à insurreição.

Até mesmo em meio aos principais ideólogos revolucionários, existem inúmeras divergências quanto a recorrer ou não ao terrorismo como arma para a revolução. Marx, por exemplo, afirma que o terror revolucionário é um meio de se abreviar a luta de classes, enquanto Marighella argumenta que o terrorismo é uma arma que nunca pode ser descartado pelos revolucionários. Por outro lado, da parte de Lênin, há uma recusa total na adoção do terrorismo. Para ele, este é um mecanismo utilizado pelos intelectuais separado das massas, uma forma de luta individualista que nada tem a ver com a guerrilha, esta sim organizada e realizada pelo proletário (Bonanate, 1998; Saint-Pierre, 2000).

Já Che Guevara (2004, p. 17) afirma que o terrorismo é uma medida indiscriminada e ineficaz, uma vez que pode fazer vítimas inocentes e ceifar um considerável número de vidas que poderia ser vital para a revolução. Seguindo o mesmo pensamento de Lenin, Che argumentava que o terrorismo poderia fazer com que o povo se virasse contra a revolução, podendo levar à perda de comunicação entre os revolucionários e as massas e, desse modo, culminando no fracasso do movimento (Wilkinson, 1977; Bonanate, 1998). Em suas palavras, o terrorismo é uma medida

“[...] bastante ineficaz, em geral, indiscriminada em suas consequências, pois, em muitos casos, faz vítimas de seus efeitos a gente inocente e que custa grande número de vidas valiosas para a revolução. O terrorismo deve ser considerado como fator valioso quando é utilizado para justificar algum renomado dirigente das forças opressoras, caracterizado pela sua crueldade, por sua eficiência na repressão, por uma série de qualidades que fazem de sua supressão algo útil; mas nunca é aconselhável a morte de pessoas de pouca qualidade que traz como consequência um desborde da repressão com sua sequela de mortes” (Guevara, 2004, p. 17, tradução nossa).

Ademais, a utilização do terrorismo pode ainda ser a justificativa e oportunidade do Estado para utilizar forças de repressão, sistemas de controle – frequentemente violentos e que podem cercear liberdades individuais – e declaração de estado de emergência a fim de suprimir a atuação dos grupos terroristas (Wilkinson, 1977, p. 50). Se, por um lado, essa retaliação exacerbadamente violenta e indiscriminada por parte do Estado pode ser utilizada para atizar as chamas da revolução, por outro, caso já haja uma predisposição para a rejeição do movimento em meio a população por conta de atentados que eventualmente atingiram inocentes, ela pode desarticular todo o movimento.

O castigo descarregado sobre os movimentos populares como forma de retaliar os atentados terroristas, acompanhados de uma profusa campanha de propaganda, pode levar à direção política desse movimento a colocar-se contra o acionar terrorista. Ainda que isto não se concretize, as forças

repressivas podem tomar os atentados terroristas como pretexto para reprimir e desarticular a organização dos movimentos sociais (Saint-Pierre, 2003, p. 152).

Em suma, a utilização do terrorismo pelos movimentos revolucionários é uma questão extremamente controversa, tanto pelos ideólogos clássicos da revolução quanto por seus analistas. Se por um lado a atividade terrorista pode vir a fortalecer o acionar das diversas frentes da insurreição, por outro, pode ser o fator chave para o fracasso de todo o movimento popular. No mais, podem surgir ainda conflitos morais por parte dos perpetradores por se tratar de um tipo de violência cuja crueldade vai além das formas de violência convencionais socialmente aceitas – aqueles que o utilizam podem justificar suas ações como um último recurso ou um ato cujos fins justificam os meios (Hutchinson, 1972). Assim, é comum que insurgentes se deparem com inúmeros dilemas estratégicos cujas soluções estão longe de serem simples, uma vez que é impossível para um grupo com aspirações revolucionárias terem informações completamente precisas acerca da conjuntura política e social de onde atuam de modo a prever com certeza se as repercussões do uso do terrorismo seriam positivas ou negativas em meio ao movimento (Goodwin, 2008).

Em síntese,

As ações terroristas revolucionárias devem vir a fortalecer o acionar das organizações populares, auxiliar na sua defesa, apoiá-las nas negociações, mas sempre evitando que sua ação possa ser utilizada como motivo ou justificativa da repressão. Ela deve contribuir com as formações populares para fomentar o ódio, necessário para manter a chama revolucionária, mas evitar a todo custo espalhar o medo entre elas. *Esta é a difícil tarefa da peculiar função do terrorismo para a revolução: fornecer segurança, coesão e ódio às forças populares e terror às fileiras do aparelho repressivo. [...]* (Saint-Pierre, 2000, p. 223, grifos nossos).

Por fim, cabe destacar novamente que todo conflito, independentemente de sua natureza, possui uma complexidade analítica inerente a todo fenômeno bélico que, em última instância, dependerá da percepção daquele que o observa. As concepções bastante abrangentes – e por vezes vagas e ambíguas – de terrorismo são permeadas por interesses políticos, haja vista que a ausência de uma definição exata acaba por se tornar o véu que encobre de legitimidade ações de combate a um inimigo convenientemente desconhecido/misterioso que facilmente poderiam ser vistas como atentados aos direitos humanos e a convenções internacionais. Em vista disso, é necessário elucidar que, em razão de conveniências políticas e estratégicas, existe uma considerável falta de pragmatismo no uso do termo “terrorista”, que quase sempre é imbuído de juízo de valor e utilizado de maneira

pejorativa para se referir a um inimigo que desafia a ordem pública, como meio de deslegitimar sua luta (Saint-Pierre, 2003; Wilkinson, 1977).

Em outras palavras, o terrorismo faz parte de um debate subjetivo e permeado de interesses estratégicos e políticos, e o uso do termo “terrorista” é frequentemente utilizado de maneira arbitrária para denominar qualquer um que se oponha a uma ordem estabelecida, sempre de modo a atribuir ao outro a característica de perversão moral e colocá-lo em posição daquele que deve ser eliminado por quaisquer meios necessários.

Movimentos revolucionários, justamente por atacarem a ordem política vigente, são comumente denominados como terroristas, sempre de maneira a deslegitimar a causa pela qual se luta e justificar represálias violentas por parte do Estado. Não obstante haja afinidades tático-estratégicas entre a revolução e o terrorismo, é um erro equacioná-los. Como destaca Wilkinson (1977), é preciso se atentar para a diferença entre terror e terrorismo. A eclosão de uma guerra ou revolução são fenômenos que evidentemente podem causar terror naqueles que o presenciam, no entanto, é claramente distinto de grupos ou regimes que sistematicamente utilizam o terrorismo. Ao designar como terrorista determinado grupo cujas ações contrariam seus interesses, as autoridades políticas muitas vezes desvirtuam uma definição exata sobre terrorismo de modo a moldá-la de acordo com seus interesses e a conveniência de poder agir com maior margem de manobra para combatê-los.

2.3 Mao Tsé-tung e a Guerra Popular Prolongada

Dentro dos teóricos da revolução, Mao Tsé-tung pode ser considerado um dos maiores expoentes da luta revolucionária, além de ser um de seus maiores estrategistas. Levando em consideração o contexto em que se encontrava a China, Mao enfatizou o papel revolucionário do campesinato como a principal força motriz da revolução.

Desde sua juventude, Mao atuou constantemente nas lutas camponesas na China, algo que, juntamente com o longo histórico de guerras do país, fez florescer a veia militarista de seu pensamento de tal modo que o levou a reconhecer que “algumas pessoas ironizam a nosso respeito, tratando-nos de partidários da ‘teoria da onipotência [sic] da guerra’. Sim, nós somos defensores da teoria da onipotência da guerra revolucionária; isso não é mau, é bom, isso é marxista” (Mao 2013a). Para ele, o imperialismo já estava tão profundamente arraigado na China e a posição das classes dominantes estava tão fortificada que “impedia o exercício da política sem o derramamento de sangue” (Saint-Pierre, 1997a, p. 165).

Assim, seguindo sua teoria da onipotência da guerra, Mao “cria uma sinonímia entre

guerra/política; direção militar/direção partidária; partido/exército; povo/base” (Viana, 2014, p. 42), acreditando que política e guerra eram intrínsecos, e as características do fazer político não se diferenciavam em nada das ações bélicas a não ser na ausência do combate (Saint-Pierre, 1997a, 2000). Subvertendo a fórmula de Clausewitz, Mao (2013b) dizia que “a política é guerra sem derramamento de sangue, e a guerra é a política sangrenta”. Para ele, a via armada era o único caminho possível para conquistar a independência e igualdade. Em suas palavras,

A tarefa central e a forma suprema da revolução é a conquista do poder político pelas armas, é a solução desse problema pela guerra [...] A experiência da luta de classes na era do imperialismo ensina-nos que só pela força das armas a classe operária e as massas trabalhadoras podem derrotar a burguesia e os senhores de terras que estão, ambos, armados. Nesse sentido, é correto dizer-se que só com as armas se pode transformar o mundo. Nós somos partidários da abolição da guerra; nós não queremos a guerra. Contudo, a guerra só pode abolir-se com a guerra. Para acabar com as armas há que pegar em armas (Mao, 2013a).

Porém, antes de adentrarmos nos pormenores estratégicos e táticos da teoria da guerra revolucionária elaborada por Mao, faz-se necessário uma brevíssima contextualização histórica do cenário que levou ao desenvolvimento da teoria maoísta.

Embora a China seja uma das mais antigas e ricas civilizações já vistas, politicamente o país cultivou um histórico de desorganização e debilidade no poder central. Grandes proprietários rurais dotados de exércitos particulares exerciam controle sobre províncias, transformando a China em um grande mosaico político e varrida por pequenos conflitos decorrentes da divergência de interesses desses senhores feudais (Visacro, 2009).

Por conta de abusos e injustiças, a população camponesa se levantou inúmeras vezes contra os proprietários de terra, fazendo com que “as zonas rurais vivessem em um estado de permanente beligerância” (Pomar, 2003, [p. 37]). As grandes rebeliões e movimentos populares na China ao longo do século XIX, portanto, tiveram como principal força o campesinato – embora, por falta de organização e lideranças que determinassem um objetivo político claro, tais movimentos se enveredassem para o caminho do banditismo (Bezerra, 1986; Pomar, 2003).

Contudo, seguindo as orientações do governo soviético e da III Internacional de que o proletariado urbano deveria dirigir a revolução, o PCC, através de seus militantes e dos sindicatos, organizava os operários em movimentos nas grandes cidades, buscando “manter uma tensão revolucionária constante” (Bezerra, 1986, p. 45). Porém, o governo de Chiang Kai-shek reprimiu todos os movimentos e a perseguição aos membros do Partido cresceram em sua violência.

Perante as tentativas frustradas de iniciar os levantes nas cidades, cresceu a percepção de impossibilidade “de manter a perspectiva de um processo revolucionário dirigido sob a ótica europeia ou da Rússia”, fazendo com que cada vez mais os chineses se convencessem “da necessidade de buscar seus próprios caminhos, baseados nas singularidades de sua realidade social e econômica” (Bezerra, 1986, p. 46).

Neste cenário, o jovem Mao Tsé-tung se destacou em meio aos comunistas chineses ao perceber o potencial revolucionário do campesinato, desde que todo seu ímpeto fosse orientado para objetivos políticos claros (Pischel, 1998). “Com 80% de sua enorme população vivendo no campo e com um longo histórico de revoltas camponesas, o sucesso da pretensa revolução comunista na China não poderia estar no atrofiado proletariado urbano, mas sim nas zonas rurais” (Visacro, 2009, [p. 94]). Para Mao, os comunistas tinham o dever de reunir todas as forças dispersas do campesinato e fornecer uma profunda orientação política a fim de explorar e catalisar o imenso potencial revolucionário do povo chinês.

Com o início dos seus trabalhos, Mao despertou a ira do presidente Chiang Kai-shek, que buscando dizimar as movimentações comunistas, lançou cinco ofensivas militares entre 1930 e 1934. Embora tenham resistido às quatro primeiras, a quinta campanha foi desastrosa para os comunistas. Com aproximadamente 900 mil soldados, o exército do Kuomintang cerca as áreas conquistadas pelos guerrilheiros. Perante uma derrota iminente, Mao Tsé-tung, juntamente a Liu Piao e Chou En-lai, conseguem cruzar as linhas inimigas e iniciam sua retirada estratégica para o norte da China, no movimento que seria reconhecido pela história como Longa Marcha (Bezerra, 1986; Pomar, 2003; Visacro, 2009).

Quase 10 mil quilômetros foram percorridos pelas tropas comunistas. Sob o fogo do exército chinês e enfrentando terrenos acidentados, intempéries do clima, fome e cansaço, apenas um quinto dos quase 100 mil comunistas – entre eles, mulheres e crianças – sobreviveu.²¹ Ao final de 1936, as tropas comunistas ocuparam a cidade de Yanan e nela constituíram o novo epicentro da Revolução. E foi também nesse período que a liderança de Mao se tornou absoluta e incontestável (Bezerra, 1986; Pomar, 2003; Visacro, 2009).

No entanto, a história jamais é linear e um mesmo evento pode contar com a ingerência de um sem número de variáveis – e foi justamente o que aconteceu. Um ator externo iria alterar os rumos da guerra revolucionária na China: em 1937 uma violenta

²¹ Existem divergências quanto à exatidão desses números. Para Visacro (2009), por exemplo, 90 mil comunistas cruzaram 9.650 quilômetros, enquanto Pomar (2003) afirma que uma tropa de 300 mil comunistas – dos quais apenas 30 mil sobreviveram – percorreram 12 mil quilômetros; já para Bezerra (1986) os comunistas contabilizavam 100 mil homens; Saint-Pierre (1997a), por sua vez, diz que foram 16 mil quilômetros.

invasão japonesa teve início. O Japão se lançava aos territórios chineses em busca da conquista das regiões centrais norte e central, bem como o litoral sul da China, tal como haviam feito com a Manchúria anos antes. Frente à brutal ocupação nipônica, o conflito entre Partido Comunista Chinês (PCC) e do Kuomintang – a contragosto de Chiang Kai-shek – se transformou em uma guerra de resistência, formando uma frente única contra um inimigo estrangeiro (Pomar, 2003; Visacro, 2009).

As tropas regulares do exército chinês pouco conseguiram fazer perante a superioridade militar japonesa, e Chiang Kai-shek pretendia poupar esforços para quando os conflitos com os comunistas fossem retomados. Sob estas circunstâncias, coube às guerrilhas comunistas obter os resultados mais consistentes contra as tropas japonesas. Mesmo que não soubesse naquele momento, as escolhas do presidente Kai-shek iriam favorecer seu inimigo nos anos que estavam por vir.

As atitudes diante da guerra de resistência contra o invasor japonês, entre 1937 e 1945, selaram o destino do Guomindang [sic] e do Partido Comunista. Quando a revolução voltou a bifurcar-se na terceira guerra civil revolucionária, o povo chinês reconheceu nos comunistas aqueles que haviam realmente contribuído para evitar a colonização da China pelos japoneses e os apoiou, majoritariamente, na instauração da República Popular da China, em 1949 (Pomar, 2003, [p. 19]).

A derrota japonesa definitiva viria apenas em 1945, com o envio de tropas soviéticas à Manchúria – além do desastre nuclear em Hiroshima e Nagasaki no final da Segunda Guerra. Naquele momento o PCC já controlava 19 Áreas Liberadas, que juntas somavam cem milhões de habitantes; seus exércitos regulares já contavam com quase um milhão de soldados e as milícias armadas somavam mais dois milhões de homens às fileiras revolucionárias (Pomar, 2003). Além disso, quando o Japão se rendeu, os comunistas se apoderaram de seu arsenal e retomaram o controle da Manchúria (Visacro, 2009).

No ano seguinte, em 1946, a guerra entre o PCC e o Kuomintang foi retomada. Os comunistas, seguindo as ideias de Mao sobre a primazia do campesinato, controlavam extensas áreas rurais, enquanto as forças do governo ficavam ilhadas nos centros urbanos e controlavam o espaço aéreo, entroncamentos ferroviários e os portos. Embora o Kuomintang recebesse apoio dos EUA para conter as tropas maoístas, “o poder dos nacionalistas decrescia em virtude de sua impopularidade, de sua liderança deficiente, da corrupção que grassava nos altos escalões e das divergências pessoais que persistiam no alto-comando” (Visacro, 2009, [p. 97]). Frente a isso, seria apenas questão de tempo até o governo de Chiang Kai-shek fosse esmagado pelas forças revolucionárias.

Após uma série de vitórias do Exército Vermelho, com manobras que evidenciaram a

genialidade estratégica de Mao, o sucesso da Revolução era iminente. Por fim, em 1º de outubro de 1949, na Praça da Paz Celestial em Pequim, Mao Tsé-tung proclamou a República Popular da China, abrindo um novo capítulo da história.

2.3.1 A Guerra Popular Prolongada

Conforme já falamos, Mao Tsé-tung se destacou como um dos mais hábeis estrategistas e um dos maiores expoentes da guerra revolucionária. Para ele, em decorrência da repressão e exclusão sofridos pela população camponesa, que eliminava quaisquer perspectivas de desenvolvimento democrático, a transformação da sociedade chinesa era impossibilitada de ocorrer por meios pacíficos; a luta de classes, portanto, só poderia ocorrer por via armada (Pischel, 1998). Assim, considerando seu pensamento de que guerra e política são indissociáveis, um dos elementos principais da teoria maoísta não poderia ser outro que não o exército revolucionário. Nesse sentido, dois são os princípios seminais da organização e atuação do exército: a conservação e a reprodução. Isto é, “[...] o Exército Vermelho devia, em primeiro lugar, conservar suas próprias forças e, em segundo, aumentá-las” (Saint-Pierre, 2000, p. 158).

No que diz respeito à reprodução das forças, era imprescindível que fosse feito um amplo trabalho político por parte dos soldados, com vistas a não apenas mobilizar o povo em prol da revolução, mas também “aproveitar as fissuras do inimigo explorando todo o distanciamento perceptível [...] para fomentar a discórdia” e, assim desintegrar as forças inimigas (Saint-Pierre, 1997a, p. 167). Nas palavras de Mao,

[...] o Exército Vermelho não deve de maneira alguma limitar-se apenas a combater; além de combater para destruir o poderio militar do inimigo, ele deve ainda assumir tarefas tão importantes como a de fazer propaganda no seio das massas, organizar as massas, armar as massas, ajudar as massas a instaurar o poder político revolucionário, e inclusivamente criar organizações do Partido Comunista. O Exército Vermelho não combate meramente por combater, mas sim para fazer propaganda entre as massas, organizá-las, armá-las e ajudá-las a instaurar o poder político revolucionário. Sem esses objetivos, o combate perde o seu sentido e o Exército Vermelho deixa de ter razão de existir (Mao, 2002, p. 77-78).

Tratando-se do princípio de conservação, Mao argumentava que um dos aspectos mais importantes da guerra era, acima de tudo, saber se defender. Embora o ataque fosse a principal maneira de destruir o inimigo, a defesa era fundamental para o desenrolar da guerra, sobretudo frente às relações de força desfavoráveis às tropas revolucionárias. “A defesa tem como objetivo imediato a conservação das próprias forças mas, ao mesmo tempo, ela é um

meio complementar do ataque ou uma preparação para o ataque”, de modo que “na prática da guerra, o papel principal é desempenhado pela defesa em muitas ocasiões [...]” (Mao, 2013b).

Assim, tendo plena consciência de que suas unidades de guerrilha não eram fortes o suficiente para um combate aberto contra o exército regular chinês, Mao se recusou a entrar em confrontos diretos. Pensando nisso, Mao criou e pôs em prática a sua “retirada estratégica”, grande manobra militar que veio a ser conhecida na história como Longa Marcha. Para ele, a posse de um terreno, isto é, defender posições fixas, era algo irrelevante, de modo que se o combate fosse desfavorável em determinado momento, as tropas logo se retiravam do local (Saint-Pierre, 2000; Visacro, 2009).²²

Mais de um século antes, Clausewitz havia discorrido sobre a transferência da guerra para o interior do país. Ao tratar do povo em armas, conforme já discutimos, levar o inimigo para o interior é uma das condições essenciais para a vitória; já ao se debruçar sobre os métodos de resistência, a retirada teria o propósito de “enfraquecer o atacante a um ponto tal que se possa esperar que ele cesse o seu avanço por conta própria, ou que, pelo menos, fique fraco demais para superar a resistência que finalmente terá que enfrentar” (Clausewitz, [2018], p. 445).

Anos depois, Mao levaria o conceito de retirada a um novo patamar. Para ele, a retirada estratégica foi um meio de desenvolver a Guerra Popular Prolongada (GPP), uma “adequação da estratégia do confronto bélico a uma situação em que um exército deve combater numa correlação de forças claramente adversa” (Saint-Pierre, 1997a, p. 173). Nesta modalidade de guerra, em razão da disparidade de forças entre o inimigo e o exército revolucionário, procura-se realizar uma luta armada de longo prazo, evitando, pois, a decisão pelo combate e visando, no curso do tempo, desgastar o inimigo e aumentar a própria capacidade militar através da maior mobilização do povo (Mao, 2013b).

Como toda guerra revolucionária, a GPP é ofensiva em seu nível político, já que visa tomar o poder, devendo, portanto, ter a iniciativa política; defensiva no nível estratégico, uma vez que existe uma grande desproporção de forças entre os insurgentes e o exército regular nacional, e é preciso ganhar tempo; e ofensiva em seu nível tático, haja vista que é necessário desgastar o inimigo no campo de batalha e evitar posições defensivas pois não resistiriam ao poder de fogo do inimigo (Saint-Pierre, 2000, p. 167). Desse modo, a proposta da GPP é um combate prolongado no nível estratégico (visando o desgaste do inimigo e o aumento das próprias forças), enquanto no nível tático serão procuradas decisões em combates rápidos

²² Como apontado por Visacro (2009, [p. 103]), “o maior inconveniente [da retirada estratégica] era justificar para a população local que ela seria abandonada à mercê das represálias nacionalistas”.

(levando em conta o princípio da tática de guerrilha de golpear e fugir).

Tendo em vista esses diferentes níveis, torna-se possível compreender o princípio de centralização estratégica e descentralização tática, segundo o qual, “em oposição a absoluta centralização ou descentralização, o princípio de comando na guerra de guerrilhas deve ser o comando centralizado em estratégia e descentralizado nas campanhas e nos combates” (Mao, 2012). Esse princípio de organização e planejamento, que tornava posicionamentos contrários complementares, “fornecia coerência estratégica no nível da decisão e flexibilidade tática operativa”, além de “articulação das frentes sem perder a autonomia e iniciativa próprias da eficácia da guerrilha” (Saint-Pierre, 1997a, p. 166, 176).

A GPP é composta de três fases: a defensiva estratégica; o equilíbrio estratégico; e a contraofensiva estratégica. Na primeira delas, as tropas revolucionárias ainda estão fracas e desprovidas de vastos recursos, portanto, deve-se evitar um combate direto, adotando, pois, a guerra de movimentos e a tática de guerrilha. Neste momento, deixa-se que o inimigo penetre profundamente em seu território, colocando em prática a retirada estratégica. Dessa forma, entrega-se o território ao inimigo a fim de ganhar o tempo necessário para maximizar suas próprias forças, ao passo em que as tropas inimigas são desgastadas tanto pelas intempéries geográficas e climáticas quanto pelos constantes ataques da guerrilha. Em decorrência destes desgastes, um profundo abatimento moral recai sobre as linhas inimigas, erodindo sua vontade de continuar lutando e forçando possíveis deserções. Nas palavras de Mao (2013b), nesta fase

o inimigo encontrará sérias dificuldades e expor-se-á a desastres que ultrapassam os limites da nossa imaginação [...] No campo do inimigo já existem sinais de abatimento moral, o ímpeto ofensivo do seu exército de terra é menor no meio da fase atual do que era no começo, e diminuirá ainda mais no respectivo período de conclusão. Começam já a aparecer sinais de esgotamento nas suas finanças e economia; o cansaço da guerra começa a manifestar-se entre as suas tropas e população e, no próprio seio da camarilha dirigente, começam a surgir as “frustrações de guerra”, enquanto o pessimismo sobre as perspectivas da guerra segue crescendo (2013b).

No entanto, ainda que a guerrilha fosse considerada por Mao importantíssima para as ações revolucionárias, ele mesmo admitia que não era possível chegar a vitória apenas por meio dessas pequenas unidades. Apenas o exército regular poderia procurar a decisão pelo combate; à guerrilha, portanto, não competia a vitória, bastava desgastar as forças inimigas em longas campanhas (Saint-Pierre, 1997a, 2000; Visacro, 2009). Destarte, “o papel estratégico da guerra de guerrilhas é duplo: apoiar a guerra regular e transformar-se em guerra regular” (Mao, 2013b).

Com isso, chega-se à segunda fase, o equilíbrio estratégico. Neste momento, o inimigo detém sua ofensiva e passa a tentar defender as regiões que ocupou; as forças revolucionárias atacarão, pois, a retaguarda inimiga, forçando-os a se deslocar. Será esta, segundo Mao (2013b), a fase de transição da guerra, a mais longa e difícil. Os grupos guerrilheiros, além de conquistarem o apoio da população, acumulam pequenas vitórias no curso do tempo, expandindo suas forças e sua estrutura organizacional até conseguirem se transformar em unidades regulares (Visacro, 2009).

No entanto, as tropas regulares ainda não estarão suficientemente bem equipadas, de modo que deverão manter as qualidades da guerrilha de intensa mobilidade e capacidade de rapidez de manobra, realizando grandes deslocamentos a fim de liquidar as tropas inimigas em uma guerra de movimento (Mao, 2013b). No momento em que as forças revolucionárias atingirem o ápice de sua força e as linhas inimigas estiverem fragilizadas, finalmente a guerra entrará em sua terceira fase.

A última fase da Guerra Popular Prolongada é a de contraofensiva estratégica, em que a revolução deixará a guerra defensiva, do ponto de vista estratégico, e passará a ofensiva. Neste momento, o objetivo da guerra é a conquista e defesa de territórios, de maneira que a GPP se desenvolva em uma guerra de posições. O exército regular revolucionário terá o papel principal e procurará a decisão pelo combate direto, enquanto a guerrilha passará a desempenhar um papel auxiliar nas guerras de movimento e de posições (Mao, 2013b).

Em suma,

A teoria de guerra popular de Mao consiste, basicamente, em conquistar e fortalecer o apoio da população em áreas remotas, obrigando o exército regular inimigo a adentrar nos rincões do território nacional, onde será consumido em uma campanha interminável, desgastado por uma combinação de guerra móvel e guerrilha, na qual lhe será negada uma batalha decisiva. Os longos anos de luta, os pequenos êxitos táticos acumulados e o crescente apoio da população permitirão a transformação dos grupos de guerrilha em unidades regulares capazes de sobrepujar o oponente em grandes embates (Visacro, 2009, [p. 98]).

O que se vê aqui é que a Guerra Popular Prolongada é uma guerra de desgaste, que protela o combate decisivo a fim de concentrar, no espaço e no tempo, o máximo de força possível para atacar o inimigo. As pequenas unidades guerrilheiras, desprovidas de longas caudas logísticas, conhecedoras do terreno onde operam e contando com o apoio da população, deslocam-se rapidamente, atacam de surpresa, fustigam ininterruptamente as linhas inimigas e, mesmo frente uma considerável inferioridade militar, impõem sérios danos ao exército estatal (Visacro, 2009; Saint-Pierre, 2000).

Ganhar tempo para preparar a contraofensiva e atacar no momento oportuno se

configura, portanto, na principal vantagem da retirada estratégica. O momento oportuno para o ataque aparecerá como uma combinação de diversos fatores:

1) um exército em retirada, operando em linhas interiores, pode escolher com liberdade o terreno favorável e impor sua vontade ao inimigo; 2) é necessário determinar a unidade mais vulnerável do inimigo por meio de reconhecimentos periódicos, o que leva tempo, tornando a retirada necessária; 3) enquanto o inimigo lança uma ofensiva ampla, o Exército Vermelho efetua a “retirada convergente”, que consiste em determinar um ponto da retirada sobre o qual as forças deverão convergir para se concentrar. A concentração de forças torna a retirada necessária; 4) um objetivo da retirada é obrigar o inimigo a combater separado de suas bases de apoio e com as linhas de abastecimento fragilizadas pela distância, que por sua vez é obtida com a retirada; 5) outro objetivo da retirada é descobrir os erros do inimigo ou induzi-lo a cometê-los; 6) *aproveitando esses erros, com o exército concentrado, golpear com toda a força aquela divisão que se sabe mais debilitada* (Saint-Pierre, 2000, p. 168, grifos nossos).

Porém, ressalta-se aqui que o desenvolvimento de tal teoria foi possível em virtude de características próprias da China, como a vasta extensão territorial, que oferecia aos guerrilheiros um grande espaço de manobra e locais remotos para que as unidades se refugassem e se reorganizassem, e uma população numerosa e predominantemente rural, que fornecia a mão de obra e o tecido social propícios para o desenrolar das ações revolucionárias (Visacro, 2009). Ainda que Mao tenha agido para que seu modelo revolucionário fosse exportado por todo o mundo, era sempre advertido que as leis da guerra estão sujeitas a todas as características políticas, culturais, históricas, econômicas, sociais e geográficas dos atores que estão envolvidos nos conflitos. Em razão disso, não se podia copiar e aplicar de forma mecânica os ensinamentos postulados por Mao, mas sim adaptá-los às particularidades do local em que seriam aplicados (Saint-Pierre, 1997a). Nas palavras de Mao,

Há duas atitudes para aprender. Uma é a atitude dogmática que consiste em copiar tudo, seja ou não adequado às condições de nosso país. Essa não é uma boa atitude. A outra é a atitude de usar a nossa própria cabeça e aprender aquilo que é adequado às nossas condições, quer dizer, assimilar toda a experiência que nos seja útil. Essa é a atitude que devemos adotar (Mao, 2002, p. 212).

2.3.2 O apoio popular: o centro de gravidade da revolução maoísta

Talvez o elemento que mais se destaque dentro da teoria maoísta da guerra revolucionária é o papel central exercido pela população. Não obstante o apoio popular tenha sido pregado com um dos pontos mais importantes para levar a cabo a revolução ao longo da história, com a Revolução Chinesa isto foi levado a um novo patamar. Dentro do pensamento maoísta, a população é o *centro de gravidade* do movimento revolucionário, e qualquer

perspectiva de sucesso está intrinsecamente ligada ao povo. Era dos camponeses que os revolucionários “obtinham elementos essenciais para o combate, como gêneros para a subsistência das tropas, informações sobre o terreno e o inimigo e recrutas para expandir suas unidades e recompletar suas baixas” (Visacro, 2009, [p. 99]).

Com isso, Mao elevou o entendimento da guerra revolucionária restrita à esfera militar para um fenômeno que compreende ainda aspectos políticos, sociais e até mesmo psicológicos. O Exército Vermelho se transformou no principal instrumento para conquistar o apoio da população e isso só foi possível em virtude da intensa doutrinação política e ideológica à qual as tropas eram submetidas (Visacro, 2009). Dessa forma, os próprios exércitos “realizavam trabalho de educação política, pelo qual pretendiam obter uma disciplina consciente, fazer de cada soldado um ativista político e transformar as pessoas do povo em combatentes” (Pomar, 2003, [p. 63-64]).

Além dos trabalhos de doutrinação, nas áreas controladas pelos comunistas foram realizadas reformas agrárias, construção de escolas, redução ou eliminação de impostos, formação de milícias para proteger os vilarejos, entre outras ações sociais cujo intuito era conquistar “corações e mentes” de um campesinato que foi historicamente oprimido no país. Com isso, “foi no campo psicológico, de forma subjetiva, portanto, que as forças de Mao venceram a batalha mais importante. E foi na obtenção do incondicional apoio da população camponesa que a Revolução Comunista, na China, assegurou sua vitória” (Visacro, 2009, [p. 101]).

Assim, destaca-se ainda a superioridade nos aspectos subjetivos da guerra. A intensa doutrinação e politização das tropas comunistas resultaram na formação de “forças coesas, motivadas e disciplinadas” (Visacro, 2009, [p. 104]), o que era evidenciado no alto comprometimento com a causa pela qual lutavam e com o grupo que integravam. Pregando uma doutrina de voluntarismo, Mao cria que, embora as condições objetivas – como as capacidades militares, o contexto político, a situação econômica, a geografia e até mesmo o apoio internacional – fossem importantes no curso dos conflitos, não eram elas que determinariam a vitória ou o fracasso do movimento. Tais condições apenas fornecem as possibilidades potenciais de vitória ou derrota. A “decisão efetiva vem dos esforços subjetivos, a direção e realização da guerra, revelando esse papel dinâmico”, de modo que “Mao enfatiza a ação humana na decisão da guerra e para isso coloca a força da consciência” (Viana, 2014, p. 40-41). A audácia da crença e o zelo revolucionário dos chineses – e de qualquer outro povo com a força de vontade necessária – eram os fatores decisivos para transformar o país (Lovell, 2019).

Desde o início de suas ações revolucionárias, Mao exigia que os soldados tratassem com polidez e honestidade a população. Em razão disso, elaborou regras de comportamento que constituíam parte importante do trabalho político desenvolvido pelo Exército Vermelho. Essas regras, que deveriam ser seguidas rigorosamente por todos os membros do movimento, determinavam como deveria ocorrer a relação com as massas e a forma justa de lidar com os prisioneiros de guerra. São elas as Três Grandes Regras de Disciplina: “1) Obedecer às ordens em todas as ações; 2) Não tomar das massas nem uma agulha nem a simples ponta dum fio; 3) Entregar às autoridades todos os bens capturados” (Mao, 2021).

Havia ainda as As Oito Recomendações:

- 1) Falar polidamente;
- 2) Comprar e vender com honestidade;
- 3) Devolver tudo quanto se toma de empréstimo;
- 4) Indemnizar por todos os prejuízos causados;
- 5) Não bater nem insultar as populações;
- 6) Não causar prejuízos às plantações;
- 7) Não tomar liberdades com as mulheres;
- 8) Não maltratar os prisioneiros (Mao, 2021).

Esses pontos eram seminais não apenas para educação política do Exército Vermelho, mas também para a conquista dos “corações e mentes” do povo e até mesmo dos inimigos. O tratamento justo e amistoso para com os prisioneiros tinha como objetivo incentivar deserções das tropas inimigas. Os inimigos capturados, bem tratados em seu cativeiro e expostos a uma constante propaganda revolucionária eram libertados com o intuito de “retornarem às suas unidades e fomentarem, direta ou indiretamente, a insubordinação e a indisciplina” (Visacro, 2009, [p. 104]).

2.3.3 A revolução mundial: a exportação do maoísmo para outros países

Mao Tsé-tung foi com certeza um dos mais influentes políticos e militares que a humanidade já conheceu. Utilizando uma linguagem acessível para intelectuais e camponeses e com um potente sistema de propaganda, seus escritos – e sua prática – condensaram a disciplina partidária e militar, a teoria da luta de classes e as rebeliões anticoloniais e, assim, conseguiu unir milhões de pessoas em torno de uma só causa. Rompendo com a hegemonia soviética, Mao defendeu que a prática revolucionária deveria se adaptar ao local em que ela seria desenvolvida. Juntamente com sua agenda centrada no campesinato, todos esses fatores acarretaram a atração de muitos adeptos ao redor do mundo, sobretudo em países subdesenvolvidos, majoritariamente agrários e que compartilhavam um histórico de

exploração colonial (Dirlik, 2014; Lovell, 2019).

Começando pela Conferência de Bandung, em 1955, o governo chinês procurou se colocar em uma posição de não-alinhamento no contexto da Guerra Fria, distinguindo-se tanto do imperialismo dos capitalistas ocidentais quanto do imperialismo soviético – colocando a China, portanto, na categoria dos países do Terceiro Mundo. Essa foi uma maneira de buscar uma aproximação com outros países que, tal como a China, vivenciaram a globalização e expansão do capitalismo em uma posição de subalternidade e subjugação (Dirlik, 2014).

E foi justamente em ressonância com as aspirações de libertação colonial presentes sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970 que o maoísmo floresceu globalmente. Nessas circunstâncias, a China revolucionária fornecia um exemplo de país pobre e agrário que sofreu com as pressões políticas e militares Ocidente e com o expansionismo japonês e ainda assim conseguiu se defender e prosperar – e tudo isso, pregavam os chineses, graças ao pensamento e liderança de Mao Tsé-tung. As ideias maoístas se apresentavam como “uma alternativa que prometia a libertação nacional da hegemonia capitalista e a possibilidade de entrar na história global não como o seu objeto, mas como um sujeito independente” (Dirlik, 2019, p. 236, tradução nossa). Em outras palavras, para os países do Terceiro Mundo, Mao se apresentava como uma esperança para

capacitar Estados empobrecidos, marginalizados ou dominados por potências globais; para treinar insurreições camponesas de baixa tecnologia contra militares coloniais financiados pelo Estado [...]

O maoísmo tornou-se uma força internacional na era da descolonização. No mundo em desenvolvimento, a sua mensagem de confronto anti-imperialista apelou aos povos que tinham sido reprimidos econômica, política e culturalmente; que aspiravam aos padrões de vida do Ocidente industrializado e à dignidade internacional (Lovell, 2019, [p. 27, 30], tradução nossa).

O principal instrumento de internacionalização das ideias revolucionárias era a retórica maoísta de revolução mundial. Nas palavras de Mao:

A tarefa central e a forma suprema da revolução é a conquista do poder político pelas armas, é a solução desse problema pela guerra. *Esse princípio revolucionário do Marxismo-Leninismo é válido universalmente, tanto na China como em todos os outros países* (Mao, 2013a, grifos nossos).

O aparato de propaganda chinês atuava intensamente para disseminar tais ideias. Filmes, documentários, revistas, cartazes, músicas e até materiais escolares infantis eram recheados de referências à revolução mundial. Lutas armadas em outros países – muitos deles desconhecidos para a própria população chinesa – eram celebrados publicamente pelo governo em festivais e delegações estrangeiras eram convidadas a Pequim como homenagem

e incentivo às suas lutas (Lovell, 2019).

A revista *Peking Review* (posteriormente renomeada de *Beijing Review*) era uma das principais vozes internacionais da China, com edições publicadas em diversos idiomas e distribuída em todo o entorno do país. Era comum a retratação de Mao como um grande gênio e salvador da revolução mundial, lutando contra o imperialismo ocidental e o traiçoeiro revisionismo soviético. Em algumas das publicações da *Peking Review* dizia-se que “a China não é apenas o centro político da revolução mundial, deve também ser o centro da revolução mundial, militar e tecnicamente” ou ainda que “o Presidente Mao pertence à China e ao mundo inteiro [...] Tal como o sol, ele pertence a toda a humanidade” (Lovell, 2019, [p. 26, 136], tradução nossa).

Em 1965, em artigo publicado justamente na *Peking Review*, o então Ministro da Defesa, Lin Piao (1965), defendeu a teoria revolucionária de Mao como uma prática universal a ser utilizada pelos países oprimidos em suas lutas pela libertação, argumentando ainda que os países socialistas tinham o dever de fornecer apoio às lutas revolucionárias na Ásia, África e América Latina. Em suas palavras:

Deve ser enfatizado que a teoria do camarada Mao Tsé-tung do estabelecimento de áreas de base revolucionárias rurais e do cerco das cidades a partir do campo é de *importância prática notável e universal para as atuais lutas revolucionárias de todas as nações e povos oprimidos*, e particularmente pelas lutas revolucionárias das nações e povos oprimidos na Ásia, África e América Latina contra o imperialismo e os seus lacaios. [...] *Os países socialistas deveriam considerar como seu dever internacionalista apoiar as lutas revolucionárias populares na Ásia, África e América Latina.* (Lin Piao, 1965, p. 24, tradução nossa, grifos nossos).

A menção a estas regiões específicas se deve ao entendimento de que suas condições políticas e econômicas apresentam muitas similaridades às que predominavam no período da China revolucionária. Referindo-se à centralidade do campesinato na revolução, Lin Piao (1965, p. 24, tradução nossa diz: “Tomando o globo inteiro, se a América do Norte e a Europa Ocidental podem ser chamadas de ‘as cidades do mundo’, então a Ásia, a África e a América Latina constituem ‘as áreas rurais do mundo’”. Destarte, sendo coloniais e semicoloniais e contando com vastas populações rurais, estes países seriam o barril de pólvora da revolução mundial.

Era um desejo de Mao e do alto escalão do governo chinês disseminar sua ideologia para outros países, sobretudo o Sudeste Asiático, onde muitos movimentos comunistas se mostravam bastante fortes, como na Malásia, Indonésia, Filipinas, Birmânia, Vietnã e Camboja – todos esses movimentos, claro, eram influenciados pela China. Perante esse desejo expansionista, o governo chinês

exportou não apenas ideologia, na forma de centenas de milhões de exemplares do Livro Vermelho, mas também moedas revolucionárias mais duras [sic] – dinheiro, armas e treinamento para insurgências globais, especialmente no mundo em desenvolvimento (Lovell, 2019, [p. 23], tradução nossa).

Duas agências eram as principais responsáveis pelo fornecimento do apoio internacional chinês: o *International Liaison Department* (ILD) e a inteligência militar. O ILD tratava de relações entre partidos, de modo que “lidou com grupos comunistas ambiciosos (que representam vários níveis de ameaça aos seus governos) em, por exemplo, Birmânia, Camboja, Malásia, França, Alemanha Ocidental, Peru e outros locais” (Lovell, 2019, [p. 24], tradução nossa).

As consequências desse apoio, porém, ocorreram de forma diversa. Na África, por exemplo, a China despendeu uma grande quantidade de dinheiro, tempo e expertise a fim de fomentar movimentos em diversos países, mas sem sucesso.²³ Por outro lado, em países como Nepal, Índia e Peru, onde o apoio chinês consistia em revistas, livros e documentos traduzidos, transmissões de rádio em idiomas vernáculos e um limitado apoio material, os movimentos de caráter maoísta floresceram de maneira bastante significativa (Lovell, 2019).

Por trás dessas intervenções, porém, havia mais do que o desejo utópico de Mao de ser o grande timoneiro que guiaria os povos de todo mundo rumo à revolução mundial e à libertação das amarras do imperialismo. Ao longo das décadas de 1960 e 1970 se tornaram acirradas as disputas entre China e União Soviética pela influência política do mundo em desenvolvimento. Tomando um caminho revolucionário mais radical – que levaria à Revolução Cultural em 1966 –, Mao teceu duras críticas à postura soviética de coexistência pacífica com os EUA, taxando os russos de revisionistas e traidores da revolução (Lovell, 2019).

Enquanto atacavam os soviéticos, o governo de Pequim se lançou como verdadeiro líder da revolução mundial e iniciaram uma ofensiva para conquistar a simpatia de países em desenvolvimento. Com uma postura acolhedora, os chineses “se apresentaram com sucesso como defensores das pequenas nações, contra as super potências hegemônicas” (Lovell, 2019, [p. 158], tradução nossa), enviando um enorme fluxo de propaganda impressa e transmitida em línguas locais para Ásia, África e América Latina, além de prometer pacotes de ajuda econômica mesmo em meio à grande fome fabricada pelo governo. Além disso, a China também entrou em contato com grupos maoístas ocidentais e, em troca de apoio à Revolução

²³ As remessas de ajuda internacional chinesa para a África saltaram de US\$ 428 milhões entre 1954 e 1966 para US\$ 1,8 bilhão entre 1970 e 1977 (Lovell, 2019, [p. 154]).

Cultural, prometeu o fornecimento de uma generosa ajuda.

Essa luta contra o “revisionismo” teve considerável repercussão entre ideólogos revolucionários que, embora tenham se iniciado politicamente no marxismo através do contato com partidos e movimentos alinhados à União Soviética, buscaram se afastar do reformismo mais conservador pelo qual Moscou passou ao longo da década de 1960. Foram os casos, por exemplo, de Charu Majumdar do Movimento Naxalita indiano (como será visto adiante), Abimael Guzmán (também conhecido como Presidente Gonzalo) do Sendero Luminoso no Peru, e José Maria Sison do Partido Comunista das Filipinas. A insistência desses líderes na autenticidade e pureza revolucionárias entrou em consonância com a postura chinesa, de modo que o maoísmo “não só forneceu uma alternativa ao comunismo soviético, mas também serviu como uma alternativa ao marxismo revisionista/reformista em geral” (Dirlik, 2014, p. 248, tradução nossa).

Desse modo, os movimentos comunistas que deram uma guinada rumo ao maoísmo apresentaram elementos comuns, como a necessidade de combate ao imperialismo, a centralidade da luta no campo e a primazia da violência, que adquiriu *status* de lei universal – claramente, todos os casos com suas especificidades e variações decorrentes de seus contextos locais (Dirlik, 2014).

Porém, vale ressaltar que o sucesso da revolução na China se deveu às circunstâncias políticas, históricas, econômicas, militares, sociais e geográficas muito particulares do país. Ou seja, ainda que sob circunstâncias similares, a utilização do mesmo modelo revolucionário em outros países poderia se enveredar por outros caminhos. Com a intensa politização da esfera militar, bem como a militarização da política, típicos do maoísmo, “a mobilização de massas poderia facilmente dar lugar a ações conspiratórias, e a luta armada de classes poderia degenerar em atos vingativos de violência contra ‘inimigos de classe’” (Dirlik, 2014, p. 251, tradução nossa). E foi justamente o que aconteceu.

Em determinado momento de sua história – como veremos adiante –, o Movimento Naxalita desencadeou uma sanguinária campanha de aniquilação do inimigo de classe que acabou saindo de controle (Ranzan, 2015).²⁴ Já o Sendero Luminoso realizou uma série de assassinatos, atentados terroristas e impôs rígidos toques de recolher em um movimento cuja violência escalou de modo vertiginoso (Llosa, 2021).²⁵ Por fim, talvez o exemplo mais trágico de violência revolucionária tenha sido o genocídio perpetrado pelo Khmer Vermelho no

²⁴ Apenas nas últimas duas décadas, o Movimento Naxalita causou cerca de 12 mil mortes (ver: Gráfico 1).

²⁵ As tentativas do Sendero Luminoso de levar a cabo a revolução no Peru deixaram cerca de 70 mil mortos (Llosa, 2021).

Camboja (Arbage, 2019).²⁶ Assim, essa glorificação da violência acabou deturpando o ideal revolucionário de grupos maoístas ao redor do mundo, de modo que “ao invés de simplesmente eliminar os ‘inimigos de classe’, os comunistas transformaram os expurgos em assuntos públicos, direcionando as ‘massas’ para o confronto e a eliminação daqueles em cujas mãos tinham sofrido” (Dirlik, 2014, p. 252, tradução nossa).

Em resposta a este alastramento do maoísmo, a URSS intensificou a ajuda aos movimentos comunistas em muitas partes do mundo, como Argélia e Egito, além de enviar armas para o Congo e para a Palestina. O que se pode ver, portanto, é que a China de Mao, como apontado por Lovell (2019), foi uma terceira potência que ajudou a moldar a política internacional ao longo da Guerra Fria. Além das tensões entre os blocos capitalista e comunista, as conflagrações no Sul Global foram resultado também das rivalidades Sino-Soviéticas por influência nos países em desenvolvimento.

Desse modo, sobretudo ao longo das décadas de 1960 e 1970, o pensamento maoísta se alastrou pela Ásia, África e América Latina, desencadeando diversos conflitos pelo mundo e influenciando direta ou indiretamente a eclosão de diversos outros acontecimentos históricos mundiais. Sem o expansionismo de Pequim, os EUA talvez não tivessem atuado política e militarmente de forma tão incisiva na Ásia, sobretudo em sua cruenta campanha no Vietnã, por exemplo (Lovell, 2019). Além disso, pode-se citar outros episódios tais como

a Emergência Malaia, os massacres de 1965 na Indonésia, as revoluções culturais da Europa Ocidental e dos EUA em 1968, a Guerra do Vietnã e o genocídio do Khmer Vermelho, o fim do domínio branco na Rodésia do Sul e a ascensão da ZANU [*Zimbabwe African National Union*] de Robert Mugabe, a insurgência do Sendero Luminoso no Peru, a guerra civil no Nepal que pôs fim a séculos de monarquia e a insurreição contemporânea nas selvas da Índia (Lovell, 2019, [p. 28], tradução nossa).

Porém, embora a China tenha exercido um papel internacional importante para o disseminação de movimentos revolucionários pelo mundo, a morte de Mao em 1976, fez com que a política externa chinesa sofresse grandes alterações. Especialmente com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, a China deixou de lado suas ambições de exportar a revolução e seu sonho abstrato de ser guia da revolução mundial e adotou uma posição mais pragmática ao priorizar sua reconstrução econômica, de modo que todo apoio a grupos rebeldes gradativamente cessou (Lintner, 2020; Lovell, 2019).

²⁶ Entre abril de 1975 e janeiro de 1979, o regime do Khmer Vermelho pôs em prática uma das ações revolucionárias mais radicais já vistas pela humanidade. Guiando-se por uma interpretação radical do maoísmo, Pol Pot tinha o objetivo de reformar completamente a sociedade cambojana. Entre suas políticas estavam a evacuação das cidades, deslocamentos forçados e coletivização rural. Ao final, cerca de um a cada quatro cambojanos morreu, sobretudo de fome. Para mais informações ver Arbage (2019).

2.4 Conclusões parciais

Em decorrência do escopo da pesquisa, não nos coube discorrer sobre a teoria marxista da luta de classes, tampouco aspectos jurídicos, econômicos e sociais da revolução socialista. Enveredando por um caminho militarista, tratamos da guerra revolucionária e a forma como esta se mostra uma intersecção entre a teoria da luta de classes e a teoria da guerra e estratégia, amalgamando aspectos clássicos do fenômeno bélico tais como os desenvolvidos por Clausewitz e os trabalhos da corrente marxista.

Seguindo a ótica das relações de força, a política revolucionária e a guerra que dela decorre buscam a mudança do status no sistema político de relações de força, visando, portanto, desestabilizá-lo. Para isso, utiliza-se das mais diversas táticas, entre as quais as mais frequentes e que mais se destacam são a insurgência e a guerrilha. Em razão da disparidade de forças entre as partes conflitantes, os guerrilheiros carecem de uma tática de grande mobilidade, ataques rápidos seguidos de uma retirada antes que o inimigo possa articular seu contragolpe. Tal como um submarino, os guerrilheiros emergem, golpeiam e logo em seguida voltam a submergir em meio à população – daí evidencia-se as quatro características dos *partisans* apontadas por Carl Schmitt (2009), a saber: o intenso compromisso político, a irregularidade, a grande mobilidade e o caráter telúrico. Como sintetizado por Saint-Pierre:

[...] a guerra revolucionária será uma guerra conduzida por uma política revolucionária, independentemente dos meios que empregue. Toda guerra revolucionária é uma guerra de classes, a qual consiste em substituir, dentro das relações da luta de classes, sua manifestação “pacífica” pela via armada. Enquanto existam classes sociais antagônicas haverá luta de classes. Havendo luta de classes está colocada a possibilidade de, em determinado momento, o próprio desenvolvimento da luta indicar, como o caminho mais adequado para essa situação concreta, o confronto armado (Saint-Pierre, 1997b, p. 36).

Já no que diz respeito às teorias maoístas, vê-se que, ainda que mantenha elementos característicos do leninismo, tal como a ideia de que o partido deve ser o guia do povo no processo revolucionário, muitas particularidades são acrescidas à guerra revolucionária (ver: Tabela 3). Isso derivou do desejo de independência do pensamento soviético, anteriormente seguido pelo Partido Comunista Chinês. O que Mao almejava, portanto, era a defesa das especificidades do caso chinês a fim de livrar a China da influência do modelo russo (Viana, 2014). Talvez o que fique mais evidente nas ideias de Mao seja a primazia do Exército Vermelho, sendo este a base das ações militares e políticas, e o campesinato como principal força motriz da revolução.

No mais, Mao trouxe para o centro da revolução a essencialidade do apoio popular e do aspecto subjetivo da guerra. A população se tornou o principal centro de gravidade do movimento revolucionário, devendo o guerrilheiro nadar em meio ao povo tal como um peixe em meio à água. Era do povo, portanto, que vinha a força da revolução. Embora as condições objetivas favoráveis pudessem aumentar a possibilidade de sucesso, apenas a subjetividade da ação humana determinaria de fato a vitória. Desse modo, apenas a intensa politização e o alto compromisso para com a causa revolucionária poderia criar e manter as tropas coesas e motivadas.

Nesse sentido, tal como apontado por Viana (2004),

os principais elementos específicos do maoísmo, em relação à sua matriz leninista, são os seguintes: a) voluntarismo exacerbado; b) estrategismo; c) doutrinário e dogmatismo; e) papel do campesinato no processo revolucionário; f) interpretação específica da dialética como “lei da contradição” (Viana, 2014, p. 41).

Tabela 3 – Diferenças entre as estratégias revolucionárias russa e chinesa

Fatores de comparação	Revolução Russa	Revolução Chinesa
Vanguarda revolucionária (responsável pela condução do processo revolucionário)	Partido político (Partido Comunista)	Exército de Libertação Nacional
Segmento social de maior potencial revolucionário	Proletariado urbano	Campesinato
Ambiente principal	Centros urbanos	Zonas rurais
Principal operação de guerra irregular	Subversão	Guerra de guerrilhas
Pré-requisito fundamental	Controle das organizações de massa	Apoio da população
Principais trabalhos de massa	Infiltração, defecção, manipulação	Doutrinação ideológica
Desenvolvimento do processo revolucionário	Revolução comunista precedida de revolução democrático-burguesa	Guerra revolucionária em três etapas

Fonte: Visacro, 2009, [p. 91-92].

3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DE CONFLITOS: O APOIO EXTERNO A GRUPOS ARMADOS NÃO-ESTATAIS

Partindo da ótica das relações de forças, tal como no capítulo anterior, os sistemas nacional e internacional são interligados, “podendo determinar relações recíprocas de estabilidade/instabilidade” (Saint-Pierre, 1997b, p. 33). Isto é, um desequilíbrio nas relações de força dentro de um Estado podem reverberar no sistema internacional, causando focos de instabilidade, ao mesmo tempo em que desequilíbrios no sistema de forças internacional podem provocar o mesmo efeito dentro de um determinado Estado.

Nesse sentido, as guerras revolucionárias e as guerras internacionais são fenômenos que, ao longo da história, mostraram-se inter-relacionados, tanto pelo fato de que guerras interestatais podem provocar uma convulsão no cenário político doméstico, desencadeando uma guerra revolucionária (ou civil), quanto porque “as guerras revolucionárias acabam provocando, como consequência de sua política interna, o desenvolvimento de guerras internacionais” (Saint-Pierre, 1997b, p. 35).

Seguindo essa lógica, é sempre presente o perigo de que o desequilíbrio nas relações de força dentro de um Estado possa provocar instabilidades no sistema internacional que prejudiquem os demais Estados. O temor dessa possível instabilidade, portanto, pode levar potências estrangeiras a intervirem em um conflito interno. Outrossim, o contrário também é possível, isto é, a intervenção em um conflito interno pode desencadear uma crise política dentro do país interventor; frente a essa possibilidade, o Estado pode desistir da intervenção (Saint-Pierre, 1997b).

Além disso, ainda que uma revolução ou movimento insurgente possam ter conseguido um substancial apoio popular e uma capacidade organizacional que lhes permita atuar eficazmente de maneira autônoma, e ainda que o governo contra o qual se esteja lutando seja desprovido de vontade política e recursos econômicos e militares, não raro o grupo rebelde se verá impelido a procurar conexões externas a fim de multiplicar suas capacidades, sobretudo em face de uma luta prolongada (O’Neill, 2005).

Dessa forma, embora tradicionalmente compreendido como movimentos locais contra um determinado governo, insurgências podem apresentar uma significativa dimensão externa, podendo operar de forma regional, transnacional ou global (Department of the Army, 2014; Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011).²⁷ O que antes eram apenas conflitos internos com

²⁷ Washington deu assistência aos *Contras* na Nicarágua e aos *mujahidin* no Afeganistão, por exemplo, a fim de conter os avanços comunistas, ao passo que soviéticos e chineses apoiaram guerrilhas

motivações políticas e características particulares e inerentes a uma região, passaram a se internacionalizar tanto em sua identidade, como em seu escopo, alcance e objetivos (Gompert, Gordon, 2008, p. xxix).

Desde o período pós-Segunda Guerra, grandes eventos políticos tornaram o cenário internacional mais propício para o fornecimento de ajuda externa a movimentos insurgentes. A rivalidade entre Leste e Oeste nos anos de Guerra Fria com certeza foi o evento de maior impacto; o apoio à insurreições se tornou uma prática comum das políticas externas de EUA e União Soviética (e também da China, como vimos), que buscavam envolver movimentos regionais em suas disputas pela hegemonia global. Mas não somente isso. As crescentes disputas regionais de um modo geral, sobretudo entre Estados vizinhos, levaram a um considerável aumento no apoio internacional a grupos rebeldes como forma de prejudicar seu rival (Byman et al., 2001; O'Neill, 2005).

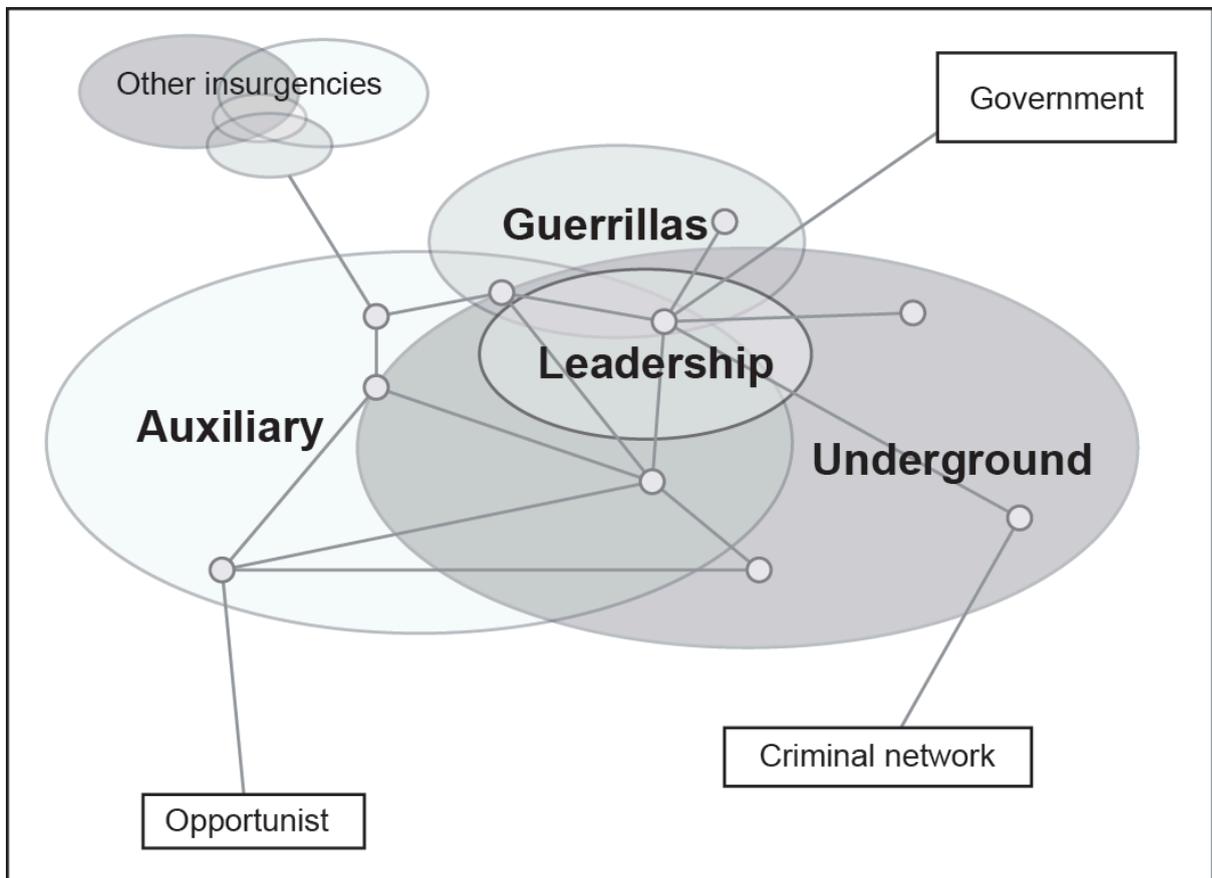
Mesmo que décadas tenham se passado desde o fim da Guerra Fria, patrocinar levantes ainda é algo comum, embora as dinâmicas por trás dessa prática tenham se tornado bastante diferentes. Não apenas as dimensões e a natureza dos tipos de apoio mudaram, mas como a identidade dos próprios apoiadores também foram alteradas. Se antes os Estados eram os principais intervenientes, hoje eles já não são os únicos – ou necessariamente os mais importantes – atores nesse cenário. Atores não-estatais como refugiados, diásporas, organizações religiosas e outros grupos insurgentes passaram a ganhar cada vez mais relevância. (Byman et al., 2001, p. xiii). Essa grande rede de conexões torna a dinâmica do conflito mais complexa, como pode ser observada na Ilustração 1.

Nesse sentido, o que se pode notar é que os efeitos da globalização afetaram de maneira significativa as dinâmicas de conflitos dessa natureza, sobretudo quando levamos em consideração as grandes inovações tecnológicas recentes. Os sistemas de transporte muito mais eficientes, seja por terra, água ou ar, encurtaram as distâncias globais, melhorando quantitativa e qualitativamente o abastecimento de materiais. Já a melhoria das redes de comunicação se mostraram ainda mais importantes tanto em termos materiais, políticos e até mesmo morais. Através da internet – especialmente as redes sociais –, é possível fazer extensas campanhas em prol de prol de grupos insurgentes e atingir públicos extremamente vastos, além de possibilitar fácil contato entre quadros insurgentes em campo, suas lideranças e patrocinadores externos (O'Neill, 2005).²⁸

comunistas em diversos lugares ao redor do mundo, como Vietnã, Coréia e Índia (Byman et al., 2001).

²⁸ Isso se torna ainda mais importante quando pensamos que o apoio externo não é algo que acontece repentinamente, mas sim deve ser conquistado. Conforme apontado por O'Neill (2005), é necessário

Ilustração 1 – Rede de conexões de uma insurgência



Fonte: Department of the Army (2014, [p. 68])

Para além desse grande fluxo de informações, os efeitos da globalização recaíram ainda sobre os fluxos comerciais e de mercadorias; a vulnerabilidade de mercados mundiais em decorrência da grande integração econômica; as crescentes viabilidade e surgimento de atores não-estatais, bem como o aumento de suas capacidades; e, mais importante,

a ascensão de comunidades não territoriais insatisfeitas que transcendem, desafiam e enfraquecem a identificação nacional; antipatia pelos valores e efeitos da globalização, especialmente entre os seus “perdedores”; [...] o imediatismo e a amplificação do impacto das ações devido aos meios de comunicação globais, tornando a “propaganda do feito” mais importante do que os efeitos materiais do feito (Gompert, Gordon, 2008, p. 24, tradução nossa).

Todos esses fatores influenciam o curso dos movimentos, sejam suas motivações, escopo, táticas, atores, suprimentos e as consequências do levante. Como destacado por

que haja um trabalho diplomático e propagandístico por parte dos insurgentes a fim de conseguir apoiadores internacionais – e o sucesso nessa missão irá depender do quão bem organizado é o movimento.

O'Neill (2005, [p. 180], tradução nossa), “os movimentos insurgentes parecem ter muito mais oportunidades de obter apoio externo do que em qualquer momento anterior da história, devido a uma combinação de fatores internacionais e tecnológicos”. Pensando nisso, Gompert e Gordon (2008, p. 25-32) buscaram classificar as insurgências de acordo com a intensidade de influência exercida pela globalização ao longo de seu curso, enquadrando-as como 1) local, 2) local-internacional, 3) global-local e 4) global.

O primeiro tipo diz respeito a movimentos que independem de fatores externos, tanto no que se refere a sua causa, como seu escopo e seus efeitos. Forças internacionais ou suas ideologias não influenciam o decorrer do conflito, e seus riscos para a segurança internacional são mínimos. As insurgências *locais-internacionais*, por sua vez, geralmente buscam apoio externo, seja na forma de armamentos, financiamento, treinamento, soldados, cobertura midiática ou propaganda. No entanto, o curso do movimento bem como seus resultados finais são decididos, em última instância, por fatores locais, como os combatentes e a população local (Gompert, Gordon, 2008).

Já as insurgências *globais-locais* ocorrem quando uma insurreição se torna parte de uma luta maior, seja a nível regional ou global. Nesse tipo de conflito, insurgências distintas se conectam através de uma agenda comum. Os casos como este são mais frequentes nos países do Oriente Médio, por exemplo, onde uma agenda religiosa se coloca como denominador comum entre movimentos distintos. No entanto, como apontado pelos autores, “não existe uma linha divisória clara entre este tipo de insurgência e as insurgências local-internacional” (Gompert, Gordon, 2008, p. 27, tradução nossa).

Por fim, as insurgências *globais* se configuram como movimentos que atentam não contra o governo de um Estado específico, mas sim contra toda uma ordem política global. Exemplos desses casos foram os movimentos comunistas internacionais no início do século XX, cujo objetivo era a derrubada não de um governo específico, mas sim de todo o sistema capitalista.²⁹

Frente a isso, podemos notar que a internacionalização destes conflitos os torna mais difusos, intrincados, complexos e ameaçadores. São introduzidos ao conflito novos atores com suas próprias agendas, modificando as dinâmicas políticas, de negociação e das próprias hostilidades (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011, p. 710). O apoio externo ajuda os rebeldes a melhorarem sua capacidade militar e econômica, aumentam suas bases de

²⁹ Porém, como destacado pelos próprios autores, esses movimentos precedem o advento da globalização e, portanto, não desfrutaram das vantagens da conectividade provida pela tecnologia atual (Gompert, Gordon, 2008).

recrutamento e os ajuda a alcançar maior visibilidade (Byman et al., 2001). Dessa maneira, conflitos internos que contam com o envolvimento de atores externos geralmente possuem maior duração, causam danos maiores e são mais difíceis de se resolverem através de negociações, além de aumentar as tensões entre Estados rivais, podendo, em última instância, transformar um conflito civil em uma guerra internacional (Byman et al., 2001; Byman, 2013; Maoz, San-Akca, 2012; Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011).

Ademais, grande parte de movimentos que obtiveram algum sucesso – mesmo que apenas se prolongando por maior período de tempo e/ou impondo maiores dificuldades ao governo – receberam auxílio internacional. Ou seja, mesmo que uma guerrilha dificilmente tenha as condições e recursos necessários para derrotar um exército convencional e bem organizado, a assistência externa de um outro Estado pode ajudar as linhas guerrilheiras a impor sérios danos ao seu inimigo. O prolongamento do conflito, por sua vez, pode aumentar as chances de que um acordo político mais favorável aos insurgentes seja alcançado (Byman et al., 2001; Department of the Army, 2014).

Porém, antes de adentrarmos em maior profundidade neste tema, é imperativo que definamos mais precisamente o que é a ajuda externa. Em toda a literatura utilizada, houve um consenso tácito acerca das diferentes formas e motivações da ajuda externa a atores armados não-estatais, porém poucos sistematizaram uma conceituação do tema. Utilizaremos, pois, a definição oferecida por Hoekstra (2019); embora o autor trate exclusivamente do apoio estatal à movimentos insurgentes, aqui consideramos sua definição de modo a contemplar também atores não-estatais. Segundo ele, o apoio externo é definido como “qualquer forma de assistência intencionalmente fornecida por um governo, diretamente ou por meio de um intermediário, para um grupo rebelde que visa outro governo” (Hoekstra, 2019, p. 26, tradução nossa).

Existem ainda três aspectos importantes dessa definição. Primeiramente, o apoio deve ser intencional. Os atores intervenientes devem fornecer assistência aberta ou secreta sempre com a intenção de ajudar o grupo rebelde em sua luta – mesmo que não seja com o intuito de levá-los à vitória, mas apenas manter o conflito vivo. Em segundo lugar, o apoio pode vir de qualquer forma, seja apoio material, como armas e financiamento, ou imaterial, através de serviços ou apoio político. Por fim, o apoio pode ser concedido diretamente ao grupo rebelde, ou pode ser dado por meio de intermediários (Hoekstra, 2019).³⁰

³⁰ A fim de elucidar eventuais dúvidas, há que se fazer uma distinção entre a ajuda externa e o conceito de *proxy war*. Uma *proxy war* pode ser definida como “um conflito internacional entre duas potências estrangeiras, ocorrido em solo de um país terceiro; disfarçado de conflito sobre uma questão interna daquele país; e usando alguns dos soldados, recursos e território daquele país como

A participação de atores internacionais nesses conflitos pode ocorrer, portanto, de diferentes formas, seja através de apoio direto ou indireto. No primeiro caso, pode haver fornecimento de armas, treinamento, portos-seguros, recrutamento, suprimentos, apoio militar, formação de alianças ou financiamento, por exemplo. Já o apoio indireto, também denominado apoio passivo, ocorre quando um Estado não age para coibir as ações de grupos rebeldes ou daqueles que atuam em apoio aos insurgentes (Byman, 2013; Reider, 2014; Maoz, San-Akca; 2012). Além disso, como mostra Byman et al. (2001), a ajuda pode vir de uma miríade de atores, como Estados, diásporas, refugiados, outras insurgências e até mesmo organizações religiosas, indivíduos ricos ou organizações de direitos humanos.

Mas, o que leva tais atores a interferirem em determinadas insurgências? Tratando-se de apoio estatal, pode-se mencionar fatores majoritariamente geopolíticos e estratégicos, como influência regional, desestabilização de seus vizinhos, mudança de regime (no sentido de derrubada de governos), vingança, garantir a influência dentro da oposição, segurança interna, prestígio ou apoio a correligionários. Já o apoio advindo de atores não-estatais pode se dar por diversas razões, como fatores étnico-identitários, religião, ideologia, identificação com a causa ou inimigos em comum, por exemplo (Byman et al., 2001; Byman, 2013).

Dentro da literatura especializada, existe ainda um amplo debate trazido pela *principal-agent theory* acerca de outros aspectos do papel de atores externos nas insurgências, como os motivos que os levam a apoiar determinados grupos em detrimento de outros, o que leva os rebeldes a aceitarem a ajuda, além da ponderação de diversos fatores que concernem o apoio, como as capacidades do Estado e dos atores não-estatais envolvidos e os riscos e os benefícios da intervenção, por exemplo (Maoz, San-Akca; 2012; Paliwal, Staniland, 2023; Reider, 2014; Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011). Nesse sentido, é preciso ter em mente que o envolvimento de atores externos pode trazer efeitos negativos inesperados para a insurgência, como a escalada dos conflitos, perda de legitimidade em meio à população e desvio dos objetivos iniciais, por exemplo. Frente a isso, os insurgentes frequentemente se deparam com o seguinte dilema: embora o apoio internacional possa trazer muitos ganhos à insurreição, ele pode impor restrições políticas e militares e mesmo minar a legitimidade do movimento (Byman et al., 2001, p. 3).

Neste capítulo, portanto, será analisado de maneira mais detalhada os diferentes aspectos do apoio externo a atores armados não-estatais, debruçando-se sobre os diferentes atores intervenientes, os tipos de assistência fornecidos, suas motivações e os impactos e

um meio para alcançar preponderantemente objetivos e estratégias estrangeiras” (Deutsch, 1964, 102 *apud* Hoekstra, 2019, p. 28, tradução nossa).

consequências da intervenção. Além disso, para os fins desta pesquisa, o foco será em conflitos que atendam ao conceito de insurgência local-internacional (Gompert, Gordon, 2008), uma vez que é o tipo de conflito que mais se assemelha ao estudo de caso proposto.

Por fim, como demonstrado por Hoekstra (2019), em meio à literatura especializada é possível identificar três vieses acerca dos efeitos da ajuda externa no resultado de um movimento insurgente. O primeiro deles seria uma visão positiva, mais tradicional e amplamente trabalhada, segundo a qual o fornecimento de assistência gera um importante impacto no curso dos conflitos, favorável aos rebeldes. Embora não possa garantir a vitória, o fluxo de recursos proporciona um novo ímpeto aos combatentes, aumentando suas capacidades e possibilitando ataques maiores e mais frequentes e, portanto, um resultado mais positivo para os insurgentes.

Por outro lado, a linha de análise negativa enxerga a ajuda externa como algo que afeta negativamente os resultados do conflito por conta dos riscos e efeitos adversos que as intervenções acarretam, dificultando, pois, um resultado favorável aos rebeldes. Por fim, existem autores mais céticos em relação ao apoio internacional, para quem tais intervenções possuem tantos riscos quanto benefícios.³¹ De acordo com essa visão neutra, embora haja um grande potencial na ação de atores externos, seu envolvimento acaba por não afetar significativamente os resultados do conflito em decorrência de seus riscos e efeitos negativos (Hoekstra, 2019, p. 52-65).

Mediante nossa análise, chegamos a conclusões similares à visão neutra, isto é, de que todo tipo de ajuda externa tem um grande potencial para realizar mudanças significativas no campo de batalha. Porém, na prática, seu impacto se mostra frequentemente limitado. Portanto, embora não seja possível negar a importância de fatores exógenos, em última instância, são os fatores domésticos que irão determinar o curso e os resultados dos conflitos.

3.1 O apoio estatal

Ainda que, desde o final da Guerra Fria, o Estado tenha perdido seu espaço quase exclusivo de apoio a grupos rebeldes e interventor em movimentos insurgentes, ele ainda é o principal ator externo responsável por iniciar, sustentar e, em última instância, levar uma insurgência à vitória (Byman et al., 2001).

O nível e a natureza de assistência fornecido por um Estado pode variar amplamente,

³¹ Esse viés é trabalhado por autores da *principal-agent theory*, tais como Salehyan, Gleditsch e Cunningham (2011). Para mais informações ver Hoekstra (2019, p. 57-61).

indo de armas, dinheiro e outros aprovisionamentos a portos seguros para que os rebeldes possam se organizar e treinar. O apoio material pode ser concedido tanto diretamente quanto através de intermediários – prática que pode ocorrer dentro dos portos seguros. É possível também que um Estado forneça assistência política e diplomática, representando os interesses do grupo em foros internacionais, instigando outros atores a apoiar a causa e, ainda, opor-se ao governo contra o qual os insurgentes lutam – o que pode significar, entre outros, a negação de assistência a este governo, a oposição em foros internacionais e regimes multilaterais e a imposição de sanções econômicas, por exemplo. Por outro lado, um governo pode dar ainda um apoio mais subjetivo aos rebeldes, como o apoio político, moral e ideológico cujo objetivo é encorajar a continuidade de um movimento e levantar o moral dos combatentes (Byman et al., 2001; Byman, 2013).

Como veremos a seguir, dentre as motivações que levam um Estado a se envolver em um conflito interno em outro Estado, existe uma preponderância dos fatores geopolíticos e estratégicos, como as ambições de desestabilizar um rival ou o objetivo de se conquistar maior influência regional. Porém, não se pode descartar razões mais subjetivas, como o compartilhamento de uma ideologia comum, ou afinidades étnicas/religiosas (Department of the Army, 2014; Byman et al., 2001).

Hoekstra (2019, p. 16), por exemplo, traz para a discussão que, quando um governo tem a crença de que sua intervenção em um conflito pode influenciar seus resultados, tal intervenção pode ser justificada; no entanto, se a assistência fornecida por um Estado não afeta os resultados do conflito³², ou prejudica a probabilidade da vitória rebelde, esses esforços são, portanto, em vão. Questionamos este ponto levantado pelo autor, uma vez que, como discutido por Paliwal e Staniland (2023), o que irá determinar a decisão de intervir em uma insurreição, bem como a natureza do apoio, sua execução e seus objetivos, são as estratégias do Estado.

Nesse sentido, o fornecimento de apoio não necessariamente é motivado pela intenção de afetar o resultado final de uma insurgência, ainda que esta possa ser uma das justificativas. Como argumentado pelos autores, um Estado pode ter objetivos ofensivos ou defensivos. No primeiro caso, as ambições do governo interveniente é coagir o seu Estado rival a uma mudança de comportamento político ou a derrubada de seu governo. Durante a Guerra Fria, por exemplo, URSS e China enviavam grandes fluxos de armas, dinheiro e até mesmo

³² Tal como Hoekstra (2019), consideramos aqui os três possíveis resultados dos conflitos: 1) a derrota rebelde, quando o grupo não deseja mais ou se tornou incapaz de lutar, sem ter atingido seus objetivos; 2) um acordo negociado, quando as hostilidades cessam por meio de um acordo entre as partes; 3) uma vitória rebelde, quando os insurretos alcançam completamente seu objetivo.

poderio militar com o intuito de derrubar governos e colocar grupos comunistas no poder. Já os objetivos defensivos podem compreender a prevenção de uma mudança negativa no *status quo* político-militar, criar zonas tampão ou manter sua influência regional. Em outras palavras, não se busca impor uma mudança brusca de comportamento ou de regime, mas sim limitar sua margem de manobra (Paliwal, Staniland, 2023, p. 8-9).

Porém, é preciso salientar que nenhum Estado possui objetivos ou estratégias fixas. Na medida em que seus interesses políticos, econômicos e militares mudam, seja por um cálculo errado, seja por mudanças no contexto internacional ou doméstico, suas estratégias podem também sofrer alterações.

Ademais, como será discutido mais detalhadamente mais adiante, é necessário uma séria ponderação a respeito da decisão de se envolver ou não com grupos rebeldes, uma vez que os riscos de gerar efeitos negativos está sempre presente, como a perda de controle sobre a condução do conflito ou a escalada das hostilidades, por exemplo (Paliwal, Staniland, 2023; Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011).

Através dessa perspectiva, o apoio estatal pode ser entendido, portanto, como um instrumento de política externa “mais poderoso que a diplomacia ou sanções econômicas, mas menos consequente do que uma intervenção militar em larga escala” (Hoekstra, 2019, p. 32, tradução nossa). Ele pode ser um jeito bastante eficaz de projetar poder político, econômico e militar a nível internacional, sendo relativamente barato.

3.1.1 As motivações estratégicas: rivalidades interestatais e influência regional

Por trás da decisão de intervir em determinado conflito existem as mais diversas razões. No geral, suas motivações são majoritariamente de natureza geopolítica e estratégica, embora fatores como ideologia e afinidades étnicas e/ou religiosas possam também levar ao seu envolvimento em um conflito – porém, mesmo essas razões podem ser utilizadas para mascarar ambições geopolíticas. Em outras palavras,

Embora estas razões menos estratégicas tenham por vezes desempenhado um papel importante nas decisões dos Estados de apoiar insurgências, são motivações muito menos frequentes em comparação com o aumento da influência regional, a desestabilização de rivais locais ou a garantia de que um regime tenha voz nos assuntos locais (Byman et al., 2001, p. xiv, tradução nossa).

Em meio a literatura especializada, há quase um consenso que a razão que mais se destaca para um Estado apoiar uma insurreição que ocorre além de suas fronteiras é a

rivalidade interestatal (Paliwal, Staniland, 2023). Utilizando a definição dada por Maoz e San-Akca (2012, p. 720, tradução nossa), “as rivalidades interestaduais são relações conflituosas de longo prazo entre dois Estados que refletem percepções de hostilidade mútua, desconfiança e confrontos militares”. Essa rivalidade é um processo que pode ser tanto a causa como a consequência do fornecimento de apoio a um grupo rebelde. Ou seja, a rivalidade pode preceder o apoio (e é justamente ela a razão de um governo optar por dar assistência a uma insurreição), ou pode sucedê-lo (ou seja, a rivalidade nasce em razão da intervenção estatal externa).

Embora existam inúmeras outras formas de lidar com as rivalidades interestatais – como corridas armamentistas, formação de alianças com terceiros, ou confronto militar direto, por exemplo – fornecer assistência a grupos armados é uma das estratégias que, por vezes, se mostra mais vantajosa, especialmente quando seu adversário é um Estado militar e economicamente mais forte.³³ Isso ocorre sobretudo porque há uma grande redução não somente de custos militares, mas também de custos políticos, já que entrar em guerra direta pode causar um grande descontentamento nacional, podendo erodir a legitimidade de um governo e, em última instância, até mesmo acarretar conflitos internos (Hoekstra, 2019; Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011, p. 713-714; Maoz, San-Akca, 2012).

Em termos internacionais, reduz-se também riscos diplomáticos, uma vez que a comunidade internacional frequentemente condena e impõe sanções a países que se envolvem em conflitos por determinadas razões. Enquanto isso, fornecer assistência à insurgências é muito mais difícil de ser comprovado e pode facilmente ser negado publicamente (Hoekstra, 2019; Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011, p. 713-714). O nível de discrição, portanto, é um grande atrativo para essa forma de conflito indireto, pois permite ao Estado infligir danos ao seu rival enquanto retém a credibilidade de ser um cumpridor das normas internacionais (Paliwal, Staniland, 2023).

Por outro lado, na prática, manter o envolvimento nos conflitos envolve outros fatores e pode não ser assim tão simples. Conforme apontado por Hoekstra (2019), historicamente, sempre que um Estado conduziu esforços mais robustos para assistir uma insurreição em outro país – o que Paliwal e Staniland (2023) chamam de apoio ofensivo –, tal prática rapidamente se tornou de conhecimento público, sobretudo quando tropas militares são envolvidas. Contudo, é válido salientar que a credibilidade doméstica e internacional

³³ Olhando por um ponto de vista da escola Realista das Relações Internacionais, um dos objetivos do Estado é contrabalancear as capacidades de uma potência rival (Nogueira, Messari, 2021). Nesse sentido, aliar-se a um grupo insurgente é uma maneira de tornar a balança de poderes mais igualitária (Maoz, San-Akca, 2012).

decorrente do sigilo das operações dependerá do regime político do Estado interveniente. À nível doméstico, democracias são mais suscetíveis a desgastes políticos do que governos autoritários. Do mesmo modo, a nível internacional, governos democráticos zelam muito mais pelas regras do direito internacional, ao passo que governos autoritários tendem a não compactuar com a mesma visão de ordem mundial, sendo, portanto, menos influenciáveis pelos riscos de sanções internacionais (Paliwal, Staniland, 2023).

De qualquer forma, seguindo a lógica das rivalidades interestatais, as atividades insurgentes podem servir como um “barômetro revelador de tensões regionais mais amplas” (Byman et al., 2001, p. 31, tradução nossa). Isto é, quando as relações entre dois Estados melhoram, o volume das atividades rebeldes tende a diminuir, ao passo que, quando as relações estão tensas, o nível de violência muitas vezes aumenta. Conforme pontuado por Maoz a San-Akca (2012, p. 725, tradução nossa), à medida que as rivalidades interestatais se tornam mais profundas, duradouras e intensas, “as atitudes dos atores se tornam cada vez mais polarizadas e o nível de desconfiança e demonização do rival aumenta” – e isso pode se tornar ainda mais grave caso já tenham ocorrido conflitos militares entre ambos que resultaram em consideráveis custos materiais e humanos. Em outras palavras, conforme as rivalidades se intensificam, aumentam as chances de cooperação entre um Estado e atores armados não-estatais que alvejam seu rival (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011).

Quando analisamos através da perspectiva das relações de força, podemos observar que as rivalidades estratégicas no geral são acompanhadas com a insatisfação com o *status quo* e o desejo de modificá-lo. Somando-se a isso as capacidades militares e econômicas desiguais, encontramos, pois, as principais variáveis que possuem um poderoso efeito sobre a probabilidade de cooperação entre um Estado e um grupo insurgente.

Isto é, Estados fracos e insatisfeitos com o *status quo* são mais propensos a se envolver com grupos armados a fim de executar uma guerra indireta do que Estados fortes e satisfeitos com o *status quo*. Assim, a duração, intensidade e gravidade das rivalidades, somado à um cenário de relações de força desigual e o interesse de alterá-lo, podem intensificar “a busca de Estados frustrados por maneiras de enfraquecer o oponente ou prejudicá-lo indiretamente, especialmente quando o confronto direto é considerado muito caro” (Maoz, San-Akca, 2012, p. 725, tradução nossa).

Além disso, Maoz e San-Akca (2012) apontam ainda outras ocasiões em um cenário de rivalidade nas quais as probabilidades de um Estado apoiar um grupo rebelde aumentam:

- a) [quando] O estado focal está insatisfeito com o *status quo*,
- b) [quando] Falta as capacidades de mudá-lo por meio de confronto direto

com seu rival,

c) [quando] Ele acredita que é improvável que seu rival retalie em resposta ao seu patrocínio de tais [atores armados não-estatais] (devido a restrições internacionais ou domésticas) ou

d) [quando] Ele acredita que seu rival provavelmente representa um desafio direto para o qual teria que ceder, mesmo que não apoie um [ator armado não-estatal], e

e) [quando] Ele acredita que um conflito irá eclodir seja devido à estratégia de iniciação dominante do rival ou devido à resistência do rival a um desafio (Maoz, San-Akca, 2012, p. 725, tradução nossa).

Ademais, essa prática pode se tornar um instrumento bastante eficaz para a desestabilização de um Estado, uma vez que suas consequências reverberam em diferentes esferas. Primeiro, o governo é forçado a despender uma grande quantidade de recursos econômicos, militares e humanos para reprimir os rebeldes. Além disso, as hostilidades forçarão outras atividades econômicas a pararem, desde as grandes indústrias até os pequenos comércios. Um país em conflito deixa ainda de ser atrativo para investimentos internacionais, e até mesmo empresas que já atuam na região podem se ver forçadas a deixá-la. Isso sem contar os possíveis prejuízos à infraestrutura, que pode ser profundamente afetada pelo conflito. Muitos países já perderam bilhões em turismo ou fuga de investimentos, ou mesmo deixaram de ter setores de sua economia (como o petrolífero ou agropecuário) desenvolvidos por conta da violência. Em conjunto aos danos econômicos, o tecido social é tensionado e pode vir a ruir, culminando na erosão da credibilidade política de um governo e suas instituições civis, ou ainda, na completa crise e falência estatal (Byman et al., 2001, p. 32-33, 77).

Em última instância, um Estado pode patrocinar uma insurreição a fim de derrubar um governo rival. Porém, esta é uma alternativa excepcionalmente difícil porque, diferentemente dos outros casos nos quais apenas manter o conflito vivo basta, aqui é necessário garantir que a insurgência derrote o exército nacional. Nesses casos, portanto, é preciso que haja um aumento exponencial dos recursos fornecidos aos insurgentes a fim de que eles superem as assimetrias militares (Byman et al., 2001).

Nas dinâmicas de fornecimento de apoio externo, o mais comum de se observar é que este seja um fenômeno regional. Isso ocorre justamente em razão do desejo de se conseguir maior influência política ou econômica regionalmente, sobretudo quando isso significa aplicar pressões sobre um Estado rival. Porém, isso não é algo absoluto. Estados que possuem grandes ambições geopolíticas, por exemplo, podem apoiar insurreições em locais distantes a fim de projetar sua influência para além de seu entorno geográfico, tal como se viu em tempos de Guerra Fria (Byman et al., 2001). Existe ainda o temor de que o conflito se alastre para o

seu próprio território. Portanto, é muito mais provável que haja intervenções internacionais por parte de Estados que compartilham fronteiras com o país no qual o conflito se desenrola (Byman, 2013).

3.1.2 Outras motivações

Embora as rivalidades interestatais e a busca por ampliar sua influência regional se destaquem como principais motivações que levam um governo a tomar a decisão de assistir uma insurgência em outro país, existem muitas outras razões que podem fazer um Estado adotar tal prática. Garantir influência dentro do movimento de oposição, preservar a segurança interna, apoiar correligionários ou grupos étnicos próximos, interesses econômicos, prestígio, vingança ou até mesmo ideologias similares podem ser usados para justificar o envolvimento (Byman et al., 2001; Paliwal, Staniland, 2023).

Por garantir influência dentro do movimento de oposição, Byman et al. (2001) faz referência aos casos em que um governo fornece apoio a fim de que os insurgentes, caso cheguem ao poder, não adotem políticas hostis aos seus interesses, mas sim uma agenda que se assemelhe à sua. Ademais, isso pode ajudar a garantir uma certa receptividade em meio à população local; caso houvesse uma invasão direta, por exemplo, o povo tende a ser menos receptivo aos estrangeiros, porém, grupos locais tendem a ter maior legitimidade. Dessa forma, fornecer assistência a esses grupos rebeldes se torna uma forma também de garantir que haja uma maior receptividade popular e, conseqüentemente, maior influência no país (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011).

Por outro lado, um Estado pode assistir um grupo rebelde em outro país a fim de garantir sua segurança interna. Isso pode ocorrer em três ocasiões. A primeira delas é quando o governo teme que um conflito se alastre para o seu próprio território ou para o território de países vizinhos nos quais existe algum tipo de interesse (Byman, 2013; Paliwal, Staniland, 2023). A segunda ocorre em casos nos quais um governo pretende usar os insurretos para combater dissidentes ou grupos que combatem o governo dentro de seu próprio território – da mesma forma como o “Irã usou grupos curdos iraquianos para atacar combatentes do MEK [*Mujahadeen-e-Khalq*] baseados no Iraque” (Byman et al., 2001, p. 35, tradução nossa). Nesses casos, porém, a proximidade geográfica é essencial, uma vez que os rebeldes devem ser capazes de operar livremente para atacar tais dissidentes. Já a terceira ocasião ocorre quando um governo opta por apoiar um movimento insurgente a fim de pacificar refugiados e imigrantes que se encontrem em seu próprio território, fornecendo uma válvula de escape para

as suas frustrações.

Isso faz com que nos deparemos com outras duas razões para o envolvimento do Estado. A primeira delas é o prestígio. Caso haja afinidades entre as lutas de um movimento e os interesses políticos, identidade, tradições e/ou costumes de uma determinada comunidade, apoiar a insurreição pode trazer prestígio político a um governo, especialmente se o regime tiver ambições em seu entorno geográfico (Byman et al., 2001). Exemplo disso são os Estados árabes que apoiam a luta palestina contra o colonialismo israelense.

Já a segunda razão é o apoio a correligionários.³⁴ Embora o apoio a insurreições baseado em laços religiosos tenha diminuído consideravelmente desde o final da Guerra Fria, esta ainda pode ser uma forte motivação para o envolvimento estatal. O Paquistão, por exemplo, apoia movimentos separatistas na Caxemira em parte por conta dos laços religiosos e culturais providos pelo islamismo (Byman et al., 2001).

O apoio por afinidades étnicas, por exemplo, geralmente se mostra apenas um pretexto para os interesses geopolíticos de um Estado em intervir em prol de grupos rebeldes. Embora os governos possam enfatizar um discurso de defesa de seus “irmãos étnicos” em outros países a fim de ganhar credibilidade entre as alas mais nacionalistas do povo,³⁵ muitas vezes o que se busca é apenas continuar a exercer influência política sobre seus vizinhos (Byman et al., 2001; Paliwal, Staniland, 2023).

Existem ainda muitos interesses econômicos que estão por trás do envolvimento de um Estado em uma insurgência e um outro país. Como se sabe, conflitos armados sempre trazem benefícios econômicos a um pequeno grupo, e com movimentos insurgentes não é diferente. Muitos políticos e pessoas do alto escalão militar podem enriquecer através de guerras, seja com a exploração de recursos naturais, contrabando de inúmeros bens ou desvios de recursos públicos, por exemplo. Dessa forma, as diversas possibilidades de enriquecimento podem criar um interesse em continuar a apoiar movimentos insurgentes (Byman et al., 2001, p. 39-40).

A vingança é outro elemento que pode justificar o envolvimento estatal. E tal vingança pode ser desejada por inúmeras razões, desde ressentimentos históricos até uma reação em cadeia – isto é, quando um Estado A apoia um grupo guerrilheiro em um Estado B, existe a possibilidade de que o governo de B também forneça assistência aos rebeldes de A como

³⁴ Embora o termo “correligionário” possa ser utilizado para definir pessoas que compartilham dos mesmos princípios religiosos, políticos e/ou filosóficos, por exemplo, Byman et al. (2001) o utiliza para referir unicamente àqueles que compartilham uma mesma religião.

³⁵ Existem casos em que o próprio povo pode pressionar o governo para agir de alguma maneira em defesa de seus confrades.

forma de se vingar (Byman, 2013). Essa é uma das preocupações que podem restringir o envolvimento de um governo em uma insurreição, haja vista que “muitos governos em [...] que têm minorias inquietas ou outros potenciais dissidentes continuam preocupados com o fato de uma política agressiva no exterior poder levar os rivais a fomentar o descontentamento interno” (Byman et al., 2001, p. 34, tradução nossa).

Por fim, até mesmo ideologias similares podem conduzir um Estado a apoiar grupos insurgentes internacionais. Esta variável só terá um grande peso em cenários de rivalidades estratégicas e ideológicas prolongadas, cujo expoente máximo foi visto ao longo da Guerra Fria. Em um contexto como esse, as potências avaliam o valor político e o peso operacional dos grupos rebeldes dependendo de suas visões ideológicas e as reverberações políticas que suas vitórias poderiam ter (Paliwal, Staniland, 2023). Conforme visto no capítulo anterior, tanto União Soviética quanto China patrocinavam levantes comunistas no Terceiro Mundo a fim de disseminar suas ideologias e aumentar sua influência política mundial.

Em meio a toda a complexidade da dinâmica por trás do fornecimento de ajuda, o que nos chama atenção ainda é o fato de que as intervenções podem se retroalimentar. O caso de Ruanda e do Congo podem ilustrar essa situação. Ao longo dos anos, o governo de Ruanda interveio extensivamente em prol de diversos grupos rebeldes congolese. Apesar de, inicialmente, Ruanda ter fornecido apoio por questões estratégicas, com o tempo o país obteve acesso aos recursos minerais congolese, o que lhes deu “novos incentivos para uma intromissão contínua, mesmo quando o quadro estratégico mudou” (Byman, 2013, p. 985, tradução nossa). Ademais, as intervenções inevitavelmente levaram a respostas hostis tanto do governo do Congo quanto de Estados vizinhos, o que deu à Ruanda ainda mais incentivos para continuar suas intervenções.³⁶

Entre a miríade de razões citadas, pouquíssimos Estados – quiçá nenhum – utilizou apenas uma para justificar a decisão de apoiar uma insurgência. Como trazido por San-Akca (2016), a discussão acerca de motivações por trás do apoio estatal a grupos rebeldes que pode ser traçada das teorias clássicas das Relações Internacionais: a teoria realista, por exemplo, faria referência à segurança internacional como explicação para o apoio; já a teoria liberal utilizaria a política doméstica; enquanto isso, o construtivismo utilizaria a ideologia como justificativa do apoio. Porém, como argumentado por Hoekstra (2019), na prática este seria um modelo difícil de se sustentar, uma vez que uma miríade de motivações pode se entrelaçar na decisão de um Estado de fornecer assistência a um grupo insurgente. Utilizando-se do exemplo do apoio russo à rebeldes no leste da Ucrânia, o autor aponta que

³⁶ Para mais detalhes do caso de Ruanda, ver Byman (2013).

Isso pode ser influenciado simultaneamente por uma tentativa russa de proteger sua esfera tradicional de influência (explicação da segurança internacional), um desejo de defender o autoritarismo em uma era da democracia liberal (explicação ideológica), bem como a pressão doméstica para apoiar seus irmãos étnicos no exterior (explicação da política doméstica) (Hoekstra, 2019, p. 31, tradução nossa).

Em outras palavras, é sempre uma confluência de fatores, internos e externos, que leva um governo a optar por adotar esta prática, de modo que se faz necessário uma análise ampla dos contextos político, econômico, histórico e social que o levaram a tomar esta decisão.

3.2 O apoio de atores não-estatais

Embora o Estado seja o principal interventor em insurgências, movimentos revolucionários e lutas de libertação, por conta de seus recursos financeiros, militares e políticos mais amplos, atores não-estatais vem ganhando espaço considerável em meio a estas práticas. A participação de outros grupos armados não-estatais, diásporas, refugiados e outros atores de menor expressão tem servido como potencializador das hostilidades, tornando as dinâmicas dos conflitos ainda mais intrincadas e a rede de conexões transnacionais mais complexas.

3.2.1 Grupos armados não-estatais

Um dos principais intervenientes não-estatais em insurreições são outros grupos armados. As formas de apoio concedidas são vastas, indo do fornecimento de armas e aprovisionamentos, como munição e equipamentos táticos, à treinamentos, cooperação em inteligência e comunicação.

A intervenção desses grupos em conflitos alheios é produto de inúmeras razões. Ideologias e causas semelhantes, inimigos em comum ou vingança contra Estados ou facções rivais são alguns exemplos. As relações, no entanto, podem ser apenas pragmáticas. A cooperação entre grupos insurgentes pode ser bastante vantajosa de um ponto de vista operacional e estratégico. A formação de alianças, sobretudo internacionais, pode dar acesso a apoio logístico e militar em um território muito mais vasto, permitindo a um grupo agir em um teatro de operações maior – o que, conseqüentemente, aumenta a efetividade de suas operações e ataques surpresas, e dificulta ações do governo para combatê-lo (Byman, 2013).

A cooperação internacional serve ainda para demonstrar o *status* adquirido por um

grupo rebelde. Fornecer apoio a uma outra insurreição em outro país mostra que já não se trata mais de uma guerrilha local, mas sim de um ator forte e significativo, cuja atuação vai além das fronteiras nacionais (Byman et al., 2001).

No mais, interesses econômicos, sem dúvidas, é um dos principais fatores. O envolvimento entre grupos insurgentes pode se tornar consideravelmente lucrativo, seja por conta de contrabando ou outras atividades criminosas. A *National Patriotic Front of Liberia* (NPFL), por exemplo, forneceu ampla ajuda militar à *Revolutionary United Front* (RUF) de Serra Leoa em suas lutas contra o governo a fim de ter acesso às suas reservas de diamante (Byman et al., 2001). Pode haver ainda interesse apenas tático, isto é, com a finalidade única de fortalecer ambas as partes. Isso ocorre sobretudo através de treinamentos em conjunto e fornecimento de armas, por exemplo.

Por outro lado, existem consequências negativas dessa relação entre grupos armados não-estatais, tanto do lado de quem fornece o apoio quanto do lado de quem o recebe. A imagem de um movimento pode ficar maculada por conta do envolvimento com outros guerrilheiros, especialmente se a campanha empreendida por eles for marcada por ataques brutais, abusos contra a população e violações de direitos humanos. Ao estabelecer ligações operacionais, logísticas e/ou econômicas com grupos que atuam dessa maneira, a liderança do movimento demonstra que é conivente com tais comportamentos, o que repercute tanto a nível nacional, como internacional (Byman, 2013).

3.2.2 Diásporas

Diásporas, isto é, comunidades imigrantes que se estabeleceram em um determinado país, mas que ainda possuem um forte vínculo com sua terra natal, frequentemente apoiam movimentos insurgentes dentro de seu país de origem. Diferentemente dos Estados, as diásporas são majoritariamente influenciadas pelas afinidades étnicas, culturais e religiosas, ou mesmo graus de parentesco. Esses laços preexistentes com a população de sua terra natal – bem como um senso de culpa por estarem em um local seguro enquanto seus compatriotas estão envolvidos em um conflito sangrento por uma causa comum – é o que levam tais comunidades a se solidarizarem e darem assistência às lutas³⁷ (Byman et al., 2001).

Embora possam atuar através do envio de armas e recrutas, os papéis mais importantes

³⁷ Byman et al. (2001, p. 56), no entanto, chamam atenção também para a possibilidade da concessão de um apoio forçado, conseguido por meio de coerção, como ameaças a família e amigos e localizado em sua terra natal.

desempenhados por esses grupos são o financiamento das insurgências e a internacionalização do conflito, ajudando a dar maior visibilidade à causa pela qual lutam. O *Liberation Tigers of Tamil Eelam* (LTTE), por exemplo, criou uma rede global de financiamento que se expandiu por cerca de 40 países; a renda total do LTTE gira em torno de US\$ 100 milhões, dos quais 60% vieram de diásporas (Byman, 2013). Já as pressões políticas feitas pelas diásporas, especialmente sobre o governo do país que os hospeda, geralmente pedem ajuda aos insurgentes ou, ao menos, oposição ao governo contra o qual estão lutando (Byman et al., 2001).

Uma das vantagens do apoio dado pelas diásporas é que essas comunidades são mais confiáveis que um Estado para esse tipo de assistência, já que elas muito raramente desejam exercer algum tipo de controle sobre o movimento, ainda que seu poder financeiro possa dá-las voz nas decisões do grupo. Seu apoio também é menos provável de ser reduzido ou interrompido abruptamente, tal como no caso dos Estados. Deve-se levar em consideração ainda os laços de confiança preexistentes entre as partes, já que fazem parte de um mesmo povo e lutam por uma mesma causa (Byman et al., 2001; Byman, 2013).

Fazer cessar o apoio de uma diáspora é um grande desafio para o governo hospedeiro, já que uma série de problemas pode surgir dessas ações. Primeiramente, é de grande dificuldade para o governo diferenciar entre os imigrantes ativistas e os não ativistas – uma extensão, pode-se dizer, do mesmo problema imposto pelas guerrilhas – o que poderia acarretar problemas jurídicos pela ação contra um civil inocente. E mesmo os esforços para fazer tal diferenciação requereriam serviços de inteligência e monitoramento dos imigrantes, o que por si só já seria custoso e controverso (Byman et al., 2001). Além disso, reverberações políticas tanto a nível nacional como internacional poderiam decorrer disso.

[...] se os governos não fizerem nada, acedem tacitamente aos desejos dos insurgentes, que ficam então livres para se organizarem e angariarem fundos. O governo que se opõe à insurgência, pelo contrário, deve pressionar para que o governo anfitrião aplique controles fronteiriços e de exportação, recolha informações, restrinja a angariação de fundos e, de outra forma, tome várias medidas difíceis e intrusivas para encerrar as atividades da diáspora naquele país (Byman et al., 2001, p. 58, tradução nossa).

3.2.3 Refugiados

Em comparação com os outros atores citados anteriormente, os refugiados possuem um papel relativamente menor em fornecer assistência internacional às insurreições. Haja vista a condição de extrema pobreza na qual os refugiados frequentemente se encontram, é muito

raro que sua contribuição em termos materiais seja considerável. Nesse sentido, sua principal forma de participação é através de sua mão de obra, fornecendo soldados para uma organização insurgente (Byman et al., 2001). Porém, sua contribuição não se limita a apenas isso:

[...] eles podem ser um escudo para o ataque, um grupo de recrutas, fontes de medicamentos e alimentos para os combatentes, uma forma de sustentar as famílias dos combatentes e, por vezes, até uma fonte de legitimidade. Em essência, os campos de refugiados, muitas vezes sob patrocínio internacional, correm o risco de se tornarem bases de retaguarda para os insurgentes [...]

Os refugiados podem transformar um clima político estável no país que o hospeda, conduzindo a conflitos nesse país ou entre o seu governo original e o governo que o hospeda. Os refugiados ajudam os rebeldes a alargar as redes sociais para além das fronteiras do Estado, a impor custos econômicos ao Estado anfitrião, a alterar a sua composição étnica e podem facilitar o fluxo de armas e combatentes para novas áreas. Como resultado, o conflito pode facilmente metastatizar [sic] (Byman, 2013, p. 990-991, 992 tradução nossa).

Em geral, refugiados possuem um grande desejo de “recuperar a sua terra natal ou de restaurar a influência da sua nação sobre parte de um território” (Byman et al., 2001, p. 65, tradução nossa). Refugiados afegãos, por exemplo, passaram a fazer parte tanto de grupos de resistência antissoviéticos, como também ajudaram a formar o Talibã. Por outro lado, muitos refugiados palestinos se tornaram membros da Organização de Libertação da Palestina e do Hamas.

Além disso, eles podem apoiar uma insurgência como maneira de se proteger de predadores, sejam eles governos opressores do país onde se refugiam, grupos rivais ou organizações criminosas, por exemplo. Toda essa violência pela qual passaram, cria nos refugiados não apenas um sentimento de vingança, mas também a ideia de que, para ter suas queixas ouvidas e solucionadas, o caminho militar, isto é, o uso da força, é a única alternativa possível (Byman et al., 2001). Soma-se a isso o fato de que políticas governamentais repressivas e excludentes deixam os refugiados ainda menos opções que não se juntar a grupos militantes (Byman, 2013).

Frente a isso, pode-se observar que os fluxos de refugiados e as insurgências frequentemente possuem uma relação de alimentar um ao outro: “a discriminação, a violência e a miséria que normalmente acompanham as guerras civis frequentemente produzem refugiados que, por sua vez, contribuem para o conflito original” (Byman et al., 2001, p. xvi, tradução nossa).

Por outro lado, assim como no caso das diásporas, a coerção também é um elemento

que pode levar às contribuições de refugiados com as insurgências. Por vezes, existem ocasiões em que grupos rebeldes controlam campos de refugiados, sobretudo em cenários nos quais o aparelho estatal está fragilizado. Nessas circunstâncias, os insurgentes se veem capazes de exigir dinheiro, provisões e até mesmo recrutas em meio à população deslocada (Byman et al., 2001).

3.2.4 Outros atores

Ainda que os atores supracitados exerçam um papel majoritário em termos de fornecer ajuda externa a grupos insurgentes, existem ainda outros atores que podem desempenhar tal função, ainda que de maneira menos significativa.

Organizações e líderes religiosos, por exemplo, podem atuar como intervenientes ao providenciar recursos financeiros (geralmente coletados através de doações, ou mesmo desviados de ONGs e instituições de caridade), influenciar a população a apoiar a causa e até mesmo angariando voluntários para as linhas guerrilheiras. A assistência dada pode ser também de cunho subjetivo, como a inspiração ou guiamento espiritual para os combatentes (Byman et al., 2001).

Instituições de direitos humanos, por sua vez, também podem exercer alguma função no decorrer dos conflitos, seja direta ou indiretamente. Em regiões da África, por exemplo, campos de refugiados administrados por organizações dessa natureza acabaram por se tornar portos seguros para insurgentes. Algumas ONGs até mesmo providenciaram recursos a guerrilheiros com o objetivo de garantir que a ajuda chegue a indivíduos necessitados (Byman et al., 2001). Além disso,

Grupos de direitos humanos também podem chamar a atenção para a causa de uma insurgência, aumentando o apoio internacional ao movimento e dificultando os esforços governamentais de contrainsurgência. Os grupos que celebram os direitos indígenas ou a diversidade cultural, por exemplo, podem criar e fomentar o apoio internacional a um grupo tribal ou étnico local (Byman et al., 2001, p. 81, tradução nossa).

Por fim, mesmo indivíduos podem ser apoiadores de insurreições, seja por conta de afinidade étnica e religiosa, solidariedade à causa, ideologia comum ou por conta de interesses pessoais. No entanto, seu papel se limita quase exclusivamente a financiamentos (Byman et al., 2001).

Conforme dito anteriormente, intervenientes dessas categorias podem de fato ajudar a aumentar os poderes militar e econômico de uma insurreição, ou mesmo levar sua causa à

arena internacional, garantindo-a, assim, algum tipo de representatividade e/ou influência. Contudo, em comparação aos demais tipos de atores, seu papel em conflitos é bastante limitado, de modo que seu impacto no decorrer do movimento também o será.

3.3 As diversas formas de ajuda externa

Um grupo insurgente pode receber inúmeros tipos de ajuda externa, no entanto, muitos fatores podem fazer com que o impacto desta ajuda varie de maneira considerável, como as necessidades dos insurgentes, a capacidade do grupo de adquirir aquilo que necessita internamente, a força do Estado contra o qual se luta, o contexto no qual se insere a luta e até mesmo o tipo de assistência fornecido. Nesse sentido, ao analisarmos as diferentes formas de ajuda externa que podem ser concedidas a uma insurgência, não basta uma mera enumeração dos seus tipos, como realizado por autores como Hoekstra (2019).

A fim de pensarmos também nos impactos causados, utilizaremos a sistematização feita por Byman et al. (2001, p. 83-101), que classificam o impacto do apoio externo em três categorias, de acordo com sua importância para a insurgência: 1) formas críticas de apoio, na qual se encaixam portos seguros, recursos financeiros, apoio político e apoio militar direto; 2) formas valiosas de apoio, que inclui treinamento, armas e material e apoio logístico; e 3) formas menores de apoio, na qual se encontram fornecimento de soldados, inteligência, apoio organizacional e inspiração.

Cada uma dessas formas de apoio traz consigo uma série de benefícios aos insurretos, bem como consequências negativas. Portos seguros, por exemplo, são essenciais para movimentos guerrilheiros, já que fornecem aos rebeldes um local seguro para descansar, se organizar, treinar e preparar suas próximas operações, porém sob determinadas circunstâncias pode acarretar a escalada da violência. O financiamento, por sua vez, é o tipo de assistência cujos benefícios mais podem variar; o fornecimento de recursos financeiros pode ser usado para uma miríade de propósitos, como comprar todo tipo de aprovisionamento, pagamento de soldados, realização de serviços sociais, suborno de autoridades, propaganda, etc. No entanto, os grandes fluxos financeiros podem corromper os combatentes e alienar o movimento de sua causa inicial. O fornecimento de armas e treinamento são também bastante valiosos, embora os recursos financeiros possam ser usados para a compra de armas – sem falar em outros meios através dos quais elas podem ser adquiridas –, enquanto, com o tempo, os rebeldes aprenderão a realizar treinamentos sozinhos. Refugiados e diásporas – mas não somente estes – podem fornecer soldados, porém voluntários estrangeiros raramente acrescentam um

número considerável nas linhas guerrilheiras. É possível ainda que atores externos possam auxiliar os insurretos em serviços de inteligência, embora, geralmente, movimentos bem organizados possuem seus próprios centros de inteligência (Byman et al., 2001, p. xvii-xviii).

Vale ressaltar que a ajuda pode vir ainda da passividade de um ator. Grupos não-estatais que atuam em prol de uma insurgência, seja levantando fundos, fazendo propaganda ou fornecendo ajuda material, por vezes apenas podem fazê-lo por conta da pouca ou nenhuma interferência do governo em suas atividades (Byman et al., 2001; Maoz, San-Akca, 2012). Essa passividade pode advir, por um lado, da simples incapacidade das forças de segurança do governo de impedir tais ações, ou, por outro, de um apoio velado à causa insurgente ou ainda do desejo de prejudicar/desestabilizar indiretamente o governo contra o qual os insurretos lutam.

3.3.1 Formas críticas de apoio

Entre as diversas formas de apoio que podem ser concedidas a grupos insurgentes, algumas se destacam pelo seu maior potencial de impactar o curso dos conflitos, seja por sua capacidade de prover certo grau de segurança aos combatentes (como no caso dos portos seguros), multiplicar suas capacidades (no caso do financiamento), aumentar sua visibilidade e legitimidade (no caso do apoio político e propaganda) ou desbalancear o teatro de operações (no caso do apoio militar direto). Em razão de seu grande potencial de impactar a insurreição de maneira substancial, estas são consideradas formas críticas de apoio.

3.3.1.1 Portos seguros

Dentre as formas críticas de ajuda, talvez o fornecimento de portos seguros (*safe havens* ou *sanctuaries*) seja a mais impactante (Byman et al., 2001; Reider, 2014). De modo geral, trata-se de locais onde os insurgentes podem transitar livremente e de forma segura, seja em um Estado que simpatize com o movimento, seja em um território controlado por outro grupo rebelde. Os portos seguros podem assumir uma forma um pouco mais modesta, quando se é permitido que apenas as lideranças do movimento residam no local, ou uma forma mais extensa, quando o patrocinador permite que uma grande quantidade de soldados adentrem o território (Hoekstra, 2019).

O mais comum – e preferível – de se acontecer é que os portos seguros se localizem em Estados vizinhos aos quais o conflito se desenvolve. Mesmo que isso possa significar que

os rebeldes se coloquem em uma posição mais vulnerável a contra-ataques do governo, santuários em Estados contíguos tornam mais ágeis e eficazes as movimentações de combatentes e materiais para os campos de batalha (O'Neill, 2005). Porém isso não é algo absoluto. Em casos mais raros, países mais distantes podem fornecer abrigo, mas estes podem não ser tão úteis, haja vista que insurgentes frequentemente não possuem a capacidade de projetar seu poder através de distâncias muito grandes (Hoekstra, 2019).

Já em outros casos, alguns movimentos conseguem criar portos seguros dentro do próprio país onde atuam. Esses casos ocorrem quando um grupo rebelde conquista um grande apoio em meio ao povo, além de se aproveitar da geografia local – sobretudo regiões de difícil acesso, como florestas densas ou terrenos montanhosos. Em movimentos guerrilheiros maoístas, como o Sendero Luminoso no Peru ou os Naxalitas na Índia – ou ainda os próprios comunistas chineses liderados por Mao Tsé-tung –, esses portos seguros são denominados zonas liberadas, nas quais os guerrilheiros instauram um governo paralelo e têm uma enorme liberdade de ação (Byman et al., 2001).

Seja dentro ou fora das fronteiras nacionais, os portos seguros são essenciais para movimentos guerrilheiros tanto antes quanto durante o conflito. No período que antecede as hostilidades, os rebeldes os utilizam para se organizar, treinar, preparar os planos de guerra, e até mesmo disseminar propaganda ou realizar recrutamento. Já durante o conflito, os portos seguros podem ser utilizados para descansar após ataques prolongados, preparar suas próximas operações ou para bater em retirada quando o teatro de operações se mostrar muito desfavorável. Sem estes locais, portanto, os soldados se tornam facilmente vulneráveis às investidas das forças de segurança (Byman et al., 2001; Byman, 2013, Hoekstra, 2019).

Por outro lado, O'Neill (2005) vai contra a afirmação absoluta de que os portos seguros são sempre essenciais para os guerrilheiros, argumentando que seus efeitos podem variar consideravelmente. O autor aponta para três níveis de contribuição fornecidos pelos portos seguros. No extremo mais baixo se colocam os santuários que não possuem bases fixas, apenas toleram o trânsito de pessoas e armas, algo que pode ter um impacto pouco significativo. Em uma colocação intermediária estão as instalações e campos menores, suficientes para abrigar e assistir pequenas guerrilhas. Por fim, a forma mais valiosa de porto seguro estão locais que contam com “uma rede de extensas bases fixas com quartéis-generais, suprimentos, áreas de treinamentos, hospitais, e assim por diante” (O'Neill, 2005, [p. 186], tradução nossa).

Existem ainda casos em que o fornecimento de portos seguros não é uma ação ativa de um Estado, mas sim passiva. Isso ocorre quando um governo é incapaz de expulsar os

quadros rebeldes de seu território (Byman et al., 2001; Byman, 2013)³⁸. Entretanto, ao contrário do imaginário comum, Estados fracos ou falidos não são necessariamente melhores fornecedores de portos seguros. Em decorrência da falta de ordem política, infraestrutura adequada e capacidade de exercer o monopólio da violência, estes Estados não são locais profícuos para a existência de portos seguros, uma vez que o governo não tem condições de providenciar um ambiente seguro para os insurgentes e, assim, os grupos rebeldes não podem operar efetivamente (Hoekstra, 2019).

Por conta dos princípios de não agressão e respeito às demarcações geográficas, os governos quase sempre hesitam em perseguir os quadros insurgentes em seus portos seguros para além das fronteiras nacionais. Porém, em casos mais raros, forças de segurança do governo, em suas operações de contrainsurgência, trespassam suas fronteiras para atacar bases rebeldes localizadas em outro Estado. Ao fazer isso, confrontos diretos e/ou indiretos com as forças de segurança locais podem eclodir, consequentemente causando a escalada das hostilidades e, em última instância, podendo transformar uma guerra civil em um conflito interestatal (Byman, 2013; Hoekstra, 2019). O exército israelense, por exemplo, já realizou diversos ataques a soldados palestinos localizados no Egito, Líbano e Jordânia. Essas posturas por parte de Israel contribuíram fortemente para o desencadeamento da Guerra Árabe-Israelense, a Crise de Suez e a Guerra dos Seis Dias (Byman et al., 2001, p. 86).

3.3.1.2 Financiamento

Embora táticas de guerrilha e ataques terroristas utilizados em campanhas revolucionárias e movimentos insurgentes sejam frequentemente retratadas como relativamente baratas, realizar ataques maiores e, principalmente, sustentar uma luta prolongada para a derrubada de um governo é consideravelmente mais caro, o que torna o financiamento uma das mais importantes formas de ajuda externa (Hoekstra, 2019).

De modo geral, as despesas de um grupo rebelde podem ser separadas entre: 1) despesas operacionais, que concernem os gastos para a condução de ataques ou operações específicas, compra de armas no mercado negro, treinamento, entre outros; e 2) custos

³⁸ Relacionado a isso está o direito (ou capacidade) de um grupo insurgente de transitar, seja no próprio país ou em outro. A capacidade de circular livremente pode advir tanto da conivência do governo como por sua incapacidade de impedi-la. Além de transitar, um Estado pode permitir ainda que o grupo receba apoio de um ator, seja na forma de fluxos financeiros, armamentos ou treinamentos. Como destacado por Byman et al. (2001, p. 86, tradução nossa), essa é uma modalidade de apoio de baixo custo que possibilita ao Estado “[manter] alguma distância da causa insurgente”.

organizacionais, referentes às despesas da manutenção da própria organização, como pagamento de soldados, custos de recrutamento e campanhas midiáticas, por exemplo (Hoekstra, 2019, p. 47). O envio de remessas financeiras, portanto, é o tipo de assistência cujos efeitos mais podem variar; estes recursos podem ser usado para uma miríade de propósitos, como comprar todo tipo de aprovisionamento – como armas, munição, equipamentos táticos e medicamentos etc. –, pagamento de soldados, realização de serviços sociais a fim de ganhar apoio popular, suborno de autoridades, propaganda, etc. (Byman et al., 2001; Byman, 2013).

Boa parte desses recursos podem ser adquiridos internamente, através de roubos, saques, sequestros, tráfico ou outras atividades criminosas. Alguns grupos até mesmo cobram impostos, ou “taxas revolucionárias”, como são os casos das FARC na Colômbia, o Sendero Luminoso no Peru e os próprios Naxalitas na Índia. Dessa forma, muitos grupos acabam por se tornar autossustentáveis. No entanto, como corretamente apontado por Byman et al. (2001, p. 87), a imensa maioria de movimentos dessa natureza ocorrem em locais pobres, portanto as guerrilhas são forçadas a procurar outras fontes de financiamento.

3.3.1.3 Apoio político e propaganda

O apoio político a um grupo insurgente ocorre exclusivamente por parte do Estado. Existe uma vasta e complexa gama de meios através dos quais ajuda deste tipo pode ser fornecida, como dar representatividade diplomática à causa defendida pelos insurgentes, dar (ou pedir) reconhecimento internacional ao movimento, classificando-o como uma voz legítima de um povo ou causa particular e, assim, instigar outros atores a também apoiar a luta. Além disso, é possível ainda se opor ao governo contra o qual os insurretos lutam, seja através de pressões políticas, sanções ou apenas o reconhecimento da legitimidade de um grupo rebelde – o que, por si só, serve para minar a credibilidade de um governo em exercício (Byman et al., 2001; Galula, 2006; Hoekstra, 2019).

Assim, diferentemente de Hoekstra (2019, p. 49, tradução nossa), para quem o apoio político se refere “a quaisquer declarações verbais ou escritas feitas em apoio direto ao grupo rebelde”, aqui consideramos o apoio político como uma postura mais ativa na arena internacional, indo além de meras declarações (O’Neill, 2005).³⁹

Esse tipo de apoio “ajuda os insurgentes em termos materiais [...] e [políticos],

³⁹ Dessa forma, o apoio político se difere da inspiração, ou apoio moral, justamente por conta da presença de ações em prol do movimento, não apenas declarações.

demonstrando aos seus seguidores que a resistência está tendo sucesso, ao mesmo tempo que mina o apoio ao Estado” (Byman et al., 2001, p. 89, tradução nossa). Diferentemente de outros tipos de ajuda, como os portos seguros, por exemplo, que são vitais nos estágios iniciais do movimento, o apoio político é muito mais importante (e frequente) para insurgências que já estão estabelecidas.

A maneira como um Estado pode oferecer seu apoio político pode assumir diferentes facetas. Reconhecer a existência de um movimento e fazer declarações favoráveis a ele é o nível mais básico de apoio. Em seguida, um governo pode conceder o reconhecimento *político* do grupo, que automaticamente cria laços políticos entre as partes, mas não implica em obrigações legais – ou seja, o governo pode voltar atrás e retirar seu reconhecimento a qualquer momento. Por fim, uma das maiores formas de apoio político a ser oferecido é o reconhecimento *legal* dos rebeldes, em que são criadas obrigações legais tais como reconhecimento da embaixada do estado – porém, em geral, isso ocorre apenas quando o conflito já está resolvido ou está em vias de (Hoekstra, 2019, p. 50).

Quanto ao nível do apoio concedido, claramente, dependerá “tanto do compromisso do Estado com o movimento insurgente como do poder que geralmente exerce” (Byman et al., 2001, p. 89, tradução nossa). Nesse sentido, o apoio de um Estado com pouca expressão no sistema internacional terá igualmente pouca expressão, ao passo que o apoio de uma grande potência poderá ter grandes repercussões. Através de pressões políticas e diplomáticas é possível evitar que um governo utilize determinadas armas ou táticas que facilmente devastariam as linhas guerrilheiras, por exemplo. Nesses casos, o apoio político pode dificultar a efetividade das campanhas de contrainsurgência empreendidas para conter os levantes (Byman, 2013). Existem ainda casos em que a atuação política pode até mesmo impedir que forças de segurança da ONU sejam utilizadas ou, quando são, possam atuar com força suficiente para conter ou derrotar os rebeldes (Byman et al., 2001).

Recorrendo uma vez mais ao exemplo da causa palestina, países árabes frequentemente utilizaram sua influência internacional para angariar recursos financeiros para ajudar a população palestina forçadamente deslocada em decorrência do conflito. Ademais, a comunidade islâmica se articulou de maneira a pressionar outros países a boicotarem Israel, dar maior importância à causa palestina na agenda internacional e reconhecerem a Organização de Libertação da Palestina como uma instituição legítima (Byman et al., 2001).

E crucial para a consecução de apoio político é a propaganda. Uma narrativa propagandística eficaz

pode ajudar a legitimar os objetivos dos insurgentes, ajudar na angariação de

fundos e nas atividades de recrutamento, desacreditar os governos oponentes e internacionalizar a luta armada, levando a mensagem de um movimento a um público mais vasto (Byman et al., 2001, p. 89-90, tradução nossa).

O auxílio externo, sobretudo estatal, pode ajudar no desenvolvimento de uma propaganda insurgente sobretudo de duas maneiras. A primeira delas é através do fornecimento de recursos e conhecimento técnicos que faltam aos rebeldes, como o acesso aos meios de comunicação oficiais (rádio, televisão, imprensa, etc.) para difundir sua mensagem de maneira mais eficaz. A segunda, e ainda mais importante, é a transmissão da propaganda ideológica insurgente por Estados solidários ao movimento, simpatizantes e membros das diásporas. “Os governos que lutam contra as insurgências provavelmente terão muito mais dificuldade em controlar as atividades de propaganda realizadas por representantes, apoiadores e patrocinadores estatais através das fronteiras internacionais” (Byman et al., 2001, p. 90, tradução nossa).

No mais, ainda que o apoio político seja papel apenas do Estado, atores não-estatais podem agir indiretamente para contribuir para que ele ocorra. Diásporas, por exemplo, podem se utilizar de seu poder eleitoral ou financeiro para pressionar o governo a apoiar uma insurgência ou se opor às campanhas de contra-insurgência realizadas pelo Estado contra o qual o movimento em questão luta (Byman et al., 2001, p. 88). Além disso, atores não estatais, sejam eles organizações ou membros da sociedade civil, podem atuar fortemente na difusão da propaganda insurrecional, através da publicação em jornais, livros e revistas, pronunciamentos públicos e outros meios de promover as causas defendidas pelos rebeldes.

3.3.1.4 Apoio militar direto

Em ocasiões mais raras, Estados podem fornecer apoio militar direto, isto é, enviando suas forças armadas em apoio às fileiras insurgentes. Mesmo que esse fenômeno aconteça com baixíssima frequência, quando ocorre, proporciona um profundo impacto no teatro de operações.

Todavia, é preciso deixar clara a diferença entre o apoio militar direto e o fornecimento de soldados, que é classificada como uma das formas menores de apoio. Enquanto este último se trata de insurgentes transnacionais, isto é, civis que se voluntariam a se juntar às linhas de combate, o apoio militar direto diz respeito ao envio de tropas formais, ou seja, membros do exército regular estatal. Além disso, os militares enviados por outros Estados não se tornam membros do movimento, sendo apenas esquadrões de apoio nos

conflitos (Hoekstra, 2019).

O que mais chama atenção neste tipo de ajuda externa é que ele altera completamente a própria natureza do conflito. O que antes era uma insurreição realizada através de uma tática de guerrilha, passa a ser uma guerra convencional entre dois exércitos formalmente organizados. O escopo e escala das capacidades militares dos insurgentes aumentam exponencialmente – haja vista que o exército estatal que se juntou às suas linhas é muito melhor armado, organizado e capaz de conduzir operações sofisticadas –, fazendo com que um grupo que antes apenas lutava por sua sobrevivência se torne uma real ameaça à segurança nacional (Byman et al., 2001).

O nível de armamento aumenta tremendamente, de armas pequenas para sistemas aéreos e terrestres avançados. Os insurgentes também têm muito maior probabilidade de serem capazes de conduzir ataques convencionais massivos e coordenados, permitindo-lhes ocupar território, superar em armas e manobrar forças rivais [sic] e, ainda, conduzir operações que anteriormente estavam além das suas capacidades de luta (Byman et al., 2001, p. 91, tradução nossa).

3.3.2 Formas valiosas de apoio

Como todo exército, regular ou irregular, uma insurreição requer armas, munição, medicamentos e outros suprimentos para repor os que acabaram, quebraram ou foram apreendidos ou destruídos ao longo do conflito – o que, conseqüentemente, implica a necessidade de um sistema logístico eficaz para garantir o acesso a todos esses materiais. Além disso, é necessário treinamento em táticas de combate e manuseio das diversas armas e equipamentos utilizados ao longo dos conflitos.

Embora todos esses recursos possam ser adquiridos de forma autônoma pelos guerrilheiros, contar com um agente externo que os forneça tal assistência pode ser de grande valor para o desenvolvimento da insurreição.

3.3.2.1 Treinamento

Sobretudo nos primeiros estágios da insurgência, o grupo rebelde pode carecer da expertise necessária para realizar treinamentos por conta própria, forçando-o a procurar assistência externa. Por outro lado, mesmo quando um grupo armado já possui soldados experientes e com perícia o suficiente para treinar novos recrutas, realizar treinamentos com outros grupos rebeldes ou mesmo com tropas militares estatais pode ser necessário,

especialmente quando há o desejo de aprimoramento em técnicas mais sofisticadas. Nesse sentido, os tipos de treinamentos podem variar amplamente, indo desde aspectos básicos como treinamento de combate, primeiros socorros, manuseio de armas, planejamento de batalha e navegação, até treinamentos mais refinados, como o manuseio e fabricação de explosivos, contrainteligência, táticas operacionais mais complexas ou mesmo o manuseio de novas tecnologias de armas ou equipamentos, como sistemas de defesa aérea portáteis. Além disso, os treinamentos podem ser direcionados apenas às lideranças do movimento ou à todos os quadros; e até mesmo podem ser oferecidos treinamentos não militares, como treinamento de liderança, aconselhamento organizacional ou educação política, por exemplo (Byman et al., 2001; Hoekstra, 2019).

A forma como os treinamentos são realizados podem variar de maneira igualmente ampla, indo de reuniões curtas e informais até programas mais extensos oferecidos em quartéis militares ou campos controlados por outros grupos rebeldes. A realização dos treinamentos pode ocorrer em território do Estado ou grupo rebelde patrocinador, ou no país em que a insurgência se desenvolve; seja como for, os treinamentos são ministrados em locais afastados a fim de se evitar a exposição pública (Hoekstra, 2019).

3.3.2.2 Armas e suprimentos

Quanto à aquisição de armas e outros suprimentos – como munição, combustível, medicamentos ou mesmo comida –, guerrilhas geralmente são capazes de abastecer a si mesmos através de roubo, saques à complexos policiais e militares, e até mesmo através de oficiais corruptos dispostos a contrabandear os itens necessários diretamente dos arsenais das forças de segurança. Já para os grupos armados que não possuem acesso a fontes locais satisfatórias e contam com reservas financeiras, o mercado internacional de armas se mostra uma alternativa, tendo em vista que é extremamente amplo, sobretudo em armas de pequeno porte, o principal tipo utilizado por guerrilheiros. Estes mercados no geral fogem do alcance das capacidades do Estado, especialmente aqueles cujos governos possuem controle limitado das fronteiras e, mais importante, enfrentam uma forte resistência por parte dos rebeldes (Byman et al., 2001, p. 94-95). Nesses casos, a compra de armamentos pode ser feita através de intermediários ou diretamente com governos estrangeiros ou outros grupos armados não-estatais.

No entanto, existem ocasiões em que um interveniente externo pode fornecer as armas e aprovisionamentos necessários para dar continuidade aos conflitos. Nesse sentido, pois, o

fornecimento de armas se refere a todo tipo de doação, transferência, envio ou empréstimo de armas e munições. Ajuda desse tipo é consideravelmente valiosa pois a aquisição de armas é considerada uma das mais importantes tarefas para um grupo rebelde iniciar um conflito (Hoekstra, 2019). Além disso, possibilita aos rebeldes direcionar suas escassas reservas com outras necessidades e tornar, ainda que minimamente, o teatro de operações mais nivelado (Byman, 2013). Deve-se chamar atenção ainda para o fato de que, mediante campanhas de contrainsurgência, “pode ser difícil para os insurgentes adquirirem armas sem apoio externo. Os serviços de segurança podem monitorizar as fronteiras e os mercados locais e examinar de perto as forças militares locais para evitar desvios ilícitos de armas” (Byman et al., 2001, p. 95, tradução nossa), o que torna o apoio externo ainda mais importante.

O envio de armas, sobretudo quando advindos de um Estado, pode ocorrer tanto direta quanto indiretamente. Neste último cenário, por conta da ilegalidade das ações e a intenção de não deixar vestígios, o Estado pode transferir o armamento através de um intermediário, geralmente um outro grupo armado não-estatal. Caso as fronteiras nacionais sejam mal fiscalizadas ou nos casos em que os rebeldes controlam pontos de entrada no país, as entregas de armas podem chegar em uma única entrega ou em vários lotes grandes. Por outro lado, em casos em que a fiscalização das fronteiras seja mais rigorosa, as armas podem ser contrabandeadas para dentro do país, geralmente em alta frequência e baixo volume (Hoekstra, 2019).

3.3.2.3 Apoio logístico

Ademais, relacionado ao fornecimento de materiais, está o apoio logístico, assunto que corriqueiramente é deixado de lado, mas pode ser de grande importância no teatro de operações. Assistência dessa natureza se refere ao transporte de pessoas e materiais, seja por terra, mar ou ar, e até mesmo o fornecimento dos próprios meios de transporte, como caminhões, navios e aeronaves, por exemplo (Hoekstra, 2019). Embora grupos guerrilheiros frequentemente possuam uma grande flexibilidade na consecução de aprovisionamentos, adquirindo-os majoritariamente em meio à população ou através de roubo, problemas logísticos eventualmente podem surgir, em especial à medida que o grupo cresce em tamanho.

A procura de alimentos não só força os grupos crescentes a se deslocarem para áreas cada vez mais povoadas em busca de reabastecimentos, como também os grupos maiores necessitam de equipamento militar mais avançado, que a população em geral simplesmente não possui (Hoekstra, 2019, p. 42, tradução nossa).

A disponibilidade de armas, materiais bélicos e outros bens de consumo, tal como a habilidade de movimentar tropas e materiais, podem determinar as opções estratégicas e táticas da insurgência e o sucesso do movimento. “Em última análise, os grupos rebeldes necessitam, portanto, de um sistema profissional de transporte e logística para derrotar o seu oponente” (Hoekstra, 2019, p. 42, tradução nossa).

Dessa forma, vê-se que o fornecimento de armas e treinamento, bem como o apoio logístico, são também bastante valiosos para o curso da insurreição. No entanto, em comparação aos tipos de ajuda externa mencionados anteriormente, coloquem-se em um segundo escalão de importância, haja vista que recursos financeiros podem ser usados para a compra de armas – sem falar em outros meios através dos quais elas podem ser adquiridas –, enquanto que, com o tempo, os rebeldes aprenderão a realizar treinamentos sozinhos.

3.3.3 Formas menores de ajuda externa

Algumas das formas de ajuda externa exercem um menor impacto no teatro de operações e no curso da insurgência. Essas modalidades de apoio raramente são decisivas ou possuem um papel essencial para o desenrolar das operações, o que limita consideravelmente seu valor. São elas o fornecimento de soldados, inteligência, apoio organizacional e inspiração.

3.3.3.1 Fornecimento de soldados

Para que uma insurreição alcance sucesso em sua luta, é necessário que o movimento conte com um número razoável de guerrilheiros minimamente treinados e altamente comprometidos com a causa. As ações das forças de segurança para reprimir as rebeliões podem culminar em prisões, deserção ou simplesmente a perda do compromisso político dos combatentes, o que pode resultar em uma drástica diminuição das linhas guerrilheiras (Byman, 2013).

Refugiados e diásporas podem fornecer soldados para compor o quadro insurgente. Essa participação de estrangeiros pode contribuir para a internacionalização do movimento, chamando atenção da comunidade internacional para as lutas, além de, claro, aumentar seu poderio militar. No entanto, voluntários estrangeiros raramente acrescentam um número significativos às linhas guerrilheiras; e os rebeldes, por sua vez, raramente dependem desses soldados – “e aqueles que o fazem correm o risco de um desastre” (Byman et al., 2001, p. 96,

tradução nossa).

Uma insurgência que não consegue atrair simpatizantes e combatentes não tem legitimidade em meio ao povo – povo este que não compactua com a causa pelo qual o movimento luta –, provavelmente é mal organizada e dotada de uma liderança mal qualificada, e, portanto, é uma insurgência condenada ao fracasso.

A participação de uma grande quantidade de estrangeiros em uma insurreição pode ainda erodir a credibilidade nacional do movimento. Por vezes, estes voluntários podem não apresentar um real comprometimento com a causa por diversas razões, como a simples falta de contato com as comunidades locais e as condições sob as quais elas vivem, por exemplo – o que, por si só, já pode criar tensões internas no movimento. No entanto, essa falta de comprometimento os torna combatentes inconstantes e pouco confiáveis por diversas outras razões. Justamente por conta desse distanciamento da causa política, interesses e objetivos pessoais podem deturpar sua conduta, podendo resultar em extorsões, roubos e outras formas abusos e violações de direitos humanos que acabam por minar a legitimidade do movimento tanto a nível nacional como internacional. E, em última instância, combatentes estrangeiros podem simplesmente abandonar o campo de batalha caso isso se mostre mais apetecível aos seus interesses (Byman et al., 2001, p. 96-97).

3.3.3.2 Inteligência

É possível ainda que atores externos possam auxiliar os insurretos em serviços de inteligência, essenciais para a realização de operações eficazes contra o inimigo. A coleta de informações pode ser feita tanto por organizações de inteligência oficiais, sob a responsabilidade de órgãos públicos, como a polícia, forças armadas, serviços de segurança internos ou qualquer outro departamento governamental (Hoekstra, 2019); por outro lado, quando advém de atores não-estatais, pode ser coletada pelos esquadrões especializados ou por qualquer quadro que tenha acesso a informações privilegiadas.

Além de ser essencial para a realização das diversas operações insurgentes, informações sobre o inimigo, em tese, podem ser difíceis de se obter. De acordo com Hoekstra (2019),

A obtenção de informações é uma atividade que exige muitos recursos e conhecimentos e que muitos grupos rebeldes e nações afetadas pela pobreza não conseguem realizar. Dado que os Estados desenvolvidos possuem métodos altamente sofisticados de recolha e análise de informação, são atores adequados para fornecer informações aos rebeldes (Hoekstra, 2019, p. 48, tradução nossa).

Entretanto, na prática, foram raras as ocasiões em que a inteligência externa se mostrou decisiva no teatro de operações; muitas vezes, é justamente o contrário que acontece: os insurgentes que fornecem informações para atores internacionais.⁴⁰ Isso porque os rebeldes têm um acesso muito mais amplo e fácil a informações locais, especialmente quando se leva em consideração que qualquer combatente pode servir como um agente de inteligência, coletando informações em meio a população e até mesmo subornando autoridades locais – sem contar os civis simpatizantes ao movimento que também podem servir como fonte de informações (Byman et al., 2001).

3.3.3.3 Apoio organizacional

Para ser mais do que apenas uma turba, uma insurreição requer organização, unidade e liderança. Ainda que a intervenção internacional possa dificultar a organização do grupo insurgente, existem ocasiões em que um ator externo coopera para que haja mais coerência dentro do movimento, induzindo ou forçando lideranças locais a trabalharem em conjunto, por exemplo (Byman, 2013).

A ajuda organizacional pode vir ainda em diversas formas, como aconselhamento na condução política e militar das operações (Galula, 2006), “assistência no recrutamento, fornecimento de incentivos financeiros para encorajar a cooperação entre rivais da oposição, disseminação de lições aprendidas em insurgências anteriores e facilitação da propaganda” (Byman et al., 2001, p. 98, tradução nossa). Nos primeiros estágios da insurreição, ajuda desse tipo pode ser bastante útil, porém, para alcançar seus objetivos de longo prazo, é crucial que os rebeldes se organizem de forma autônoma.

3.3.3.4 Inspiração ou apoio moral

Por fim, dentre as formas de ajuda externa de menor expressão, a inspiração, ou apoio moral, talvez tenha, até certo ponto, o papel mais significativo – especialmente para os fins da presente pesquisa. A inspiração e o incentivo advindos de agentes externos podem ser o ponto

⁴⁰ Aqui, podemos citar exemplos das duas situações, ambas na Índia. Na Caxemira, insurgentes receberam apoio em inteligência do ISI, aumentando suas capacidades de realizar ataques contra as forças indianas. Por outro lado, no estado de Assam, separatistas do *United Liberation Front of Assam* (ULFA) forneceram ao ISI informações sobre movimentos das tropas indianas em direção às fronteiras com o Paquistão (Byman et al., 2001, p. 97, 98).

chave para o desencadeamento e continuidade de uma insurreição, embora não seja o suficiente para sustentá-la a longo prazo. Mesmo quando outras formas de apoio são limitadas, a mera retórica ou experiência de um Estado, por exemplo, podem levantar o moral dos guerrilheiros e incentivá-los a continuar em sua luta. “Esse apoio indireto pode demonstrar a viabilidade da resistência armada, oferecer um modelo de organização específico ou ilustrar a força das ideias” (Byman et al., 2001, p. 99, tradução nossa).

Mais do que isso,

Mesmo quando não se concretiza, a esperança de apoio externo pode tornar a rebelião mais provável. O apoio retórico de um Estado, por exemplo, pode inspirar os rebeldes a tomar uma posição, acreditando que a assistência está próxima. Em tais circunstâncias, os potenciais insurgentes podem acreditar que os custos da resistência serão poucos e a promessa de sucesso mais real. [...] Embora as promessas externas possam levar os insurgentes a permanecerem firmes face à pressão do governo, também podem levá-los a evitar compromissos e envolver-se em provocações dispendiosas, mesmo quando enfrentam uma provável derrota” (Byman et al., 2001, p. 99, tradução nossa).

Tal como o apoio político, o apoio moral consiste em declarações públicas favoráveis ao movimento. Para Galula (2006, p. 25, tradução nossa), o apoio moral é expressado pelo “peso da opinião pública e através de diversos meios de comunicação” e seu principal instrumento é a propaganda, “usada para influenciar a opinião pública quando esta é adversa ou para reforçar a simpatia pública existente”.

Já O’Neill (2005) esmiúça um pouco mais as formas de apoio moral, e sugere que sua forma mais modesta é o reconhecimento das queixas que levam – e justificam – ao uso da violência por parte dos rebeldes. A isto se seguem as críticas ao governo contra o qual se luta e, ainda, um clamor por justiça, possivelmente ligando a causa insurgente a uma luta maior. Esta retórica se tornou muito comum em governos e movimentos comunistas ao defenderem causas coletivas como a liberdade dos povos e o anti-imperialismo.

No entanto, ainda que possa ser encorajador, o apoio moral tem uma contribuição marginal para uma insurgência se ele não for acompanhado do apoio político (O’Neill, 2005). Ademais, é necessário que, com o tempo, os insurgentes desenvolvam sua própria ideologia e mensagem para o povo, já que se inspirar cegamente nas ideias de outra insurreição pode ser contraprodutivo. Além de poder não se adaptar aos contextos político, econômico e social locais, copiar a ideologia estrangeira pode inibir a consecução de apoio popular, ainda que a ideologia copiada tenha sido utilizada por uma insurgência que alcançou sucesso (Byman et al., 2001).

3.4 Impactos da ajuda externa

Embora tenhamos seguido o mesmo caminho de Byman et al. (2001) e classificado os tipos de ajuda externa de acordo com sua importância para uma insurreição, é preciso destacar que o real impacto que as diversas modalidades de assistência irão ter sobre um movimento dependerá das particularidades de cada caso. Ou seja, irá depender do contexto em que o movimento se desenrola e das necessidades do grupo armado. O fornecimento de um tipo de ajuda considerado crítico pode não ser tão essencial para um determinado grupo quanto um auxílio classificado como de menor expressão.

Destaquemos, pois, alguns fatores que podem influenciar no valor que a ajuda externa terá para uma insurgência. O mais evidente a se apontar é o estágio em que o movimento se encontra. Para um grupo insurgente, a ajuda é muito mais valiosa nos primeiros estágios de sua campanha, de modo que até mesmo Estados ou atores não-estatais com poucos recursos podem facilitar a emergência de um movimento. Nesse momento, qualquer nível de assistência pode ser vital para o estabelecimento do grupo, aumentando, pois, suas chances de obter sucesso em suas operações. O valor do fornecimento de armas, treinamento e/ou portos seguros para uma insurreição que está dando seus primeiros passos, portanto, é muito maior do que seria para uma insurgência já consolidada. Do mesmo modo, remessas de dinheiro a um grupo armado que já possui consideráveis reservas financeiras terá um impacto muito menor do que o financiamento concedido a um grupo armado sem recurso algum (Byman et al., 2001). Em outras palavras,

[...] insurreições fortes podem receber mais apoio do que as mais fracas, mas o apoio tem apenas um benefício marginal para os fortes, embora possa ser essencial para o grupo mais fraco. Dado que a importância do apoio externo também é relativa, a escala deste apoio nem sempre corresponde à sua importância para a insurgência (Byman et al., 2001, p. 104, tradução nossa).

Ao se debruçar os impactos das intervenções internacionais em uma determinada insurreição, portanto, faz-se imperativo considerar o contexto político, social e econômico e as características particulares do desencadeamento daquele conflito, bem como o ambiente no qual ele se desenvolve.

Ainda assim, de modo geral, o que se pode observar é que a internacionalização destes conflitos os torna mais difusos, intrincados, complexos e ameaçadores.

Se uma insurgência for transnacional, muitas das suas funções básicas podem ser otimizadas em diferentes teatros de operações. Assim, a insurreição pode lutar contra o governo, mas angariar dinheiro e conduzir a sua logística em países separados, tentando explorar inteligentemente as leis e as fraquezas dos serviços militares e de inteligência ou, por vezes, obter o

seu apoio aberto (Byman, 2013, p. 998, tradução nossa).

O apoio externo ajuda os rebeldes a melhorarem sua capacidade militar e econômica, aumentam suas bases de recrutamento, os ajuda a alcançar maior visibilidade e podem até mesmo legitimar sua narrativa a nível internacional. Assim, os conflitos que contam com o envolvimento de atores externos geralmente apresentam maior duração, causam danos maiores e são mais difíceis de se resolverem através de negociações, além de aumentar as tensões entre Estados rivais, podendo, em última instância, transformar um conflito civil em uma guerra internacional (Byman et al., 2001; Maoz, San-Akca, 2012; Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011).

Outro ponto interessante a ser destacado é que o recebimento de apoio externo pode fazer com que determinado grupo se torne dominante em relação aos demais dentro de um panorama geral da resistência em um país. Isto é, por vezes um movimento insurgente pode começar com grupos de combatentes dispersos e desorganizados. O apoio externo a um determinado grupo pode torná-lo superior em termos militares e econômicos, o que, conseqüentemente, fará com que ele alcance maiores conquistas e apoio popular, sobressaindo-se, pois, aos demais. Este sucesso, por sua vez, transforma-se em publicidade que torna mais provável o angariamento de apoio internacional (Byman et al., 2001). Isso evidencia uma das maneiras como intervenções podem moldar o curso de um conflito.

Há que se destacar ainda que o envolvimento de um ator internacional pode modificar a forma como um governo lida com o conflito, haja vista que ele deve se articular para tentar frear o fornecimento de ajuda. Lidar com outros Estados é a situação mais problemática, já que se trata de um ator com grandes capacidades militares e econômicas e voz ativa na política internacional. Um movimento errado poderia significar repercussões diplomáticas negativas e possíveis sanções internacionais. Com relação aos refugiados, é um pouco mais fácil, embora ainda seja arriscada. É possível policiar campos de refugiados e exercer algum tipo de controle sobre essa população, impedindo que elas se tornem aliadas de grupos armados. Entretanto, muitos países que acolhem “não dispõem de tropas devidamente treinadas para policiar os campos, e a comunidade internacional em geral é relutante em assumir esta missão” (Byman, 2013, p. 999, tradução nossa). Em outros casos, porém, o próprio governo anfitrião utiliza os refugiados como uma ferramenta para apoiar os insurgentes, tornando ainda mais complexo interromper o fornecimento de ajuda.

Lidar com as diásporas, por sua vez, pode ser relativamente mais simples. O número de apoiadores, nesses casos, é geralmente mais baixo; e como a principal forma de apoio

desses atores é o financiamento, isso frequentemente implica que essas comunidades se localizam em países mais desenvolvidos – e que, conseqüentemente, possuem forças de segurança e serviços de inteligência mais bem preparados. Contudo, por se tratar de um conflito que muitas vezes se localiza a uma grande distância, pode haver uma falta de vontade em lidar com tais casos, sem contar as ocasiões em que brechas na legislação podem permitir que determinadas atividades sejam permitidas (Byman, 2013).

Todos esses elementos evidenciam o quão complexa podem se tornar as dinâmicas de um conflito que envolve, entre duas inúmeras variáveis, a participação de atores externos. Frente a isso, o que se pode afirmar é que existe um consenso em meio à literatura especializada que o apoio externo às insurgências pode ser crucial no curso dos conflitos (Reider, 2014). Os diversos tipos de intervenções podem moldar a forma de se conduzir as hostilidades e, em alguns casos, definir os vencedores e perdedores, bem como o sucesso do movimento (Byman, 2013, p. 981). No entanto, existem ressalvas.

Em meio aos seus diversos benefícios, o envolvimento de atores internacionais pode trazer efeitos negativos para ambos os lados, e seus efeitos, por vezes, podem ser imprevisíveis. Os custos e riscos associados à ajuda externa variam consideravelmente de acordo com o tipo de ator e a natureza de seu envolvimento. No geral, “as formas mais eficazes muitas vezes [implicam] mais perigos para o movimento insurgente, os apoiadores e a região como um todo” (Byman, 2013, p. 981, tradução nossa).

Um dos principais efeitos causados por tal prática é a grande probabilidade de atrair uma forte oposição política, tanto interna quanto externa, ao governo patrocinador. Em primeiro lugar, isso acontece pois fornecer apoio a um movimento insurgente pode ser encarado como uma violação do direito internacional, uma vez que contraria o princípio da ONU de não-intervenção em assuntos internos.⁴¹ Por outro lado, apoiar grupos rebeldes pode ser percebido como uma prática antiética, tanto por organizações internacionais, outros governos, políticos, ativistas e a população civil, sobretudo quando os combatentes cometem quaisquer violações de direitos humanos e adotam práticas criminosas e cruéis em suas atividades – nesses casos, o governo interveniente é visto como conivente e até mesmo cúmplice dos crimes (Hoekstra, 2019).

O apoio estrangeiro pode levar ainda a uma perda de credibilidade do movimento entre a população e mesmo entre os próprios ativistas, uma vez que isso pode ser visto como

⁴¹ De acordo com o Artigo 2.4 da Carta das Nações Unidas, “todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas” (Nações Unidas, [2022], p. 6).

um desvio das causas originalmente defendidas. E caso ocorram abusos ou violações aos direitos humanos, a perda de credibilidade e legitimidade pode se tornar ainda mais acentuada. Já no que se refere ao financiamento, os grandes fluxos de dinheiro podem contribuir para casos de corrupção e aumento das atividades criminosas. A ajuda em forma de portos seguros internacionais, por sua vez, acarreta o risco de isolamento dos guerrilheiros de sua base de apoio popular. As idas frequentes para outro país, apesar de seus benefícios, podem afastar os combatentes de seus simpatizantes, conseqüentemente erodindo sua legitimidade entre o povo (Byman et al., 2001, p. 100-101; Hoekstra, 2019).

Ao mesmo tempo, a ajuda externa pode levar a uma escalada na violência. Alguns grupos podem começar a utilizar de violência indiscriminada, uma vez que não precisam mais do apoio popular para arrecadação de dinheiro e outros tipos de recursos. Com o tempo, esses grupos passam a se alienar da população que eles originalmente diziam defender. Por outro lado, as hostilidades podem escalar de forma mais imprevista (e indesejada). As repressões governamentais podem se tornar mais violentas mediante o conhecimento de possíveis alianças externas, em especial quando o interveniente em questão é um Estado rival. Neste cenário, as campanhas do governo podem buscar retaliar também os apoiadores da insurreição, podendo transformar um conflito civil em uma guerra interestatal – sem contar que os revoltosos podem passar a ser vistos não apenas como insurgentes, mas também como traidores da pátria (Byman et al., 2001; Byman, 2013; Paliwal, Staniland, 2023; Maoz, San-Akca, 2012).

Existe ainda a possibilidade de outras partes intervirem no conflito, seja em prol do governo contra o qual se luta ou em prol de grupos rivais, aumentando consideravelmente suas proporções (Byman et al., 2001; Byman, 2013). Conforme mencionado anteriormente, antigos ressentimentos podem gerar uma reação em cadeia que leva outros atores a se envolver em determinado conflito como forma de se vingar pelo apoio concedido anteriormente a grupos rebeldes.

Além disso, raramente recursos são oferecidos de forma gratuita. A ajuda externa pode “diminuir a liberdade de ação de um movimento insurgente. Os patronos externos, especialmente os Estados, normalmente procuram [em] alguma medida [exercer] controle em troca dos seus investimentos” (Byman et al., 2001, p. xviii, tradução nossa). Este retorno pode ser o ataque a alvos específicos ou a captura de determinados recursos (como as minas de diamante em Serra Leoa), o que pode não ser compatível com os interesses dos insurgentes (Hoekstra, 2019). Aceitar os recursos, portanto, muitas vezes implicará em restrições e perda de autonomia, seja ela a mudança ou abdicação de parte dos objetivos rebeldes, ou mesmo

alterações estratégias e táticas na maneira como os conflitos são conduzidos (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011).

Em seu ímpeto por controlar o movimento, um Estado pode agir para enfraquecê-lo ou dividi-lo. Os recursos concedidos podem ser utilizados como forma de garantir que o grupo rebelde permaneça aliado ou ao menos continue receptivo a sua agenda política; uma forma de fazer isso é garantir que o movimento seja liderado por alguém próximo dos intervenientes – ou ao menos que a liderança seja corruptível – ao invés de ser liderado pelo candidato mais competente (Byman, 2013; O’Neill, 2005). Em outros casos, existe ainda a possibilidade de que o apoio fornecido diminua a fim de forçar diferentes grupos a cooperarem entre si ou mesmo se unificarem com vistas a aumentarem suas forças. Todavia, os rebeldes raramente cedem às pressões dos intervenientes para influenciar no curso das insurgências, de modo que atritos são criados em torno de questões estratégicas e táticas, bem como seus objetivos políticos (Byman, 2013; Hoekstra, 2019).

Por outro lado, o contrário também se mostra uma possibilidade. Ao se envolver em um movimento rebelde com o fim de conduzir um conflito indireto contra um rival, o Estado delega a função de desestabilizar seu inimigo a terceiros. Com isso, abre-se mão do controle sobre o curso dos eventos, perdendo sua autonomia na condução das hostilidades e dos objetivos de sua política externa. Consequentemente, existe o risco de que um Estado esteja patrocinando um grupo cujos objetivos divergem dos seus. Mas não apenas isso,

os rebeldes podem dedicar esforços subótimos [sic] ao conflito com os recursos fornecidos; envolver-se em comportamentos indesejáveis ou flagrantes, como crimes de guerra; podem desviar recursos para outros objetivos indesejados; ou, em alguns casos, o agente pode usar os recursos fornecidos contra o próprio patrono (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011, p. 714, tradução nossa).

Depender excessivamente da ajuda externa, portanto, pode ser altamente problemático. Apesar de poder fortalecer determinados *grupos*, as intervenções podem torná-los suscetíveis a manipulação e frágeis quando precisam agir sozinhos, o que enfraquece o *movimento* como um todo (Byman, 2013, p. 995). Isso se torna ainda mais importante quando levamos em consideração que Estados são apoiadores particularmente inconstantes e pouco confiáveis.⁴² Ao longo do tempo, e com a possível troca de governos, os objetivos e interesses estratégicos de um Estado são suscetíveis a mudanças, o que torna a interrupção do fornecimento de ajuda uma alternativa sempre possível – até mesmo quando há uma inequívoca afinidade entre as ideologias e objetivos do governo e dos guerrilheiros, não

⁴² Atores não-estatais, por outro lado, são relativamente mais confiáveis que Estados, embora ofereçam um nível de ajuda muito limitado (Byman et al., 2001).

existem garantias de uma continuação a longo prazo do fornecimento de apoio. Além disso, existe a possibilidade de um Estado não somente cessar seu apoio, mas também mudar de lado caso isso se adeque aos seus interesses, ou ainda ele seja forçado a interrompê-lo por conta de pressões políticas domésticas e internacionais ou sanções, por exemplo (Byman et al., 2001; O'Neill, 2005).

A redução ou interrupção de assistência pode deixar um grupo sem os meios necessários para continuar sua luta, o que pode levar, em última instância, ao colapso do movimento (Department of the Army, 2014). Para Hoekstra (2019, p. 202), por exemplo, a redução do apoio estatal é um dos efeitos que mais pode prejudicar um movimento insurgente, sobretudo por conta da 1) dependência material; da 2) redução ou interrupção repentina, que pode ocorrer em um momento inoportuno e deixar os rebeldes vulneráveis; e dos 3) efeitos morais negativos, já que a interrupção do apoio pode abalar o moral dos guerrilheiros e os desencorajar a continuar sua luta.

Ademais, a luta empreendida por grupos insurgentes demanda qualidades que vão além do mero fornecimento de armas, suprimento e apoio logístico. Sua luta requer um alto comprometimento político, uma crença inabalável na retidão de sua causa e a confiança de que tornarão o futuro de sua comunidade melhor, objetivos estes pelos quais vale a pena arriscar suas vidas. Destarte,

a autoconfiança, a dedicação à luta e a abnegação são qualidades extremamente úteis nos grupos rebeldes. A dependência excessiva da ajuda externa pode minar estas virtudes e diminuir as capacidades marciais de um movimento de guerrilha [...] (Byman et al., 2001, p. 102, tradução nossa).

Por fim, o que nos resta destacar, é que a ajuda externa tem um enorme potencial para realizar mudanças significativas no campo de batalha, aumentando o poder militar e econômico de um grupo insurgente, até mesmo mudando a lógica do conflito, além de proporcionar maior visibilidade à sua luta e legitimidade à sua narrativa. Conforme afirmado anteriormente, o apoio externo às insurgências pode ser crucial no curso dos conflitos, podendo, em alguns casos, definir os vencedores e perdedores. Contudo, em termos práticos, seu impacto frequentemente é limitado (Byman, 2013, p. 995).

A participação de atores internacionais de fato atua como um multiplicador de forças, intensificando os ataques rebeldes tanto no que diz respeito à força quanto à frequência. Porém, a ajuda externa não necessariamente torna os movimentos insurgentes mais efetivos na busca de seus objetivos (Hoekstra, 2019). Em outras palavras, embora não seja possível negar a importância de fatores exógenos, em última instância, são os fatores domésticos que irão determinar o curso e os resultados dos conflitos.

3.5 O processo decisório e os dilemas da ajuda externa

A decisão de um ator internacional, sobretudo um Estado, em fornecer apoio a um grupo rebelde não leva em consideração unicamente seu desejo de intervir em um conflito, mas também uma avaliação de suas potenciais opções para fazê-lo. Essa discussão é trabalhada pela sobretudo pela *principal-agent theory*.⁴³ Dentro dessa lógica teórica, é preciso considerar características dos grupos aos quais o suporte será fornecido, o que, por sua vez, implica na decisão de quais formas de apoio serão utilizadas (Paliwal, Staniland, 2023; Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011).

Fatores como esses são fundamentais para a compreensão das dinâmicas de ajuda externa, especialmente tendo em vista que movimentos insurgentes por vezes contam com a participação de múltiplos grupos rebeldes, e atores externos geralmente optam por apoiar apenas um deles. Logo, isso nos leva a questionar: por que um grupo específico é apoiado por um ator internacional? E sob quais condições esse processo decisório ocorre?

A dinâmica de ajuda externa é uma via de mão dupla: uma das partes deve estar disposta a oferecer ajuda, enquanto a outra deve estar disposta a aceitá-la. De ambos os lados, portanto, é necessário que haja a análise de variantes políticas, militares, econômicas e sociais para que se chegue à decisão de fornecer/aceitar o apoio ou não.

Pelo lado do ofertante, embora possa existir uma certa simpatia entre o governo e um grupo rebelde que defenda uma agenda política comum e tenha objetivos semelhantes, é pouco provável que um Estado forneça ajuda a menos que haja algum tipo de interesse, rivalidade ou disputa com o outro governo, haja vista que este é um ato claramente hostil. Dessa forma, a disposição de um Estado em fornecer apoio irá depender dos custos da ação militar direta e de sua habilidade em selecionar (e monitorar) os agentes mais apropriados aos seus objetivos, ou seja, grupos que compartilhem interesses semelhantes e que, preferencialmente, estejam suscetíveis a sanções por má conduta (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011, p. 712-714; Hoekstra, 2019; O'Neill, 2005). Em suma,

Para os Estados externos, portanto, apoiar grupos rebeldes será mais atrativo quando os custos da agressão estrangeira forem elevados e o potencial para a perda da agência for baixo. Os Estados estarão mais propensos a delegar quando houver probabilidade de condenação e sanções internacionais, quando houver benefícios em esconder a agressão estrangeira e quando os custos de recolher informações locais, de condução de uma invasão e de

⁴³ Dentro dessa teoria, *Principal* seria o Estado fornecedor de assistência, enquanto o *Agent* é o grupo armado que recebe a ajuda externa.

manutenção de território capturado forem proibitivos. Além disso, os Estados externos terão maior probabilidade de delegar a grupos rebeldes quando os riscos na disputa internacional não forem absolutamente críticos para os interesses vitais do Estado. Os interesses de segurança nacional mais críticos levam os Estados a manter o controle sobre a sua política externa, enquanto preocupações menos críticas podem ser “contratadas” a organizações militantes (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011, p. 714, tradução nossa).

Frente a isso, espera-se que os Estados selecionem os grupos rebeldes que irão apoiar com base em dois critérios básicos: “a sua capacidade de representar uma ameaça viável ao regime alvo e o grau de congruência de preferências” (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011, p. 715, tradução nossa). Portanto, grupos que sejam militarmente fortes, bem estruturados, possuem uma liderança centralizada⁴⁴ e são capazes de realizar ações coordenadas possuem um maior potencial de impor danos significativos ao Estado, o que os torna mais propensos a receber ajuda. Consequentemente, os grupos que não possuem uma liderança centralizada, são desorganizados e têm uma menor capacidade militar raramente conseguem atingir os objetivos de desestabilizar um governo, o que os torna menos propensos a conseguirem ajuda externa (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011; Hoekstra, 2019).

Já pelo lado de quem recebe a ajuda, evidentemente, os grupos insurgentes preferem confiar em suas próprias ações, coletando seus próprios recursos e seguir atuando de forma autônoma, a fim de evitar correr os riscos de ficarem sujeitos aos caprichos dos seus apoiadores externos e de se alienar de sua base de apoio. A disposição dos rebeldes em aceitar tal apoio irá depender, portanto, da força e a viabilidade de continuar conduzindo suas ações apenas com recursos internos, bem como do grau de semelhança entre as preferências do grupo e dos potenciais patrocinadores (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011).

Destarte, embora os grupos mais fortes sejam os mais propensos a receber apoio de agentes internacionais, são eles também os que menos necessitam de tal apoio e que menos estão dispostos a abdicar de sua autonomia para aceitá-lo.⁴⁵ Por outro lado, combatentes mais fracos, desorganizados e incapazes de angariar os recursos necessários à nível doméstico, são mais propensos a aceitarem ajuda internacional – porém, estes grupos são os menos propensos a recebê-la. Dessa forma, levando em consideração essas variáveis, o que se pode concluir é

⁴⁴ Uma liderança centralizada garante que as tropas irão receber e seguir efetivamente as ordens, além de tornar mais fácil o monitoramento das atividades do grupo (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011).

⁴⁵ Além disso, caso os rebeldes “que forem capazes de controlar o território e excluir as forças governamentais, serão capazes de utilizar as receitas fiscais e os recursos naturais desse território para apoiar as suas operações” e, portanto, terão ainda menos necessidade de apoio internacional (Salehyan, Gleditsch, Cunningham, 2011, p. 717, tradução nossa).

que os grupos que são mais prováveis de receber assistência de atores externos são os que são dotados de alguma competência, porém não são os mais fortes (Paliwal, Staniland, 2023; Salehyan, Gleditsch e Cunningham, 2011, p. 718).

As implicações das condições descritas acima são evidentes: tanto os fornecedores da ajuda externa quanto os grupos que irão receber os recursos necessitam de uma cuidadosa análise dos efeitos sobre a insurgência e sobre o ator interveniente. Para os insurgentes, é preciso compreender quais as motivações dos patrocinadores, bem como possíveis mudanças nos contextos políticos nacionais e internacionais que podem afetar seu comportamento e fazer cessar ou diminuir os recursos. Já para os fornecedores da ajuda externa, é preciso conhecer profundamente o grupo a quem concederá os recursos, a fim de mitigar quaisquer riscos de incompatibilidade de valores ou ações incongruentes, ainda que seja impossível fazer previsões exatas (O'Neill, 2005).

Frente a isso, os insurgentes frequentemente se deparam com o seguinte dilema: embora o apoio internacional possa trazer muitos ganhos à insurreição, ele pode impor restrições políticas e militares e até mesmo minar a legitimidade do movimento (Byman et al., 2001, p. 3). Por outro lado, os interventores enfrentam o mesmo dilema: ainda que fornecer apoio aos rebeldes possa trazer benefícios aos seus interesses políticos, diversos efeitos adversos podem decorrer desse envolvimento, ainda mais se a escolha do grupo que será apoiado for errônea.

Dessa maneira, o que se pode observar é a complexidade que permeia a relação entre o ator externo e o grupo rebelde, haja vista a miríade de variáveis envolvidas, como os contextos nacional e internacional, os vínculos ideológicos, políticos e estratégicos, a maneira como cada parte gerencia a perda de graus variados de sua autonomia e os atritos decorrentes disso, por exemplo (Paliwal, Staniland, 2023). Todas essas preocupações, portanto, podem restringir o envolvimento de atores externos em uma insurgência ou mesmo o desejo dos insurretos de receberem assistência.

3.6 Conclusões parciais

Perante o exposto, foi possível observar que o envolvimento de atores internacionais torna as dinâmicas de um conflito ainda mais complexa, uma vez que as variáveis políticas, militares, econômicas e sociais se tornam mais extensas e variadas. Mediante nossa análise, viu-se ainda que a participação de um interveniente pode ocorrer das mais diversas formas, haja vista que a natureza da ajuda e dos próprios atores são mutáveis.

Embora tenhamos seguido o mesmo caminho de Byman et al. (2001) e classificado as formas de assistência entre críticas, valiosas e menores, reforçamos que os impactos causados em uma insurreição podem variar de maneira ampla a depender do contexto em que ela ocorre. Para compreendermos de maneira mais precisa os efeitos da ajuda externa em uma insurgência, portanto, é preciso levar em considerações não somente a modalidade de ajuda, mas também fatores como o estágio em que o movimento se encontra, as características do grupo ao qual serão destinados os recursos, bem como a conjuntura social, econômica, política e militar na qual o movimento se desenvolve.

Quanto ao processo decisório do fornecimento e aceitação de ajuda, vimos extensivamente com Salehyan, Gleditsch e Cunningham (2011) que existem variáveis importantes a serem consideradas por ambas as partes ao firmarem tais laços. Pelo lado do ofertante, as reverberações políticas e militares, por exemplo, devem ser analisadas antes da decisão de se envolver com um grupo insurgente, principalmente quando o interveniente é um Estado. Já por parte de quem recebe ajuda, é necessário pesar as possíveis consequências do recebimento dos recursos, como a perda da legitimidade e o cerceamento de suas ações, por exemplo.

Em outras palavras, o fornecimento de ajuda externa é um fenômeno consideravelmente complexo para todos os seus envolvidos. Mediante nossa análise, foi possível chegar à conclusão de que todo tipo de ajuda externa tem um grande potencial para realizar mudanças significativas no campo de batalha. Porém, na prática, seu impacto se mostra frequentemente limitado. Portanto, embora não seja possível negar a importância de fatores exógenos, em última instância, são os fatores domésticos que irão determinar o curso e os resultados dos conflitos.

4 O MOVIMENTO NAXALITA E O PCI (MAOÍSTA)

O legado de exclusão e desigualdade que marcam a formação histórica da Índia, somados a uma imensa multiculturalidade muitas vezes reprimida e discriminada fizeram com que o país, ao longo dos séculos XIX e XX, fosse assolado por inúmeras revoltas, seja de caráter econômico e social, seja de caráter étnico e separatista. Grande parte destes levantes foi devidamente contida pelo Estado, contudo, outros movimentos rebeldes mantiveram o fôlego mesmo após décadas de conflitos. Entre estes, o Movimento Naxalita, iniciado em 1967, é um dos que mais deu problemas ao governo indiano, que se mostrou incapaz de conter os insurgentes mesmo após quase seis décadas.

A principal base de apoio ao longo da história do naxalismo sem dúvida são os *adivasis*. Esta população autóctone das florestas da Índia possui um papel crucial ao longo do movimento, uma vez que representam 90% dos membros do Partido, seja dentro do exército guerrilheiro ou do Comitê Central. Além disso, os *adivasis* compõem ainda mais de 50% da população afetada pelo naxalismo – isto é, seja integrando efetivamente o movimento, trabalhando nas iniciativas de desenvolvimento econômico dos naxalitas ou meramente fazendo parte da população afetada por projetos do governo que prejudicam a população rural (como o deslocamento forçado a fim de liberar áreas florestais para a exploração de recursos naturais, por exemplo) (Ranzan, 2015).

De uma maneira ou de outra, os *adivasis* sempre foram vistos como um nicho social inferior aos demais indianos e, conseqüentemente, isso se refletiu nas esferas política e econômica. Mesmo com o acelerado desenvolvimento pelo qual a Índia passou nas últimas décadas, a população tribal foi totalmente alienada desse processo, desfrutando quase que exclusivamente do ônus do desenvolvimento, isto é, jornadas de trabalho exploratórias, deslocamentos forçados de suas terras e a miséria advinda disso.

Até mesmo o ex Primeiro-Ministro Manmohan Singh, em discurso na *Chief Ministers' Conference on Implementation of the Forest Rights Act 2006*, chegou a admitir que

Tem havido uma falha sistêmica em dar às tribos uma participação nos processos econômicos modernos que inexoravelmente se intrometem nos seus espaços de vida. A alienação construída ao longo de décadas está agora a tomar um rumo perigoso em algumas partes do nosso país. A exploração sistemática e o abuso social e econômico das nossas comunidades tribais não podem mais ser tolerados. Mas o fato é que nenhuma atividade sustentada [sic] é possível sob a sombra da arma. [...] O culto à violência só trará maior miséria às pessoas comuns. Temos de combater esta ameaça com determinação. Embora a violência não possa ser tolerada, os povos tribais devem ser os principais beneficiários do processo de desenvolvimento. Temos que vencer a batalha pelos seus corações e pelas suas mentes (Singh,

2009, tradução nossa).⁴⁶

Porém, a miséria *adivasi* não é fruto somente das consequências da liberalização econômica indiana. Os abusos de autoridades de policiais, insegurança alimentar, desemprego, falta de acesso ao sistema de saúde, falta de políticas públicas,⁴⁷ analfabetismo, exploração e falta de representação política⁴⁸ são outros elementos que contribuem para a precariedade de suas condições de vida. Em suma, a população *adivasi* sofre com uma “opressão multifacetada e negação de justiça, direitos sociais, jurídicos e políticos”, e essa situação de miséria e falta de dignidade humana resultam “convicção de que o alívio pode ser obtido fora do sistema, quebrando a ordem atual.” (Government of India, 2008, p. 3, tradução nossa). Em outras palavras, a situação de miséria vivenciada por essa população os encaminha quase que inexoravelmente para os discursos de luta naxalita, cujos militantes denunciam todo tipo de irregularidade ou negligência praticada pelo governo, minando a confiança da população tribal em agentes públicos.

De acordo com relatório do governo, o país possui diversas áreas remotas nas quais não existe governança ou presença regular de forças policiais – como o estado de Chhattisgarh, exemplo (ver Anexo 1). Nesse sentido, não é surpresa que estas tenham se tornado as áreas mais afetadas pelo naxalismo, uma vez que os guerrilheiros se aproveitam desses vácuos de poder para estabelecer seu controle, aproveitando-se do sentimento de desamparo da população tribal (Government of India, 2008, p. 59).

Porém, para compreender as raízes dos movimentos camponeses que deram origem ao movimento naxalita, é preciso ter em vista alguns aspectos da história indiana pré-independência, uma vez que o colonialismo britânico é uma de suas fontes.⁴⁹ Um dos pontos mais importantes a serem destacados desse período é o sistema de *Zamindar*, no qual

⁴⁶ O discurso na íntegra está disponível em:

<https://archivepmo.nic.in/drmanmohansingh/speech-details.php?nodeid=813>.

⁴⁷ Dentro do sistema legislativo da Índia existem diversas leis de proteção à população indígena. A própria Constituição reconhece estes povos como necessitados de proteção estatal a fim de que haja preservação de suas terras e sua cultura. Ao longo dos anos, até mesmo foram feitos projetos de lei para devolução de terras que haviam sido ilegalmente expropriadas de *adivasis*. Contudo, na prática, nada disso foi realizado. A corrupção de legisladores e agentes policiais impede que quaisquer mudanças que possam prejudicar grandes latifundiários de alguma forma sejam feitas (Ranzan, 2015).

⁴⁸ A falta de representação política é algo altamente complexo para a população *adivasi*, uma vez que ela é composta por uma imensa diversidade de subgrupos étnicos – tal como os povos indígenas no Brasil – “que em comum só possuem a estigma de serem considerados ‘intocáveis’ dentro do sistema de castas do hinduísmo, mesmo não praticando essa religião” (Ranzan, 2015, p. 72-73).

⁴⁹ Por ser apenas uma contextualização para os fins da pesquisa, esta questão será abordada de maneira extremamente simplificada. Para mais detalhes sobre a influência das práticas coloniais britânicas nos movimentos camponeses indianos, ver: S. Mukherjee (2018) e Verghese e Teitelbaum (2019).

[...] o tradicional sistema de propriedade comunal das terras foi substituído por uma classe de proprietários rurais e agiotas que intermediavam e arrendavam as terras aos camponeses. Desta forma, era possível para a Cia. das Índias Orientais cobrar impostos sobre o uso da terra. Apesar de oficialmente abolido em diversos estados após a independência, os latifundiários foram muitos hábeis em ludibriar a efetividade das leis. Os resquícios deste sistema são um dos principais responsáveis pelo crônico problema agrário indiano na atualidade (Ranzan, 2015, p. 17).

Estes intermediários faziam empréstimos ou arrendavam terras para pequenos e médios agricultores, em um sistema semifeudal que gerava um enorme acúmulo de riquezas para essa pequena parcela da população, enquanto os demais contraíam enormes dívidas. Em 1967, por exemplo, cerca de 40% das terras cultiváveis estavam nas mãos de 5% da população (Ranzan, 2015). O distrito de Darjeeling, onde a vila de Naxalbari se localiza, contava com um território 99% rural e com uma população de 756 mil habitantes, segundo o censo de 1971. A taxa de população sem terra, porém, ultrapassava os 60% e, em Naxalbari, apenas 4% dos camponeses eram ricos/proprietários de terra (Mehra, 2000, p. 43; A Historical [...], 2019).

Assim, através do sistema de *zamindar*, os *adivasis* perderam suas terras e empregos e foram obrigados a pagar impostos aos novos proprietários. Não havia nenhum tipo de lei de proteção aos agricultores, que não tinham renda mínima garantida e frequentemente eram vítimas de despejos arbitrários. Após a independência, o governo indiano não introduziu reformas agrárias substanciais, de modo que os *adivasis* permaneceram em sua condição de subalternidade no país – como é possível ver nos números citados acima (Rawat, 2019).

Dessa forma, no período pós-independência, o governo indiano passou a enfrentar inúmeros movimentos sociais que reivindicavam maior autonomia, direitos e/ou melhorias sociais (Ranzan, 2015, p. 18). Grande parte desses movimentos eram organizados por membros do Partido Comunista da Índia (PCI), que, desde sua fundação em 1925, vinha plantando as sementes da luta revolucionária ao redor do país e ganhando considerável expressão. Exemplo disso é a revolta de Telangana (1946-1951), organizada pelo PCI e cujo objetivo era a libertação da população rural do domínio opressivo dos latifundiários e a redistribuição de terras entre os camponeses (A Historical [...], 2019; Mehra, 2000).

Para as alas mais radicais do PCI, tanto a independência indiana quanto a sua democracia eram uma farsa. Segundo eles, “a dominação britânica não acabou, apenas sua forma de dominação mudou” (Lovell, 2019, [p. 358], tradução nossa). Assim, membros do Partido se levantaram contra os proprietários de terra, realizaram as redistribuições de terras e enfrentaram uma violenta retaliação do governo: execuções, tortura e o confinamento da

população civil em campos para que estes não fornecessem apoio aos comunistas (em razão das condições precárias, estes campos se tornaram fonte de doenças). Ao todo, estima-se que na revolta de Telangana 10 mil comunistas tenham sido presos e 4 mil mortos (Lovell, 2019).

Esse foi um dos primeiros e mais significativos episódios de uma guerrilha organizada pelos comunistas indianos até a revolta de Naxalbari, pois marca o momento de radicalização de algumas alas do PCI e nele estavam presentes elementos que característicos das insurgências que ocorreriam posteriormente (A Historical [...], 2019; Lovell, 2019; Mehra, 2000).⁵⁰

Ademais, outro elemento essencial no núcleo ideológico do naxalismo foi a questão da participação ou não em eleições nacionais. Em 1951, uma delegação do PCI foi recebida por Stalin em Moscou, e na ocasião o líder soviético teria dito aos indianos que abandonassem o caminho de uma revolução violenta e participassem das plataformas democráticas na Índia. Provavelmente, as motivações por trás dessa fala de Stalin foram a busca de uma parceria estratégica com a Índia, que talvez não pudesse ser consolidada se o país mergulhasse em uma revolução. Seja como for, no mesmo ano a contraofensiva do exército indiano aos rebeldes de Telangana impôs um dilema aos líderes do PCI: continuar a luta armada ou finalmente baixar as armas e seguir as vias eleitorais? (A Historical [...], 2019, p. 2-3). Esse seria um dos primeiros de muitos momentos em que os comunistas enfrentariam essa questão que, como se sabe, tornou-se o motivo das inúmeras divisões do Partido.

Anos mais tarde, em 1957, a fim de testar sua popularidade, o PCI decidiu por participar das eleições gerais da Índia – a segunda após a independência – e, surpreendendo até mesmo seus próprios membros, o Partido se sagrou a segunda maior força política nacional, atrás apenas do Partido do Congresso de Nehru. Após ter conseguido assumir o poder no estado de Kerala, ao sul do país, o PCI passou a ser visto como uma possível ameaça ao governo central, que passou a intervir no estado e acabou por remover os comunistas do poder, declarando, para isso, um “Período de Exceção” (Ranzan, 2015, p. 32).

Tal episódio acarretou ainda maior descrédito do processo eleitoral entre os comunistas indianos, especialmente entre seus membros mais radicais. Isso, por sua vez, culminaria em um contexto de desconfiança e discordâncias entre os militantes e as lideranças do PCI, conseqüentemente resultando na divisão do partido em 1964. O que nos chama atenção aqui é que essas cisões coincidiram com um período de embates ideológicos entre União Soviética e China que ficaria conhecido como a Ruptura Sino-Soviética (*Sino-Soviet Split*). Neste período, entre o final da década de 1950 e ao longo dos anos 1960, as relações

⁵⁰ Para mais detalhes sobre Telangana ver: Mehra (2000).

entre Pequim e Moscou se tornaram mais tensas, sobretudo em decorrência da linha mais institucionalista adotada pelo Kremlin e da postura soviética de Coexistência Pacífica adotada na Guerra Fria. Mediante isso, os chineses passaram a taxar a URSS de revisionistas e traidores da revolução e do verdadeiro marxismo, além de acusá-los de adotar políticas imperialistas (Radchenko, 2010; *The Great Debate*, [s.d.]).⁵¹

Esse contexto internacional refletiu em muitas partes do mundo, e no teatro indiano não foi diferente. O PCI seguiu ideologicamente alinhado à Moscou, ao passo que a nova organização dissidente, o Partido Comunista da Índia (Marxista) – PCI (M) –, fundado em 1964, seguia os passos de Pequim (*A Historical [...]*, 2019; Ranzan, 2015, p. 32-33).

Tanto a proximidade geográfica quanto a similaridade das condições sociais e econômicas e o desejo de uma solução mais radical levaram o novo partido a seguir o modelo chinês. Nas palavras de um veterano do movimento maoísta indiano,

“Nós lemos Marx, Engels, Lênin, Stalin e Mao [...]. Mao era obviamente o mais atraente porque a Índia era muito parecida com a China. Foi a orientação camponesa. Analisei: existem dois tipos de revolução, a soviética e a chinesa. O tipo soviético era para países europeus mais desenvolvidos. Tentamos encontrar nosso caminho por Mao” (Lovell, 2019, [p. 359], tradução nossa).

O PCI (M) logrou vertiginoso crescimento na cena política indiana, juntamente com as demais forças da esquerda, e, em 1967, apenas três anos após sua fundação, o PCI (M) venceu as eleições estaduais de Bengala Ocidental, pondo fim a uma histórica hegemonia do Partido do Congresso. Contudo, os comunistas acabaram por ser enfraquecidos frente a uma “repentina luta armada organizada pelos extremistas pertencentes ao [PCI (M)], sendo obrigado[s] a tomar medidas para controlar a revolta sob o risco de intervenção do Governo Central” (Ranzan, 2015, p 33). Esse fato daria origem não apenas a um terceiro partido comunista no país, fruto de mais uma das inúmeras cisões entre os comunistas, mas também daria início à guerrilha naxalita, denominação viria a englobar os diversos grupos guerrilheiros de cunho maoísta em atuação na Índia.

4.1 Surgimento, ascensão e queda do Movimento Naxalita (1967 – 1990)

4.1.1 Revolta camponesa em Naxalbari (1967 – 1975)

A primeira fase do movimento pode ser dividida em dois momentos. O primeiro deles

⁵¹ Para mais detalhes a respeito da Ruptura Sino-Soviética, ver: Radchenko (2010).

engloba os primeiros passos do naxalismo, entre 1967 e 1968, e é restrito ao distrito de Darjeeling, ao norte de Bengala Ocidental, onde se localiza a vila de Naxalbari. Já no segundo momento, entre 1969 e 1975, ocorre o recuo da luta armada no campo e seu avanço para as áreas urbanas.

No primeiro momento, a luta ocorria exclusivamente nas áreas rurais e seus militantes consistiam em camponeses pobres e populações tribais que lutavam contra injustiças, haja vista que, mesmo após a independência e promessas de implementação de políticas para sanar os problemas do campo, nenhuma mudança substancial ocorreu, de modo que os problemas apenas se intensificaram ao longo dos anos (Rawat, 2019).

Esses camponeses, em geral, organizavam-se no *Krishak Sabha*, um sindicato dos trabalhadores rurais através do qual pressionavam o Estado a realizar mudanças. No entanto, ao não conseguirem atingir seus objetivos, partiam para a luta armada. Claramente, neste primeiro momento, o objetivo dos rebeldes não era a derrubada do Estado indiano, mas sim a conquista de terra para os trabalhadores e o fim do sistema feudal que predominava no interior do país. E para pôr em prática sua luta, os camponeses se inspiravam nos escritos de Charu Majumdar, principal líder do Partido Comunista da Índia (Marxista), que não apenas denunciava o revisionismo da URSS e do PCI como sendo a principal causa do fracasso do comunismo na Índia, como defendia que a revolução deveria vir através da luta armada empreendida pelos camponeses ao invés do proletariado urbano – seguindo, portanto, o mesmo caminho da China maoísta (A Historical [...], 2019). De acordo com Majumdar, para que a revolução fosse levada a cabo era necessário que houvesse o “aniquilamento dos inimigos de classe, ou seja, todo latifundiário ou policial que não concordasse com as demandas do movimento deveriam morrer” (Ranzan, 2015, p. 37).⁵²

A trajetória revolucionária de Charu Majumdar havia começado décadas antes, ainda na sua juventude em que passou anos se educando politicamente e organizando resistências rurais no interior da Índia. Foi na década de 1960 que Majumdar se comprometeu integralmente com a revolução. Em 1962, ano da guerra Sino-Indiana por disputas fronteiriças na região do Himalaia, o governo indiano prendeu cerca de 150 membros do PCI sob alegação de suas atuações pró-China. Entre eles estavam Majumdar e Kanu Sanyal, que se tornariam os principais líderes do movimento maoísta indiano. Mesmo no cárcere, ambos deram continuidade aos seus trabalhos políticos e a prisão em que foram mantidos, em

⁵² Vale mencionar que nesta primeira fase, os revoltosos ainda não possuíam nenhum tipo de armamento sofisticado, utilizando em suas investidas armas rudimentares, como arco e flecha, foices e facas.

Calcutá, acabou se tornando um centro de debate das ideias maoístas (Lovell, 2019).

Ainda que fisicamente frágil em decorrência dos diversos problemas de saúde, Majumdar tinha uma personalidade avassaladora – embora pessoas que tenham convivido com ele afirmem que era um megalomaniaco de temperamento explosivo. Com sua fala eloquente e defesa apaixonada da necessidade da revolução armada na Índia, em pouco tempo se tornou a principal voz do movimento maoísta no país (Lovell, 2019).

Nesse período, mesmo após quase duas décadas da independência, a Índia amargava um cenário social e econômico de precariedade, desigualdade e insatisfação. Concentração de terra e renda na mão de poucos, discriminação contra os *dalits* (o estamento mais baixo no sistema de castas indiano) e ainda por cima uma fome severa que obrigou a Índia a importar grãos dos EUA (Lovell, 2019).

No distrito de Darjeeling, em Bengala Ocidental, as lideranças comunistas atuavam fortemente na luta pelos direitos dos trabalhadores do campo e das populações tribais. Em março de 1967, Charu Majumdar e Kanu Sanyal organizaram um grupo de cerca de 150 camponeses revoltados que invadiu celeiros um proprietário de terras local, se apoderou da produção de arroz e queimou os registros de dívidas pendentes (Ahlawat, 2021; International Institute for Strategic Studies, 2020, p. 246; Rawat, 2019; Ranzan, 2015).

Nos dias seguintes, outros dois celeiros foram invadidos. Um dos maiores produtores rurais da região despediu cerca de quarenta trabalhadores em retaliação, e a situação se intensificou quando um dos funcionários foi agredido por continuar em suas terras mesmo após ter sido dispensado. Esse episódio aumentou a fúria dos camponeses que, juntando um grupo de duzentas pessoas, foram até a fazenda e agrediram violentamente o latifundiário e confiscaram sua colheita. Este, no entanto, se tratava do irmão de um político local, o que, conseqüentemente, fez com que essa pequena revolta camponesa ganhasse proporções muito maiores. As tensões aumentaram especialmente após um grupo de proprietários de terra da região passar a organizar pequenos grupos armados para conter o levante (Lovell, 2019; Ranzan, 2015).

Houve uma tentativa de solução pacífica dos conflitos, e as lideranças do movimento – pertencentes ao PCI (M) – foram chamadas para tentar acalmar a população revoltada. O governo exigia, entre outras coisas, que os protestos deixassem de ser violentos imediatamente, ou seja, os insurretos deveriam baixar as armas e deixar de fazer justiça com as próprias mãos, e qualquer reivindicação ou reclamação deveria ser levada diretamente ao governo. Contudo, as exigências não foram aceitas e nenhuma medida funcionou, ainda mais com os populares recebendo apoio de comunistas de outros estados (Ranzan, 2015).

Mapa 1 – Localização da aldeia de Naxalbari, Bengala Ocidental



Fonte: The Hindu, 2017. Disponível em:
<https://www.thehindu.com/news/national/other-states/naxalbari-the-bengal-village-where-50-years-of-a-movement-is-celebrated/article18447130.ece>

Por dois meses, as antigas as antigas estruturas de poder e a autoridade da região se tornaram completamente caóticas. O movimento cresceu, e já contava com cerca de 500 militantes e ao menos outros 500 simpatizantes que forneciam apoio material e logístico. Ao final de maio, um policial tentou prender Kanu Sanyal e logo foi cercado por um grupo de camponeses e morreu ao ser atingido por uma flecha. Este episódio enfim levou as forças policiais à ofensiva. Os ataques aos revolucionários, que acabou matando cerca onze inocentes – oito mulheres, duas crianças e um homem – e ferindo diversas outras, apenas aumentou a ira da população, que passou a atacar indiscriminadamente grandes proprietários da região, assassinando-os de maneira brutal (Lovell, 2019; Ranzan, 2015).

O confronto com as forças de segurança locais durou 72 dias, e o episódio tomou grandes proporções quando seus líderes, insatisfeitos com o caminho eleitoral defendido pelas demais lideranças dos partidos comunistas da Índia,⁵³ anunciaram que aquela luta não reivindicava apenas a terra, mas o próprio poder do Estado (Ranzan, 2015, p. 33 – 34). Assim, com essa revolta em Naxalbari, nascia o Movimento Naxalita. Nas palavras de Singharoy (2004, p. 76, tradução nossa), este momento “marcou a emergência de uma nova era na história das lutas camponesas na Índia”, pois ela serviria de influência para muitos outros distúrbios que se espalhariam pelo país nos anos seguintes.

Em uma tentativa de pôr fim às ameaças naxalitas, o governo lançou, em 12 de julho de 1967, a Operação *Hatighisa*, momento que marca o pico de violência da revoltas e que se estendeu até meados de agosto, quando muitas lideranças do movimento foram presas ou fugiram para outros estados. E, dessa forma, acabava a primeira onda naxalita. Não obstante tenha alarmado as autoridades locais e soltado a primeira faísca revolucionária entre a população local,

O movimento apresentou diversas falhas importantes: teve muitas dificuldades para se expandir e quando conseguiu, sofreu com a desunião das diferentes vertentes. Ao não criar, treinar e qualificar um exército específico, indo além dos simples e pouco organizados “esquadrões”, tornou-se um alvo fácil para a repressão policial. Outra falha significativa era a crença muito forte no caráter espontâneo de um levante popular na Índia porque existiriam as “condições ideais” para a revolução no país⁵⁴ (Ranzan, 2015, p. 56).

Esse episódio de Naxalbari trouxe algumas questões para dentro do PCI (M). Primeiramente, o partido havia sido eleito para o governo de Bengala Ocidental, o que conseqüentemente queria dizer que a luta revolucionária havia sido deixada de lado para que o partido se juntasse ao cenário político *mainstream* da Índia – o que, conforme já mencionado, era extremamente desacreditado por grande parte dos comunistas, que consideravam todo o processo político do país corrupto e que não acarretaria nenhum tipo de mudança substancial para o povo. Além disso, a revolta evidenciava a incapacidade do governo de implementar reformas políticas em prol da população, e colocava os líderes do PCI (M) em uma posição extremamente complicada: o próprio partido comunista havia se

⁵³ A questão da participação nas eleições sempre foi um dos grandes temas que causaram divergências entre os membros dos diversos partidos comunistas do país. Enquanto parte dos militantes defendiam a participação eleitoral, os mais radicais os acusavam de revisionistas e argumentavam que o processo eleitoral apenas alienava a população e jamais resultaria em nenhum tipo de mudança real para o povo.

⁵⁴ Como visto no capítulo anterior, a espontaneidade da revolução é um assunto discutido com frequência pelos principais ideólogos revolucionários. Se antes a insurgência dependia desse movimento espontâneo do povo, com o tempo e a modernização das forças de repressão do Estado, o preparo minucioso do levante se tornou essencial para o seu sucesso.

tornado um obstáculo para o movimento (A Historical [...], 2019).

Após o fracasso das lutas em Naxalbari, diversos intelectuais, artistas e estudantes universitários de Calcutá, capital de Bengala Ocidental, optaram por aderir ao Movimento Naxalita em prol das causas defendidas pelos militantes e em solidariedade das vítimas da repressão estatal (Lovell, 2019). Das passeatas feitas por esse grupo em diferentes regiões da Índia, resultou a fundação do *All India Coordination Committee of Communist Revolutionaries*, em 1969. Seus dirigentes, meses depois, decidiram então fundar o Partido Comunista da Índia (Marxista-Leninista) – PCI (ML) –, tendo como um de seus líderes Charu Majumdar – expulso do PCI (M) após o episódio de Naxalbari –, que consolidou seus ideais maoístas no novo Partido (Chakrabarty, Kujur, 2010; Ranzan, 2015, p. 42).

O contexto em que isso se desenrolou, no entanto, foi extremamente conturbado e exercia uma dupla influência sobre os naxalitas. Por um lado, a Índia passava por uma situação econômica difícil, com desvalorização da moeda e crise alimentícia – e consequentemente uma crise política para o Partido do Congresso –, o que favorecia os maoístas. Por outro lado, os comunistas viviam uma crise interna, com cisões ideológicas acerca de qual seria o caminho ideal a seguir, o que enfraquecia todo o movimento.

De qualquer maneira, o fato é que após os retrocessos do naxalismo no campo, o movimento ganhou terreno nas cidades. Os novos quadros eram formados, em sua maioria, por jovens educados de classe média, entre 15 a 25 anos, com um conhecimento básico sobre marxismo e maoísmo, e com uma visão idealista e romantizada das lutas naxalitas no campo. Estes formavam um grupo heterogêneo, o que acabou dificultando sua adaptação ao ambiente rural no momento em que tinham de fazer uma espécie de “estágio revolucionário” para serem educados politicamente e treinados em táticas de guerrilha (Chakrabarty, Kujur, 2010; Lovell, 2019; Ranzan, 2015).

De qualquer forma, neste momento, o naxalismo atingiu seu ápice até então. Suas operações avançaram pelos limites de Bengala Ocidental e se espalharam por estados como Andhra Pradesh e Bihar (Lovell, 2019).⁵⁵ Foram organizados Esquadrões de Ação para a execução de tarefas revolucionárias, entre as quais o aniquilamento do inimigo de classe. Charu Majumdar incitava os militantes a agirem contra esse inimigo e contra quaisquer de seus símbolos de poder. As mortes realizadas pelos Esquadrões eram anunciadas nos jornais do Partido e celebradas pelos seus membros. Tudo isso culminou em uma competição entre os

⁵⁵ Ainda que o movimento tenha se originado em Bengala Ocidental, suas lideranças vindouras, já no período do PCI (Maoísta), eram oriundas de Andhra Pradesh, local onde o naxalismo se tornou extremamente popular sobretudo entre universitários (Ranzan, 2015).

diferentes Esquadrões e uma escalada de violência sem precedentes e totalmente desorganizada.⁵⁶ Até mesmo símbolos nacionais eram atacados, como estátuas de Nehru e Gandhi – símbolos acusados de serem agentes do imperialismo britânico –, sob os argumentos de Majumdar de que era preciso “esquecer o passado para construir a nova democracia revolucionária” (Ranzan, 2015, p. 45).⁵⁷

Com essa postura, Majumdar deu início a um momento de luta de todos contra todos, contrariando os ideais comunistas de preparação ideológica da população e preparação do momento certo para o desencadear da luta revolucionária, tão fortemente defendida por Lênin (Saint-Pierre, 2000). Essa postura sofreu duras críticas de líderes comunistas tanto dentro da Índia, quanto em outros países, como Reino Unido, Nova Zelândia e a própria China, o que resultou em uma grande perda de apoio político e financeiro (Ranzan, 2015).

Tendo o naxalismo se expandido por diversos estados, Majumdar planejava levar a cabo a revolução em 1975 – contrariando as teses maoístas de Guerra Popular Prolongada. Contudo, frente à tamanha escalada de violência, a Primeira-Ministra Indira Gandhi declara Estado de Emergência Interna, a fim de acabar com os movimentos de oposição no país, e logo muitos líderes adversários passaram a ser presos (Ranzan, 2015).⁵⁸ Dessa forma, os planos de Majumdar ruíram quando ele foi capturado e morto em 1972 – ainda que os policiais aleguem que ele morreu em razão de seus problemas de saúde pré-existentes (Lovell, 2019) – levando consigo o sonho revolucionário de uma geração de combatentes.

Segundo Lovell (2019, [p. 372], tradução nossa), o fanatismo de Majumdar pela luta armada e ações terroristas e seu repúdio a quaisquer atividades políticas legais, como organizações de massa e sindicatos, “resultou em uma estrutura partidária caótica e até mesmo inexistente”. Em entrevista, Dilip Simeon, que participou do movimento naxalita antes de se tornar um de seus críticos, lembra de sua experiência como sendo “muito caótica”. Em suas palavras,

“a linha do partido era pura conspiração, qualquer atividade aberta era proibida... Portanto, as técnicas maoístas tradicionais de aumento da consciência não estavam no menu. Então, como diabos você vai recrutar pessoas, a menos que empreenda algum tipo de atividade pública?” (Lovell, 2019, [p. 372], tradução nossa)

Já Kanu Sanyal, anos depois de sua participação nas atividades revolucionárias,

⁵⁶ Mais informações sobre isso no capítulo 4.4 A violência naxalita.

⁵⁷ Vale mencionar que, neste último ponto, Majumdar seguiu perfeitamente os ideais de Mao, que pregava também a destruição de símbolos nacionais e burgueses a fim de pôr em prática a Revolução Cultural.

⁵⁸ Segundo Lovell (2019), em 1973 cerca de 32 mil pessoas estavam presas na Índia sob acusações de fazerem parte do Movimento Naxalita.

admitiu que uma das principais falhas do movimento foi a falta de organização do movimento, o excesso de violência e a falta de contato com as bases, o que lhes proporcionaram ideias irreais do que acontecia na Índia (Ghosh, 2010).

Após a morte de seu líder, o movimento naxalita sofreu uma série de divisões em razão de divergências ideológicas e táticas – sem contar as operações anti-naxalitas lançadas pelo governo –, e acabou enfraquecendo. Seu principal legado nessa primeira fase foi a conscientização política da luta no campo e a construção de uma agenda maoísta comum de revolta armada contra o governo a fim da libertação de sua condição de semi-colonialidade.

4.1.2 As cisões e lutas pelo poder (1975 – 1990)

Com as fragmentações decorrentes de lutas internas, o movimento naxalita perdeu fôlego e suas ações permaneceram reduzidas durante muitos anos. Entre as divergências entre as lideranças estavam a prática de aniquilamento do inimigo de classe, a necessidade de participação em organizações de massa a fim de obter maior alcance popular e, acima dessas, participar ou não das eleições (Lovell, 2019; Ranzan, 2015).

O Partido Comunista da Índia (Marxista-Leninista) Liberação – PCI (ML) Liberação – optou pela defesa da participação no processo eleitoral, com o objetivo de fazer uma “correção de curso” no movimento. Em 1982, o partido lançou a Frente Popular Indiana a fim de entrar no jogo político. Sete anos mais tarde, conseguiram eleger um deputado para a *Lok Sabha* (Câmara do Povo – espécie de câmara dos deputados indiana) pelo estado de Bihar, tendo sido esse o primeiro naxalita a ser eleito no país (Ranzan, 2015).

Seguindo o caminho oposto, tanto o *People's War Group* (PWG) e o *Maoist Communist Center of India* (MCCI) optaram pela manutenção da luta revolucionária armada. Como se sabe, ambos se tornaram, por muitos anos, os principais expoentes maoístas na Índia, e, anos mais tarde, se uniram em 2004 para a formação do atual PCI (Maoísta) (Lovell, 2019).

Os líderes do PWG eram ferrenhos defensores das ideias de Majumdar e consolidaram os ideias maoístas entre a população do estado de Andhra Pradesh, região marcada fortemente pela exploração social e econômica dos povos tribais e, por isso, muito propensa a movimentos radicais (Ranzan, 2015). Ansiando por criar uma área base sob o controle do Partido que fosse “suficientemente longe da autoridade estatal para ser segura e empobrecida o suficiente para que uma agenda socioeconômica radical ganhe força” (Lovell, 2019, [p. 376], tradução nossa), o PWG mergulhou no interior do país e se estabeleceu na região de

Bastar, sul do estado de Chhattisgarh, em meio às florestas de Dandakaranya.

O local escolhido oferecia duas principais vantagens aos comunistas: 1) as áreas remotas de florestas densas praticamente impediam a presença de qualquer força estatal, criando, assim um vácuo de poder que seria aproveitado pelos militantes; 2) a presença da população tribal que era cruelmente abusada tanto por empresas que visavam explorar os recursos naturais da região, como por oficiais do governo que se aproveitavam de sua autoridade para praticar atos cruéis como estupros e execuções (Lovell, 2019).

Embora no início a população local tenha se amedrontado com a presença dos naxalitas, logo eles ganharam sua confiança ao focar nas queixas de exploração econômica e violência sofrida pelos *adivasis*. Os maoístas passaram a organizar as lutas de massa contra os opressores e, em 1985, eles já controlavam uma área de mais de 20 mil acres (Lovell, 2019).

O *Maoist Communist Center*, por sua vez, foi fundado em 1969, inicialmente sob o nome de *Dakshin Desh*, e atuava sobretudo no estado de Bihar, que, assim como Andhra Pradesh, também era solo fértil para movimentos revolucionários, haja vista a falta de qualquer tipo de reforma agrária e a consequente a exploração da população local. Apesar de também defender a luta armada como única forma de tomar o poder e realizar mudanças, o MCCI divergia das ideias de Majumdar quanto à participação em organizações de massa. Para o partido, tais mobilizações eram intrínsecas à luta armada (Ranzan, 2015).

Em 1975, ao assumir o nome de *Maoist Communist Center*, o partido ampliou suas atividades também para o estado de Jharkhand. O MCCI adquiriu grandes proporções, chegando a contar com 10 mil membros, porém, seguindo o mesmo caminho dos demais grupos naxalitas, ao longo da década de 1980 sofreu divisões internas e até mesmo entrou em conflito com outras organizações naxalitas e acabou por se enfraquecer (Ranzan, 2015).

Como já dito, durante todo esse período, o naxalismo se tornou um movimento totalmente disperso e, conseqüentemente, perdeu força e não atuou de forma significativa. Os únicos elementos que podem ser destacados desse período são a mudança do PWG para o interior de Chhattisgarh, que até hoje continua a ser o epicentro do naxalismo na Índia, e a nova agenda de participação em organizações de massa, que atrairia muito mais simpatizantes. Não obstante, o movimento tomaria novo fôlego apenas na segunda metade da década de 1990, e entraria em uma fase totalmente nova com a fundação do PCI (Maoísta).

4.2 A reascensão do Naxalismo e o Partido Comunista da Índia (Maoísta)

Interessantemente, ao longo da década de 1990, a Índia se viu frente a um paradoxo. Enquanto o país alcançava altas taxas de crescimento econômico, o governo “viu renascer um movimento que já considerava praticamente terminado. Em um período de pouco mais de 10 anos, os naxalistas [sic] se tornaram ‘a maior ameaça interna da Índia’” (Ranzan, 2015, p. 52).

A partir de 1991, a Índia passou por reformas econômicas liberais que proporcionaram uma rápida industrialização do país, gerando crescimento econômico, construção de infraestrutura e inúmeros empregos. Por outro lado, as reformas trouxeram consigo ainda precarização das condições de trabalho – com condições análogas a escravidão e trabalho infantil –, pauperização e maior exclusão das parcelas mais pobres da população indiana, sobretudo os povos tribais das florestas. O otimismo econômico dos centros urbanos da Índia era totalmente o avesso da situação precária nas zonas rurais do país, onde quase 280 milhões de camponeses foram deixados de lado (Chakrabarty, Kujur, 2010; Ranzan, 2015).

Além disso, a industrialização jogou luz sobre outra questão importantíssima: a preservação ambiental e os direitos dos povos das florestas. Inúmeras empresas multinacionais tinham grande interesse nos recursos naturais indianos – especialmente na extração de minério de ferro, bauxita, estanho e granito –, e sua exploração conseqüentemente causava danos ao meio ambiente e deslocamentos forçados de povos indígenas. De acordo com os projetos, nas florestas de Chhattisgarh seriam construídos oleodutos, ferrovias, rodovias, torres de energia e enormes barragens que alagariam vilas inteiras. Além disso, a “floresta virgem [seria] destruída por minas de carvão, rios que antes fluíam [ficariam] estáticos com lama vermelha, uma pesada nuvem de fumaça preta pairando sobre a floresta vinda das usinas de minério de ferro” (Lovell, 2019, [p. 380-381], tradução nossa).

Ainda que os grandes empresários afirmassem que os investimentos nestas áreas fossem trazer empregos e melhorias para a vida da população indígena, o que se viu na prática foi apenas a destruição de seus modos de vida tradicionais, deslocamentos forçados – já que muitos *adivasi* foram coagidos a vender suas terras⁵⁹ – e retornos financeiros gigantescos que

⁵⁹ Há de se mencionar ainda a convivência do governo, que, “[...] utilizando-se de uma série de discursos, mostra-se apático ao fiscalizar e executar as leis que garantem aos indígenas uma série de direitos, tanto para preservação de suas terras, quanto para preservação do seu modo de vida. O interesse governamental em explorar os recursos naturais do país, para a manutenção de suas altas taxas de crescimento, estão interligados a um projeto maior para tornar a Índia uma grande potência internacional no século XXI, independente do custo social e ambiental” (Ranzan, 2015, p. 100).

não beneficiaram de modo algum a população autóctone.⁶⁰ Apoiados sobre esses pilares, os naxalitas ganharam um novo fôlego, angariando

apoio popular e de setores ligados a essas causas, principalmente organizações não governamentais, intelectuais e artistas. [...] Dessa forma, por um lado os naxalitas [sic] conseguiram ampliar suas atuações em áreas remotas do país, exploradas por grandes multinacionais em busca de seus recursos naturais. Mas, por outro lado, tem enfrentado enormes dificuldades para atuar nos meios urbanos, enfraquecendo a influência do partido nos movimentos operários e estudantis, setores que foram muito fortes nos anos 1970 e 1980 (Ranzan, 2015, p. 52-53).

Essa mudança de eixos foi algo natural de acontecer, já que o desenvolvimento advindo das reformas econômicas atingiu as classes médias urbanas, enquanto prejudicava a população rural.

Além disso, os naxalitas destacavam a ideia de que o imperialismo estadunidense ainda exercia influência sobre a Índia, sobretudo no que diz respeito à implementação de políticas econômicas neoliberais, que, segundo eles, agudizam a exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais do país por empresas multinacionais. Somando-se a isso, a desocupação forçada de terras indígenas e a pauperização do povo torna qualquer tipo de reação popular extremamente difícil (Ranzan, 2015, p. 67).

Nesse contexto, os diversos grupos naxalitas passaram a dialogar e negociar meios de fazer ressurgir o movimento. Assim, a fundação do Partido Comunista da Índia (Maoísta), em 2004, representou o ressurgimento do naxalismo e a entrada em uma nova fase do movimento, dessa vez muito mais forte e organizado (A Historical [...], 2019). Diferentemente de Majumdar, que se precipitou ao imaginar que a revolução seria levada a cabo em pouco tempo, o PCI (Maoísta) planejava a execução de uma guerra popular prolongada nos moldes de Mao, sem previsões específicas para quando o golpe final seria dado. Para a concretização de seus planos, buscava-se o estabelecimento de zonas revolucionárias compactas do Nepal até além de Andhra Pradesh, sua unificação e consolidação do Corredor Vermelho (Chakrabarty, Kujur, 2010).

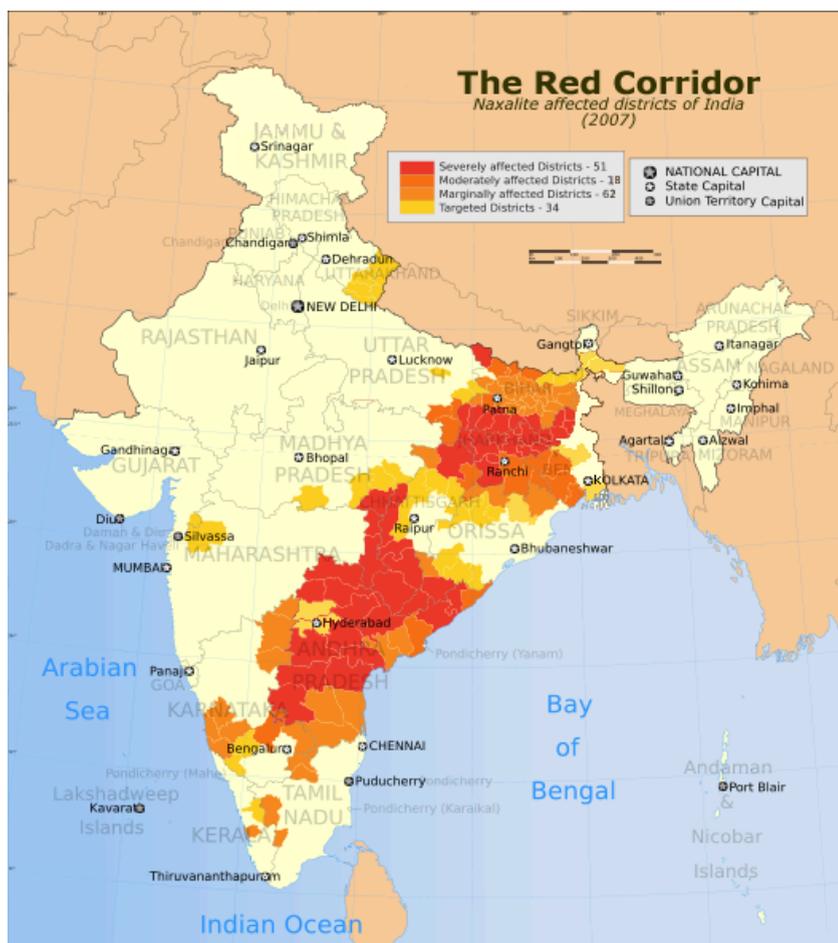
Muito mais organizados, os naxalitas passaram a combater qualquer tipo de divisões internas e revisionismo, pregavam a unificação do Partido, com as ordens vindas do Comitê Central, desenvolveram órgãos de inteligência para conseguir informações, passaram a formar militantes bem treinados e ainda consolidaram seu braço armado, o Exército Guerrilheiro de

⁶⁰ É válido mencionar que, apesar de uma das principais lutas dos maoístas seja contra as grandes corporações multinacionais que exploram os recursos naturais nas florestas da Índia, os naxalitas não se opõe à exploração de recursos em si, mas sim contra as empresas que o fazem de maneira indiscriminada, prejudicando as populações locais e permanecendo com a totalidade dos lucros.

Libertação Popular (*People's Liberation Guerrilla Army – PLGA*). Além disso, em seus constantes trabalhos de doutrinação popular, os naxalitas disseminam a narrativa de que defendem os interesses da população tribal acima de tudo e constroem a imagem do governo e de agentes públicos como inimigos do povo.

As novas lideranças do movimento são fortemente envolvidas com a população local dos estados em que atuam, conseguindo grande influência entre *dalits* e *adivasis*, além de ter um bom conhecimento da geografia local (Lovell, 2019). Ademais, os maoistas desenvolveram uma grande capacidade logística e de realizar ações coordenadas, que os possibilita fazer ataques mais precisos e ousados contra políticos e forças de segurança – algumas vezes realizando ataques simultâneos em diversas localidades⁶¹ (Ranzan, 2015).

Mapa 2 – Corredor Vermelho (2007)



Fonte: Wikipedia. Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/Red_corridor#/media/File:India_Naxal_affected_districts_map.svg

⁶¹ Sem contar que os ataques passaram a ser feitos com armas mais sofisticadas, como metralhadoras, explosivos e minas terrestres – muitos deles, inclusive, roubados da polícia.

Como num incêndio, as chamas naxalitas se espalharam por mais de um terço de todo o território indiano, criando um Corredor Vermelho de norte a sul do país, indo da fronteira com o Nepal até o litoral sudoeste, havendo ainda esforços para criar um corredor Leste-Oeste (Gouverneur, 2008). O auge do movimento foi entre 2009 e 2010, quando os naxalitas conseguiram consolidar seu domínio em muitos distritos – sobretudo na região de Dandakaranya – e as agitações provocadas por eles foram mais intensas, causando vasta destruição de infraestruturas e grande onda de violência, resultando, pois, em um alto número de mortes (Ahluwalia, 2012; Ahlawat, 2021).

4.2.1 O Partido Comunista da Índia (Maoísta)

Desde a fundação do *People's War Group*, em 1980, os líderes do partido tentavam unificar todos os grupos extremistas de esquerda na Índia – um número que girava em torno de 40 grupos – sob uma única organização, e o MCCI era o principal alvo das negociações. Nos primeiros anos da década de 1980 algumas reuniões entre os líderes de ambos os partidos foram realizadas e de fato havia um desejo de unificar as operações. No entanto, ainda que houvesse semelhanças entre seus objetivos e ideologias, em decorrência de diferenças pessoais entre as lideranças, bem como acerca de questões estratégicas e táticas e de guerras territoriais, qualquer tipo de negociação não somente havia falhado, como iniciou um período de conflitos entre ambos os grupos pelo domínio de diferentes partes do país. No início da década de 1990, novas tentativas de negociações foram realizadas, porém também não deram certo e, após a fusão do PWG com o *Communist Party of India – Marxist-Leninist (Party Unity)* em 1998 – para dar origem ao *People's War* –, os conflitos com o MCCI apenas se intensificaram (Communist [...], [2023]).

Anos mais tarde, no início de 2000, o MCCI tomou a iniciativa de declarar um cessar-fogo entre os naxalitas, gesto que foi muito bem recebido pelo PW, permitindo que os diálogos entre ambos fossem retomados a partir de agosto. Meses depois, em novembro, a formação do estado de Jharkhand e a subsequente operação anti-maoísta lançada pelo governo forçaram a maior aproximação dos partidos. Dessa forma, ao longo de 2001 e 2002, o PW e o MCCI passaram a lançar operações conjuntas nos estados de Jharkhand e Bihar. Foi então que, em fevereiro de 2003, em uma reunião entre as principais lideranças foi tomada a decisão de finalmente dar passos concretos rumo à fusão dos partidos. Houve longas discussões acerca de qual caminho ideológico o novo partido iria seguir – discussões que continuaram mesmo após a fusão – até que finalmente chegou-se a um acordo em setembro de 2004,

quando um novo Comitê Central foi formado. Nascia assim o Partido Comunista da Índia (Maoísta) (Communist [...], [2023]).

A fundação do PCI (Maoísta) marcou uma verdadeira ruptura na história do Movimento Naxalita. Se antes o naxalismo seguia um ciclo quase interminável de cisões entre alas divergentes, a fundação do Partido deu início a uma nova era em termos de organização para a luta revolucionária na Índia (Chakrabarty, Kujur, 2010). As duas principais organizações maoístas do país, o PW e o MCCI, “se uniram e passaram a atuar de forma conjunta, sendo o principal objetivo partidário a concretização de áreas-base”, além do “estabelecimento de uma Zona Revolucionária Compacta (ZRC), indo do Nepal até o centro da Índia” (Ranzan, 2015, p. 58), popularmente conhecida como Corredor Vermelho.

Para o governo indiano, a fusão do MCCI e do PW representou uma dimensão completamente nova da ameaça naxalita no país, uma vez que unia as atividades de massa do primeiro e poderio militar do segundo. Essa nova ameaça foi traduzida no aumento do número de incidentes relacionados ao naxalismo juntamente com a cada vez maior militarização do movimento, isto é, mais campos de treinamento e aumento e sofisticação de seu arsenal, sobretudo através do saque à complexos policiais – preocupações estas que foram expressadas pelo Ministério de Assuntos Internos em seu *Annual Report* de 2005-2006 (Government of India, 2006, p. 24)

Um dos principais fatores que possibilitou essa reformulação do movimento foi a renovação das lideranças dos partidos comunistas que precederam o PCI (Maoísta). Entre os principais líderes, talvez o que mereça maior destaque seja Mupalla Laxmana Rao, mais conhecido como Ganapathy. Tendo seu primeiro contato com os ideais comunistas ainda em seu tempo de estudante, Ganapathy se tornou secretário geral do PW e, posteriormente, foi eleito – de forma unânime – secretário geral também do PCI (Maoísta). Ele demonstrou exímia habilidade em articular os diferentes grupos naxalitas de forma a unificá-los sob uma única organização coesa. Em suas próprias palavras, “para avançar a causa da revolução indiana, a unificação é o único caminho” (Unification [...], [1998?]). Assim, “se hoje os naxalistas [sic] são uma grande ameaça, muito se deve a atuação de Ganapathy, algo reconhecido pelo governo” (Ranzan, 2015, p. 61), uma vez que se tornou um dos homens mais procurados na Índia.

O Partido conta com grande influência teórica de Charu Majumdar e dos pensamentos de Mao Tsé-tung, o que fica evidente no seu ideal de aniquilamento do inimigo de classe como essência da revolução na Índia. Em outras palavras, seguindo os ideais maoístas, a luta armada seria o único meio de combater a burguesia e as forças coloniais que subjagam o povo

indiano. E, apesar de controversas nos primeiros momentos após sua fundação, foi justamente esse o caminho seguido pelo Partido (Communist [...], [2023]).

Por outro lado, o PCI (Maoísta) diverge das ideias de Majumdar quanto à participação em organizações de massa. Enquanto o ideólogo naxalita era contrário a qualquer participação em organizações de massa, como sindicatos ou cooperativas – o que considerava como revisionismos das teorias de Marx e Lênin que retiravam o foco da luta armada –, para no partido, é de suma importância ampliar as bases de diálogo com o povo através da participação em tais organizações, pois “a maioria dos trabalhadores organizados está nos vários sindicatos pertencentes aos partidos da classe dominante e outros partidos revisionistas [...]. Estas seções devem ser colocadas sob a liderança do partido revolucionário” (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa).

De acordo com os próprios documentos naxalitas,

As Organizações de Massa são absolutamente indispensáveis para a vitória de qualquer revolução. [...] Sem mobilizar as massas em inúmeras lutas e elevar sua consciência política no curso dessas lutas, eles não podem perceber a necessidade de derrubar o poder estatal das classes exploradoras, eles não podem adquirir a consciência necessária e a vontade coletiva para derrubar a máquina estatal opressiva, e [...] o Partido não pode levar as massas à vitória na revolução (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa).

As ideias a respeito da via eleitoral, por sua vez, permaneceram as mesmas: algo completamente impensável, e qualquer um que sequer cogite essa possibilidade é taxado de revisionista (Communist [...], [2023]). A Índia, segundo os naxalitas, é uma falsa democracia, e as eleições, apenas uma maneira de manipulação das massas, haja vista que

[...] as forças ‘semifeudais’ (castas, brigas comunais, supressão da mulher, dinheiro e grupos armados) influenciam diretamente no resultado das eleições, tornando-as desnecessárias, já que o candidato com mais chances de ganhar não é aquele que realmente representa o povo (Ranzan, 2015, p. 137).

O objetivo dos maoístas permaneceu o mesmo: levar justiça aos oprimidos e à população tribal a quem eles acreditam que tem sido negligenciada justiça social, econômica e política por anos (Sharma, Behera, 2014, p. 115). Para isso, buscam consolidar as forças revolucionárias e avançar rumo ao socialismo e ao comunismo. Segundo declaração do Comitê Central em 2004:

O objetivo imediato e programa do partido maoista é continuar e completar a já em andamento Nova Revolução Democrática na Índia como parte da revolução proletária mundial, derrubando o sistema semi-colonial e semi-feudal sob a forma neocolonial de governo indireto, exploração e controle [...] Esta revolução será realizada e concluída através da guerra revolucionária agrária armada, ou seja, guerra popular prolongada com a

tomada armada do poder permanecendo como sua tarefa central e principal, cercando as cidades do campo e, assim, finalmente capturando-as. Portanto, o campo, assim como a Guerra Popular Prolongada, permanecerá como o “centro de gravidade” do trabalho do partido, enquanto o trabalho urbano será complementar a ele (CPI [...], 2004, tradução nossa).

Em consequência da reestruturação pela qual o naxalismo passou, houve um considerável ganho de força e expansão geográfica de suas atividades. Entre 2006 e 2010, por exemplo, período no qual o naxalismo atingiu seu apogeu, havia estimativas de que havia presença de seus quadros em cerca de 40% do território nacional, isto é, uma área afetada cuja população era de aproximadamente 400 milhões de pessoas (Chakrabarty, Kujur, 2010; Lovell, 2019).⁶² Desse modo, ao menos em termos técnicos, esta se configura como uma das maiores insurreições do mundo.

O movimento passou a contar ainda com maior apoio popular, seja através da participação *de facto* na luta – isto é, com maior alistamento de quadros armados ou agentes responsáveis pela logística –, seja pelo aumento da base de simpatizantes; houve um aprimoramento do PLGA, que passou a lançar ataques mais efetivos e simultâneos; e ocorreu até mesmo a “consolidação dos Comitês Revolucionários Populares, que são os órgãos de governança do partido em Zonas de Guerrilha” (Ranzan, 2015, p. 69).

Um exemplo dessa reestruturação foi a realização do 9º Congresso do Partido – conhecido como Congresso da Unidade do PCI (Maoísta) –, realizado em 2007 em algum lugar de Dandakaranya. Nele, foram articuladas ideias a respeito do aprofundamento das ações de massas do Partido, a fim de aumentar seu poder popular e do avanço da guerra popular no país, expandindo suas áreas de luta armada (Chakrabarty, Kujur, 2010). Esse foi um episódio de grande importância na história do naxalismo, uma vez que demonstrou a “organização e institucionalização do movimento levada a cabo pelos seus novos dirigentes, [...] mostrando claros esforços para solucionar as diferenças responsáveis pelas inúmeras divisões do movimento nas décadas anteriores” (Ranzan, 2015, p. 66).⁶³

Ademais, como já dito anteriormente, a principal base de apoio buscada pelos maoístas são as classes que amargam as posições mais subalternas dentro da sociedade indiana, ou seja, os *adivasis*. Desde o início do movimento, os naxalitas sempre buscaram se

⁶² Esses números levam em consideração a população total dos distritos nos quais os maoístas atuam, ou seja, não quer dizer necessariamente que esse é o número de pessoas que são diretamente atingidas pelo conflito. Em outras palavras, se alguma vila ou distrito relata a presença de maoístas, toda sua população é considerada afetada.

⁶³ No entanto, como destaca o autor, mesmo com a unificação, continuaram havendo lutas internas por maior influência política nas decisões do Partido, principalmente entre antigos militantes do PW e do MCCI.

manter o mais próximos possível do povo pelo qual lutam, e essa integração aumentou ainda mais com o PCI (Maoísta). Isso se tornou instrumental para a luta armada, já que permite que os naxalita atuem em meio ao povo sem serem identificados pela polícia. Em entrevistas, policiais chegam a afirmar que os *adivasis* não compartilham nenhum tipo de informação com os agentes públicos, o que dificulta exponencialmente os trabalhos dos órgãos de segurança; segundo a polícia, nem mesmo as crianças dão qualquer tipo de informação (Pandita, 2010).

O apoio popular advém ainda dos projetos de desenvolvimento que, segundo os próprios naxalitas, são realizados em prol dos *adivasis*.⁶⁴

Essas práticas incluem a reforma agrária e maior igualdade social, incluindo as mulheres, que também passam a ganhar direitos e autonomia. A agricultura passa a ser realizada sem o auxílio de pesticidas ou agentes químicos, visando à quebra da dependência das grandes empresas multinacionais. Os rebeldes também constroem escolas próprias, além de publicar livros e revistas contando a cultura dos povos *adivasis*, suas músicas típicas e costumes (Ranzan, 2015, p. 128).

Articulando agitações populares e operações do exército guerrilheiro, os maoístas conseguiram promover momentos de grande instabilidade para o governo nas regiões em que atuava, passando a controlar áreas cada vez maiores, incitando conflitos que resultavam em números crescentes de vítimas, e dando prejuízos significativos ao governo.

Porém, o episódio que mais se destacou na trajetória do PCI (Maoísta) foi Dandakaranya, o maior expoente das atividades naxalitas na Índia. Foi lá que o Partido conseguiu estabelecer seu *janathana sarkar* (governo do povo), através do qual passou a controlar uma considerável região no centro da Índia.

4.2.1.1 O domínio sobre Dandakaranya

Conforme discutido anteriormente, uma das principais razões para o ressurgimento do naxalismo na Índia foram as reformas econômicas neoliberais ocorridas na década de 1990 e que resultaram na ampla exploração de recursos naturais nas florestas indianas, juntamente com a exploração da população indígena. Uma das áreas mais ricas em recursos minerais, e consequentemente uma das mais exploradas, é a região de Dandakaranya, no centro do país, formada por florestas densas e áreas montanhosas dos estados de Chhattisgarh, Maharashtra, Orissa e Andhra Pradesh (Mapa 3). A região é habitada majoritariamente por *adivasis*, em sua maioria vivendo abaixo da linha da pobreza e sem acesso à saúde ou educação. Em outras palavras, “a região tem todas as condições para se tornar um terreno privilegiado para o

⁶⁴ Esses projetos são divulgados em documentos escritos pelos próprios maoístas.

florescimento dos movimentos revolucionários” (Garg, 2008, p. 38, tradução nossa).

Assim, reconhecendo sua importância para sua luta armada, Dandakaranya passou a contar com fortíssima presença de guerrilheiros desde a década de 1980, com a chegada do PWG, e ao longo do tempo, se tornou a principal área-base para os naxalitas (Garg, 2008; Lovell, 2019, Ranzan, 2015).

Por contar com regiões extremamente remotas, Dandakaranya é permeada por órgãos de administração civil que existem somente no papel, fato admitido pelo próprio Ministro de Assuntos Internos, P. Chidambaram (Ranzan, 2015). Enquanto a falta de governança adequada proporcionou um vácuo de poder, a sensação de abandono pelo Estado deu a oportunidade perfeita para que os naxalitas passassem a exercer seu domínio na região (Government of India, 2008; Chakrabarty, Kujur, 2010).

Aproveitando-se de tais condições, o PCI (Maoísta) conseguiu se consolidar de tal modo que constituiu seu próprio sistema judicial, administrativo e policial, o *janathana sarkar* e os *jan adalat*,⁶⁵ modelos que deveriam ser seguidos em outras regiões. Em seu boletim de informações de outubro de 2009, o PCI (Maoísta) celebrou os avanços conquistados em cinco anos de existência do partido, particularmente no ano anterior. Segundo o relatório, “a maior consolidação do poder democrático popular, [foi] a evolução das formas rudimentares de governo popular em Dandakaranya” para uma “alternativa concreta ao atual sistema injusto” (CPI (Maoist), 2009a, p. 2, tradução nossa).

O modelo de desenvolvimento implementado pelo Partido nessas regiões teriam como prioridade o bem estar do povo, não o lucro para as grandes corporações (Mukherji, 2010). Para os naxalitas, utilizando-se do exemplo do distrito de Dantewada, este tipo de governo revolucionário “é um repúdio categórico ao conceito de *Shining India*”⁶⁶ que arruinam toda a região (CPI (Maoist), 2010a, p. 4, tradução nossa). Além disso, este governo do povo “simboliza as esperanças e aspirações de centenas de milhões de setores marginalizados do povo indiano”, sendo uma tentativa de “quebrar os grilhões da falsa democracia e de estabelecer uma democracia genuína” (CPI (Maoist), 2010a, p. 4, tradução nossa).

Em seus esforços em transformar Dandakaranya em uma zona liberada, os naxalitas conseguiram implementar seu governo do povo em cerca de 2.000 vilas (Garg, 2008, p. 35). Alguns jornalistas que visitaram a região a convite dos próprios naxalitas relataram que se estimava que a autoridade do Partido se estendia por uma área de aproximadamente 60 mil quilômetros quadrados, englobando florestas e vilas cuja população era de alguns milhões de

⁶⁵ Mais informações sobre o *janathana sarkar* e os *jan adalat* no capítulo 4.3.1.1 O Janathana Sarkar.

⁶⁶ Modelo de desenvolvimento neoliberal que foi implementado na década de 1990.

peessoas. Porém, como enfatizado por Mukherji (2010), essas informações foram dadas aos visitantes pelos próprios naxalitas; os números reais provavelmente são muito menores.

Mapa 3 – Região de Dandakaranya (em vermelho), com destaque para Abhujmad, principal base dos naxalitas



Fonte: Ranzan, 2015

Os naxalitas alegam que, dentro dos *janathana sarkars*, são realizados todos os trabalhos que o governo indiano nunca foi capaz de executar, como a proteção de terras indígenas, implementação de salários mínimos, fim do trabalho exploratório, e o fornecimento de educação e saúde para a população (ver Anexo 2). Além disso, como forma de levar justiça aos *adivasis*, os guerrilheiros prenderam os oficiais do governo que cometiam abusos contra a população e “pediram para que os próprios *adivasis* batessem neles, como forma de desconstruir a autoridade que os oprimia” (Ranzan, 2015, p. 96). Assim, através dessa administração, os naxalitas estariam não só levando justiça social à população negligenciada, mas também conquistando seus corações e mentes e a colocando contra o governo.

Não obstante, é necessário ressaltar que existem enormes divergências entre as informações divulgadas pelos naxalitas e os dados trazidos por outros autores. Ramachandran,

por exemplo, diz que

Em Dantewada, que é o epicentro do conflito, educação, saúde e infraestrutura de transporte é uma balbúrdia. Setenta e oito por cento da sua população é indígena. Por volta de 52,28% da sua população vive abaixo da linha de pobreza e 70% são analfabetos. Entre suas 1.220 vilas, 1.161 não têm instalações médicas e 214 não têm nem mesmo escola primária (*apud* Ranzan, 2015, p. 92).

Já Mukherji (2010) vai pelo mesmo caminho e tece duras críticas aos supostos trabalhos sociais realizados nas áreas administradas pelos naxalitas. Segundo o autor, a mera implementação de um salário mínimo e condições de trabalho menos exploratórias não se configura em um modelo de desenvolvimento alternativo, como é defendido por alguns. Além disso, não há menções de centros de saúde que tenham sido construídos por iniciativas dos maoístas. O que se tem notícias é da implementação do sistema de “médicos descalços” (*barefoot doctors*) nos *janathana sarkars* – termo popularizado durante a Revolução Cultural chinesa para se referir à médicos treinados de forma rudimentar (Lovell, 2019). Essas minúsculas equipes médicas seriam *adivasis* treinados para aplicar medicamentos (distinguidos por cor) para doenças como malária, cólera e elefantíase, as três mais mortais na região. Com relação à educação, também não há evidência de novas escolas para a população *adivasi*, e as poucas existentes foram ocupadas pelas forças de segurança estatal ou destruídas pelos naxalitas para impedir que que isso acontecesse (Mukherji, 2010; Gouverneur, 2008).

Isso apenas corrobora o já conhecido hábito naxalita de distorcer informações para que possam satisfazer as necessidades do Partido.

Seja como for, o fato é que realmente houve um grande domínio maoísta em Dandakaranya, e a região se tornou altamente militarizada. Desde a década de 1980, quando o PWG chegou na região, e sobretudo com a formação do PCI (Maoísta), o objetivo dos naxalitas era a criação de zonas de guerrilha (áreas fluidas que contavam com a presença dos guerrilheiros) e, em seguida, o estabelecimento de bases de guerrilha (áreas bem demarcadas e guarnecidas, muito difíceis de serem penetradas – muito disso em decorrência de minas terrestres e dispositivos explosivos improvisados [*improvised explosive devices*, ou *IEDs*]) a fim de fortalecer o exército guerrilheiro, intensificar a guerra popular e, em última instância, ter a capacidade de criar um exército regular (Mukherji, 2010; Lovell, 2019). Dessa forma, foi prioridade criar um complexo sistema militar como forma de garantir o domínio na região. Segundo Ganapathy, “é importante evitar ficar preso no legalismo e no economicismo e esquecer que as massas têm de estar preparadas para a tomada do poder” (Mukherji, 2010, p. 18, tradução nossa).

Exemplo dessa militarização ocorreu durante as eleições em 2008. A fim de garantir a segurança do processo eleitoral na região, foram destacados mais de 50 mil soldados e policiais do governo. Ainda assim, os naxalitas divulgaram nota listando um diversos incidentes ocorridos no período – como a invasão de vilas pela polícia a fim de prender suspeitos de serem naxalitas (Ranzan, 2015).

Esse domínio naxalita sobre Dandakaranya é fruto da nova organização do movimento, que, com a fundação do Partido Comunista da Índia (Maoísta), tornou suas operações muito mais eficazes com a unificação de suas estratégias revolucionárias – que serão tema da seção a seguir.

4.3 Organização e estratégias revolucionárias

Desde o início do movimento camponês na Índia, passando pelo surgimento e organização do Movimento Naxalita até a unificação alcançada com a fundação do PCI (Maoísta), o naxalismo sofreu uma miríade de mudanças, seja em seus princípios ideológicos ou em suas estratégias e táticas de ação revolucionária. De modo geral, Majumdar pregava que deveriam existir alguns aspectos mínimos que deveriam balizar a ação dos diferentes grupos naxalitas.

Primeiro, aceitar Mao Tsé-tung como líder da revolução mundial e seus pensamentos como a forma maior do Marxismo-Leninismo de nossa era. Segundo, acreditar que a situação revolucionária encontra-se em cada canto da Índia. Terceiro, acreditar na tomada de territórios como caminho para a revolução indiana. Quarto, acreditar na guerra de guerrilhas como única maneira de desenvolver e avançar a revolução (Banerjee, 2008, p. 89 *apud* Ranzan, 2015, p. 130).

Ainda assim, em razão da falta de organização e institucionalização, não havia consenso entre os diversos grupos sobre qual caminho revolucionário seguir, principalmente no que se referia à participação ou não nas eleições ou em organizações de massa e quais os meios ideais de aniquilamento do inimigo de classe. Com isso, cada célula do movimento agia de maneira autônoma. Como havia sido advertido por Lênin, um movimento revolucionário disperso é completamente ineficaz e se desviar da centralidade do Partido “equivale a desarmar por completo o proletariado em proveito da burguesia” (Lênine, 2003, p. 15). E, conforme já discutido, essas divergências e a dispersão do movimento foram justamente a principal causa do fracasso do naxalismo em tempos pregressos.

Destarte, para a compreensão da guerra revolucionária empreendida pelos naxalitas nos últimos anos, é imprescindível que analisemos a organização e estruturação do Partido,

sobretudo no que diz respeito às suas estratégias para a tomada do poder com base nas ideias desenvolvidas por Mao Tsé-tung. Vale ressaltar que esta seção se dedica a uma análise exclusivamente acerca da atuação do PCI (Maoísta), haja vista que foi a partir de sua fundação que o movimento deixou para trás sua fragmentação e alcançou uma estruturação formal e unificada, com a publicação de diversos documentos oficiais definindo claramente sua ideologia e suas estratégias.

4.3.1 Organização e ideologia do Partido

Desde o início do movimento, os maoístas almejavam a formação de uma única organização que unisse todas forças revolucionárias da Índia. Décadas após a morte do principal ideólogo naxalita, essa ambição foi alcançada com a fundação do PCI (Maoísta). Os maoístas passaram a contar com uma hierarquia partidária, com Comitê Central – para o qual são realizadas eleições –, *Regional Bureaus*, Comitês Estaduais, Distritais e por zonas, Comitês de Área de Esquadrão (*Squad Area Committees*), e contam com a realização de Congressos periódicos (Communist [...], [2023]).

Em entrevista publicada nos boletins de informação dos maoístas, Azad, porta-voz do Partido, afirmou que existiam nove departamentos dentro da organização: “agricultura, educação e cultura, saúde e bem-estar social, defesa, assuntos econômicos, justiça, florestas e relações públicas” e o então recém criado departamento de comércio e indústrias (CPI (Maoist), 2009b, p. 13, tradução nossa).

No momento de sua fundação, cinco documentos foram publicados pelo Comitê Central do Partido: 1) *Hold High the Bright Red Banner of Marxism-Leninism-Maoism*; 2) *Political Resolution on the International and Domestic Situation*; 3) *Party Programme*; 4) *Party Constitution*; e, por fim, 5) *Strategy & Tactics of the Indian Revolution* (Communist [...], [2023]).⁶⁷ A elaboração destes documentos procurava não somente articular o programa do Partido e seus objetivos para o futuro, mas reafirmar seu compromisso ideológico com o maoísmo e orientar seus membros sobre as estratégias e táticas a serem seguidas na condução de uma guerra popular (Chakrabarty, Kujur, 2010).

No primeiro documento, argumenta-se que Mao Tsé-tung elevou o marxismo-leninismo a um novo nível em termos filosóficos, militares e político-econômicos, sendo o maoísmo, portanto, o estágio mais avançado dentro das ideias marxistas. Já no

⁶⁷ Todos os documentos estão disponíveis na seção “*Founding Documents*” em: http://www.bannedthought.net/India/CPI-Maoist-Docs/index.htm#9th_Congress

Political Resolution é feita uma análise segundo a qual, a nível internacional, o mundo está passando por uma grande desordem e instabilidade, enquanto no nível nacional, a Índia passa por uma ofensiva imperialista (Communist [...], [2023]).

Já no *Party Programme* (CPI (Maoist), 2004a) se encontram informações sobre as metas, estratégias e ideologia do Partido, ressaltando que a Índia se tornou subserviente ao imperialismo, e a luta revolucionária é necessária para a abolição do sistema feudal e para a libertação dos povos oprimidos. O *Party Constitution* (CPI (Maoist), 2004b), por sua vez, sintetiza todas as principais informações do Partido, como o seu programa geral, objetivos, direitos e deveres de seus membros, estrutura e princípios organizacionais do partido, sua disciplina, os congressos a serem realizados, deveres e direitos do Comitê Central, debates internos, as funções do Partido dentro do exército popular etc.

Por fim, o *Strategy & Tactics of the Indian Revolution* (CPI (Maoist), 2004c) – analisado mais detalhadamente a seguir – faz uma análise das condições sociais, políticas e econômicas da Índia, destacando a opressão de classes, o sistema feudal e a exploração capitalista, e traça as estratégias da guerra revolucionária a ser empreendida na Índia, a saber: mobilização de massas e criação das bases revolucionárias com o foco nas áreas rurais do país, a luta armada através da tática de guerrilha e o desenvolvimento da Guerra Popular Prolongada.

Em termos ideológicos, como ficou claro, as ideias de Mao Tsé-tung são o que guia as ações do Partido. Rejeitando qualquer envolvimento nas eleições da falsa democracia indiana, o PCI (Maoísta) busca seu objetivo de tomar o poder através da luta armada. Dentro dessa perspectiva, a estratégia utilizada é a Guerra Popular Prolongada de Mao, com seus três estágios de desenvolvimento, a primazia do campesinato nas ações militares e o apoio popular como centro de gravidade da revolução (Gupta, 2006). Nas palavras dos próprios naxalitas

[o maoísmo] não confia na própria democracia parlamentar. Derrubar a estrutura existente da democracia parlamentar é um dos seus objetivos finais. Porque sem destruir este pilar do governo não é possível eliminar o sistema capitalista no qual a exploração e a opressão são partes inerentes. Esta ideologia acredita que a resistência local assumirá gradualmente uma forma massiva e transformar-se-á num movimento popular tão generalizado que até o Exército se recusará a suprimi-la e, em última análise, estabelecerá um sistema comunista de partido único (CPI (Maoist), 2009b, p. 48, tradução nossa).

E para levar a cabo a Nova Revolução Democrática, busca-se confiscar os bens do capital financeiro e industrial, confiscar os excedentes de terra dos grandes proprietários e distribuí-las para os camponeses pobres e sem terra, amortizar as dívidas de empréstimos estrangeiros, erradicar completamente o imperialismo das esferas econômica, política e

cultural do país. Além disso, a Índia deverá se tornar um país completamente secular, de modo que a religião não deverá intervir em assuntos públicos (CPI (Maoist), 2004a, 2010b, p. 68-69).

Tendo em vista seus objetivos, a execução do trabalho de doutrinação do povo é essencial na luta revolucionária, uma vez que desperta a consciência social da população acerca da exploração sofrida e da necessidade de mobilização contra o Estado para a conquista de maiores direitos. O trabalho político é ainda uma maneira de lutar contra revisionistas e impedir que o governo ganhe legitimidade em meio aos *adivasis* (Ranzan, 2015).

4.3.1.1 O Janathana Sarkar

Pensando na derrubada do Estado e sua substituição por uma outra ordem política, foram projetados instrumentos administrativos para tornar isso viável. Entre eles, foi criado o *Janathana Sarkar*, ou governo popular, o primeiro estágio na busca de uma forma de governo alternativa para a Índia (Chakrabarty, Kujur, 2010). Esses governos buscaram alterar radicalmente as relações socioeconômicas e de poder existentes, abrindo espaços para as comunidades excluídas – ou seja, *dalits* e *adivasis* – terem um papel ativo na governança local (Kunnath, 2021). Para os naxalitas, estes seriam “os verdadeiros meios democráticos do povo, pois a população assume seu destino de forma autônoma, sem precisar de partidos ou políticos” (Ranzan, 2015, p. 135).

Os naxalitas começaram a estabelecer comitês revolucionários em muitas vilas desde o início do movimento. Segundo Majumdar, esse seria o primeiro estágio do governo revolucionário – posicionamento que seria reforçado anos depois por Ganapathy. Esses pequenos comitês funcionavam como governos alternativos, no qual a população local tinha um papel ativo sobretudo na luta contra os proprietários de terra e o Estado (Kunnath, 2021). Porém, foi somente com a fundação do PCI (Maoísta), em 2004, que os comitês revolucionários ganharam maior dimensão no naxalismo, sendo formalizado os *janathana sarkar* através de documentos oficiais do Partido.

De acordo com o *Policy and Programme of Janathana Sarkar* (CPI-ML (People’s War), 2004)⁶⁸, um governo do povo poderá ser formado em áreas com uma população de 500 a 3.000 pessoas. Cada comitê será composto por sete a onze membros, junto com o presidente

⁶⁸ O documento foi originalmente escrito pelo Partido Comunista da Índia (Marxista-Leninista) *People’s War*, em 2004, mas foi incorporado pelo PCI (Maoísta).

e o vice-presidente, eleitos pelos moradores por um período de três anos, e os representantes poderão ser destituídos pelo povo caso não estejam verdadeiramente comprometidos com a causa. Reuniões devem ser realizadas mensalmente para discutir as ações e o funcionamento do governo, de modo que poderão ser feitas alterações às políticas e tarefas do *janathana sarkar* através das assembleias populares, desde que seja atingida uma maioria de três quartos nas votações. Cada governo será composto por oito departamentos: 1) Finanças, 2) Defesa, 3) Agricultura, 4) Judiciário, 5) Educação e Cultura, 6) Saúde, 7) Florestal, 8) Relações Públicas. Cada um deles contará com três a sete membros, todos eleitos por assembleias populares (à exceção do departamento de defesa).

A grande maioria dos representantes eleitos nos *janathana sarkars* vinham dos setores mais pobres das comunidades dalits e *adivasis*, o que, segundo Kunnath (2021), resultou no desafio às autoridades tradicionais e uma mudança nas relações de poder. Para o autor, “isto significava contestar o domínio das castas superiores” e das “classes proprietárias de terras das suas próprias comunidades” (Kunnath, 2021, p. 7, tradução nossa).

Em teoria, dentro dessas zonas controladas pelos maoístas haveria, em primeiro lugar, a implementação da reforma agrária, com a redistribuição de terras de grandes latifundiários para os camponeses, sempre da maneira mais ecológica possível. Todos iriam trabalhar em prol da própria comunidade – com a construção de escolas, hospitais e canais de irrigação, por exemplo –, com salários melhores e toda a riqueza gerada permaneceria dentro das terras indianas ao invés de ir para o exterior. Seriam garantidos os direitos sociais de todos aldeões e os trabalhadores seriam protegidos de qualquer tipo de opressão por parte dos latifundiários e agentes públicos corruptos (Ranzan, 2015).

Além disso, são realizados programas de educação para as crianças, com escolas móveis e organizações específicas para tratar de questões da infância e juventude. O direito das mulheres se tornou também uma das prioridades do *janathana sarkar*, de modo que são realizadas campanhas contra a discriminação, desigualdade de funções e contra o patriarcado, e quaisquer tipos de abusos são severamente rechaçados (Kunnath, 2021). “Com essas atitudes, os naxalistas [sic] pretendem mostrar que nem tudo é violência na sua administração, em contraponto ao que a mídia expõe constantemente” (Ranzan, 2015, p. 135).

Em depoimento, o poeta naxalita Varvara Rao criticou as atuações do governo em relação à comunidade *adivasi*, ao passo que exaltou o trabalho feito pelos maoístas em prol do seu bem-estar. Para ele,

[...] as políticas do governo não conseguiram resolver os problemas enfrentados pelos setores oprimidos da sociedade. Em comparação, os

Naxalitas/Maoistas estabeleceram um modelo alternativo de desenvolvimento pró-popular. Na região de Dandakaranya, os naxalitas distribuíram milhares de hectares de terra aos camponeses sem terra, criaram formas alternativas de agricultura e irrigação, cuidados de saúde e educação. Os naxalitas estão a lutar junto com as massas e para as massas, ao contrário de Chidambaram [Ministro de Assuntos Internos] e outros que estão sentados em torres de marfim e enviando forças paramilitares para as áreas *adivasi* (CPI (Maoist, 2010b, p. 62, tradução nossa).

Dentro dos *janathana sarkars*, os naxalitas se comprometeram a levar justiça ao povo, resolvendo todo tipo de disputas e julgando criminosos através do seu departamento judicial. Nas cortes populares, conhecidas como *jan adalat*, a própria população é responsável por julgar e sentenciar criminosos. Com isso, espera-se que os fóruns sejam orientados para os interesses do povo, realizando julgamentos com base nas tradições locais (Chakrabarty, Kujur, 2010). Esta seria uma maneira também de aproximar os militantes do povo, uma vez que prioriza sempre o que concerne a população pobre. Segundo os membros do Partido, apenas os *jan adalat* podem realmente levar justiça aos *adivasis*, haja vista que, diferentemente do sistema judiciário da Índia, os tribunais do povo não são corruptos e realmente ouvem as demandas da população humilde (Ranzan, 2015). Nesse sentido, “fazer justiça se tornou uma forma de luta de classes, ajudando a transferência de poder para os marginalizados” (Kunnath, 2021, p. 8, tradução nossa).

Desde as formas mais primitivas dos *jan adalats*, a população demonstrou uma preferência por resolver litígios e crimes nos júris populares naxalitas do que no sistema judicial indiano, tanto em razão da preferência dada aos interesses das classes superiores quanto pela demora e taxas exorbitantes cobradas (Chakrabarty, Kujur, 2010; Kunnath, 2021). Harivansh (2008) sintetiza acuradamente a questão dos júris populares:

O sistema judicial nas áreas rurais existe apenas nominalmente. Todas as alas do governo – prisões, polícia, justiça, Ministério Público – tornaram-se ineficazes e as agências responsáveis pela aplicação da lei tornaram-se fracas, corruptas e insensíveis. A necessidade de reformas judiciais é evidente. Não é de admirar que os *jan adalats* dos naxalitas tenham tido um apoio tão tremendo por parte do povo, embora o motivo tenha um lado obscuro e um lado positivo: o medo dos naxalitas e a expectativa de justiça instantânea. Uma pequena disputa de terras poderia manter um litigante indo e voltando dos tribunais por duas décadas. Num *Jan Adalat*, o caso seria resolvido num instante (Harivansh, 2008, p. 23 tradução nossa).

De acordo com o documento fundador do *janathana sarkar*, apenas os crimes contra-revolucionários serão punidos de morte. À exceção desses, a corte “enviará aqueles que acusado de homicídios, tentativas de homicídio, atrocidades contra mulheres, informação à polícia exploradora e outras coisas semelhantes para os campos de trabalho” (CPI-ML

(People's War), 2004, tradução nossa), nos quais, além dos trabalhos forçados, o condenado será submetido novamente à doutrinação polícia a fim de ser reformado.

Porém, tanto o *janathana sarkar* quanto os *jan adalat* funcionam como uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo em que leva um senso de justiça para locais onde o Estado não atua, elas também criam na população um grande medo dos naxalitas. As próprias lideranças do movimento admitem que o uso da violência nesses tribunais serve para acabar com possíveis traidores e redes de informantes da polícia (Ranzan, 2015).⁶⁹

4.3.1.2 Armas e financiamento

Ademais, para manter toda essa estrutura funcionando e dar continuidade a todas as suas operações, é necessário que haja uma grande organização tanto para a aquisição de armas e suprimentos, como para o financiamento do Partido. Em 2010, estimava-se que o arsenal naxalita contaria com cerca de 20 mil armas – sobretudo fuzis de fabricação indiana, metralhadoras leves, carabinas, AK-47 e variantes, espingardas de vários calibres e, com menos frequências, rifles de precisão israelenses⁷⁰ (Blumenfeld, 2010b; West, 2010c).

Esses armamentos seriam adquiridos através de quatro fontes principais: 1) das próprias forças de segurança indianas, seja através de ataques naxalitas a postos de avançados ou arsenais da polícia, seja subornando ou coagindo agentes de segurança a darem ou venderem suas armas, coletes a prova de balas e outros equipamentos táticos⁷¹; 2) roubo de empresas que operam em áreas controladas por naxalitas, incluindo empresas e fertilizantes e

⁶⁹ Existem inúmeras controvérsias a respeito das práticas empreendidas pelos naxalitas e a maneira como elas afetariam a população tribal. Apesar de os revolucionários afirmarem que todos os seus projetos de desenvolvimento apenas levam justiça e bem-estar para a população, inúmeros registros comprovam que, na verdade, existe uma grande violência por trás de todos os seus atos. Esse assunto será tratado com mais detalhes no capítulo 4.4 A violência naxalita.

⁷⁰ Os naxalitas possuem, portanto, uma grande variedade de armas em seu arsenal. Se por um lado isso mostra uma certa desenvoltura dos guerrilheiros em se adaptarem ao manuseio de diferentes tipos de armas - sem contar um refinado treinamento para isso -, por outro, esta se constitui uma considerável desvantagem tática. Como apontado por West (2010c, tradução nossa), “peças e munições não são intercambiáveis, o que é uma limitação tática importante. Se um rifle quebrar, suas peças não poderão ser facilmente substituídas. Se um militante ficar sem munição, ele não poderá recorrer ao vizinho para mais munições. As armas padronizadas são uma vantagem fundamental para as milícias organizadas (os Talibã, por exemplo, utilizam praticamente todos uma variante da AK-47), uma vantagem que parece faltar aos naxalitas. A falta de uniformidade de armas entre os grupos naxalitas indica que eles não têm um benfeitor que lhes tenha concedido um arsenal confiável e padronizado e tiveram que construir o seu próprio arsenal a partir do zero”.

⁷¹ Quatro policiais foram presos, em maio de 2010, por contrabandear uma grande quantidade de armas e munição de dentro de complexos policiais em o que se pensava ser um trabalho conjunto aos naxalitas (Blumenfeld, 2010b; Four Policemen [...]).

mineradoras que possuem estoques de explosivos;⁷² 3) produção de armas e explosivos em fábricas controladas pelos próprios naxalitas; 4) compra de armas, munição e explosivos no mercado negro internacional, sobretudo de outros grupos insurgentes (West, 2010c).

Dessas quatro fontes de armamentos, a principal é o saque às forças de segurança indianas. Em um único ataque, realizado em Orissa em 2008, por exemplo, os maoístas conseguiram levar mais de mil armas, entre elas rifles AK-47, pistolas e uma enorme quantidade de munição (Chhikara, 2012). No entanto, as que mais chamam atenção são as duas últimas, isto é, a fabricação própria de armas e a compra no mercado internacional, já que ambas evidenciam uma complexa rede de conexões e exigem um alto grau de organização dos naxalitas em suas operações.

Em relação à sua produção própria, pequenas fábricas foram montadas em locais escondidos e de difícil acesso em estados dominados pelos maoístas, como Chhattisgarh e Jharkhand, para a produção não apenas de armas, como também de pequenas bombas e morteiros. Segundo Blumenfeld,

nos últimos dois anos [entre 2008 e 2010], várias fábricas foram descobertas em Bihar e foram confiscadas armas que seriam redistribuídas para Jharkhand. Em julho, a prisão de um membro do parlamento do partido do Congresso Trinamool, acusado de fornecer armas e munições aos naxalitas, revelou uma fábrica instalada numa casa abandonada em Bengala Ocidental (Blumenfeld, 2010b, tradução nossa).

Já no que diz respeito ao mercado negro internacional, muitos dos armamentos são contrabandeados através do Nepal, Bangladesh e Mianmar, por exemplo – locais onde as fronteiras são porosas e mal monitoradas por autoridades indianas. Muitas dessas armas são tanto compradas diretamente de grupos criminosos estrangeiros, como, frequentemente, são canalizadas por meio de grupos separatistas do Nordeste (Blumenfeld, 2010b). Existe, portanto, uma complexa rede de conexões transnacionais

O Corredor de Siliguri, também conhecido como “pescoço de galinha” que abrange a Índia, Bangladesh e Nepal, é um ponto crítico para vários carregamentos transfronteiriços ilícitos, dos quais os naxalitas estão envolvidos no contrabando de armas, explosivos, moeda falsa e narcóticos. As armas também viajam de Bangladesh ao longo dos Sundarbans para o mercado negro de Bihar, onde armas ilegais também são produzidas internamente, especificamente no distrito de Munger, em Bihar. A fronteira indo-nepalesa é porosa e mal monitorizada e as armas e os explosivos vão nos dois sentidos, com relatos de maoístas indianos enviando armas para maoístas nepaleses, bem como o oposto, viajando de Uttar Pradesh e Uttarakhand para o oeste do Nepal e de Bihar para o Leste do Nepal

⁷² Em maio de 2010, por exemplo, os maoístas sequestraram um caminhão que carregava 16 toneladas de nitrato de amônio, substância utilizada para a fabricação de explosivos (Blumenfeld, 2010b; Maoist Loot [...], 2010).

(Blumenfeld, 2010b, tradução nossa).

No entanto, a compra de armas é consideravelmente cara. Em 2009, relatórios de despesas naxalitas apreendidos pela polícia mostravam que, ao longo de um período de seis meses, uma unidade naxalita gastou três vezes mais em armas do que em quaisquer outros recursos: foram aproximadamente US\$ 70.214,00 em armas, enquanto cerca de US\$ 20.604,00 foram gastos em outros suprimentos, como uniformes, medicamentos, despesas judiciárias, etc. (Blumenfeld, 2010b; West, 2010c). Ou seja, a aquisição externa de armas é mais limitada, uma vez que obtê-las localmente é muito mais barato e prático, já que pode ser feito por qualquer combatente (West, 2010c).

Frente a isso, deparamo-nos com outro ponto importantíssimo do movimento: seu financiamento. Para manter toda sua estrutura organizacional e suas operações funcionando, os maoístas necessitam de fundos consideráveis. Em fevereiro de 2014, o Ministro de Assuntos Internos, RPN Singh, afirmou que se estimava que o PCI (Maoísta) possuía uma renda anual de 1,4 bilhão de rúpias (algo em torno de US\$ 16,8 milhões na cotação atual) advinda de diversas fontes – o ministro não descartou nem mesmo o financiamento estrangeiro (Prakash, 2015).

É de conhecimento comum entre a literatura especializada que, para arrecadar os fundos necessários, os naxalitas recorrem a extorsões de grandes senhores de terra, funcionários do governo, empresários, companhias mineradoras e comércios localizados nas zonas controladas pelos rebeldes, e até mesmo oficiais do exército que pagam para que os naxalitas deixem suas famílias em paz (Chakrabarty, Kujur, 2010; Chhikara, 2012; Sharma, Behera, 2014). Segundo divulgado pelos próprios maoístas, as taxas dos empreiteiros e das máfias de mineração ilegal – ou “imposto revolucionário”, como dito por Gouverneur (2008) – constituem a principal fonte de renda dos maoístas. Aqueles que se recusam a pagar, tem seus bens incendiados ou são mortos.

Já houve diversos relatos de que os naxalitas receberiam dinheiro de grandes corporações, sobretudo empresas mineradoras e grandes indústrias, algo que foi corroborado por depoimentos de quadros maoístas presos em Bihar (Prakash, 2015). De acordo com documentos diplomáticos dos EUA datados de janeiro de 2010 vazados pela *WikiLeaks*, a *Essar Group*, uma empresa mineradora que possuía interesse na região de Chhattisgarh, pagava aos maoístas para proteger – ou não atacar – suas operações. Segundo o documento,

Um alto representante da Essar, uma grande empresa industrial com grandes instalações mineiras e siderúrgicas em Chhattisgarh, disse ao Congenoff [Consul General Office] que a empresa paga aos maoístas “uma quantia significativa” para não prejudicarem ou interferirem nas suas operações [...].

(Anti-Maoist [...], 2010, tradução nossa).⁷³

A *Essar*, no entanto, negou as alegações, as quais chamou de infundadas e afirmou ser desnecessário reagir a elas, uma vez que a empresa é uma cumpridora da lei (*Essar rejects [...]*, 2014). O que mais chama atenção, no entanto, é o trecho seguinte, que diz que

[...] quando os Maoístas ocasionalmente quebram este acordo e danificam propriedades da *Essar* ou ameaçam pessoal, a *Essar* coloca diferentes grupos Maoístas uns contra os outros para suprimir a situação (*Anti-Maoist [...]*, 2010, tradução nossa).

Isso demonstra que, além de debates políticos e estratégicos, questões financeiras estão no centro das cisões dos naxalitas.

Ademais, o Partido conta ainda com contribuições substanciais de seus membros e simpatizantes (provavelmente fruto de ameaças), além de estarem envolvidos em outras atividades criminosas, como sequestros, assaltos a banco – como o assalto ao banco ICICI em Jharkhand, em maio de 2007 –, venda de narcóticos, e contrabando de produtos ilegais extraídos das florestas (*A Historical [...]*, 2019; Sharma, Behera, 2014).⁷⁴

As forças de segurança do país especulam que, após a forte repressão aos cartéis de drogas internacionais ao longo da rota de tráfico Afeganistão-Paquistão, “os naxalitas aproveitaram a oportunidade para se fundir à rede de tráfico de drogas” (*A Historical [...]*, 2019, p. 8, tradução nossa). Em 2018, por exemplo, a polícia indiana encontrou uma quantidade de heroína equivalente a cerca de 8,8 milhões de euros em áreas afetadas por naxalitas. De acordo com suspeitas da polícia, os naxalitas estariam também plantando maconha nas áreas montanhosas do estado de Orissa e traficando para outras partes do país (*A Historical [...]*, 2019; Chakrabarty, Kujur, 2010; Prakash, 2015), e cultivando papoula em regiões de Jharkhand, Bihar e Chattisgarh (Singh, 2010).

Existe ainda um histórico naxalita de envolver aldeões na produção de ópio, fornecendo-lhes sementes, o dinheiro inicial para a produção e uma recompensa de cerca de 10 mil rúpias indianas (aproximadamente 130 euros) por quilo de ópio. “Em troca do cultivo de ópio, esses aldeões ganham proteção dos maoístas, que reivindicam uma grande parte dos lucros” (*A Historical [...]*, 2019, p. 8, tradução nossa). Segundo Prakash (2015), cerca de 40% da renda naxalita seria oriunda do cultivo de ópio.

⁷³ O documento completo está disponível em:

https://wikileaks.org/plusd/cables/10MUMBAI12_a.html

⁷⁴ Essas práticas são duramente criticadas por muitos especialistas. Banerjee, por exemplo, diz que “tais práticas são uma traição aos ideais defendidos pelos naxalistas ao longo de sua história, alienando possíveis aliados de uma parcela importante da sociedade civil indiana: intelectuais, pequenos empresários e organizações dos direitos humanos (*apud* Ranzan, 2015, p. 139).

Nesse sentido, lembremos de uma das principais características da guerrilha, trabalhadas anteriormente: as ações do guerrilheiro revolucionário possuem um caráter altamente político, e é justamente isso que diferencia os grupos revolucionários de grupos criminosos. Enquanto os primeiros buscam um objetivo puramente político, os últimos possuem motivações apenas econômicas, isto é, o lucro. Frente a isso, não seria totalmente errôneo inferir que, com o passar do tempo, os naxalitas se afastaram de sua ideologia revolucionária e passaram a trabalhar em prol de questões econômicas, aproximando-se, pois, do enquadramento definicional de um grupo criminoso.

4.3.1.3 O Exército Guerrilheiro de Libertação Popular

Sendo o objetivo central do PCI (Maoísta) a tomada do poder através da luta armada, uma das principais instituições do partido não poderia ser outra que não seu braço armado. O Exército Guerrilheiro de Libertação Popular (*People's Liberation Guerrilla Army*, ou PLGA) é o responsável pela realização das operações militares e por proteger as áreas dominadas pelos naxalitas. O PLGA tal como é hoje foi fundado em 2004, juntamente com o próprio PCI (Maoísta), por meio da fusão dos exércitos guerrilheiros do PWG e do MCCI – o *People's Guerrilla Army* e o *People's Liberation Guerrilla Army*, respectivamente. Embora os números oficiais nunca tenham sido divulgados, estima-se o PLGA chegou a contar com uma força total de aproximadamente 9 a 15 mil quadros armados, somando-se ainda 40 mil militantes que asseguram a logística⁷⁵ (Ahlawat, 2021; Chhikara, 2012; Gouverneur, 2008; Sharma, Behera, 2014).

Toda a estrutura organizacional do PLGA é bem definida e nela é seguido o princípio de centralização estratégica e descentralização tática desenvolvida por Mao (2013b). De acordo com os documentos naxalitas,

As forças de guerrilha foram [...] colocadas sob uma política centralizada e um comando descentralizado, a fim de coordenar as operações de guerrilha separadas com um plano adicional para destruir o inimigo através da concentração relativa das forças e desta forma o PLGA foi formado. [...] Portanto, haverá uma estratégia unificada e atividades independentes. Isto significa que o [Comitê Central] e os [Comitês Estaduais/Comitês Zonal Especial] decidem os planos gerais enquanto os comandos de nível inferior (comandos regionais/subzonais, zonais/distritos/divisionais, de área)

⁷⁵ Dentro da literatura especializada os números variam, indo de 8 até 20 mil quadros. Ademais, de acordo com Sharma e Behera (2014, p. 119), estima-se que cerca de 40% desses quadros eram mulheres; já para Kunnath (2021, p. 9) o número de mulheres na guerrilha naxalita varia entre 40 e 60%. Já segundo Chakrabarty e Kujur (2010, p. 12), haveria 10 mil guerrilheiros, 25 mil quadros compondo as milícias populares e 50 mil membros nas unidades que atuam nos vilarejos.

elaboram os planos operacionais correspondentes (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa).

Esse princípio organizacional “garante a segurança e o sigilo da organização e a segurança da liderança superior e permite que os comandantes inferiores explorem oportunidades no terreno” (Chhikara, 2012, p. 2, tradução nossa). Ou, como mencionado anteriormente, fornece “coerência estratégica no nível da decisão e flexibilidade tática operativa”, além de “articulação das frentes sem perder a autonomia e iniciativa próprias da eficácia da guerrilha” (Saint-Pierre, 1997a, p. 166, 176).

Dentro de sua organização, o PLGA é composto por três forças. A primeira delas são as Forças Principais, compostas por “pelotões, companhias centrais/estatais, equipes de ação especial que se deslocam para qualquer lugar para participar da guerra dependendo das necessidades do movimento sob as instruções das Comissões/Comandos” (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa). As Forças Principais são os destacamentos melhor equipados dentro do PLGA e com a maior capacidade de aniquilamento do inimigo, de modo que futuramente será ela a ser expandida e a fim de se transformar em exército regular (Chhikara, 2012). Ademais, “embora as Forças Principais sejam relativamente menos numerosas do que outras forças, são melhores em termos de consciência política, qualidade das armas e capacidades de combate. Portanto, é a espinha dorsal do PLGA” (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa).

A seguir, vêm as Forças Secundárias, que compreende “esquadrões de guerrilha locais, esquadrões de guerrilha especiais, pelotões e equipes de ação a nível distrital/divisional” (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa). Estes destacamentos operam apenas em áreas específicas e seus soldados podem ser selecionados para compor as Forças Principais (Chhikara, 2012).

Por fim, as Forças de Base, também denominadas Milícia Popular. Estas forças são compostas por esquadrões de autodefesa (*Gram Raksha Dal*, ou Equipe de Defesa da Aldeia e pelas *Area Raksha Dal*, ou Equipe de Defesa de Área) que atuam nos *janathana sarkars*. De acordo com os documentos naxalitas, a milícia popular é o que forma a base da estrutura do PLGA e, por isso, ela é extensa numericamente. Além disso,

Sem a milícia popular não é possível o desenvolvimento do PLGA, pois é a principal fonte de recrutamento para as outras duas forças. Devem ser feitos esforços para armar a milícia e transmitir treinamento político-militar para que se torne uma força de combate militante e assedie continuamente as forças inimigas, sem trégua (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa).

As tarefas do PLGA, no entanto, não se limitam apenas às ações militares. Seu trabalho em meio ao povo, tanto no que diz respeito a dar assistência à população como em estabelecer e administrar os *janathana sarkars*, é essencial para as ações revolucionárias

(Chhikara, 2012). De acordo com os naxalitas,

Camarada Mao também destacou: “o exército popular é um órgão armado para realizar tarefas políticas”. Além de lutar para destruir o inimigo, preservando ao mesmo tempo a sua própria força, deveria assumir as tarefas políticas de fazer propaganda entre as massas, mobilizar as massas, organizá-las e armá-las e ajudá-las a estabelecer o poder político revolucionário; estabelecer e desenvolver as organizações partidárias; e participando da produção. Camarada Mao disse que sem estes objetivos a luta perde o seu significado e o exército vermelho perde o significado da sua existência (CPI (Maoist), 2004, tradução nossa).⁷⁶

Sendo o responsável pelas operações militares dos naxalitas, o PLGA tem como principal objetivo conquistar territórios indianos e os transformar em áreas base sob o controle do Partido. Para o enfrentamento do governo, todos os quadros são formados em disciplinas teóricas e práticas. Esse ponto é de suma importância para o movimento pois, segundo Ranzan (2015, p. 145), “no início do movimento, uma de suas falhas mais significativas foi o despreparo militar dos membros do Partido”.

Como toda guerrilha, podemos verificar as características específicas em sua organização e meios de agir que permitem distinguir esse tipo de combatente – tal como visto no capítulo anterior –, a saber: o compromisso político, a irregularidade, a mobilidade tática e o caráter telúrico (Schmitt, 2008). Como será examinado mais detalhadamente adiante, a guerrilha naxalita, em razão da sua disparidade de forças, evita confrontos diretos com as forças de segurança, utilizando, pois, a tática de golpear e fugir, possibilitada por sua grande mobilidade, suas características irregulares (falta de uniforme e armas pequenas que podem ser facilmente escondidas) e o conhecimento geográfico do terreno em que operam (majoritariamente áreas de floresta). Tudo isso pode ser sintetizado no seguinte trecho, que se encontra em destaque nos documentos naxalitas:

Devemos mobilizar o povo para apoiar entusiasticamente as nossas forças armadas e combater o inimigo juntamente com elas. O povo é os olhos e os ouvidos do exército; eles alimentam e mantêm nossos soldados. São eles que ajudam o exército na sabotagem e na batalha. As pessoas são a água e nosso exército os peixes (CPI (Maoist), 2004, tradução nossa).

⁷⁶ Chamamos atenção aqui para o fato de que os naxalitas praticamente copiam muitos dos escritos de Mao Tsé-tung em seus documentos. Neste trecho em específico, chamamos a atenção para a similaridade com o seguinte dizer de Mao: “[...] o Exército Vermelho não deve de maneira alguma limitar-se apenas a combater; além de combater para destruir o poderio militar do inimigo, ele deve ainda assumir tarefas tão importantes como a de fazer propaganda no seio das massas, organizar as massas, armar as massas, ajudar as massas a instaurar o poder político revolucionário, e inclusive criar organizações do Partido Comunista. [...]. Sem esses objetivos, o combate perde o seu sentido e o Exército Vermelho deixa de ter razão de existir” (Mao, 2002, p. 77-78).

4.3.2 Estratégias e táticas revolucionárias

Logo com a criação do PCI (Maoísta), foi publicado o documento *Strategy & Tactics of the Indian Revolution*, que define as diretrizes políticas e estratégicas a serem seguidas para levar a cabo a Nova Revolução Democrática, cujo objetivo é derrubar “o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático apenas através da Guerra Popular Prolongada” (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa).

Partindo do princípio maoísta que a guerra revolucionária deve se adequar ao contexto e as características do local onde ela será desenvolvida, a estratégia política e militar naxalita é formulada com base nas características específicas da guerra revolucionária na Índia, particularmente nos seguintes fatores: 1) o caráter de classe da sociedade indiana; 2) o caráter do Estado indiano; e 3) uma análise aprofundada das desigualdades econômicas, políticas, desenvolvimentos sociais e culturais no país (CPI (Maoist), 2004c). Busca-se, portanto, explorar as desigualdades existentes no país, como a má distribuição de renda, pobreza e privações de todos os tipos a fim de mobilizar as populações social e economicamente marginalizadas (A Historical [...], 2019).

Na frente política, a força motriz revolucionária naxalita são o proletariado e o campesinato, sobretudo os camponeses pobres e sem terra. Além disso, a pequena burguesia urbana pode ser considerada um aliado confiável, enquanto a burguesia nacional só é confiável em certos períodos e até certo ponto. Frente a isso, a estratégia política naxalita consiste em unir estas classes, sob a liderança do proletariado, “para derrubar as três pesadas montanhas [o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático] que pesam sobre as costas do povo indiano e mantêm o país num estado semicolonial e semifeudal” (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa).

Já na frente militar, a estratégia a ser seguida é a Guerra Popular Prolongada (GPP), enunciada por Mao Tsé-tung.⁷⁷ Através dela, busca-se destruir toda a maquinaria do Estado, isto é, o exército, a polícia e toda a burocracia das classes dominantes, e, dessa forma, criar áreas-base “primeiro no campo, onde o inimigo é relativamente fraco, e depois gradualmente cercar e capturar as cidades que são os bastiões do forças inimigas” (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa).⁷⁸

⁷⁷ Segundo os naxalitas, a escolha do modelo revolucionário chinês é justificado porque este “também é aplicável na Índia semicolonial e semifeudal devido às semelhanças básicas nas condições entre a Índia e a China pré-revolucionária” (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa).

⁷⁸ Em entrevista, Ganapathy corrobora esse ponto, afirmando que “nosso objetivo é controlar o campo, onde o Estado é fraco, e depois gradualmente estender esse poder popular até as cidades. É uma

Como discutido anteriormente, a GPP é uma estratégia adotada em um cenário de grande desproporção de forças e cujo principal objetivo é protelar o combate decisivo a fim de, no curso do tempo, aumentar suas próprias forças através do apoio popular enquanto desgasta as tropas inimigas tanto pelos constantes ataques das forças revolucionárias quanto pelas intempéries climáticas e geográficas. Este cenário de disparidade de forças é de consciência dos naxalitas, que, em suas estratégia, leva em consideração que

o inimigo é grande e poderoso, com uma máquina estatal centralizada e um exército moderno bem equipado e bem treinado, forças paramilitares e outras forças – [esta característica] torna imperativo que o Partido do proletariado tome extrema cautela desde o início na condução da guerra revolucionária. Este fator sublinha a necessidade de travar a nossa guerra revolucionária a partir dos elos mais fracos do domínio inimigo – as vastas extensões do interior atrasado da Índia. Também nos adverte contra o envolvimento em batalhas estrategicamente decisivas com as forças armadas do inimigo durante um longo período de tempo, e para usarmos as táticas da guerra de guerrilha e preservação das nossas forças enquanto destruimos as forças do inimigo pouco a pouco através de métodos de guerra de guerrilha, para acumular força estendendo e aprofundando a luta armada em áreas cada vez mais amplas e aproveitando da melhor forma o terreno favorável nas regiões estratégicas do campo (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa).

Frente a isso, a GPP será dividida em três estágios de desenvolvimento: a defensiva estratégica; o equilíbrio estratégico; e a contraofensiva estratégica – tal como formulado por Mao (2013b). Durante a defensiva estratégica, as tropas revolucionárias ainda são fracas em comparação às forças estatais, portanto a guerra será desenvolvida através da tática de guerrilha. Segundo os próprios naxalitas, esse é o momento da guerra popular, em que o PLGA, com poucos recursos, não poderá entrar em confronto direto com o Estado e dependerá das ações do povo e de seu espírito revolucionário. Essa maneira de operar, somando-se ao apoio popular, permite aos naxalitas “coletar informações por meio de métodos simples, como reconhecimento, espionagem e suborno de policiais corruptos, a fim de realizar emboscadas eficazes contra as forças de segurança indianas” (A Historical [...], 2019, p. 6, tradução nossa).

Em suma, justamente por não possuir a capacidade militar para entrar em confronto direto com o exército indiano, os naxalitas operam em unidades pequenas e descentralizadas, reunindo informações sobre as linhas inimigas antes de preparar emboscadas, além de se aproveitar do terreno em que se desenvolve o teatro de operações, isto é, áreas de florestas densas e montanhosas. Dessa forma, eles mantêm uma grande mobilidade, atacando apenas nos momentos em que a situação se mostra favorável e a vitória é dada como certa, a fim de

estratégia de longo prazo. Mas a globalização e suas consequências, a pauperização e as desigualdades, aceleram esse processo” (Gouverneur, 2008).

evitar perdas que poderiam ser catastróficas para o movimento e consolidar os ganhos territoriais e/ou políticos. Nas palavras dos naxalitas, apropriando-se dos ensinamentos de Mao Tsé-tung,

Não recorrer à luta quando o inimigo está forte, mas realizar ataques quando o inimigo está fraco; dispersar as forças de guerrilha num momento e concentrar as forças em outro momento; recuando às vezes e destruindo o inimigo outras vezes; estar sempre preparado para enfrentar o inimigo em qualquer lugar – tais são os métodos da guerra de guerrilha (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa).

No entanto, como é sabido na estratégia revolucionária, os naxalitas têm plena consciência que apenas a guerrilha não pode tomar o poder do Estado. Assim, por meio dos trabalhos políticos, o exército guerrilheiro busca se unir o máximo possível ao povo, conquistando legitimidade e apoio e, conseqüentemente, aumentando suas forças a fim de intensificar a luta armada. Com a ampliação do poderio militar do PLGA, transformando-o em PLA (*People's Liberation Army*), isto é, transformar o exército guerrilheiro em um exército regular (Chhikara, 2012; CPI (Maoist), 2004c; Ranzan, 2015).

Feito isso, é possível avançar para a segunda fase da Guerra Popular Prolongada, o equilíbrio estratégico. Aqui, com as forças militares ampliadas, passa-se a empreender uma guerra móvel (ou guerra de movimento). Esta guerra é desenvolvida por um exército regular, mas mantém sua grande mobilidade, mudando frequentemente suas posições. Desse modo, o exército “terá a mobilidade de atacar o inimigo nos seus pontos relativamente vulneráveis e de se retirar rapidamente e o potencial para mudar de tática quando as condições mudarem” (CPI (Maoist), 2004c, tradução nossa). Assim, embora mantenha a característica guerrilheira de intensa mobilidade, o exército revolucionário terá as características de forças regulares, sendo capaz de entrar em conflitos de maior escala e aniquilar as forças inimigas.

Por fim, quando as tropas revolucionárias estiverem no ápice de sua força e as o exército inimigo estiver fragilizado, entra-se na última fase da GPP, a contraofensiva estratégica. Nesta fase deverá ser empreendida a guerra de posições, na qual o exército revolucionário irá se tornar mais concentrado, buscando a conquista de territórios e, finalmente, a tomada de poder (CPI (Maoist), 2004c; Mao, 2013b).

Não obstante estas três fases estejam previstas na estratégia dos naxalitas, ao longo de sua história, eles conseguiram empreender sua luta armada apenas até o primeiro estágio. Mesmo assim, Ganapathy exalta os feitos do Partido ao afirmar que, embora o tenham sofrido “graves perdas de liderança”, também foram “capazes de infligir graves perdas ao inimigo. Na verdade, nos últimos três anos, as forças inimigas sofreram mais baixas do que nós” (CPI

(Maoist), 2009a, p. 33, tradução nossa).⁷⁹

Mediante a análise das estratégias definidas pelo Partido, vê-se que os naxalitas seguem a tradicional cartilha da guerrilha revolucionária vista no primeiro capítulo. Parafraseando a proposição de Saint-Pierre (2000): a posição de subalternidade das populações tribais é a sua grande *motivação*. Seu *objetivo* é a derrubada do Estado indiano em favor de um regime comunista, com o *fim* de levar justiça às comunidades tribais e à população oprimida. E o *meio* para atingir tais ambições é a luta armada, seguindo o princípio de Mao Tsé-tung de Guerra Popular Prolongada, tendo o campesinato como principal força motriz da revolução. Assim,

Opondo-se a famosa resistência pacífica e não agressão defendida por Gandhi, métodos totalmente desacreditados pelos naxalitas, *os revoltosos procuram quebrar a ideia do monopólio da violência pelo Estado, mostrando para os povos subalternos que sua resistência deve ser proporcional ao seu sofrimento* (Ranzan, 2015, p. 156, grifos nossos).

4.4 A violência naxalita

A violência provocada pelos conflitos envolvendo a guerrilha naxalita é causa de preocupação para o governo indiano desde os primórdios do movimento, ainda em Naxalbari. Estima-se que entre 1980 e 2015 tenha havido mais de 20 mil mortes decorrentes do levante, dentre esses, 3.105 agentes de segurança, 4.761 naxalitas e impressionantes 12.146 civis – isto é, 60% das mortes decorrente do naxalismo é de população civil (A Historical [...], 2019). Não por menos, em 2006, o então Primeiro-Ministro Manmohan Singh declarou que “não seria exagero dizer que o problema do naxalismo é o maior desafio de segurança interna alguma vez enfrentado pelo nosso país” (Singh, 2006, tradução nossa).

O que chama atenção nesta fala é que, “em um contexto em que a Índia ainda lutava contra os movimentos separatistas sikhs e a insurgência da Caxemira, rotular o naxalismo como a maior ameaça mostrou a seriedade com que as autoridades entendiam a ameaça” (A Historical [...], 2019, p. 5, tradução nossa). Para o general Shankar Roychowdhury, as razões para isso são óbvias.

Caxemira, Nagaland, Manipur e, na verdade, todo o Nordeste estão todos localizados nas periferias externas do país, e os acontecimentos ali têm apenas um impacto limitado no coração [*heartland*] da nação. Mas o extremismo Maoísta está ativo nas profundezas geográficas e geopolíticas do

⁷⁹ Ao analisar o número de mortes de agentes de segurança e de naxalitas deste período (2007, 2008 e 2009), vê-se que não existem diferenças consideráveis. Enquanto 768 agentes de segurança perderam suas vidas nos confrontos, 737 naxalitas foram mortos (ver Gráfico 1), evidenciando um equilíbrio nas baixas do conflito.

coração [heartland] do país, e pode impactar e perturbar de forma mais direta e imediata a infraestrutura política, econômica, de transportes, comunicações e segurança do país (Roychowdhury, 2009, tradução nossa).

Para justificar sua violência os naxalitas dizem que este seria o único meio para “quebrar os pilares institucionais do sistema” (Ranzan, 2015, p. 137) e solucionar os problemas da falsa democracia indiana. Ainda, segundo eles,

Se a violência por si só for tomada como critério para determinar se uma organização é um partido político ou não, então não restará um único partido na cena política do país. Por exemplo, mesmo no auge da guerra revolucionária em Andhra Pradesh, estudos mostraram que, num determinado período, a violência entre os dois partidos da classe dominante, o Congresso e o TDP [*Telugu Desam Party*], só na região de Rayalaseema, custou muito mais vidas do que as vítimas em todo o estado nas mãos dos naxalitas. [...] Então, com que lógica estes chamados analistas argumentam que algumas punições por parte dos Maoistas o desqualificam como partido político? (CPI (Maoist), 2009b, p. 12, tradução nossa).

Algo que também ajuda a compreender a ampla utilização da violência pelos naxalitas é justamente a adoção do maoísmo como ideologia partidária. É preciso lembrar que Mao defendia o princípio da onipotência da guerra, isto é, que política e guerra são intrínsecos. Segundo Azad, porta-voz naxalita, “[...] o maoísmo nos ensina que a autopreservação somente é possível através da guerra. Você não pode se defender contra um inimigo poderoso e extremamente cruel se submetendo a ele humildemente” (CPI (Maoist), 2009b, p. 7, tradução nossa).

As ideias de autodefesa e contra-violência estão presentes com alta frequência nos documentos publicados pelo Partido. Para os maoístas é necessário que haja uma reação contra a violência física e sistêmica perpetrada pelo Estado. Ou seja, todos os abusos sofridos pela população tribal – prisões arbitrárias, execuções extrajudiciais, deslocamentos forçados etc. – e a miséria em que vivem se tornaram combustível para a escalada da violência por parte dos naxalitas e a militarização cada vez maior do Partido. Toda forma de violência seria, portanto, uma forma de libertação do povo oprimido, acabando com qualquer resquício de autoritarismo e opressão por parte do inimigo de classe (Ranzan, 2015).

Para Ganapathy, não se pode comparar a violência perpetrada pelos naxalitas com a praticada pelo governo e pelas elites. Segundo ele, os atos praticados pelo Partido não são nada além de uma reação do oprimido “e deve ser vista como um ato de libertação e autodefesa” (Ranzan, 2015, p. 157), o único meio de realmente garantir a transformação do cenário político e social da Índia. Azad, por sua vez, afirma que

[...] a violência é endêmica nesse sistema brutal. Não se pode avaliar a necessidade da violência revolucionária a menos que se compreenda a

natureza fascista do Estado, a crueldade das forças estatais, as torturas e os *fake encounters*, as proibições de reuniões pacíficas e as violações estatais dos direitos democráticos do povo. A natureza fascista do Estado é exposta quando confrontada por movimentos populares poderosos, como testemunhamos em todas as áreas de atividade do movimento Maoísta. Na verdade, a violência maoísta serve apenas para pôr fim a toda a violência neste sistema podre e para trazer a paz ao nosso país e ao nosso povo. Não há outro recurso num sistema tão brutal e implacável (CPI (Maoist), 2010c, p. 65, tradução nossa).

Seja qual for a justificativa, o fato é que a violência decorrente do conflito com os maoístas impôs um sério desafio às autoridades indianas. A começar pelas fases iniciais do movimento, ainda na década de 1970, muitos militantes, considerados criminosos pelo governo e prestigiados entre os jovens quadros que os hospedavam em quartos de suas universidades, organizavam Esquadrões de Ação que, além de hastear bandeiras do PCI (ML) e pichar palavras de ordem pela cidade, eram responsáveis pelo aniquilamento do inimigo de classe. Essas mortes eram anunciadas pelos jornais do Partido, o que acabava “incentivando a ação de diversos esquadrões e uma insana concorrência entre grupos” (Ranzan, 2015, p. 44).

Charu Majumdar, em seus escritos, incentivava os militantes a “a agirem contra os inimigos de classe e seus símbolos de poder”, de forma que os esquadrões passaram a “caçar” policiais e outros inimigos de classe, realizando uma forma desorganizada e anárquica de luta contra o Estado, matando policiais e políticos a esmo” (Ranzan, 2015, p. 44, 37). Nas palavras de Majumdar, “aquele que não mergulhou a mão no sangue dos inimigos de classe dificilmente pode ser chamado de comunista” (Mazumdar, 1970, p. 21 tradução nossa). Essa tática acabou gerando uma vertiginosa escalada de violência nos centros urbanos e culminando em um estado de luta de todos contra todos. Como sintetizado por Lovell (2019),

A retórica violenta da guerra de guerrilha, infundida por Mao/Lin Biao, e a exortação da Revolução Cultural para “aniquilar os inimigos de classe” fundiram-se com a iconoclastia juvenil para produzir terror nas cidades e no campo. Os muros eram vulneráveis aos slogans maoístas; figuras “com autoridade” – políticos, juizes, professores, agentes da polícia – corriam o risco de serem assassinadas. Um policial fora de serviço foi morto ao sair de um cinema em Calcutá porque, ao comprar o ingresso no mercado negro, havia revelado sua profissão. Um dia nos subúrbios da cidade com menos de doze explosões de bombas foi definido pela polícia como “pacífico” (Lovell, 2019, [p. 365], tradução nossa).

Anos mais tarde, já em meados da década de 1990, passou-se a organizar *dalams*, uma nova forma de Esquadrões de Ação, formados por grupos de 5 a 10 pessoas “dedicados a atividades de ataques contra os inimigos e arrecadação de fundos para o partido por meio de sequestros, extorsões, roubos e cobranças de ‘taxas’” (Ranzan, 2015, p. 49). Dessa maneira, os naxalitas mantiveram seus métodos violentos, utilizando a força não somente contra o

inimigo de classe, mas também contra a própria população. Ou seja, através de intimidação, ameaças, espancamentos, saques e execuções sumárias, os naxalitas não apenas buscam garantir sua dominação em meio ao povo, mas também por vezes o coage a fornecer dinheiro, comida e abrigo (Humans Rights Watch, 2008a).⁸⁰

Nos governos naxalitas em Dandakaranya, apesar dos supostos grandes benefícios que os rebeldes afirmaram trazer à população tribal, houve uma miríade de denúncias sobre a violência perpetrada nos *janathana sarkars*. Aldeões que eram contra as decisões tomadas pelos maoístas ou que se mostravam insatisfeitos de alguma forma eram agredidos, raptados ou mortos (Chhikara, 2012). Nos *jan adalat*, os maoístas costumam aplicar punições brutais, incluindo pena de morte, aos que consideram culpados, como uma forma de dar um exemplo para as demais pessoas nos vilarejos (Ghose, 2018).

Além disso, por rejeitarem as vias eleitorais, os naxalitas sempre procuram boicotar as eleições e “quanto maior a adesão popular ao boicote, maior o prestígio do Partido entre os pobres” (Ranzan, 2015, p. 137). Entretanto, ainda que façam parecer que isso seja fruto da doutrinação popular e manifestação da insatisfação e descrença no sistema eleitoral indiano, por vezes os próprios naxalitas forçam esses boicotes por meio de ameaças à população. Nas eleições gerais de 2019, por exemplo, muitas pessoas foram impedidas de irem votar em decorrência de ameaças e a plantação de explosivos nos arredores dos locais de votação (International Institute for Strategic Studies, 2020). O discurso utilizado pelos maoístas a respeito do boicote eleitoral, portanto, não passa de uma tática para passar a imagem de que eles contam com uma ampla base de apoio.

Outra fonte de preocupação da população civil em meio ao conflito é o recrutamento de crianças e adolescentes. Ainda que exista uma política naxalita de não recrutamento de menores de 16 anos, muitas denúncias foram feitas de crianças entre 6 e 12 anos são aliciados para o exército guerrilheiro, sobretudo em escolas. A maioria delas é utilizada a princípio como informantes, mas as que apresentam melhor forma e se destacam nos treinamentos são utilizadas em operações militares (Humans Right Watch, 2008a, p. 129-130).⁸¹ Em resposta a estas acusações, os maoístas afirmam que as as crianças e adolescentes que frequentam as escolas naxalitas são educadas na teoria e na prática do enfrentamento do inimigo, porém

⁸⁰ Uma das reclamações mais frequentes é a extorsão de dinheiro e comida. De acordo com o relatório da *Humans Rights Watch* (2008a), alguns aldeões relataram que os naxalitas os forçam – sob ameaça de morte – a doar parte de suas colheitas mesmo quando isso quer dizer que não terão o suficiente para alimentar suas próprias famílias.

⁸¹ Segundo o relatório da *Human Rigths Watch* (2008), não somente os naxalitas, mas também o *Salwa Judum* e a própria política indiana utilizam crianças.

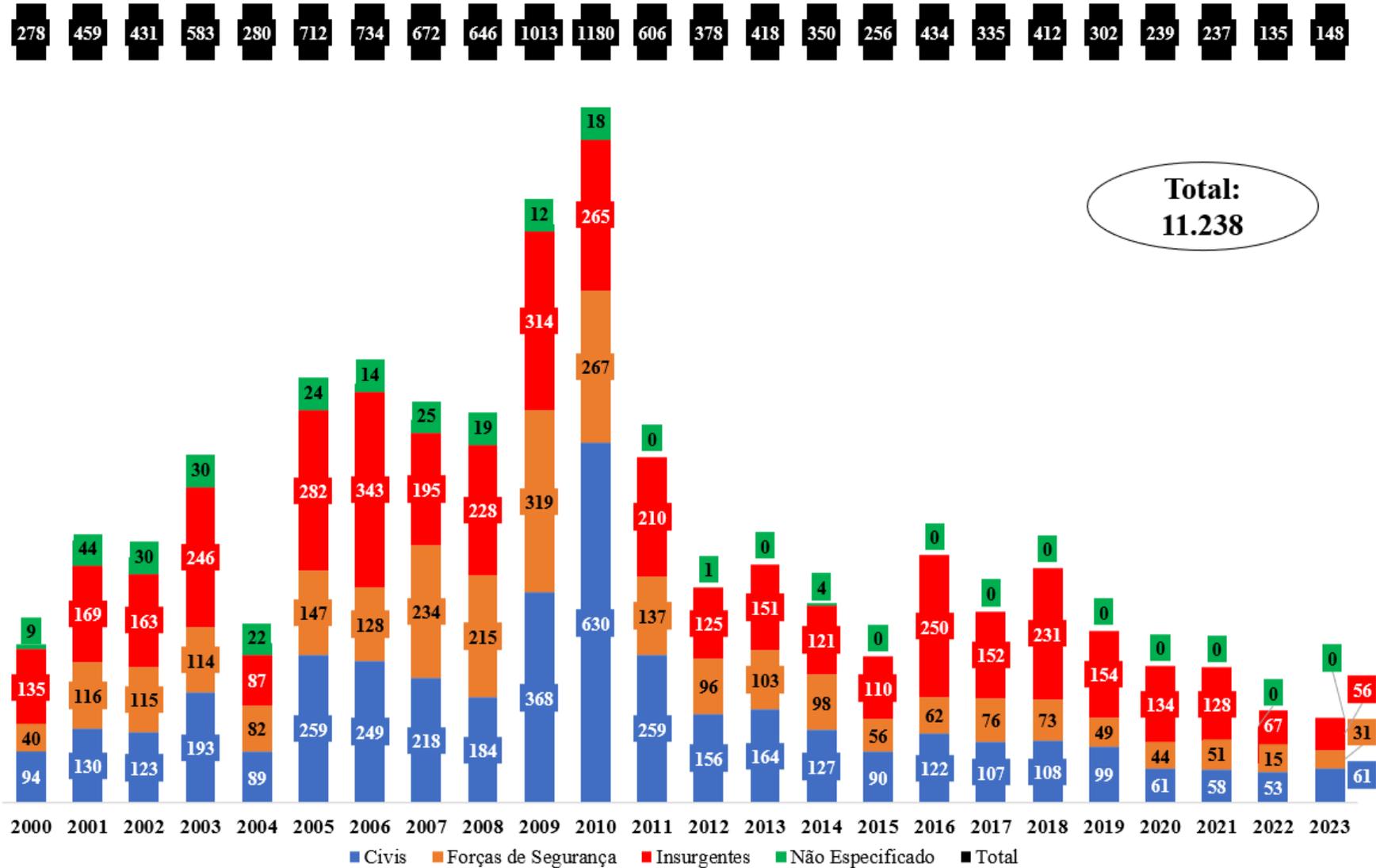
“isso não significa sua participação como membros do PLGA” (Ranzan, 2015, p. 150).

No apogeu do naxalismo, entre 2009 e 2010, houve um considerável salto na quantidade de mortes decorrentes do conflito, passando de mil o número de vítimas em cada ano (ver: Gráfico 1). O que chama atenção é a proporção de civis entre as baixas. Em 2010, por exemplo – ano recorde de mortes no confronto com os naxalitas –, mais da metade das 1180 vítimas eram civis. Ou seja, ainda que aleguem que lutam em prol das causas do povo, é o próprio povo a principal vítima de suas ações.

Frente a isso, não surpreende que os naxalitas sejam considerados terroristas por parte do governo – haja vista que muitas de suas ações podem, sim, ser consideradas como terroristas – e a população tenha passado a desconfiar de suas ações e se sentir aterrorizada por seus autoproclamados salvadores. O suposto apoio popular que os naxalitas afirmam ter em meio à população não passa de um discurso preparado para legitimar sua atuação, sendo, portanto, “altamente provável que os civis sejam coagidos a fornecer abrigo, comida e apoio por medo dos maoístas e suas táticas antipopulares” (A Historical [...], 2019, p. 7, tradução nossa).⁸²

⁸² Este assunto será tratado mais detalhadamente na seção 4.2.2 Terrorismo como tática naxalita.

Gráfico 1 – Número de mortes no conflito com os naxalitas



Fonte: Elaboração própria com dados do *South Asian Terrorism Portal*

4.4.1 Os conflitos com o governo e o Salwa Judum

Levando a cabo suas táticas de guerrilha, os naxalitas costumam monitorar os movimentos das forças de segurança através de seus sistemas de inteligência, de modo a estarem sempre cientes de suas atividades. As operações contra a polícia são cuidadosamente planejadas, ensaiadas e coordenadas, podendo levar de três a seis meses para serem postas em prática, tudo isso a fim de mitigar quaisquer possibilidades de fracasso. Quando executadas, essas operações sempre buscam explorar as fraquezas do inimigo, contam com superioridade numérica maoísta e seu local é escolhido de modo a ser o mais favorável possível aos guerrilheiros (Ahluwalia, 2012; Chhikara, 2012).

Assim, esses ataques rápidos e surpresa às forças de segurança geralmente são realizados apenas depois de permitir que suas colunas se afastem de suas bases operacionais, deixando-as longe de qualquer tipo de reforço ou apoio logístico que as bases possam oferecer. Além disso, os terrenos acidentados e de difícil acesso dificultam a comunicação entre as tropas e permite aos naxalitas preparar emboscadas utilizando minas terrestres e dispositivos explosivos improvisados (*improvised explosive devices*, ou *IEDs*). Essas táticas “dão aos maoístas a grande vantagem de causar baixas em larga escala às forças de segurança em um único incidente, mantendo baixa vulnerabilidade de seus próprios quadros armados” (Ahluwalia, 2012, p. 731, tradução nossa).

São incontáveis os ataques realizados pelos maoístas na Índia, haja vista sua estratégia de desgastar as tropas inimigas através de inúmeras investidas localizadas. Muitos desses ataques, sobretudo os mais bem sucedidos e que conseguiram impor danos consideráveis ao governo, são divulgados nos boletins de informação do Partido e celebrados pelos naxalitas. Entre os mais notórios ataques realizados pelo PCI (Maoísta), podemos citar:

- 1) o ataque a três delegacias, um campo de treinamento e um depósito de armas em Nayagarh, no estado Odisha, em 2008, que resultou na captura de mais de mil armas e uma imensa quantidade de munições. Segundo as lideranças naxalitas, tal operação foi fruto de um plano minuciosamente elaborado e contou a participação de mais de 500 pessoas, entre guerrilheiros e apoiadores (Chhikara, 2012; Ranzan, 2015);
- 2) o maior ataque contra *Greyhounds* – força especial de Andhra Pradesh –, cujo resultado foi a morte de mais de 40 soldados, em Balimela, em 2008. Segundo informações, este ataque só teria sido possível por conta da disseminação de notícias falsas pelos naxalitas, levando os soldados a uma emboscada (Ranzan,

2015). De acordo com Chakrabarty e Kujur (2010, p. 12, tradução nossa), os naxalita, “pela primeira vez, mostraram a sua habilidade nos truques da guerra marítima quando escolheram atacar uma lancha motorizada dentro do reservatório de Balimela [...]”.

- 3) o ataque às minas de bauxita da empresa de mineração NALCO, em 2009, no estado de Orissa. Este ataque foi o primeiro realizado pelos maoístas a instalações corporativas e tinha o objetivo de roubar explosivos, A operação contou com a participação de cerca de 200 guerrilheiros e, como resultado, foram mortos 11 policiais que faziam a guarda das minas, e outros 13 ficaram feridos (Patnaik, 2009; Ranzan, 2015);
- 4) a realização de quatro emboscadas simultaneamente, em uma distância de cerca de 20km entre cada uma das localidades, em julho de 2009, e que resultou na morte de mais de 40 soldados das forças especiais indianas, o que “demonstra o alto grau de organização alcançado pelo PLGA” (Ranzan, 2015, p. 147);
- 5) o ataque empreendido por mais de 300 maoístas contra uma escola antes utilizada como acampamento pela *Border Security Force*, em Bihar, em 2009. Mesmo que não tenha resultado em mortes, os agentes do estado bateram em retirada e o prédio foi destruído;
- 6) a “execução de lideranças do BJP em Chhattisgarh, alegando que os mesmos haviam tentado entregar membros do PCI (Maoísta) para os policiais, além de realizarem ações antissociais, como extorsão e intimidação de *adivasis*” (Ranzan, 2015, p. 147). Chama atenção o fato de que as lideranças regionais do BJP continuam a ser assassinadas pelos maoístas. Apenas em 2023, oito políticos ligado ao partido foram mortos (Choudhury, 2023);
- 7) a explosão de uma mina terrestre no distrito de Dantewada, em Chhattisgarh, em 2010, matando 16 soldados paramilitares. Na época houve grande polêmica envolvendo este ataque, pois o ônibus que explodiu era civil e transportava muitos *adivasis*. Os naxalitas esclareceram, em nota, que pensavam se tratar de um ônibus exclusivamente militar, e ainda “acusaram o governo de usar civis como escudo humano e alertaram para as pessoas descerem dos ônibus, caso algum militar embarque neles” (Ranzan, 2015, p. 148);

Não obstante, o ataque que mais se destacou ao longo de todo o período de atuação dos naxalitas foi a emboscada realizada no distrito de Dantewada, em abril de 2010. O ataque

foi realizado por 300 guerrilheiros e resultou na morte de 75 CRPF – além do roubo de quase 70 armas e equipamentos de rádio. Este foi o maior ataque contra as forças de segurança indianas já realizado pelos naxalitas e se destaca não apenas pela imensa quantidade de policiais mortos em uma única operação, mas também porque, mais uma vez, o PLGA demonstrou sua grande capacidade de organização. Além de não terem sido notados pelas tropas inimigas, os guerrilheiros executaram a operação de maneira que um grupo atacava os policiais e outro impedia a chegada de reforços ao local (Chhikara, 2012; CPI (Maoist), 2010a; Ranzan, 2015).

Como é possível observar, os maoístas se tornaram capazes de realizar operações militares cada vez mais complexas, causando danos maiores e realizando múltiplos ataques simultaneamente. Ademais, um dos maiores traços das operações é o extensivo uso de explosivos, entre eles minas terrestres – especialmente aquelas controladas por fio, uma vez que não sofrem interferência eletrônica – e dispositivos explosivos improvisados. Existem estimativas de que os naxalitas causaram cerca de 100 explosões de minas terrestres por ano, ao passo que os *IEDs* representam cerca de 60% das mortes das forças de segurança (Mukherjee, U., 2019). Em 2011, por exemplo, uma única emboscada no distrito de Lohardaga, em Jharkhand, matou onze policiais e feriu outros 54. O que chama atenção nesse ataque é que nada menos que 500 IEDs, pesando entre 5 e 10kg, foram plantados a cada dois metros para atingir as forças de segurança (Lal, 2011).

Claramente, todos os ataques empreendidos pelos naxalitas acarretam violentas represálias não somente por parte do governo, mas também da própria sociedade indiana. Uma das mobilizações mais notórias e mais cruéis contra o naxalismo foi a formação do *Salwa Judum*, um grupo paramilitar de Chhattisgarh criado em 2005. A princípio a mídia os retratava como um civis que apenas buscavam a autodefesa contra os maoístas e que foi apoiado pelo governo em razão de sua suposta legitimidade popular (Lovell, 2019). No *Annual Report* de 2006-2007, o Ministério de Assuntos Internos chegou a definir o grupo como uma “uma iniciativa voluntária e pacífica da população local contra os naxalitas no distrito de Dantewada, em Chhattisgarh” (Government of India, 2007, p. 24, tradução nossa). Porém, a realidade era diferente.

No final dos anos 1990 e início de 2000 a polícia e o governo passaram a organizar grupos de justiceiros locais para confrontar as células maoístas – uma forma de tentar “suprir o déficit qualitativo e quantitativo da polícia nos estados afetados” (Ranzan, 2015, p. 113). Já em meados de 2005, esses grupos civis passaram a ser formalmente reconhecidos sob o nome de *Salwa Judum* e começaram a realizar manifestações quase diariamente, sempre contando

com o apoio das forças de segurança do Estado – o grupo recebeu 860 milhões de rúpias indianas e uma grande quantidade de armas do governo (Lovell, 2019).

As campanhas do *Salwa Judum* – sobretudo entre 2005 e 2007 – foram brutais. Juntamente com oficiais do governo, seus membros invadiram centenas de vilarejos suspeitos de atividades pró-naxalitas, atacando indiscriminadamente os aldeões, realizaram recrutamentos forçados (inclusive de crianças) e prisões arbitrárias, além de terem pilhado e incendiado diversas vilas (Humans Rights Watch, 2008a). Como descrito por Lovell,

Em total violação das leis internacionais contra as políticas de terra arrasada, o *Salwa Judum* saqueou e destruiu aldeias acusadas de ajudar ou abrigar maoístas. Os aldeões seriam espancados, estuprados, mutilados e assassinados sob o pretexto de encontrar membros dos governos maoístas das aldeias. Os sobreviventes foram conduzidos a campos de “alívio” (descritos por uma testemunha acadêmica como “prisões ao ar livre”) ou foram para o exílio empobrecido (Lovell, 2019, [p. 382], tradução nossa).

Esses campos de contenção improvisados do *Salwa Judum* e administrados pelo governo possuíam condições extremamente precárias de habitação, carecendo de sistemas de saúde e de saneamento básico. Além disso, foram responsáveis pelo deslocamento de milhares de pessoas, e aqueles que se recusavam a sair de suas casas (ou tentavam fugir dos campos) eram atacados (Humans Rights Watch, 2008a). De acordo com os boletins maoístas, 644 vilas foram esvaziadas e queimadas, forçando o deslocamento de 350 mil pessoas (CPI (Maoist), 2009a, p. 50). Já a *Humans Rights Watch* (2008a, p. 13) mostra números menores, mas não menos impressionantes: até dezembro de 2007, cerca de 49.000 aldeões tinham sido realocados para pelo menos 24 campos nos distritos de Bijapur e Dantewada. Além disso, estima-se que 65 mil aldeões fugiram para estados vizinhos de Maharashtra, Orissa e Andhra Pradesh para escapar do conflito.⁸³

Claramente, os maoístas retaliaram os ataques do *Salwa Judum*, resultando em conflitos que deixavam dezenas de mortos, entre eles aldeões inocentes que eram pegos no fogo cruzado. Aqueles suspeitos de serem apoiadores do *Salwa Judum*, são capturados, torturados e mortos pelos naxalitas (Humans Rights Watch, 2008a). As forças de segurança, por sua vez, alegavam que as únicas mortes resultantes de suas ações eram de naxalitas, o que foi desmentido por testemunhas. Jornalistas e a população civil que presenciaram os conflitos afirmaram ter visto que agentes da polícia atiraram em civis comuns e logo em seguida vestiram seus cadáveres com fardas de modo a fundamentar seus relatos de que eram maoístas

⁸³ Ainda que seja redundante falar, é evidente que as informações divulgadas pelos maoístas em seus boletins de informação sempre são imbuídas de um tom hiperbólico, seja com o intuito de demonstrar seus grandes feitos, seja para denunciar as atrocidades cometidas pelo governo.

mortos em combate (Lovell, 2019).

Em entrevista concedida à Julia Lovell (2019), Rahul Pandita, jornalista que se dedicou por muitos anos em retratar de perto a realidade das áreas dominadas pelos naxalitas, relatou alguns dos horrores que presenciou.

Havia uma aldeia sem presença maoísta, que tinha rejeitado a presença maoísta no passado, que não estava interessada no que os maoístas tinham para lhes dizer, ou em teorias revolucionárias. Mas um dia estas forças paramilitares desembarcaram, estupraram, mataram, saquearam e depois foram embora. Na mesma noite, guerrilheiros maoístas chegaram à aldeia e disseram: ‘Olha, temos lhes falado disso o tempo todo. Vocês querem viver uma vida digna, mesmo que dure alguns anos, ou a vida de um cachorro por dez anos?’ Dez a quinze jovens da aldeia aderiram ao movimento no mesmo dia. Foi assim que o arco se espalhou do sul para o norte de Chhattisgarh. Aqueles foram tempos terríveis (Lovell, 2019, [p. 382-383], tradução nossa).

Esses atos de violência praticados pelo *Salwa Judum* com o respaldo do governo indiano é o que leva Costa Lima (2022) descrever o grupo como uma forma de terrorismo terceirizado empreendido pelo governo contra a população. Segundo o autor, o terrorismo tercerizado por ser descrito como uma criação artificial de grupos contrainsurgentes a fim de auxiliar o Estado em sua luta pela aniquilação dos “terroristas”. Nas palavras do autor,

O terrorismo terceirizado tem sido profundamente prejudicial à população indiana subalterna, já que terceirizar a repressão de grupos insurgentes para grupos paramilitares gera um campo de batalha anárquico, onde a população civil não tem possibilidade de reivindicar neutralidade ou estar segura. Arruina ainda mais profundamente a estrutura social das sociedades e grupos afetados envolvidos na luta, eliminando qualquer possibilidade de resolução de conflitos a longo prazo, já que todos estão preocupados e a polarização reina mesmo dentro das famílias (Costa Lima, 2022, p. 73, tradução nossa).

Tratando-se agora das ações de repressão aos naxalitas empreendidas pelo próprio governo, vê-se que elas não eram menos violentas. Em determinado momento, representantes do governo chegaram a afirmar que, para acabar com o movimento, era necessário aniquilar os maoístas antes de se pensar em projetos de desenvolvimento (Ranzan, 2015).

Em 2009, o PCI (Maoísta) passou a ser considerado uma organização terrorista pelo governo, e quaisquer organizações ligadas ao Partido foram banidas. Os naxalitas sempre questionam o governo ao serem tratados como terroristas. Em seus boletins, os maoístas não só lamentam, como condenam a morte de inocentes em atentados e operações contra forças policiais – um comportamento que, de fato, os diferenciam de outros grupos exterministas. Azad, o porta-voz naxalita, levantou um interessantíssimo questionamento acerca do tratamento de terroristas por parte do governo:

Se ele [Ministro de Assuntos Internos] reconhecer o PCI (Maoísta) como um partido político, então, logicamente, teria que tentar a solução política para

começar. Mas, uma vez que você descreve seu inimigo como um terrorista e um bandido envolvido em uma violência implacável e estúpida, então você não terá problemas em bombardeá-lo e eliminá-lo. Não é um partido político, portanto não há solução política – assim diz a lógica pervertida deste cavalheiro que dirige o Ministério do Interior da União e que recebeu dos imperialistas Americanos a sua aprendizagem na próspera indústria da “guerra ao terror” (CPI (Maoist), 2009b, p. 11, tradução nossa).

Como discutido ainda no primeiro capítulo da pesquisa, considerar um inimigo como uma entidade terrorista encobre com um véu de legitimidade quaisquer ações tomadas pelo governo para poder combatê-los. Dessa forma, “o não reconhecimento do PCI (Maoísta) enquanto partido, mas sim como organização terrorista, significa que os partidos dominantes não precisam optar por uma solução política do conflito” (Ranzan, 2015, p. 131). Historicamente, foi exatamente isso que aconteceu.

A Índia é o país com o envolvimento mais contínuo e diversificado em campanhas de contrainsurgência, que ocorrem desde a descolonização (Fidler, Ganguly, 2012). Contudo, para lidar com insurgências domésticas, o governo indiano costumeiramente recorre à supressão de direitos civis, tolhimento de liberdade de expressão, além do sacrifício indiscriminado de pessoas e propriedades privadas em nome da segurança contra o terrorismo (Costa Lima, 2022). Muitas violações de direitos humanos pelas forças armadas já foram denunciadas; entre elas, o que mais se vê é o uso excessivo e indiscriminado de força, comportamento abusivo para com a população civil, execuções extrajudiciais de supostos militantes, tortura e prisões arbitrárias (Fidler, Ganguly, 2012; Humans Right Watch, 2008a, 2008b).

Essas violações ocorrem principalmente graças ao *Armed Forces (Special Powers) Act* de 1958 – promulgado em resposta aos movimentos insurgentes no Nordeste –, que permite às forças de segurança lançar operações de contrainsurgência impunemente (Freddy, 2017, p. 28). Porém, esta não foi a única legislação dessa natureza promulgada pelo governo indiano. Em 2005, por exemplo, foi lançado o *Chhattisgarh Special Public Security Act* (CSPSA), que deu maior flexibilidade às forças de segurança para que prendessem supostos maoístas sem a necessidade de evidências que de fato comprovassem o seu envolvimento com o movimento (Costa Lima, 2022). Em outras palavras, legislações como estas tornam legal a violação de direitos civis, dando margem à polícia para realização de toda sorte de abusos contra a população.

Com relação aos maoístas, as ações governamentais historicamente seguiram o mesmo padrão de comportamentos abusivos para com a população. Em 1973, por exemplo – ainda no início do movimento –, cerca de 32 mil pessoas estavam presas sob acusações de colaborarem

com o naxalismo. A brutalidade policial se tornou comum: tortura, confinamentos em solitárias e acorrentamentos estavam entre suas práticas, além do fato de, entre 1970 e 1972, oitenta e oito prisioneiros terem morrido em decorrência de “acidentes” nas cadeias. Existem ainda diversos casos de execuções acobertadas por relatos de policiais que supostamente entraram em conflito com naxalitas e foram forçados a se defender – os famosos *fake encounters* (Lovell, 2019).

O maior expoente da violência estatal, no entanto, foi a Operação *Green Hunt*, iniciada em 2009. Esta campanha de contrainsurgência organizada pelo governo central reunia aproximadamente cem mil soldados – militares e paramilitares – para reprimir a rebelião e liberar as áreas controladas pelos naxalitas, sobretudo nas florestas Dandakaranya, no estado de Chhattisgarh, e se estendendo ainda por Jharkhand, Orissa, Bihar, Bengala Ocidental, Andhra Pradesh, Telangana e Maharashtra (Fernández, 2020; Mukherji, 2013).

A atuação das forças de segurança não diferiu em nada de seu histórico: uma série de acusações das mais diferentes brutalidades perpetradas contra civis logo veio a público entre elas execuções sumárias registradas como *fake encounters* e até mesmo violência sexual realizada por paramilitares contra mulheres de comunidades locais (Costa Lima, 2022).

Em documento vazado pela *WikiLeaks*, agentes do consulado dos EUA na Índia afirmaram que as operações de contrainsurgência para deter os maoístas em Chhattisgarh possuíam um alto potencial para violações de direitos humanos:

Todos os ingredientes principais estão aí: a polícia estatal está impedindo qualquer supervisão por parte de grupos da sociedade civil; o governo central reuniu um grande número de forças paramilitares não familiarizadas com a língua, as comunidades e o terreno da região; as autoridades estatais deram carta branca às forças de segurança, que suspeitam que tribos politicamente organizadas possam ser simpatizantes do Maoísmo; os maoístas e os tribais são virtualmente indistinguíveis para os estrangeiros, tornando extremamente difícil separar o amigo do inimigo; os esforços estatais para recrutar tribais como agentes da polícia especial alimentaram conflitos intra-tribais, provocando vítimas civis; e os Maoístas, por seu lado, mostraram-se dispostos a usar a brutalidade oportunista tanto contra os civis como contra as forças de segurança, provocando ainda mais ciclos de violência (Anti-Maoist [...], 2010, tradução nossa).

A Operação tem sido amplamente criticada pela sociedade civil em razão das mortes de milhares de civis e prisões em campos de contenção em condições degradantes. Em um estudo aprofundado sobre a Operação *Green Hunt*, Fernández (2020) propõe que ela compartilha práticas sociais semelhantes às ocorridas em genocídios. Ele argumenta que, em certos estados da Índia, está ocorrendo um genocídio cultural devido ao “deslocamento forçado das comunidades *adivasi*, bem como à extrema violência do Estado para combater a

guerrilha com a intenção de exploração dos recursos minerais encontrados nessas áreas” (Fernández, 2020, p. 10).

Ao denunciar as medidas do governo, Chaudhury (2013, p. 228, tradução nossa) escreve: “para cada ideólogo maoísta ‘genuíno’ preso ou morto, centenas de pessoas comuns – menores, idosos, apenas adultos tentando sobreviver – estão sendo presas ou mortas”. Para a autora, as operações do governo desencadearam retaliações desproporcionais por parte dos maoístas, que inclui sequestros, policiais decapitados e delegacias de polícia destruídas. A reação desproporcional do governo em operações foi um ponto nodal para gerar mobilização em prol dos movimentos (Goswami, 2012).

Não obstante, nos últimos anos este cenário está aos poucos se revertendo. Com o tempo, para além das suas operações militares, o governo passou a implementar políticas socioeconômicas mais efetivas para minar os levantes (International Institute for Strategic Studies, 2020). Temendo que o naxalismo se espalhasse pelo país, o Estado consolidou uma força tarefa coordenada pelo governo central juntamente com representantes da polícia dos estados afetados pelos rebeldes. Assim, em 2006 o Ministério de Assuntos Internos da Índia criou uma divisão em sua estrutura burocrática especialmente para lidar com a insurgência naxalita, a *Left Wing Extremism Division* (anteriormente denominada *Naxal Management Division*). Essa divisão é responsável por implementar e coordenar os esquemas de segurança para lidar com movimentos rebeldes a nível nacional e estadual, reforçar as capacidades dos Estados afetados, monitorar a situação das atividades insurgentes e as medidas tomadas pelos governos estatais para combatê-los (Government of India, [2024], tradução nossa).

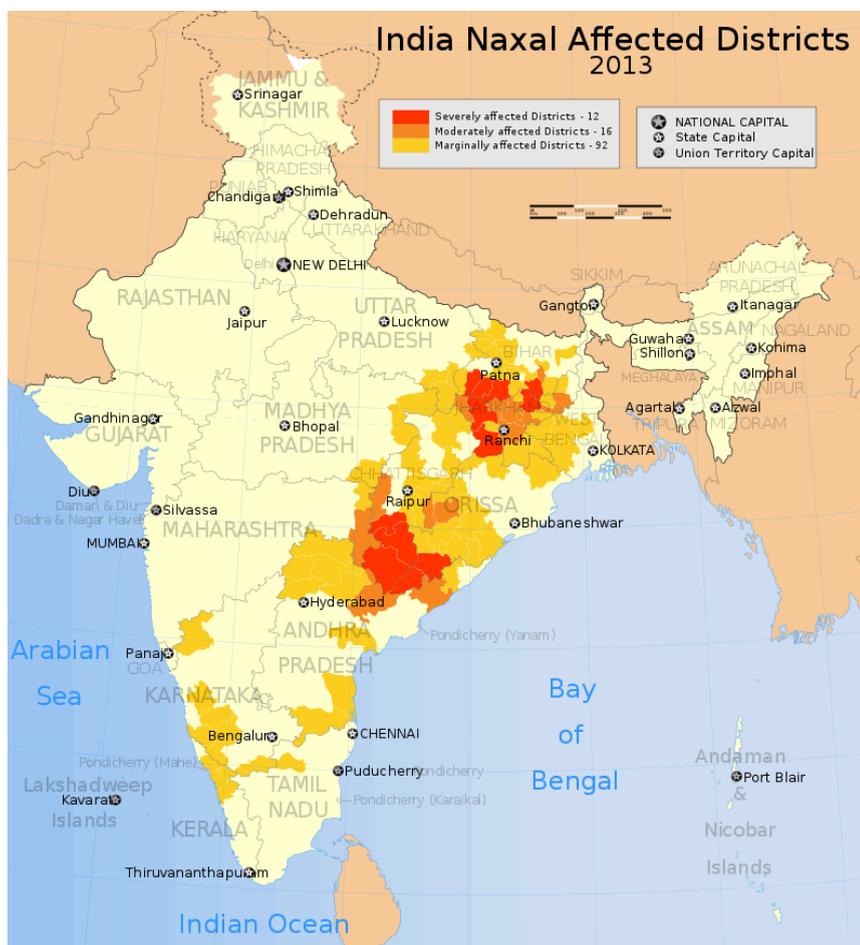
De acordo com a organização,

A abordagem do governo é lidar com o extremismo de esquerda de maneira holística, nas áreas de segurança, desenvolvimento, garantia de direitos e prerrogativas das comunidades locais, melhoria na governança e gestão da percepção pública (Government of India, [2024], tradução nossa).

Essas medidas passaram a ser implementadas de maneira mais efetiva apenas anos depois, por volta de 2012, e desde então o governo tem procurado resolver as queixas dos civis fornecendo assistência humanitária, e implementando projetos de infraestrutura – como a construção de estradas, redes elétricas, comunicação, etc. – e serviços para as comunidades marginalizadas. Esses projetos de desenvolvimento no Corredor Vermelho visam justamente ganhar a lealdade de civis que anteriormente teriam apoiado os naxalitas (International Institute for Strategic Studies, 2020, p. 244-250). Portanto, o primeiro passo do governo é recuperar o território controlado pelos naxalitas e em seguida restabelecer as relações com a população local – reconquistando sua confiança após sua experiência com os abusos e

violência indiscriminada por parte dos agentes públicos –, para apenas depois pôr em prática os projetos de desenvolvimento.

Mapa 4 – Corredor Vermelho (2013)



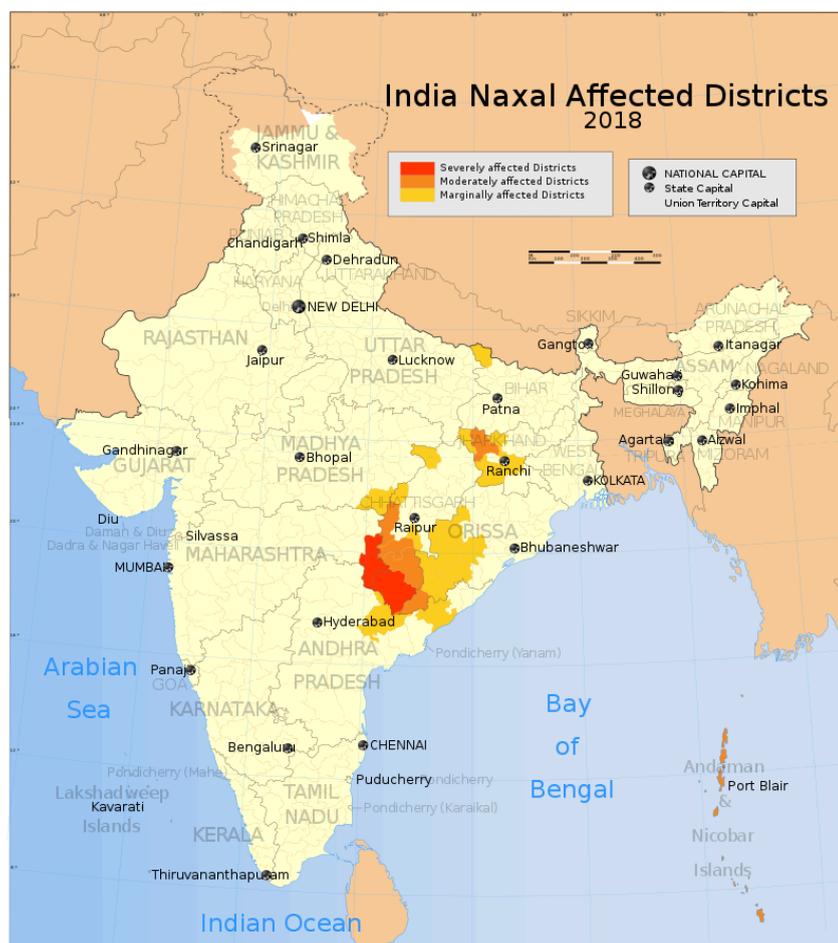
Fonte: Wikipédia. Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/File:India_map_Naxal_Left-wing_violence_or_activity_affected_districts_2013.SVG

Mediante as ações cada vez mais violentas por parte dos naxalitas e a recalculada de rota realizada por Nova Delhi para lidar com os insurgentes, o Movimento perdeu sua força por todo o país, e as zonas afetadas pelo naxalismo reduziram de maneira considerável, como é possível observar nos Mapas 4 e 5.

Ainda assim, o legado deixado pelos longos anos de conflito envolvendo os naxalitas envolve episódios brutais que deixaram profundas cicatrizes na população indiana. Ainda que atue buscando objetivos políticos e suas investidas, em tese, sejam direcionadas ao Estado, em muitos momentos as ações dos maoístas atingiram a população civil, seja como danos colaterais ou propositais, de modo que podem ser interpretadas como terroristas. E justamente este será o tema abordado a seguir.

Mapa 5 – Corredor Vermelho (2018)



Fonte: Wikipedia. Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/File:Naxal_Left-wing_violence_or_activity_affected_districts_of_India_2018.svg

4.4.2 O terrorismo como tática naxalita

Como visto, a principal tática na luta armada empreendida pelos naxalitas desde o início do movimento tem sido a guerrilha. Com o uso de destacamentos relativamente pequenos, os maoístas conseguem se mover rapidamente em meio aos terrenos acidentados das florestas indianas, possibilitando-os a realização de emboscadas e ataques rápidos às forças de segurança, ao fim das quais, os guerrilheiros batem em retirada rapidamente e uma vez mais mergulham em meio à população local.

Frente aos constantes ataques, os maoístas alcançam não apenas uma dominância militar, mas também psicológica (Chhikara, 2012). Conquistando essas pequenas vitórias, os quadros naxalitas elevam seu moral, aumentando, por conseguinte, o ímpeto de suas lutas. Por

outro lado, como previsto por Mao (2013b), no campo inimigo passa a existir “sinais de abatimento moral, [...] começam a surgir as ‘frustrações de guerra, enquanto o pessimismo sobre as perspectivas da guerra segue crescendo”.

Mediante isso, como visto nas seções anteriores, fica evidente como o ato terrorista se encaixa de maneira extremamente adequada e conveniente aos objetivos táticos e estratégicos dos revolucionários, tanto pela facilidade e baixo custo de sua utilização, mas especialmente pelo efeito psicológico que ele irá gerar. Assim, os maoístas em diversos momentos foram além de sua tradicional tática guerrilheira e realizaram ataques que podem ser caracterizados como terroristas.⁸⁴ Nas palavras de Chhikara,

O nível de intimidação e violência perpetrado pelo PCI (Maoista) criou uma psicose de medo entre as pessoas na sua área de influência. Toda uma geração cresceu nesta atmosfera e vive à sombra do medo gerado e promovido pelo PLGA. A violência maoista não é, portanto, uma mera questão de vítimas e incidentes violentos. É mais uma questão de intimidação psicológica do público (Chhikara, 2012, p. 16, tradução nossa).

A começar pelas fases iniciais do movimento, ainda na década de 1970, com a organização de Esquadrões de Ação, responsáveis pelo aniquilamento do inimigo de classe. Conforme já mencionado, essas mortes eram anunciadas pelos jornais do Partido, o que acabava por incentivar “a ação de diversos esquadrões e uma insana concorrência entre grupos” (Ranzan, 2015, p. 44). Majumdar incentivava os jovens militantes a confrontarem os inimigos de classe e seus símbolos de poder. Isso levou os esquadrões a perseguir policiais e outros ditos inimigos de classe, resultando em uma forma desorganizada e anárquica de combate ao Estado, com assassinatos indiscriminados de policiais, políticos e membros de suas famílias – além de supostos informantes e qualquer pessoa minimamente suspeita. Essa tática acabou gerando um aumento vertiginoso da violência e culminou em um estado de luta generalizada (Chhikara, 2012; Lovell, 2019).

Anos depois, já na década de 1990, houve o surgimento dos *dalams*, uma nova forma dos antigos Esquadrões de Ação, composta por grupos de 5 a 10 pessoas, dedicados a realizar ataques contra os inimigos e angariar fundos para o partido através de sequestros, extorsões, roubos e cobranças de “taxas” (Ranzan, 2015).

Com os diversos assassinatos, foi inevitável que se instalasse um clima de terror nas

⁸⁴ É interessante notar que o *South Asia Terrorism Portal* registra mais de 18 mil casos de incidentes relacionados a terrorismo na Índia desde 2000, porém, não discrimina quantos deles são atribuídos aos naxalitas ou quaisquer outros conflitos no país. O portal utiliza dados oficiais do governo, o que nos leva a questionar sua veracidade, uma vez que a esmagadora maioria destes dados provavelmente se refere a casos que não se configuram como terrorismo, porém cuja denominação é envolta de conveniências políticas e estratégicas, como discutido anteriormente.

regiões mais atingidas pela violência naxalita. Tanto a população quanto os agentes de segurança viviam sob um constante medo de serem assassinados, conseqüentemente os induzindo a “uma condição sintomática de auto-sobrevivência” (Chhikara, 2012, p. 12, tradução nossa), o que, pouco a pouco, ia colapsando o tecido social.

Uma vez que os alvos dos rebeldes consistiam nos “inimigos de classe” – isto é, toda sorte de pessoas a quem era dada a culpa pela exploração dos *adivasis* e das classes subalternas –, suas ações se configuram em casos de terrorismo sistemático, cujo objetivo era justamente incutir pavor nas fileiras inimigas enquanto gera uma identificação negativa em meio a população a fim de buscar apoio em meio àqueles que, de alguma forma, se identificavam com a luta e/ou se sentiam vingados através de tais atos. Como exposto por Chhikara (2012, p. 12-13, tradução nossa), “através de tais assassinatos, os Maoistas pretendem limitar a eficácia das operações das forças policiais e, ao mesmo tempo, ganhar ascendência aos olhos da população local”.

Além disso, a repercussão destes atos colaborou para que o movimento lograsse grande expressão no país. Ainda que emissários naxalitas, ao falar sobre “a grande experiência revolucionárias que ocorreu em Naxalbari”, distorcessem e exagerassem os fatos a fim de iludir os jovens nas cidades, as notícias de ataques bem-sucedidos sem dúvidas potencializaram o ideário romântico de muitos destes jovens estudantes que prontamente se voluntariavam para o movimento (Ranzan, 2015, p. 44; Lovell, 2019).

O sequestro, por sua vez, também foi uma ferramenta utilizada pelos naxalitas que pode ser vista como um mecanismo de incutir medo em determinada parcela da população, além de trazer uma considerável visibilidade à insurgência. Segundo informações do governo, os naxalitas teriam sequestrado cerca de 1554 pessoas entre 1 de janeiro de 2008 e 14 de novembro de 2011 (Ahluwalia, 2012, p. 732). A escolha dos alvos sempre é seletiva, sequestrando pessoas de *high profile*, como políticos e estrangeiros, por exemplo, a fim de gerar as maiores repercussões possíveis tanto em nível nacional como internacional – ou seja, seguindo os mesmos padrões de um atentado terrorista.

Quanto aos clássicos ataques a bombas, os naxalitas possuem um longo histórico de utilização de *IEDs*, o que já foi considerado pelas autoridades um dos maiores desafios ao lidar com os insurgentes, haja vista que relatórios apontam que cerca de 60% das mortes das forças de segurança decorrem do uso de *IEDs* (Mukherjee, U., 2019).⁸⁵ Ainda que aleguem que suas explosões procuram causar o mínimo de problemas à população civil, em razão de

⁸⁵ Em Chhattisgarh, estado mais afetado pelas atividades naxalitas, os *IEDs* representaram cerca de 70% dos feridos entre 2008 e 2010 (Ranzan, 2015).

seu caráter indiscriminado, esta também é vítima constante do terror causado pelos explosivos. Em maio de 2010, por exemplo, um ônibus particular explodiu por conta de um IED maoísta em Chhattisgarh. Ao todo foram contabilizadas 35 mortes, sendo 11 policiais e 24 civis (Sethi, 2010). Já em 2019, com a aproximação das eleições, maoístas distribuíram panfletos ameaçando atos de violência contra aqueles que votassem, plantaram *IEDs* perto dos locais de votação e até mataram um candidato que fez campanha áreas controladas por naxalitas (International Institute for Strategic Studies, 2020, p. 248). Assim, com a utilização dos explosivos, “os Maoistas conseguiram criar o terror e fazer valer a sua vontade junto da população local” (Chhikara, 2012, p. 11, tradução nossa).

Outrossim, podemos citar duas outras práticas dos maoístas que também podem se enquadrar como terrorismo. A primeira são os ataques a trens, frequentes na última década, chegando a 58 ataques apenas em 2009. Seja através da explosão de trilhos ou de sabotagem, o descarrilamento de trens – sem contar alguns casos de sequestros dos comboios – foi uma das grandes preocupações do governo no período, com um dos maiores ataques chegando a deixar mais de cem mortos em 2010. Além de aterrorizar a população, que não sabia qual seria o próximo trem a ser atacado, essa prática servia como demonstração de força perante o governo, uma vez que esses descarrilamentos resultavam em grandes prejuízos para a logística e abastecimentos de muitas regiões do país (Jharkhand [...], 2009; Singh, 2022; Two Killed [...], 2009).

A segunda prática é o uso de civis inocentes, sobretudo mulheres e crianças, como escudos humanos para se proteger em confrontos com as forças de segurança. Esse tipo de ação é utilizado tanto com objetivo de fugir de confrontos com policiais nos quais se encontram em uma situação complicada, como manter certo controle sobre a população – num exercício de poder através da demonstração de que eles não hesitariam em tirar vidas, não poupando nem mesmo de mulheres e crianças. Além de que, isso também “faz parte de sua estratégia psicológica, já que quaisquer baixas de civis e crianças por causa dos disparos irão virar os sentimentos da população local contra o Estado” (Ahluwalia, 2012, p. 732, tradução nossa).

Por fim, destacamos os *jan adalat*, os tribunais do povo mantidos nas regiões em que o PCI (Maoísta) conseguiu assumir o controle político local. Seu objetivo é resolver disputas entre os aldeões e, principalmente, julgar os acusados de traição, conivência com o regime, serem informantes da polícia ou se oporem à luta política. Em tese, os maoístas buscavam sempre realizar seus julgamentos da forma mais justa possível, a fim de verdadeiramente levar justiça à população mais pobre, diferentemente do sistema legal corrupto da Índia,

(Kunnath, 2021). No entanto, a realidade dos júris populares naxalitas era bem diferente.

Nos *jan adalat*, os maoístas aplicavam punições brutais contra os que consideravam culpados, como uma forma de dar um exemplo para as demais pessoas nos vilarejos (Ghose, 2018). “A máxima ‘mate um, aterrorize dez mil’ tem sido bastante eficaz pelos naxalitas para matar civis inocentes, chamando-os de informantes da polícia e, assim, para aterrorizar o resto da população” (Ahluwalia, 2012, p. 732, tradução nossa). Dessa forma, a violência direcionada ao povo tinha como objetivo exercer controle sobre a população local através do terror, forçando-os a apoiar o movimento – ou, ao menos, não apoiar o governo – e se submeter às suas ordens.

Mediante tais circunstâncias, a população é posta numa implacável encruzilhada entre a polícia e os maoístas. Em um pequeno vilarejo do interior do distrito de Sukma, em Chhattisgarh, os aldeões lamentam sua sorte:

[...] em qualquer caso, temos que morrer. Se apoiarmos a polícia e informá-los sobre os naxalitas, eles nos matarão. E, quando somos obrigados a apoiar ou aceitar o *janathana sarkar*, somos rotulados como ‘maoístas’ pelo sistema. Não há ninguém para nos salvar (Ghose, 2018, tradução nossa).

O terror imposto à sociedade pela alta mortalidade dos ataques maoístas implica em duas consequências distintas. Por um lado,

[...] não só prejudica as autoridades do Estado aos olhos da população local, porque elas são vistas como incapazes de se defender contra os maoístas, mas também desencoraja os policiais de operar com eficácia por medo de emboscadas. Também [...] desencoraja as pessoas de ingressarem nas forças policiais em distritos com alta presença maoísta, esgotando assim o Estado de pessoal potencial (A Historical [...], 2019, p. 6, tradução nossa).

Por outro, ainda que o objetivo de curto prazo de obter o controle sobre a população por meio do terror de fato tenha sido alcançado, o apoio do povo jamais poderia ser conquistado dessa maneira. Como se sabe hoje, o uso exacerbado da violência contra a população arruinou os objetivos de longo prazo dos naxalitas, haja vista que sua perda de espaço e legitimidade em solo indiano coincide com o aumento de execuções de civis realizadas pelos rebeldes (A Historical [...], 2019).

4.5 Conexões internas

Além das conexões externas, as insurgências apresentam ainda conexões entre si. Conforme já mencionado anteriormente, entre os princípios defendidos pelos naxalitas está a autodeterminação dos povos e a luta contra o extremismo religioso hindu. Nesse sentido,

apoiam abertamente a autonomia de povos etnicamente distintos dentro da Índia, como nos casos da Caxemira e dos estados do Nordeste (Sharma, Behera, 2014, p. 120). Para os naxalitas, uma das questões mais importantes a se fazer é “a quem interessa a supressão das minorias dentro da Índia?” (Ranzan, 2015, p. 132).

Grupos separatistas do Nordeste, especialmente em Manipur, Nagaland e Assam não apenas treinaram naxalitas, como também forneceram armamento remanescente das guerras do Sudeste Asiático e armas do mercado cinza de Mianmar-Tailândia-China e através das fronteiras de Bangladesh (A Historical [...], 2019; Chakravarti, 2017). Suspeita-se que *United Liberation Front of Assam* (ULFA), por exemplo, teria sido um dos intermediários que introduziu o então PWG ao ISI, através de suas lideranças em Dhaka, capital de Bangladesh (Ramana, 2008). O governo indiano suspeita do envolvimento do ULFA com os naxalitas para contrabandear drogas e dinheiro falso ao longo da fronteira Índia-Bangladesh em troca de armas e explosivos do ISI (A Historical [...], 2019; West, 2010c). Além disso, existem informações que quadros do ULFA estariam treinando naxalitas na província chinesa de Yunan (Singh, 2010).

Já em 2010, uma operação da *Special Task Force of Kolkata Police* acabou com a prisão de cinco membros do PCI (Maoísta), incluindo Kanchan, secretário estadual, e Kishenji, membro do Comitê Central. Ao longo dos interrogatórios, foi revelado muitos naxalitas mantinham contato com os líderes insurgentes do Nordeste – em especial Assam e Manipur – e que o Partido recebia armas da China através de rotas de contrabando internacional facilitadas por grupos como o *National Socialist Council of Nagaland (Isak-Muivah)* – NSCN (IM) (Anoop, 2011; Sengupta, Singh, 2010; Singh, 2010). Durante a operação, uma grande quantidade de dispositivos de comunicação sem fio foram apreendidos, incluindo cerca de 50 telefones via satélite. Foram apreendidos também 180 cartuchos de munição para fuzis AK-47 e explosivos ativados por voz, além de vários CDs sobre a guerra urbana dos maoístas no Nepal (Das, 2010). Todo esse material, aparentemente, fazia parte de uma remessa de 45 milhões de rúpias indianas que o NSCN (IM) comprou da China (Anoop, 2011).

De acordo com relatórios, suspeitava-se que ao final de 2009

[...] remessas de armas da China de 850 rifles AK-47, incluindo 4.000 outras armas pequenas e várias centenas de granadas, foram fornecidas aos naxalitas através de Mianmar e Bangladesh por uma elaborada rede operada no Nordeste pelo NSCN (IM). Com os líderes da ULFA baseados em Bangladesh estendendo as suas ligações à China, o fornecimento de armas da província de Yunan, no sul da China, através de insurgentes em Mianmar

tornou-se outra nova rota (Bhat, 2014, tradução nossa).⁸⁶

Em outra operação, realizada pela *National Investigation Agency* (NIA), alguns quadros do *People's Liberation Army of Manipur* (PLAM) foram presos e foi revelado que os manipuri e os naxalitas possuíam laços estreitos (Sharma, Behera, 2014). Após as prisões, oficiais da NIA confirmaram que o PCI (Maoísta) e o PLAM têm atuado em conjunto por anos; desde 2006 ambas as organizações operam um escritório em Calcutá para melhor ligação entre elas. Em maio de 2009, foi realizada uma reunião em um campo de treinamento naxalita em Dandakaranya para discutir a realização de operações conjuntas (Ramana, 2016). Segundo a NIA, o PLAM enviava explosivos e armas sofisticadas para os maoístas na fronteira Jharkhand-Orissa através de Guwahati em Assam (Singh, 2012).

Dilip Singh – também conhecido como Wangba –, um dos membros do PLAM responsáveis pelos assuntos externos do grupo, teria dado treinamento militar de dois meses aos naxalitas, incluindo táticas de guerrilha e treinamento de comunicação, além de e fornecer conjuntos de transmissão sem fio, rifles e munições. Segundo as investigações, Wangba era incumbido do trabalho de finalização das modalidades de treinamento e fornecimento de armas e munições aos maoístas (Kashyap, 2012; Singh, 2012).

Em outubro de 2008 o PCI (Maoísta) e o PLAM até mesmo assinaram um Memorando de Entendimento com três pontos principais: 1) ambos iriam honrar e respeitar a soberania dos dois países (Índia e Manipur); 2) ambos iriam dar total apoio moral e político um ao outro em suas lutas de libertação a fim de derrotar o inimigo comum, isto é, o regime opressivo e reacionário da Índia; 3) ambos iriam reconhecer e honrar a integridade territorial de seus respectivos países (Índia e Manipur) (Ramana, 2016). Além disso, o memorando firmaria um acordo para o envio de quadros manipuri para treinamento dos naxalitas, além da realização de treinamentos conjuntos em bases localizadas em Myanmar (Kashyap, 2012; Singh, 2012).

Segundo especialistas, a escolha do PLAM por parte dos naxalitas para tamanha aproximação seria por conta de o grupo ser bem institucionalizado e unificado, não havendo facções dissidentes; além disso, a tática de guerrilha e o estilo operacional utilizados pelos rebeldes manipuri teriam impressionado os maoístas, que almejavam aprimorar suas próprias táticas (Ramana, 2016).

⁸⁶ Essa mesma informação foi discutida em emails de analistas da empresa de inteligência Stratfor, vazados pela WikiLeaks. Em um dos trechos do documento anexado no email, destaca-se ainda que todos os grupos mencionados possuem conexões com o ISI – porém, vale destacar que um dos analistas se mostra cético sobre possíveis incursões do ISI à China e à Mianmar (Blumenfeld, 2010a).

A NIA encontrou ainda centenas de emails trocados entre naxalitas e manipuris, nos quais foram expressas gratidão e solidariedade às lutas uns dos outros. Em um dos emails, o PLAM parabeniza a ofensiva militar dos maoístas em Dandakaranya em abril de 2010, que resultou na morte de 76 CRPF. No mesmo dia, Ganapathy agradece Wangba pela ajuda do PLAM em transformar a batalha de guerrilha numa “guerra poderosa” (Kashyap, 2012).⁸⁷

Entre os nordestinos, a formação de alianças entre grupos insurgentes é uma prática antiga e se tornou uma forma de “neutralizar os reveses enfrentados por eles e servir como multiplicadores de força” (Hussain, 2006, tradução nossa). Já para os maoístas, além de multiplicar suas forças, os laços formados com os insurgentes do Nordeste indiano servem também como uma ponte para conectá-los à China para o recebimento de armas, treinamento e apoio logístico (Anoop, 2011).

Já Ribeiro (2015) afirma que, desde 2008, as conexões entre naxalitas e nordestinos têm aumentado, e “com a quantidade certa de apoio financeiro e militar, os insurgentes do Nordeste [...] podem se conectar aos naxalitas e criar um verdadeiro corredor de insurgências capaz de diversionar [sic] milhares de tropas indianas” (Ribeiro, 2015, p. 53, 62).

Sobre a Caxemira, o posicionamento naxalita é o apoio à autonomia do estado de decidir por si próprio se fará parte do Paquistão ou será uma nação independente. Esse apoio à Caxemira, no entanto, proporcionou momentos de controvérsia entre os comunistas. Ainda em 1965, apenas um ano após a fundação do PCI (M) – ou seja, antes mesmo da existência do naxalismo como conhecemos hoje –, Índia e Paquistão entraram em guerra novamente pelo domínio da Caxemira. Isso acabou por incitar um embate dentro do PCI (M) porque o governo de Mao Tsé-tung declarou apoio ao Paquistão.

Isso levou a um choque entre patriotismo e ideologia comunista para o PCI (M) pró-China, já que o governo de Mao escolheu ficar do lado de seu “amigo para qualquer tempo”, o Paquistão. Considerando a profunda animosidade entre Índia e Paquistão, o PCI (M) condenou a escolha de Pequim em apoiar Rawalpindi (capital interina do Paquistão entre 1959 e 1967). No entanto, isso não agradou aos membros do partido que achavam que o PCI (M) havia traído a fidelidade à ideologia comunista chinesa (A Historical [...], 2019, p. 3, tradução nossa).

Contudo, embora os naxalitas tenham apoiado a causa caxemira ao longo dos anos, esse apoio foi apenas retórico, e quase nenhuma ação foi feita para apoiar o movimento *de facto* (West, 2010c).

⁸⁷ Anos mais tarde, em abril de 2023, a corte especial da NIA, em Guwahati, condenou três membros do PLAM – entre eles Wangba – e dois do PCI (Maoísta) a oito anos de prisão por conspiração e ameaça contra a união, integridade, segurança e soberania do país. No comunicado à imprensa, a NIA confirmou as ligações entre os grupos e suas articulações para a independência do Estado de Manipur e da derrubada do governo indiano (Karmakar, 2023; Special NIA [...], 2023).

Por fim, outro aspecto que chama atenção nessas relações com os demais grupos insurgentes dentro da Índia é que muitos deles também estabeleceram algum tipo de conexão com outros agentes, como o ISI ou a China, por exemplo. Dessa maneira, esses grupos acabam por se tornar ainda intermediários para o contato entre os naxalitas e atores internacionais, em um rede de conexões bastante complexa e que torna intrincada a dinâmica dos conflitos, como será visto adiante.

4.6 Conclusões parciais: o movimento nos dias de hoje

Com suas quase seis décadas de existência, o Movimento Naxalita se mostrou resiliente, sobrevivendo a inúmeras cisões internas e restrições impostas pelo governo e por organizações paramilitares. Defendendo o fim da exploração e da tirania do governo e de suas classes mais altas, bem como a criação de uma sociedade igualitária, os naxalitas conseguiram mobilizar uma grande parcela da população tribal dos estados onde atuam. E ainda que a visão da sociedade disseminada pelos maoístas seja distorcida em muitos pontos, “dificilmente os interesses naxalistas [sic] teriam apoio entre os *adivasis* se não houvesse uma identificação real com o discurso maoísta” (Ranzan, 2015, p. 152).

Apontando para a mesma direção, Lovell (2019) argumenta que, embora problemáticas, não se pode negar que as ações dos naxalitas trouxeram consigo alguns benefícios para a população *adivasi*. Em suas palavras, “tribais outrora desprezados encaram com confiança o olhar dos outros, enquanto a controvérsia provocada pela insurreição maoísta pelo menos trouxe os sofrimentos dos *adivasis* à atenção nacional” (Lovell, 2019, [p.385], tradução nossa).

Tratando-se de sua orientação ideológica, podemos observar uma grande rigidez por parte das lideranças do Partido. Embora a China tenha passado por uma imensa reorientação ideológica e política, tendo seguido os passos de uma nação capitalista, os naxalitas mantêm sua fé inabalável na estratégia maoísta de que “o poder político vem do fuzil” (Mao, 2002, p. 53). As ideias de Mao perderam seu encanto em solo chinês, tendo sido consideradas obsoletas ou até mesmo catastróficas, porém ainda se mostram uma verdade absoluta para os rebeldes indianos, que ainda clamam pelo antigo lema de Majumdar “*China's chairman is our chairman*” (Sahoo, 2017).

Torna-se evidente, pois, que tanto o programa do Partido quanto suas estratégias se mostram inadequadas aos contextos nacional e internacional, muito diferentes do período em que a luta revolucionária naxalita foi concebida – sem contar o fato de que muitos dos

elementos utilizados pelos naxalitas foram praticamente copiados do modelo revolucionário chinês utilizado em 1949 (Gupta, 2006).

Embora o retrato dos naxalitas como representantes dos povos oprimidos da Índia possa dar alguma legitimidade às suas lutas – e um certo conforto aos simpatizantes do movimento –, essa imagem mascara um movimento ideologicamente antiquado e totalmente inflexível em sua trajetória. Considerar o Movimento Naxalita apenas como um conflito maniqueísta entre o Estado opressor e a população tribal é, como apontado por Lovell (2019), uma severa simplificação da natureza política e social extremamente complexa do movimento. Ainda que tenham um objetivo idealista de levar justiça aos povos oprimidos, a glorificação do uso da violência em sua luta armada apenas contribuiu para uma escalada nas retaliações do governo e, conseqüentemente, tornando ainda mais miserável a condição das populações que se veem presas em meio às hostilidades.

Ainda que possuam um discurso apaixonado sobre a necessidade da revolução para pôr fim às desigualdades, os naxalitas não apresentam nenhum projeto concreto para a criação de um novo Estado (Gupta, 2006). Não obstante afirmem que irão redistribuir a terra, fornecer renda e condições dignas a todos, bem como trabalhar para o bem-estar da sociedade, seus planos são demasiadamente vagos a respeito da maneira como farão isso. Não existem planos econômicos para redução de desigualdade, tampouco uma ordem jurídica a qual pretendem implementar. Nas palavras do jornalista Rahul Pandita, “em termos de como este país funcionaria, eles não têm absolutamente nenhuma ideia” (Lovell, 2019, [p. 389], tradução nossa).

Vale destacar ainda mais dois pontos. Primeiro, os naxalitas carecem de oportunidades legais de realizar sua propaganda e agitações políticas, de modo que PCI (Maoísta) encontra grandes dificuldades em lançar um movimento em escalas massivas até mesmo nas regiões em que contam com um considerável apoio popular (Gupta, 2006). A segunda, e mais importante, refere-se à sua fixação pela luta armada, que apenas contribuiu para a escalada da violência na Índia, sobretudo da violência sofrida pela população rural pobre cujos interesses e bem estar os naxalitas juraram defender (Lovell, 2019).

Veteranos da guerrilha naxalita, ao lembrarem seus primeiros passos desde Naxalbari, admitem os erros cometidos ao longo da história. Khokan Majumdar, um dos membros fundadores do naxalismo, revelou que se orgulha da revolta de Naxalbari, porém admitiu que o que veio em seguida foi um derramamento de sangue desnecessário. Segundo ele, o entendimento naxalita da doutrina revolucionária na época era insuficiente e, ainda mais importante, houve falta de contato com o povo. “Charu [Majumdar] estava com pressa de

entrar em guerra com o sistema. [...] Estávamos dispersos, perdidos e imersos num partidário sem fim” (Chakraborty, 2013, tradução nossa).

Kanu Sanyal compartilha desse mesmo pensamento. Ao ser questionado sobre a ideia de aniquilação do inimigo de classe defendida por Charu Majumdar, Sanyal afirmou que “não foi apenas um erro histórico, mas também um desvio fundamental do Marxismo-Leninismo e dos pensamentos de Mao” (Ghosh, 2010, tradução nossa). Porém, segundo ele, essa linha de aniquilação – com a formação de pequenos esquadrões e o assassinato de proprietários de terras, polícias e outros inimigos de classe – não ocorreu em Naxalbari: “apenas um proprietário foi morto durante a luta. Na prática, a linha de aniquilação foi seguida pela primeira vez na área de Srikakulam, em Andhra Pradesh, no final de 1969” (Ghosh, 2010, tradução nossa).

Pensando em termos mais recentes, Khokan Majumdar falou que, apesar dos fracassos, o maoísmo ainda é importante para a política indiana. No entanto, ele se mostra crítico dos rumos que o movimento tomou. “Talvez eles estejam cometendo o mesmo erro: entrar em guerra com o sistema sem preparar o terreno” (Chakraborty, 2013, tradução nossa).

Sanyal, por sua vez, foi mais categórico: “Os Maoístas certamente irão fracassar” (Ghosh, 2010, tradução nossa). O antigo líder naxalita teceu duras críticas aos rumos que o movimento tomou, afastando-se do povo e se enveredando por um caminho mais violento.

Numa aldeia de Andhra Pradesh, onde eles são muito poderosos, descobri que alguns camponeses não cultivavam as suas terras. Eu perguntei a eles, por quê? Eles disseram: “Se fizermos isso, os proprietários virão pedir a produção. E se fizermos o que os maoístas nos dizem, as forças [de segurança] virão.” Os Maoístas, apesar de terem armas, não conseguiram assegurar aos camponeses que deveriam servir uma reforma agrária radical no campo. Em 1969, [...] costumávamos dizer, depois de uma ação em um distrito, que a revolução agrária estava avançando. E que a guerra de guerrilha havia começado. Os Maoístas começaram a mesma coisa de uma forma mais ampla. Só que agora as armas estão mais facilmente disponíveis. *Mas posso dizer que estão desligados do povo.*

Os Maoístas não conseguem ver. [...] Eles só querem primeiro o poder do Estado. Eles sentem que matando alguns policiais e explodindo alguns jipes da polícia, a revolução agrária está avançando (Ghosh, 2010, tradução nossa, grifos nossos).

Assim, perante as circunstâncias apresentadas ao longo do capítulo, pode-se notar que os maoístas parecem ter focado quase exclusivamente na via armada da revolução e perdido de vista a mobilização popular. Suas ambições de transformar o exército guerrilheiro em um exército regular, bem como seu objetivo último de tomar o poder na Índia, ainda permanecem. No entanto, sua exequibilidade atualmente se mostra por demasiado distante.

Ao longo dos anos, os principais líderes naxalitas acabaram sendo presos, mortos, ou

se rendendo – estima-se que cerca de oito mil maoístas foram capturados nos últimos quatro anos, entre guerrilheiros e membro das milícias populares –, e cisões internas voltaram a aparecer e abalar o Partido uma vez mais. Conseqüentemente, muitos quadros perderam a confiança no movimento e acabaram desertando, e não é de se espantar que ocorra ainda uma crise de recrutamento (Krishnan, 2023). Além disso, a falta de organização dos naxalitas, seu envolvimento com atividades criminosas – como sequestros, mineração ilegal e exploração florestal – e o uso de violência indiscriminada os afastaram da população cujos direitos eles se comprometeram a defender. Essa somatória de fatores, inevitavelmente acabou por enfraquecer o movimento.

A redução do número de mortes nos últimos anos (Gráfico 1)⁸⁸, bem como o considerável recuo das áreas afetadas (Mapa 6) são um reflexo do enfraquecimento do naxalismo. De acordo com o *Annual Report* de 2022-2023, do Ministério de Assuntos Internos, em comparação a 2013, houve uma redução de 75% das mortes envolvendo movimentos extremistas de esquerda (Left-Wing Extremism, como é referido pelo governo) e apenas 25 distritos foram responsáveis por 90% dos casos de violência – em comparação a 76 distritos, em 2013 (Government of India, 2023, p. 9).

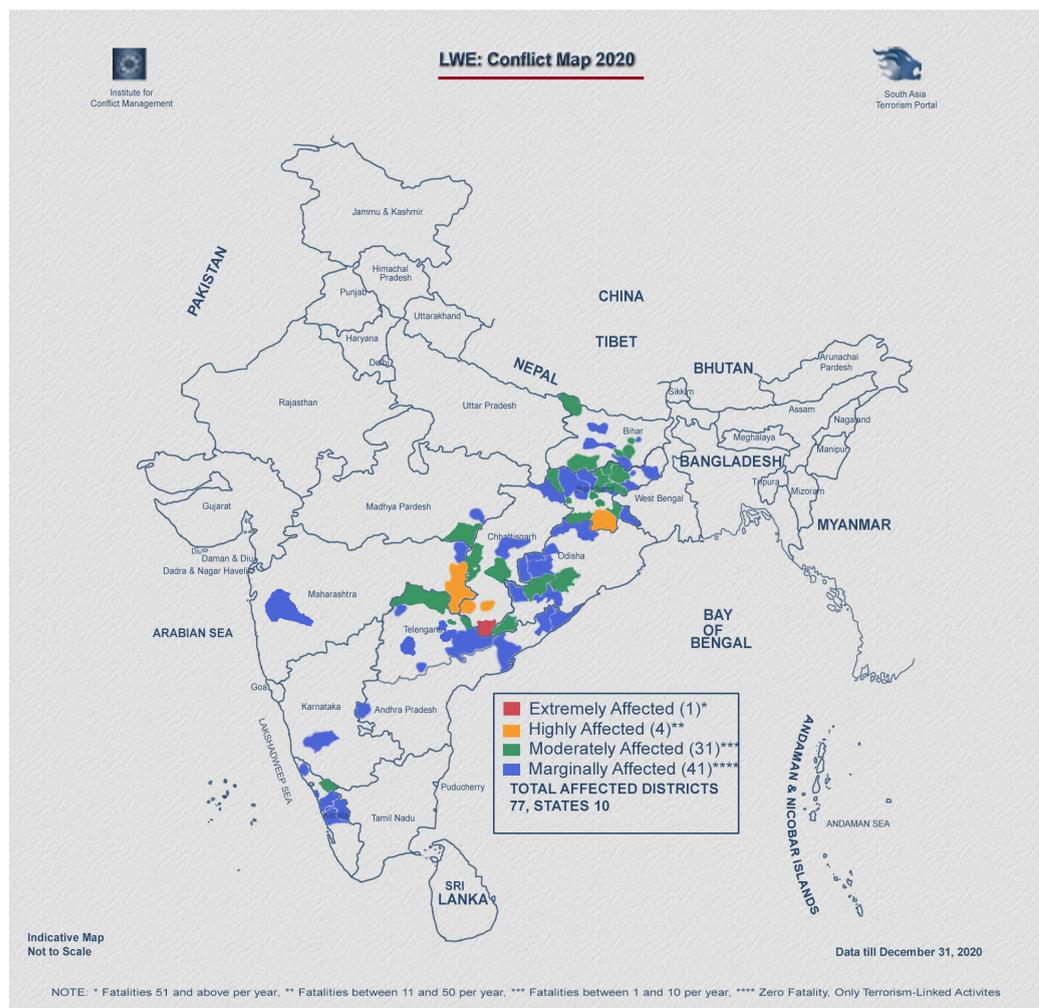
Por outro lado, embora se encontre em um momento de fragilidade, a guerrilha naxalita continua a ser uma preocupação para a segurança interna da Índia, haja vista que regiões como o estado de Chhattisgarh ainda possui áreas dominadas por maoístas – sobretudo os distritos de Bastar, Bijapur, Dantewada, Kanker, Kondagaon, Narayanpur e Sukma, uma área de aproximadamente 40 mil quilômetros quadrados (Maoist Insurgency [...], 2023). Além disso, continuam a ocorrer constantes ataques por parte dos naxalitas, por vezes de grandes proporções. Em 2023, por exemplo, em um único ataque a IED, onze policiais foram mortos em Dantewada, o maior ataque em dois anos – o último havia sido uma troca de tiros em 2021 que resultou em 22 policiais mortos em Sukma (Biggest Attack [...], 2023; Dwary, 2023). Destaca-se ainda o fato de oito lideranças políticas locais do BJP terem sido assassinadas ao longo de 2023, demonstrando o interesse em alvos *high profile* (Sethi, 2023).

Indo na mesma direção de Scanlon (2018), é possível apontar três razões que justificam a longevidade do Movimento Naxalita na Índia. A primeira delas é o fracasso do governo em implementar reformas agrárias significativas no país, ainda que promessas tenham sido feitas desde o período da independência indiana, em 1947, e mesmo algumas leis

⁸⁸ No período de dez anos entre 2004 e 2013, foram registradas 6.639 mortes decorrentes do conflito com os naxalitas, enquanto que na década seguinte, entre 2014 e 2023, foram registradas 2.850 mortes, uma redução de 57% (Gráfico 1).

tenham sido promulgadas. Como consequência, os naxalitas continuam a atrair o interesse da população rural empobrecida e vivendo sob condições altamente precárias, utilizando-se dos discursos de luta contra um Estado indiferente e que governa apenas para uma pequena elite.

Mapa 6 – Corredor Vermelho (2020)



Fonte: South Asia Terrorism Portal. Disponível em:
<https://www.satp.org/conflict-maps/india-maoistinsurgency>

A segunda razão seria a continuidade da divisão social indiana baseada em castas, ainda que isto já tenha sido proibido pela Constituição do país (Scanlon, 2018). Seguindo a mesma lógica de empoderar *dalits* e *adivasis* – e se aventurando até mesmo por pautas feministas –, os naxalitas continuam a buscar legitimidade em meio ao povo.

A terceira razão são as respostas violentas por parte do governo em suas operações de para reprimir o movimento (Scanlon, 2018). Embora tenham adaptado sua abordagem nos últimos anos (International Institute for Strategic Studies, 2020), os conflitos armados continuam, e soma-se a isso o longo histórico de abusos e violações de direitos humanos.

Inevitavelmente, a violência estrutural sofrida pela população – que, além dos abusos policiais, compreende também as profundas desigualdades sociais e o papel de subalternidade de *dalits* e *adivasis*, a falta de políticas sociais, a miséria e a fome – é um fator amplamente explorado pelos naxalitas para atrair simpatizantes, sobretudo jovens.

Por fim, adicionamos uma quarta razão que permitiu a longevidade do conflito: a rede de conexões internacionais. Como será trabalhado no capítulo a seguir, através do desenvolvimento de relações com atores externos, os naxalitas conseguiram aumentar e sofisticar seus arsenais, realizar treinamentos em táticas de combate mais complexas, aumentar suas finanças e, assim, perpetuar suas operações.

Portanto, mesmo com o enfraquecimento do movimento e o recuo das áreas afetadas, as autoridades indianas continuam em alerta com todas as ações naxalitas, haja vista que, no passado, o naxalismo foi considerado praticamente extinto no país e, uma década depois, a guerrilha ressurgiu para se tornar a maior ameaça de segurança nacional.

5 O MOVIMENTO NAXALITA E SUAS CONEXÕES INTERNACIONAIS

Nós, comunistas, somos internacionalistas. [...] um dos nossos deveres importantes é estabelecer relações fortes com todos os partidos maoistas genuínos do mundo.

Kishan, Secretário Geral do MCCI

Ao longo de todos os seus anos de história, o Movimento Naxalita cresceu, proliferou-se por amplas regiões da Índia, resistindo às operações de repressão do governo e chegando a ser considerado a maior ameaça que o país já teve que enfrentar. Ainda assim, levar a cabo a Guerra Popular Prolongada é algo que demanda muitos recursos, como armas, munição e financiamento para outros aprovisionamentos, e claramente o PCI (Maoísta) não poderia depender unicamente de pilhagem a delegacias de polícia, taxas revolucionárias e doações para manter viva sua luta armada (A Historical [...], 2019). Dessa forma, buscar apoio de outros grupos insurgentes, dentro e fora do país, bem como de governos de outros Estados foi uma das formas de sustentar suas operações.

Goswami (2012) ressalta a importância de tais conexões, apontando que alguns grupos insurgentes prosperaram justamente devido à participação de atores internacionais. Tanto as ligações transfronteiriças quanto as alianças estratégicas formadas entre esses grupos insurgentes “atuam como multiplicadores de força e tornaram a dinâmica do[s] conflito[s] ainda mais intrincada” (Hussain, 2006, tradução nossa).

Tendo surgido ainda no período da Guerra Fria, as raízes do naxalismo inevitavelmente se fincaram nas ideias do internacionalismo comunista, disseminado por União Soviética e, principalmente, China. Isso se reflete nas falas de Kishan, antigo Secretário Geral do MCCI, em entrevista concedida em 2004, na ocasião da formação do PCI (Maoísta).

Nós, comunistas, somos internacionalistas. [...] um dos nossos deveres importantes é estabelecer fortes relações com todos os partidos maoistas genuínos do mundo. Desde antes, tanto o antigo MCCI como o antigo CPI(ML)[PW] continuaram relações bilaterais com o Nepal, Peru, Filipinas, Turquia e outros países a nível internacional. O antigo MCCI tinha mesmo aderido ao RIM (*Revolutionary Internationalist Movement*), enquanto o antigo PW decidiu aprofundar ainda mais as suas relações com o RIM. Agora, quando um novo Partido – o PCI (Maoísta) – nasce [...] o partido decidiu continuar as suas relações profundas com o MRI e todos os outros Maoistas genuínos. [...] a unidade das duas importantes organizações revolucionárias da Índia – as antigas MCCI e PW – terá certamente um impacto muito positivo no plano internacional (Joint interview [...], 2004, tradução nossa)

Além disso, conforme apontado por Ranzan (2015),

a vila de Naxalbari foi cuidadosamente escolhida como epicentro da revolução por se localizar perto do então Paquistão Oriental (hoje Bangladesh) e Nepal, que poderiam servir como bases seguras para os revoltosos, além de não distar da China (Ranzan, 2015, p. 34).

Isto evidencia que mesmo em seu período de surgimento, a guerrilha naxalita foi concebida de modo a pensar na possibilidade de formar laços internacionais. Até mesmo militares indianos reconhecem este fato. Para o general Shankar Roychowdhury (2009), ex-chefe do Estado-Maior do Exército Indiano, assim como o partido maoísta do Nepal se tornou *proxy* da China, havia possibilidades de os maoístas indianos também se tornarem *proxy* de forças externas. Em suas palavras, “[...] de todos os conflitos internos que assolam a Índia, o Extremismo de Esquerda oferece a opção estratégica mais atraente, de alto valor e baixo custo para exploração externa” (Roychowdhury, 2009, tradução nossa).

Entretanto, como visto anteriormente, detalhes sobre o apoio externo a grupos insurgentes são difíceis de serem obtidos, além de, por vezes, apresentarem pequenas divergências. Essa dificuldade em obter informações precisas advém do fato de que toda a forma de apoio dado a grupos rebeldes ocorrer sob total sigilo. Em arquivos diplomáticos estadunidenses de 2006 e vazados pela WikiLeaks em 2011, por exemplo, havia informações de que os maoístas não dependiam de nenhum tipo de apoio de fora da Índia. Nos documentos, enviados da embaixada norte-americana em Nova Delhi para o Departamento de Estado em Washington, constava que o governo indiano acreditava que os maoístas do Nepal vendiam armas para os naxalitas, porém não haveria nenhuma conexão *operacional* entre ambos – não negando, pois, a existência de laços *comerciais* (Mukherjee, 2011).

Em casos como este, o que chama atenção é a contradição por parte do governo indiano ao afirmar que conexões internacionais dos naxalitas não existiriam, quando, por diversas vezes, a mídia indiana e membros do próprio governo já haviam indicado tal possibilidade. Isso nos leva a crer que falas como essa sejam mera formalidade política e diplomática, haja visto que a afirmação por parte de um governo de que de fato existe apoio externo a um grupo insurgente pode levar a reverberações diplomáticas indesejadas – como argumentado por Mukherjee (2011), talvez o governo da Índia pudesse simplesmente não possuir documentos convincentes para fazer afirmações; ou, ainda, houvesse a possibilidade de que admitir a internacionalização de um grupo rebelde pudesse macular a imagem da Índia perante a comunidade internacional.

Ademais, essas negações de conexões externas são sempre acompanhadas por ressalvas: primeiro, a alegação de que as ligações entre os maoístas indianos e nepaleses não

seriam operacionais, mas comerciais; tempos depois, a fala do Secretário do Interior da União (*Union Home Secretary*), V. K. Duggal de que “não há ligação *física* entre os maoístas no Nepal e na Índia. No entanto, existe uma ligação *ideológica*” (Ramana, 2010, tradução nossa, grifos nossos). Desse modo, como questionado por Mukherjee (2011), o que seria considerado, pois, uma conexão internacional?

Pensando nisso, no presente capítulo serão consideradas conexões internacionais todo e qualquer contato de um grupo com um ator externo, seja ele de natureza material, política, militar ou ideológica. Dessa forma, como será visto, uma série de atores estatais e não-estatais acabaram se envolvendo de alguma forma com o Movimento Naxalita em algum ponto de suas décadas de existência. Entre esses, os que se colocam em uma posição de destaque são China e Paquistão, cujas rivalidades com a Índia os levaram a apoiar movimentos insurgentes no país com o objetivo de desestabilizar politicamente o governo indiano.

Vale ressaltar ainda que os próprios naxalitas, em muitos momentos, divulgaram informações contraditórias a respeito de suas relações com atores estrangeiros, sejam eles outros Estados, partidos ou grupos rebeldes. Seja através de documentos oficiais do Partido ou entrevistas de seus altos dirigentes, em um momento os naxalitas admitem manter contato com determinado grupo e logo em seguida tal informação é desmentida. Esta prática pode ser interpretada como uma estratégia adotada pelos guerrilheiros para confundir os órgãos de segurança e de inteligência do governo acerca da teia de ligações feitas pelo grupo e dificultar quaisquer operações para neutralizar fluxos comerciais de armas, drogas e outros materiais.

Assim, mediante à ambiguidade de informações por parte tanto do governo indiano quanto dos próprios maoístas, a situação real acerca do apoio internacional de que gozam os naxalitas permanece nebulosa. Nos diversos emails da agência de inteligência estadunidense *Stratfor* vazados pela *WikiLeaks*, os próprios analistas se mostraram cautelosos e até mesmo céticos ao falar das conexões internacionais dos rebeldes. Em uma das conversas, Reva Bhalla, uma das diretoras da *Stratfor*, afirmou que era necessário verificar cuidadosamente as informações: “Precisaríamos ter cuidado com relatórios como este, dado o interesse indiano em difamar o [Paquistão] tanto quanto possível para prender a atenção dos EUA” (Bhalla, 2010, tradução nossa). Logo em seguida, o analista Ben West reitera a necessidade de cautela:

[...] É verdade que há muitas pessoas na Índia que querem vincular os naxalitas a grupos islâmicos para torná-los ainda mais perversos, mas não tenho certeza se os indianos são capazes de coordenar as agências policiais locais para fabricar relatórios sobre reuniões de naxalitas com os islâmicos. [...] Acho muito provável que esses relatórios sejam embelezados ou forjados, mas acho que há uma certa dose de verdade nisso (West, 2010, tradução nossa).

Por sua vez, Kamran Bokhari, analista de Oriente Médio e Sul Asiático da *Stratfor*, se mostrou ainda mais cético. Ao falar sobre as reuniões do PCI (Maoísta) que contaram com a participação de paquistaneses, afirma que consegue “ver o ISI e/ou militantes islâmicos explorando a opção de trabalhar com os naxalitas e, portanto, as reuniões”, mas, para ele, isso não necessariamente significaria uma relação de cooperação: “Os indianos devem ter percebido essas comunicações e agora alegam laços” (Bokhari, 2010, tradução nossa).

A cautela adotada pelos analistas foi igualmente adotada na presente pesquisa, buscando sempre múltiplas fontes que corroborassem as informações apresentadas, especialmente quando levamos em consideração que poucos trabalhos acadêmicos mergulham de maneira aprofundada neste tema. O que veremos a seguir é, portanto, a análise de uma compilação de fontes primárias e secundárias que versam sobre os laços formados pelos naxalitas com atores internacionais ao longo de sua história, através da qual pretendemos demonstrar que de fato houve o apoio externo ao movimento e este foi de grande importância para dar continuidade à luta armada. No entanto, tal apoio foi suficiente apenas para prolongar o conflito, e não para fazer uma diferença substancial no campo de batalha.

Por fim, é preciso elucidar que todas as conexões desenvolvidas entre os naxalitas e grupos internacionais não têm sentido a menos que possamos colocar essas relações em perspectiva. Existe a necessidade, portanto, de analisar se tais relações são de natureza meramente tática, isto é, uma relação pragmática cujo único objetivo é beneficiar militar e economicamente a ambas as partes (o que inclui ambições geopolíticas, inimigos em comum e rivalidades históricas, por exemplo), ou se é de natureza política, ou seja, se existe um apoio mútuo entre as partes envolvidas por conta de semelhanças ideológicas ou pela defesa de causas comuns.

5.1 China

Disparadamente, a China foi o país que mais influenciou o curso do Movimento Naxalita. Durante o período da Revolução Cultural, a partir de 1966, a China passou a dar apoio aos mais diversos movimentos revolucionários e de libertação nacional ao redor do mundo, sobretudo em regiões da África, América Latina e da Ásia, considerados por Pequim verdadeiros barris de pólvora da revolução mundial (Lovell, 2019). A escala da ajuda concedida, no entanto, variava amplamente, indo de um pequeno apoio simbólico até massivo apoio material, dependendo de fatores estratégicos e geopolíticos (Chakrabarti, 1986, p. 211).

Ainda que isso tenha se tornado nítido a partir do fervor da Revolução Cultural, os primeiros passos desse caminho foram dados anos antes. Com o início das hostilidades entre os países em 1962 e a eclosão da Guerra Sino-Indiana naquele mesmo ano, o Partido Comunista Chinês tinha a esperança de que seus camaradas indianos tomassem seu lado no conflito, sempre argumentando sobre as similaridades entre a China da década de 1920 e a Índia da década de 1960 e o modo como os chineses e os soviéticos se apoiavam mutuamente naquele período. Como dito por Chakrabarti (1986),

Os chineses na década de 1960 eram para os comunistas indianos o que os soviéticos da década de 1920 eram para os comunistas chineses e, por extensão, esperava-se que os comunistas indianos agissem agora como os comunistas chineses fizeram então, a fim de estar de acordo com as leis marxistas do desenvolvimento histórico (Chakrabarti, 1986, p. 218, tradução nossa).

Ainda que de forma tímida, este momento marcou o início efetivo da radicalização e disseminação dos movimentos maoístas na Índia. Nos anos seguintes, o contato entre chineses e rebeldes indianos cresceu exponencialmente e líderes do Movimento Naxalita chegaram até mesmo a se reunir com Mao Tsé-tung em dezembro de 1967 (Patranobis, 2017). Porém, a morte de Mao, em 1976, fez com que a política externa chinesa sofresse grandes alterações. Com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, a China passou a priorizar sua reconstrução econômica ao invés de exportar a revolução, de modo que todo apoio a grupos gradativamente rebeldes cessou (Lintner, 2020; Lovell, 2019). No entanto, como aponta Booth (2022, tradução nossa), “embora o apoio direto chinês tenha diminuído nas décadas que se seguiram à morte de Mao, os laços entre os grupos guerrilheiros e os serviços militares e de inteligência chineses continuaram”.

O apoio chinês aos naxalitas foi muito significativo para o movimento, mantendo sua luta revolucionária viva ao longo das décadas não apenas através de seu apoio material, mas também com apoio político e ideológico, importantes para manter o moral dos guerrilheiros elevado e a chama revolucionária ainda acesa. Até mesmo pessoas relacionadas ao governo indiano reconheceram o envolvimento chinês no naxalismo; o coronel e ex-oficial da inteligência militar, R.S.N Singh (2010), por exemplo, chegou a considerar o movimento como uma *proxy war* desenvolvida por Pequim – ainda que suas falas tenham um tom demasiadamente alarmista.

Já para os chineses, a continuidade da insurgência se mostrou benéfica aos seus interesses, haja vista que forçava Nova Delhi a despender grandes quantias em sua segurança interna, além de minar a legitimidade do governo indiano e disseminar a ideologia maoísta. O

apoio aos rebeldes ainda “fornece uma ferramenta assimétrica de baixo custo e alta negabilidade para os serviços de inteligência e militares da China assediarem a Índia em seu conflito contínuo [...]” (Booth, 2022, tradução nossa).

5.1.1 Apoio político e ideológico

O apoio explícito aos movimentos revolucionários era expressado tanto por jornais do governo, como por pronunciamentos oficiais e documentos do Partido Comunista Chinês. No entanto, a partir de 1965, o governo passou a advogar categoricamente pela mimetização de seu caminho revolucionário pelos demais países, em uma tentativa de disseminar o maoísmo para outras áreas do globo. Justamente por se tratar de Estados cuja configuração política e social ainda era colonial e/ou semi-feudal, em regiões com populações agrárias e sob a égide imperialista, havia grandes semelhanças com a China pré-revolução. Este era, portanto, o principal argumento de Pequim do porquê o mesmo caminho da luta armada deveria ser seguido; para os chineses, esta seria a única maneira de garantir o sucesso da revolução (Chakrabarti, 1986; Lovell, 2019). Assim,

os chineses estavam se envolvendo em provocar incidentes em outros países, muitas vezes através de sua própria equipe da embaixada, especialmente aqueles que queriam demonstrar que estavam comprometidos com a Revolução Cultural (Chakrabarti, 1986, p. 217, tradução nossa).⁸⁹

Conforme mencionado anteriormente, em artigo publicado em 1965, o então Ministro da Defesa, Lin Piao, além de defender a teoria revolucionária de Mao como uma prática universal a ser utilizada pelos países oprimidos em suas lutas pela libertação, argumentava que os países socialistas teriam o dever internacional de fornecer apoio às lutas revolucionárias na Ásia, África e América Latina (Lin Piao, 1965). Com esses escritos, Lin Piao estabelecia dois propósitos: primeiramente, a China deveria guiar a luta armada ao redor do mundo com base em sua própria experiência; e, em segundo lugar, a China deveria dar o apoio necessário a estes movimentos (Chakrabarti, 1986).

⁸⁹ Em países como Birmânia, Camboja, Quênia, Nepal e Sri Lanka a equipe das embaixadas chinesas faziam propaganda das ideias de Mao através do contrabando de cópias do Livro Vermelho e de encontros com extremistas locais (Chakrabarti, 1986).

Na Índia, essa prática foi levada a cabo ao longo de muitos anos.⁹⁰ Além de ser a principal inspiração do movimento, o Partido Comunista Chinês demonstrou seu apoio aos naxalitas desde a revolta de Naxalbari. Em julho de 1967, pouco tempo após o episódio que daria início à guerrilha naxalita, o jornal chinês *People's Daily* publicou o seguinte:

Um trovão de primavera caiu sobre a terra da Índia. Os camponeses revolucionários na área de Darjeeling levantaram-se em rebelião. Sob a liderança de um grupo revolucionário do Partido Comunista Indiano, uma zona vermelha de luta armada revolucionária rural foi estabelecida na Índia. Este é um desenvolvimento de enorme significado para a luta revolucionária do povo indiano. [...] A coisa absolutamente correta foi feita pelo grupo revolucionário do Partido Comunista Indiano e eles fizeram isso bem. O povo Chinês aplaude com alegria esta tempestade revolucionária dos camponeses Indianos na área de Darjeeling, tal como todos os Marxistas-Leninistas e povos revolucionários de todo o mundo (Spring [...], 2006, tradução nossa).⁹¹

E esta não foi uma publicação única. A mídia chinesa continuou apoiando abertamente a luta armada para derrubar o governo indiano. Pronunciamentos oficiais do governo, disseminados através da imprensa oficial, eram outro importante meio de projeção ideológica da China. A *Radio Beijing* (anteriormente *Radio Peking*), os relatórios da *New China News Agency* e as publicações da revista *Beijing Review* (anteriormente *Peking Review*) eram os principais meios de comunicação para isso (Anoop, 2011; Chakrabarti, 1986). Este último, com certeza, era o mais propagado entre os naxalitas (mas apenas para os que sabiam ler em inglês), uma vez que a revista era de fácil acesso na Índia.

Chakrabarti (1986), após entrevistar membros do movimento, informou que muitos naxalitas passaram a utilizar a *Beijing Review* como principal fonte de informação para saber o que estava acontecendo não apenas ao redor do mundo, mas também na própria Índia. Quando perguntados do porquê disso, os naxalitas responderam que a mídia indiana, tanto as governamentais quanto as não-governamentais, apenas espalhavam mentiras e propagandas contra-revolucionárias, cujo objetivo era desacreditar a China e os movimentos populares no

⁹⁰ É interessante que, entre os naxalitas, o artigo de Lin Piao se tornou bastante popular, pois era uma forma mais simples e compacta de se ter contato com as ideias de Mao Tsé-tung – bem mais rápido que ler os extensos Escritos Militares de Mao. Não obstante, os trabalhos de Mao, em especial o Livro Vermelho, ainda eram a principal forma de disseminação ideológica por parte da China. Em muitos países, entre eles a Índia, milhares de cópias do livro foram contrabandeadas de forma ilegal. A partir de 1967, o governo de Nova Delhi passou a considerar o Livro Vermelho ilegal, de modo que naxalitas e simpatizantes do movimento que o possuíssem não podiam carregá-lo em público. Ao longo de todo o país, em especial no interior, versões do Livro Vermelho tanto em inglês como em bengali podiam ser encontradas. A versão em bengali, no entanto, mostrava-se mais útil para a doutrinação popular, uma vez que podia facilmente ser lida em voz alta para os camponeses (Chakrabarti, 1986).

⁹¹ O artigo na íntegra está disponível em:

<https://www.marxists.org/subject/china/documents/peoples-daily/1967/07/05.htm>

interior da Índia.

A cobertura da imprensa chinesa sobre os acontecimentos políticos na Índia teve seu ápice entre 1966 e 1969, período que coincide com os anos iniciais da Revolução Cultural chinesa e a formação da guerrilha naxalita. As informações publicadas pelos jornais de Pequim eram seletivas, sensacionalistas e distorcidas, sempre buscando passar uma imagem negativa da Índia e mostrar como sua população rural era oprimida pelo imperialismo, pelo feudalismo e pelo capitalismo burocrático (Chakrabarti, 1986). Um exemplo dessa distorção de informações foi a veiculação dos movimentos populares contra o governo que ocorreram na Índia naquele período. Por ser um período ruim para a economia indiana, muitos protestos aconteciam no país, além de outros movimentos cujas motivações envolviam ainda questões étnicas e culturais, ou seja, longe de se enquadrarem em uma luta de classes. Não obstante, foi exatamente assim que a imprensa chinesa os denominou, alegando que essas lutas eram um reflexo da crescente resistência do povo à exploração do governo (Chakrabarti, 1986).

Mesmo com essas distorções, a revista continuou a ser muito bem recebida pelos indianos. Segundo Chakrabarti (1986), a maioria dos militantes naxalitas tinham um envolvimento ideológico tão grande com a China que estavam dispostos a acreditar que em tudo que o governo chinês dissesse. Já outros, mais céticos, diziam acreditar que Pequim contava menos mentiras que o governo indiano. Ainda assim, a cobertura chinesa ajudou a convencer até mesmo a população urbana da Índia que os eventos em Naxalbari eram o começo de uma revolução que tomaria todo o país em poucos anos, o que ajudou a conquistar simpatizantes também no meio urbano (Lovell, 2019).

Existem informações de que a China distribuía também panfletos para os naxalitas. Escritos em inglês, hindi, bengali e napali, estes panfletos continham mensagens de incentivo às lutas contra o regime feudal reacionário, pequenos guias de como empreender a luta popular e contando o sucesso da revolução chinesa. Aparentemente, tais panfletos eram jogados de helicóptero na China em regiões próximas da fronteira, de modo que o vento os levaria para a Índia. Porém, Chakrabarti (1986), em suas pesquisas de campo entrevistando quadros e simpatizantes naxalitas, jamais encontrou evidências concretas da existência de tais panfletos – muito menos de que eles eram atirados ao ar por helicópteros chineses –, apenas relatos.

No mais, aproveitando-se da proximidade transfronteiriça, havia ainda contatos diretos entre chineses e naxalitas, em especial por volta do período da Revolta de Naxalbari em 1967. O primeiro deles teve início em março daquele ano, quando Charu Majumdar desejava enviar a Mao Tsé-tung uma cópia de seus escritos e, para isso, enviou um de seus companheiros para

a China. Depois de uma longa jornada, tendo até mesmo sido preso e torturado por guardas na fronteira com o Tibet, o quadro naxalita cumpriu sua missão e, antes de retornar à Índia, recebeu treinamento político e militar. Segundo Lovell (2019, [p. 368], tradução nossa), sem esta demonstração da dedicação de Charu Majumdar aos princípios maoístas, “é difícil imaginar que Pequim teria aclamado tão rapidamente os confrontos de Maio de 1967 em Naxalbari como um triunfo da revolução maoista global”.

Por conta desses contatos, houve um fortalecimento na segurança das fronteiras da Índia. Porém, nos meses seguintes, com as crises em Bangladesh, as fronteiras se tornaram altamente voláteis, o que tornou ainda mais fácil a entrada na China (Chakrabarti, 1986).⁹² Ainda em 1967, foi a vez de Kanu Sanyal, juntamente com outros membros do movimento, fazer uma excursão à China. A primeira parada foi em Katmandu, capital do Nepal, onde os naxalitas foram muito bem recebidos pela embaixada chinesa e de lá foram escoltados até a China. A jornada foi longa, e em determinado momento Sanyal e seus companheiros até mesmo tiveram que se disfarçar em uniformes do Exército de Libertação Popular chines (Lovell, 2019).

Em Pequim, a recepção chinesa foi novamente calorosa, e os naxalitas foram guiados em um tour pela cidade, visitaram comunas modelo e foram ainda convidados para passar um ano na China para serem educados no pensamento maoísta e receberem treinamento junto ao exército chinês. Ansiosos para voltar para a Índia, os naxalitas concordaram em permanecer por três meses, nos quais foram educados politicamente e treinados em táticas de guerrilha, uso de metralhadoras e rifles automáticos, como fabricar munições e manusear explosivos (Ahlawat, 2021; Don't copy us [...], 2014; Lovell, 2019).

O principal evento da viagem, porém, viria apenas no final de 1967. Em 13 de dezembro, Mao recebeu o grupo liderado por Sanyal no Grande Salão do Povo, em uma reunião que durou quase uma hora. Neste encontro, que contou também com a presença de Zhou Enlai, Primeiro-Ministro chinês, foram discutidos, entre outros assuntos, a situação política da Índia, a luta armada empreendida pelos maoístas em Naxalbari e as disputas fronteiriças entre Índia e China – assunto sobre o qual Mao garantiu que, uma vez que a revolução indiana fosse concluída, ele devolveria os 90 mil quilômetros quadrados de território disputado entre os países (Lovell, 2019; Patranobis, 2017).

No entanto, Mao parece ter ficado desconfortável com a cega devoção dos revolucionários indianos, dizendo-lhes que o seu slogan “*China's Chairman is our Chairman*.”

⁹² Sobre isso, destaca-se que os indianos que iam para a China, e não o contrário.

*Chinese path is our path*⁹³ era imaturo (Lovell, 2019). Em entrevista, Khokan Majumdar, um dos naxalitas que visitou a China com Kanu Sanyal, revelou o descontentamento de Mao Tsé-tung ao ouvir essas palavras. “Mao ficou bastante chateado com o slogan: ‘*Chiner chairman amader chairman*’ (o presidente da China é o nosso presidente). Ele disse que é errado e politicamente imaturo. Não tínhamos nenhuma explicação a oferecer” (Chakraborty, 2013, tradução nossa). Ao retornar para Índia e informar a Charu Majumdar a reação de Mao, o líder da guerrilha naxalita ficou profundamente deprimido.

Décadas depois de sua viagem à China, Sanyal revelou o conselho dado por Mao: “esqueça tudo que aprendeu aqui na China. [...] Uma vez de volta a Naxalbari, formulem suas próprias estratégias revolucionárias, tendo em mente as realidades de lá” (Don't copy us [...], 2014, tradução nossa).

Já quando regressavam à Índia, membros do exército chinês discutiram com os indianos um plano para a construção de uma rede de campos de treinamento entre a Índia e a China, ao longo das fronteiras do Nepal e do Butão. Estes campos seriam custeados pela China e ofereceriam treinamento militar e serviriam como postos de preparação para permitir à China passar armas aos revolucionários indianos – porém, como dito por Lovell (2019), essa informação não foi comprovada efetivamente, apenas relatos de naxalitas entrevistados. Além disso, como um presente de despedida, os chineses deram 10 mil rúpias através de sua embaixada em Katmandu para “estabelecer campos de trânsito secretos para a China” (Lovell, 2019, [p. 370], tradução nossa).

Mesmo com as críticas ao intenso fanatismo indiano – que pareceu entristecer profundamente Charu Majumdar – a disposição de Mao em receber os naxalitas, bem como o apoio dado pelo governo de Pequim deixou em euforia os quadros indianos ao saberem da repercussão de Naxalbari em território chinês, além de se sentirem encorajados com a aprovação de sua luta pelo Partido Comunista Chinês (Chakrabarti, 1986; Lovell, 2019).

Dessa forma, aproveitando a receptividade dos comunistas indianos às ideias de Mao, a China se articulou a fim de não apenas incentivar, mas moldar a luta revolucionária no interior da Índia. Os ideólogos chineses, através de seus artigos na imprensa oficial, faziam análises do movimento comunista na Índia e traçavam paralelos entre o PCI e o PCC. No artigo supracitado do *People's Daily*, por exemplo, dizia ainda:

Que caminho deve ser seguido pela revolução indiana? [...] A revolução indiana deve seguir o caminho de confiar nos camponeses, estabelecendo áreas de base no campo, persistindo na luta armada prolongada e usando o

⁹³ Em tradução livre: “O presidente da China é o nosso Presidente. O caminho chinês é o nosso caminho”.

campo para cercar e finalmente capturar as cidades. Este é o caminho de Mao Tsé-tung, o caminho que conduziu a revolução chinesa à vitória e o único caminho para a vitória das revoluções de todas as nações e povos oprimidos (Spring [...], 2006, tradução nossa).

Já em outro artigo, traduzido e publicado pelo *Beijing Review*, é dito com ainda maior ênfase que os indianos deveriam mimetizar o caminho revolucionário chinês:

[...] enquanto as forças armadas camponesas revolucionárias em Naxalbari perseverarem em seguir o caminho da revolução da China e erguerem bem alto a bandeira vermelha da luta armada, certamente empurrarão a revolução indiana para a vitória, passo a passo (Let the [...], 1967, tradução nossa).

Além disso, entre as comparações entre ambos os partidos, havia diversas críticas por parte dos de Pequim. Entre as principais, destaca-se as críticas contra aqueles que defendiam as vias eleitorais em detrimento da luta armada para levar a cabo a revolução; para os chineses, estes se tratavam de revisionistas que atuavam em meio aos verdadeiros revolucionários na Índia (Chakrabarti, 1986). Como visto anteriormente, esta questão foi central ao longo da história do Naxalismo e foi um dos debates que levaram às inúmeras cisões ocorridas no movimento. Como publicado pela própria imprensa chinesa,

A natureza específica da revolução indiana, tal como a da revolução chinesa, é a revolução armada que luta contra a contra-revolução armada; A luta armada é o único caminho correto para a revolução indiana; não há outro caminho. Lixo como o “Gandhiismo”, a “estrada parlamentar” e similares são usados pelas classes dominantes indianas para paralisar o povo indiano. Somente confiando na revolução violenta e seguindo o caminho da luta armada a Índia poderá ser salva e o povo indiano alcançará a libertação completa (Spring [...], 2006, tradução nossa).

Porém, embora defendesse a luta armada, o PCC via com maus olhos os atos terroristas orquestrados pelos naxalitas e incentivados por Charu Majumdar (Chakrabarti, 1986). Desse modo, no período em que a violência por parte dos rebeldes estava saindo de controle, o Partido Comunista Chinês teceu duras críticas à postura dos líderes naxalitas, e arguíram os indianos sobre “a necessidade de seguir os preceitos do Marxismo-Leninismo guiados pelo pensamento de Mao” (Ranzan, 2015, p. 130).

Por fim, frente a isso, torna-se evidente que a ideologia maoísta que se encontra no cerne do Naxalismo desde seus primeiros passos não advém meramente de uma influência política indireta decorrente das reverberações internacionais da Revolução Chinesa ou da admiração de um grupo de camponeses pelas ideias de Mao, mas sim de uma atuação direta da Pequim e o contato dos revolucionários indianos com políticos e ideólogos chineses. Assim, conforme dito anteriormente, aproveitando-se da receptividade dos indianos, os comunistas chineses se articularam para doutrinar e guiar a luta armada que se desenrolava no

interior da Índia. Nas palavras de Chakrabarti (1986),

[...] os Maoistas Indianos não só ficaram impressionados com o modelo chinês de revolução e os seus líderes, mas também viram tudo através dos olhos chineses. Foram influenciados não apenas pela Revolução Chinesa, mas também pela China pós-revolucionária, ao ponto de se tornarem seguidores cegos e não verem ou quererem ver a verdade até que fosse tarde. ‘Acreditamos no que gostamos de acreditar’ – esta síndrome certamente era verdadeira para os naxalitas (Chakrabarti, 1986, p. 224-225, tradução nossa).

5.1.2 Apoio material

Em meio a literatura que se refere ao apoio chinês aos guerrilheiros naxalitas, a grande maioria faz referência ao vasto apoio material fornecido, ainda que detalhes sobre o tema sejam difíceis de serem obtidos – além de, por vezes, apresentarem pequenas divergências. Claramente, essa dificuldade de obter informações precisas advém do fato de que toda a forma de apoio dado a grupos rebeldes ocorrer sob total sigilo.

Grande parte das fontes que apontam para o fornecimento de armas e munição como a principal forma de apoio, ainda que diverjam em relação a aos meios – seja diretamente, por meio de contrabando, seja por meio do mercado negro, ou até mesmo através de outros grupos insurgentes (Ahlawat, 2021). Os rebeldes contam ainda com financiamento, suporte logístico, provisão de treinamentos e portos-seguros, além do fato de haver informações de que a agência de inteligência chinesa dê suporte tanto aos maoístas (Sharma, Behera, 2014; Sharma, 2012; Nagar, 2015; Goswami, 2012), quanto aos separatistas do Nordeste (Reddy, Sasikala, 2016 p. 274, 277; Hussain, 2015).

Chakrabarti (1986), por exemplo, diz que mesmo antes da existência dos naxalitas a China já ajudava grupos insurgentes no Nordeste da Índia, e os maoístas, por sua vez, procuravam entrar em contato com estes rebeldes que haviam acabado de retornar da China. Posteriormente, como se sabe, os naxalitas aumentaram o contato com os separatistas nordestinos, que contrabandeavam armas advindas da China. Além do mais, existem indícios que, na década de 1970, naxalitas em Assam teriam recebido uma grande quantia de notas de dinheiro falsas feitas na China com o intuito de distribuí-las para a população pobre a fim de ganhar seu apoio.

Em outubro de 2009, o Ministro do Interior, P. Chidambaram, afirmou que os naxalitas recebem armamentos de fora do país, sobretudo através das fronteiras com Nepal, Myanmar e Bangladesh, mas não descartou o apoio advindo da China, ainda que não tenha afirmado nada com certeza (Anoop, 2011).

No mês seguinte, quando perguntado sobre possíveis conexões entre naxalitas e chineses, o Secretário do Interior, G. K. Pillai, afirmou que “os chineses são grandes contrabandistas, fornecedores de pequenas armas. Tenho certeza de que os maoístas também as obtêm” (Maoists [...], 2009), porém sem esclarecer se as armas vindas da China seriam provenientes de contrabandistas ou de agências oficiais. Além disso, Pillai afirmou que o governo não tem informações a respeito da existência de relações dos maoístas com a China além do fornecimento de armas.

Segundo Sharma (2012), um relatório do *Intelligence Bureau* (órgão de inteligência indiano) revelou que os chineses estariam fornecendo treinamento aos naxalitas para a produção de armas para que os rebeldes aumentassem sua autossuficiência, tornando menos necessário buscar armas de fora. O autor argumenta ainda que a China estaria promovendo a cooperação entre maoístas, separatistas nordestinos e grupos da Caxemira, organizando-os em uma única máquina de combate para atingir os estados indianos.

5.1.3 As motivações

O apoio dado aos naxalitas nos leva a indagar o porquê de tal posição por parte da China. Talvez o elemento mais importante que nos ajude a compreender as atitudes de Pequim seja suas ambições políticas ao longo da Guerra Fria. Conforme discutido anteriormente, a China vivenciava intensas disputas ideológicas com a União Soviética. Para Mao Tsé-tung, a postura de coexistência pacífica de Moscou em relação aos EUA era uma evidência da guinada conservadora e do revisionismo soviético. Para os chineses, a URSS era uma grande traidora da revolução e, por conta disso, Pequim passou a se colocar como verdadeiro líder da revolução mundial, o que justifica seus esforços em exportar a ideologia maoísta e o modelo revolucionário chinês para todo o mundo (Lovell, 2019).

Dessa forma, buscando expandir sua área de influência, Pequim passou a apoiar movimentos maoístas no Terceiro Mundo, sobretudo em seu entorno geográfico, a fim de estruturar um eixo de poder vermelho desde o extremo sul da Ásia até o extremo norte da China (Anoop, 2011).

Por outro lado, não se pode deixar fora da equação a rivalidade sino-indiana, cujas relações foram tensionadas sobretudo em decorrência da guerra de 1962 por conta de disputas fronteiriças na região do Himalaia (Lovell, 2019). Somando-se a isso, durante a Guerra Fria a postura de não-alinhamento adotada por Nova Delhi se tornou um entrave para os cálculos estratégicos de Pequim (Ahlawat, 2021). Nas interpretações chinesas da política externa

indiana, publicadas na *Beijing Review*, a Índia nada mais era que um Estado subserviente tanto ao imperialismo norte-americano quanto ao revisionismo soviético,⁹⁴ opondo-se à China por medo do comunismo. Em um dos artigos publicado na revista, os chineses argumentaram que a Índia era “não apenas pró-EUA e pró-Soviético, mas também anti-Terceiro Mundo” e, acima de tudo “tem sido ‘expansionista’ e entregou-se ao chauvinismo das grandes nações, particularmente no que diz respeito aos seus vizinhos mais pequenos do Sul da Ásia” (Chakrabarti, 1986, p. 223, tradução nossa).

Voltando nossa atenção para os termos econômicos, é preciso salientar que as principais regiões nas quais os maoístas lançam suas operações são áreas ricas em minerais no interior do país, tornando-as, pois, vitais para a economia indiana. O aumento da atividade naxalita nesses locais beneficiaria a China, quando pensado em termos de competitividade econômica. Além disso, como se sabe, os maoístas acabaram por se envolver em atividades de mineração ilegal e, segundo Singh (2010), uma grande quantidade de minério de ferro extraído ilegalmente teria sido enviada à China – o que, para o autor, estaria diretamente relacionado à atividade naxalita.

Por outro lado, a questão econômica como uma variável na relação entre China e naxalitas pode ser interpretada de forma inversa. Como apontado por Lovell (2019, [p. 385], tradução nossa), se anteriormente a China era um refúgio e um dos principais apoiadores para os rebeldes que lutavam contra o Estado, hoje ela se tornou um grande interessado no neoliberalismo indiano e um “consumidor voraz dos minerais de Chhattisgarh”. Nessa perspectiva, torna-se ilógico que o governo chinês continue a apoiar um grupo que obstrua seus interesses econômicos, o que nos ajuda a compreender uma das razões da gradativa interrupção no fornecimento de apoio a grupos rebeldes após a morte de Mao, como mencionado anteriormente.

De qualquer modo, apesar desse apoio aos maoístas indianos, o governo chinês sempre manteve uma postura oficial de apoio à Índia em seu combate a grupos insurgentes e atentados terroristas. Porém, o que chama atenção é que a China nunca negou abertamente quaisquer relações com os naxalitas, nem mesmo repreendeu aqueles que declarassem apoio à tal causa. Esses posicionamentos de certo modo contraditórios tornam as análises diplomáticas e estratégicas da relação entre os países mais nebulosas e levam especialistas a questionarem quais são as reais intenções por parte de Pequim (Anoop, 2011).

⁹⁴ Há de se mencionar que, neste período, Nova Delhi recebeu uma grande remessa de grãos dos EUA por conta da crise alimentar pela qual estava passando e, após a Guerra Sino-Indiana de 1962, passou a comprar armas da União Soviética – ambas as medidas foram duramente criticadas pela China (Chakrabarti, 1986).

Por fim, outro ponto da relação China-naxalismo que chama atenção é a posição adotada pelo PCI (Maoísta). Embora tenha se inspirado no modelo revolucionário chinês, os naxalitas passaram a expressar continuamente o seu descontentamento com as diferenças ideológicas com o regime comunista pós-Mao na China, considerando que o PCC se tornou um partido revisionista. Em um documento apresentado em um encontro internacional de partidos maoístas em dezembro de 2006 – *International Meeting of Maoist Parties & Organisations*⁹⁵ –, o PCI (Maoísta) declarou:

Primeiro, a União Soviética tornou-se revisionista e, com ela, muitos partidos seguiram o exemplo. Então, pelo menos a China e a GPCR [*Great Proletarian Cultural Revolution*, ou Grande Revolução Cultural Proletária] destacaram-se como uma estrela brilhante, inspirando todo o mundo. Mas isto também mudou de cor após a morte de Mao em 1976. [...] isso também foi insuficiente e a revolução retrocedeu com os seguidores da via capitalista tomando a sede do partido (Paper [...], 2007, tradução nossa).⁹⁶

Anos mais tarde, em 2009, Kishenji reforçou esta posição do Partido. Quando perguntado sobre qual modelo de nação ele gostaria que a Índia fosse, ele respondeu que “nosso primeiro modelo foi Paris. Isso se desintegrou. Então a Rússia entrou em colapso. Foi quando a China emergiu. Mas depois de Mao, isso também foi derrotado”, e logo em seguida, ao falar sobre sua relação com o PCC, Kishenji completou: “A nossa posição é diametralmente oposta à da China” (I am [...], 2009).

Ainda assim, mesmo com tais declarações e acusações de revisionismo, os naxalitas se beneficiaram com as relações com a China e, como apontado por Anoop (2011), tanto o PCI (Maoísta) quanto o PCC se utilizaram de seu oportunismo dialético para forjarem ligações entre si. E embora a morte de Mao Tsé-tung tenha levado a China a uma guinada política, fazendo com que o apoio a grupos revolucionários gradativamente cessasse, não é possível afirmar com certeza até que ponto essas operações continuaram, agora de maneira secreta, haja vista a quantidade de informações publicadas por órgãos de inteligência e por jornais indianos.

Quando olhamos para os acontecimentos mais recentes, vemos que as rivalidades sino-indianas ainda persistem, mas a China parece ter se virado para os movimentos separatistas no Nordeste, a região mais instável da Índia. A fim de garantir a continuidade de sua hegemonia na Ásia, Pequim fornece apoio aos separatistas, uma vez que o prolongamento

⁹⁵ Nesse encontro se apresentaram ainda os partidos maoístas do Nepal, Alemanha, Filipinas e Turquia. O volume completo da revista *The Worker*, na qual foram publicados todos os documentos, está disponível em: <https://www.bannedthought.net/Nepal/Worker/Worker-11/index.htm>.

⁹⁶ O documento completo apresentado pelo PCI (Maoísta) está disponível em: <https://www.bannedthought.net/India/CPI-Maoist-Docs/Nepal/CPIM-Paper2007W11.htm>

das hostilidades obriga Nova Delhi a realizar esforços e lançar operações de contrainsurgência para reprimir os movimentos, despendendo recursos financeiros e militares que poderiam ser direcionados à segurança externa/regional (Booth, 2022; Lintner, 2015). Dentro dessa lógica, não surpreenderia se a China, nos últimos anos, ainda mantivesse um fluxo de recursos para o PCI (Maoísta), ainda que suas operações ocorressem sob sigilo e através de intermediários.⁹⁷

Como reflete Lintner (2015), mesmo que não se possa comprovar com certeza o apoio direto de Pequim, é evidente que, no mínimo, os serviços de segurança chineses preferem fechar os olhos para o tráfico de armas para a Índia que ainda acontece. Como dito por Singh (2010, tradução nossa), “a China opera em vários níveis e explora as organizações que são mais adequadas para um ambiente específico”.

5.2 Paquistão

Como não poderia ser diferente, o histórico rival Paquistão se coloca como um dos principais atores no palco de insurgências indianas. Sendo militar e economicamente mais fraco que a Índia para um confronto direto, o Paquistão segue sua filosofia da “guerra dos mil cortes” (*war of a thousand cuts*) para lentamente minar o poderio indiano através de uma guerra de baixa intensidade com apoio a diversos grupos rebeldes – uma forma relativamente barata e eficaz de compensar as assimetrias de poder existentes (Chalk, 2001). Ao longo dos anos o Paquistão se tornou um dos países mais ativos em treinamento de grupos insurgentes (Byman et al., 2001)⁹⁸ e seu apoio ocorre sobretudo através do *Inter-Services Intelligence* (ISI), órgão de inteligência paquistanês que se tornou grande patrocinador de diversos levantes na Índia.

Além de financiar a compra de armas de separatistas nordestinos (Reddy, Sasikala, 2016, p. 273), treinar mujahideens para combater em Jammu e Caxemira (Ganguly, R., 2001; Chalk, 2001) bem como armar e treinar separatistas sikh (Goswami, 2012, p. 214; Kiss, 2009), o ISI se lançou também sobre o movimento naxalita. Como sintetizado por Ramana,

Tudo isto indica claramente que o ISI tem expandido constantemente a sua “base de clientes” na Índia. Se Jammu e Caxemira foram a primeira base de desestabilização do ISI e a região Nordeste a segunda, as áreas dominadas

⁹⁷ Ainda que não se possa descartar a possibilidade desse apoio velado, para não corrermos o risco de cair em uma narrativa conspiratória e alarmista, salientamos que isso não passa de especulação.

⁹⁸ Existe quem argumente que a assistência fornecida por Islamabad seja rudimentar, consistindo basicamente em treinamentos para o uso de explosivos e manuseio de armas de pequeno porte. No entanto, de acordo com fontes indianas, o Paquistão forneceria treinamentos mais avançados, como ataques de entrada forçada (*forced entry attacks*) ou técnicas de inteligência, por exemplo (Byman et al., 2001).

pelos naxalitas parecem ser o seu terceiro alvo na Índia (Ramana, 2008, p. 125, tradução nossa).

De acordo com Chakrabarti (1986), naxalitas procuravam armas via Paquistão e Paquistão Oriental (atual Bangladesh) ao longo da década de 1970. Alguns guerrilheiros presos pela polícia em Rajasthan (estado no oeste indiano que faz fronteira com o Paquistão) portavam armas de origem paquistanes, o que corrobora essa ideia. Para o autor, dentro dos círculos oficiais do governo indiano, acredita-se que muitos desses armamentos foram dados pela China com a conivência de autoridades paquistanesas a fim de incitar distúrbios na Índia e provocar instabilidades no país.

No entanto, esse envolvimento pode ser datado de maneira mais concreta desde o início dos anos 2000. No período que antecedeu a fundação do PCI (Maoísta), líderes do antigo PWG visitaram a cidade de Karachi, no sul do Paquistão, a fim de se encontrar com oficiais do ISI (Blumenfeld, 2010a). Agências de inteligência indianas possuíam evidências de que os naxalitas eram usados pelos ISI para tráfico de drogas e a disseminação de notas falsas. Em troca, os paquistaneses forneciam armamento sofisticado e o conhecimento para fabricar e usar *IEDs* (Gupta, 2004; Prakash, 2015).

Já um relatório de 2003, apontado nos emails vazados da *Stratfor* (Blumenfeld, 2010a), mostrou que a unidade de Andhra Pradesh PWG teve contato direto com compradores (intermediários) que traziam armas de agentes do ISI baseados em Bangladesh através de uma rota de contrabando na floresta de Sundarbans, que se estende pela fronteira Índia-Bangladesh. Essas transações, no entanto, seriam de natureza puramente financeira, e não uma ação para ajudar os naxalitas em seus objetivos.⁹⁹

Dois anos mais tarde, em 2005, as evidências do envolvimento do ISI se tornaram ainda mais claras quando uma investigação forense analisou quase 300 munições disparadas pelos maoístas em um conflito contra as forças de segurança indianas em janeiro daquele ano, e comprovou que muitas delas eram de origem paquistanesa. Ademais, muitas dessas balas eram do mesmo tipo utilizado em um ataque a um complexo parlamentar em Nova Delhi em dezembro de 2001 e que havia sido patrocinado pelo ISI (Nayak, 2014; Ohri, 2013).

⁹⁹ É interessante destacar que, aparentemente, a unidade do PWG em Bengala não sabia desses contatos, o que, poderia mostrar uma “compartimentalização intencional, ou apenas refletir uma falta de coordenação com as diferentes regiões maoístas, ou que as pessoas de quem eles estavam a obter as armas não eram elas próprias do ISI, mas tinham sido contratado pela ISI para cobertura” (Blumenfeld, 2010a, tradução nossa).

5.2.1 O Lashkar-e-Taiba e outros atores

Conforme mencionado anteriormente, o apoio paquistanês veio ainda através de intermediários, como o grupo separatista ULFA, que teria sido um dos responsáveis por introduzir o então PWG ao ISI (Ramana, 2008). Em casos como este, permeados por uma profunda rivalidade interestatal, o uso de terceiros para o fornecimento de diferentes níveis de apoio é uma prática preferível, já que ajuda a manter essas conexões nebulosas e evita agravar as já tensas relações diplomáticas (West, 2010c).

Além dos grupos do Nordeste, algumas acusações haviam sido feitas pela polícia de Bengala Ocidental em agosto de 2012, segundo a qual o ISI estaria ajudando organizações maoístas em suas atividades contra o governo através do *Students' Islamic Movement of India* (SIMI), uma organização considerada terrorista pelo governo e que também recebe apoio do paquistanês. Em um relatório confidencial, a inteligência indiana salientou que quase 500 naxalitas tinham recebido treinamento do SIMI nas colinas de Vagamon, no estado de Kerala, em 2008 (Nayak, 2014).

Até mesmo o *Lashkar-e-Taiba* (LeT) – grupo terrorista paquistanês que atua na Caxemira e que também é financiado pelo ISI – é apontado como um dos financiadores dos naxalitas. Em 2009, Mohammed Omer Madani, membro do LeT e chefe de recrutamento na Índia e no Nepal, foi preso pela polícia de Delhi. Durante os interrogatórios, ele admitiu que entrava em contato com os maoístas regularmente e até mesmo datas já estavam marcadas para se encontrarem em Bihar e Jharkhand (Blumenfeld, 2010a). Em seus diários, foram descobertos detalhes dos planos feitos pelo ISI para desmembrar a Índia durante a insurgência maoísta (Nayak, 2014; Ahlawat, 2021). O próprio Madani realizava uma extensa pesquisa sobre a estrutura organizacional e funcionamento dos maoístas e recebia dinheiro falso para financiar atividades terroristas na Índia. Acredita-se que ambos os grupos pretendiam estabelecer uma base conjunta no sul da Índia (Nayak, 2014).

De acordo com informações de Jaclyn Blumenfeld (2010a), analista da Stratfor,

[Madani] foi instruído a recrutar maoístas e estabelecer um relacionamento com eles, fornecer-lhes dinheiro e armas de fogo e recrutá-los para treinar no Paquistão. Outro relatório diz que ele deveria recrutar graduados com experiência em informática em áreas metropolitanas e marinheiros em áreas costeiras, também, para futuras operações do Lashkar. “Parece que o LeT queria explorar as áreas que estão sob o controle dos maoístas para contrabandear armas e explosivos”, disse um oficial superior da polícia (Blumenfeld, 2010a, tradução nossa).

Além disso, Madani carregava consigo uma grande quantidade de dinheiro para dar

seguimento em atividades terroristas. Ao investigar detalhes de suas contas bancárias, a polícia descobriu diversas transações nos meses anteriores, num valor total de 2,5 milhões de rúpias indianas. O integrante de LeT também já havia “distribuído US\$22.000 e Rs 9,5 lakh [950 mil rúpias indianas] para células adormecidas em Bihar e [Uttar Pradesh]” (Blumenfeld, 2010a, tradução nossa).

Em 2010, um relatório da inteligência da polícia de Chhattisgarh revelou que dois membros do LeT até mesmo participaram de uma reunião do PCI (Maoísta) ocorrida entre abril e maio daquele ano na região de Bastar, na fronteira entre os estados de Chhattisgarh e Orissa. Os paquistaneses teriam participado como observadores na reunião do Comitê Central do Partido para discutir a possível adoção de uma nova política e planos para aumentar a resistência armada para a derrubada do governo (Blumenfeld, 2010b; West, 2010c). Fontes locais informaram que um documento apresentado pelos maoístas na reunião dizia que a guerra a ser lançada contra o governo seria mais longa e amarga do que as lutas empreendidas pelos indianos contra o império colonial britânico (Roul, 2010).

Ademais, conforme mencionado alhures, suspeita-se que uma das fontes de financiamento dos naxalitas é o envolvimento com o tráfico de drogas tanto a nível nacional como internacional. Um dos atores envolvidos nesse esquema de tráfico seria a *D-Company*, organização criminosa chefiada por Dawood Ibrahim, que possui conexões com o ISI. Existem especulações de que a relação entre os naxalitas e a *D-Company* poderiam estar sendo encorajadas pelo ISI como uma maneira de prolongar os conflitos (A Historical [...], 2019; Ohri, 2013).

Em agosto de 2010, a polícia de Bangalore prendeu duas pessoas que estariam envolvidas em um esquema para conectar o ISI aos naxalitas e ao líder do crime organizado Dawood Ibrahim. Segundo a polícia, o ISI teria encarregado Ibrahim de entrar em contato com os líderes maoístas; os dois indivíduos presos teriam sido despachados para contactar os naxalitas e pagá-los para realizar ataques. As informações eram de que 400 mil rúpias indianas já tinham sido transferidas para os maoístas, e passagens compradas para que os líderes do movimento se reunissem com Ibrahim em Dubai (Stratfor, 2010).

5.2.2 As repercussões: negações dos contatos ISI-Naxalitas

Ao longo dos anos, cada vez mais evidências de tais conexões surgiram. Contudo, embora essa ligação ISI-naxalita e a maneira como planejam operar e manipular muçulmanos na Índia seja do conhecimento da inteligência indiana, o Ministério do Interior está relutante

em tornar isso público. Isso porque existem receios por parte do governo das reverberações políticas internas e externas, sobretudo o efeito adverso que tal revelação poderia ter nas já conturbadas relações Índia-Paquistão (Ohri, 2013). Como apontado por Nayak,

há provas suficientes de que os militantes baseados no Paquistão e seus soldados de infantaria na Índia estão tentando desesperadamente instalar células adormecidas, com a ajuda dos maoístas, em áreas dominadas por eles para recrutamento. Aparentemente, as agências de inteligência indianas estão cientes da conexão ISI-maoísta e como ela planeja manipular os muçulmanos indianos, mas o governo indiano está hesitando devido ao efeito adverso que pode causar nas relações Índia-Paquistão (Nayak, 2014, tradução nossa).

Corroborando este ponto, em emails vazados, um dos analistas da *Stratfor* disse que entrou em contato com oficiais do alto escalão do exército indiano. Segundo ele, os militares ainda estavam investigando, já que não possuíam provas suficientes para comprar uma ligação direta entre os naxalitas e o ISI.

Embora alguns tenham dito que o ISI [...] já penetrou na rede maoísta como cliente de armas e munições (do ponto de vista empresarial), ultimamente eles têm tentado utilizar bases naxalitas e bolsas de influência para atividades anti-Índia. O contato da [Inteligência] do Exército disse que ainda está investigando os detalhes e não pode pegar o ISI por enquanto... já que a agência [paquistanesa] ainda desempenha um papel periférico (armas e falsificação [*counterfeiting*] através do Nepal e Bangladesh) (West, 2010b, tradução nossa).

Por outro lado, ainda que todas as evidências apontem para a existência dessa relação, o Secretário Geral do Partido, Ganapathy, foi enfático ao afirmar que os rumores de conexões com o LeT e o ISI são falsos. Segundo ele,

Isso é apenas uma propaganda maliciosa e calculada dos policiais, burocratas e líderes dos partidos políticos reacionários para nos difamar e, assim, justificar sua cruel ofensiva contra o movimento maoísta. Ao propagar a mentira de que nosso partido tem ligações com grupos ligados ao ISI do Paquistão, os governantes reacionários de nosso país querem provar que nós também somos terroristas e ganhar legitimidade para sua brutal campanha de terror contra os maoístas e as pessoas nas áreas de luta agrária armada. Tentar provar o envolvimento de uma mão estrangeira em todas as lutas justas e democráticas, marcando aqueles que lutam pela libertação dos oprimidos como traidores do país, faz parte da guerra psicológica dos governantes reacionários (Pandita, 2009, tradução nossa).

Seja como for, o que resta destacar dessa relação é que o fato de os naxalitas aceitarem o apoio do ISI para darem continuidade em sua luta armada não os desvia de seus próprios objetivos para agirem em prol dos interesses do Paquistão (Stratfor, 2010). Ao longo dos anos, ainda que tivessem recebido armas e financiamento paquistaneses, os naxalitas mantiveram suas estratégias e dificilmente isso irá mudar, haja vista que o que liga os

naxalitas ao ISI é meramente um inimigo em comum – o governo indiano –, não um apoio mútuos à suas causas políticas. Como sabiamente apontado por Ahlawat,

O objetivo do ISI de desestabilizar a Índia e o objetivo dos naxalitas de derrubar o governo indiano implicam uma comunhão de propósitos. A luta dos naxalitas pela sobrevivência na Índia parece ser desesperada, e eles podem fazer qualquer coisa para buscar ajuda operacional do LeT e orientação estratégica do ISI para promover sua causa (Ahlawat, 2021, p. 92, tradução nossa).

Além disso, não seria do interesse de nenhuma das partes ampliar suas relações e correr o risco de expô-las publicamente. Mesmo que o fortalecimento desses laços pudesse beneficiar tanto os naxalitas quanto o Paquistão, os riscos desses esforços não compensariam seus ganhos. Enquanto o governo de Islamabad tencionaria ainda mais suas relações com Nova Delhi – correndo o risco, em última instância, de desencadear um novo conflito –, os maoístas correriam o risco de minar sua já escassa legitimidade entre o povo ao aceitar demasiada assistência de um governo estrangeiro que, ainda por cima, possui uma posição anti-Índia (West, 2010c). Dessa maneira, é muito mais profícuo para ambos operar de modo sutil, mantendo seus contatos o mais discreto possível.

5.3 Atores Não-Estatais

A rede de apoio aos insurgentes não se restringe à esfera estatal. Ainda que a participação de atores não-estatais tenha sido mais limitada se comparada aos Estados, as conexões estabelecidas com estes agentes não se mostram menos complexas ou importantes para a história do naxalismo.

5.3.1 Maoístas do Nepal

Um dos mais notáveis laços colaborativos foi com os maoístas do Nepal, com o compartilhamento de homens, material e instalações de treinamento, bem como a facilitação de compra de armamentos através de rotas de contrabando na fronteira Nepal-Índia (Ramana, 2010, 2012). Indo na mesma direção das ligações ideológicas mencionadas pelo Secretário V. K. Duggal, conforme citado anteriormente, os nepalases já divulgaram informações propagandísticas dos grupos naxalitas em seus meios de comunicação; do mesmo modo, os maoístas indianos publicaram artigos em sua revista *People's March* divulgando atividades realizadas pelos comunistas nepalenses e entrevistas de seus líderes (Ramana, 2008).

Os primeiros contatos teriam ocorrido por volta da década de 1990, ainda no período do *People's War Group*, quando ambos emitiram uma declaração conjunta condenando o governo indiano. Tempos mais tarde, dois dos principais líderes dos maoístas nepaleses foram visitar Telangana, em Andhra Pradesh, para estudar a maneira como os naxalitas espalhavam o movimento revolucionário na região. Existem relatos ainda – embora, como apontado por Ramana (2010), não haja nenhuma fonte documentada – que Prachanda, um dos altos dirigentes nepaleses, tenha sido um dos pivôs da fusão do PW e do MCCI para a fundação do PCI (Maoísta).

Em 2001, foi realizado um congresso conjunto com a participação de maoístas indianos e nepaleses em que se projetou a criação de uma Zona Revolucionária Compacta, um grande corredor maoísta que se estenderia desde o Nepal até Andhra Pradesh, no centro-sul indiano, passando pelas florestas de Dandakaranya, em Chhattisgarh, contiguamente por Bihar, Jharkhand, Orissa e Madhya Pradesh (Lovell, 2019). Conforme destacado por Ramana (2008, p. 117), a formação desta Zona Revolucionária contribuiria com a luta armada maoísta de três formas: 1) seria criada uma rota logística que facilitaria o transporte de armas através do subcontinente; 2) durante períodos de intensas operações das forças de segurança, os guerrilheiros poderiam facilmente recuar para áreas distantes e seguras; e 3) haveria uma significativa expansão das áreas de influência revolucionárias.

Anos mais tarde, em 2004, relatórios apresentados por agências de inteligência estatais e central apontavam para fortes conexões entre maoístas do Nepal e naxalitas, especialmente nos estados de Uttarakhand, Uttar Pradesh, Bihar, Bengala Ocidental e Sikkim, todos estes localizados na fronteira Índia-Nepal (ver Anexo 1). Ao longo dos milhares de quilômetros de fronteira, haveria diversos campos para treinar homens-bomba e mulheres, escavação de trincheiras, aquisição de armas para unidades do PWG em Andhra Pradesh e pilhagem de riquezas das florestas da Índia. Contudo,

o que realmente chamou a atenção de Delhi foram os relatórios que sugeriam o apoio do ISI aos Maoístas através de relações comerciais “amigáveis” entre o *Habib Bank* no Paquistão e o *Himalayan Bank* no Nepal. O Habib Bank é identificado como agência financiadora do ISI (Siddiqui, 2004, tradução nossa).

Já em novembro de 2010, a embaixada da Índia em Katmandu, capital nepalesa, havia escrito à Ministra das Relações Exteriores do Nepal, Sujata Koirala, e ao Ministro de Assuntos do Interior, Bhim Rawal, bem como aos secretários de Relações Exteriores e do Interior do Nepal, sobre a assinatura de um acordo secreto feito entre líderes do PCI (Maoísta) e do *People's Liberation Army* dos maoístas nepaleses. O acordo firmado seria para a

cooperação entre ambos, na qual os nepaleses dariam treinamento político e militar aos indianos. Segundo o relatório, naquele momento, cerca de 300 naxalitas já teriam recebido treinamento dentro do Nepal, e os nepaleses tinham concordado em enviar guerrilheiros para campos naxalitas em Bihar para treinar ainda mais rebeldes (Ramana, 2010).

Os maoístas do Nepal, no entanto, negaram essas informações, alegando que não passavam de rumores para descreditar o processo de paz pelo qual o Nepal estaria passando. Contudo, como trazido por Ramana (2010, 2012), o próprio Ministério de Assuntos Internos da Índia, em seus *Annual Reports* divulgados entre 2003 e 2006, já havia relatado as relações entre os maoístas da Índia e do Nepal.

Além disso, pensando em reunir todos os movimentos maoístas do Sul Asiático, foi criado, em 2001, o *Coordination Committee of Maoists Parties and Organisations of South Asia* (CCOMPOSA), com o objetivo de coordenar e fortalecer as ações rumo ao avanço das novas revoluções democráticas. Ao final de sua quarta conferência, foi publicada uma resolução política do CCOMPOSA, na qual o grupo se comprometeu a “repelir os ataques destes governantes reacionários, os expansionistas indianos, e expulsar os EUA e todos os imperialistas do Sul da Ásia” (Political Resolution [...], 2006, tradução nossa).

A fundação da organização foi um sinal das intenções de internacionalizar os movimentos revolucionários a fim de fortalecer sua luta armada, como fica evidente no trecho seguinte da resolução publicada:

O CCOMPOSA, uma organização dos Maoístas do Sul da Ásia, promete aprofundar e alargar os laços entre os verdadeiros Maoístas da região, ajudar a afiar a arma do MLM [marxismo-leninismo-maoísmo] e aumentar a coordenação para combater os inimigos nos seus respectivos países, sendo activamente liderada pelos seus mestres imperialistas dos EUA. Com as classes dominantes da maioria dos países do Sul da Ásia ajudando umas às outras na região para suprimir os movimentos revolucionários e nacionalistas, há uma necessidade cada vez maior de os movimentos populares destes países se aproximarem e apoiarem as suas respectivas lutas. (Political Resolution [...], 2006, tradução nossa).¹⁰⁰

Os maoístas do Nepal desempenharam um papel significativo no CCOMPOSA, e até mesmo o Partido Comunista Chinês teria dado sua aprovação para os encontros do grupo (Anoop, 2011). Ao todo, foram realizados cinco congressos – o último deles em 2011 –, mas, na prática, nenhum deles resultou em nada relevante e logo as operações da organização chegaram ao fim. Já as relações entre ambos maoístas indianos e nepaleses teriam enfraquecido por volta de 2007, quando os nepaleses abandonaram a luta armada para

¹⁰⁰ A resolução política completa está disponível em: <https://www.bannedthought.net/India/PeoplesMarch/PM1999-2006/archives/2006/Aug2k6/ccompossa%20pr.htm>.

participar dos processos políticos do país (Ahlawat, 2021).

5.3.2 Liberation Tigers of Tamil Eelam

Ao longo dos anos 1990, através de supostas entrevistas secretas concedidas por guerrilheiros do PWG a pouquíssimos jornalistas, foi revelado que os naxalitas teriam relações com o *Liberation Tigers of Tamil Eelam* (LTTE), grupo rebelde do Sri Lanka, notícia que surpreendeu as autoridades e chamou a atenção do governo. Os quadros do LTTE estariam realizando treinamento para o manejo de explosivos dentro das florestas de Dandakaranya, recebendo em troca um esconderijo seguro e apoio logístico depois de serem reprimidos pelos governos do Sri Lanka e da Índia (Ghose, 2018; Siva G., 2009; Chakravarti, 2017).

Esses contatos, no entanto, já são de longa data; em entrevista, um agente da inteligência indiana especializado nos naxalitas, revelou que quadros do LTTE estariam treinando guerrilheiros do *People's War Group* na fabricação e uso de minas terrestres entre 1989 e 1990. Posteriormente, em 1991, um líder político do estado de Andhra Pradesh afirmou em plena Assembléia Legislativa do estado que o PWG estaria comprando armas dos rebeldes do Sri Lanka, entre elas 60 rifles AK-47 e 20 submetralhadoras (Ramana, 2008, 2012). Uma década depois, em Dezembro de 2001, duas fitas cassetes contendo vídeos de treinamento do LTTE foram recuperadas de um depósito de armas do PWG na aldeia de Nelimaliga, no distrito de Visakhapatnam, em Andhra Pradesh (Ramana, 2008, p. 126).

Ghose (2018) aponta ainda que, de acordo com órgãos de inteligência, o *modus operandi* adotado pelos PCI (Maoísta) – seu estilo de operação, uso de minas terrestres, fabricação de explosivos, táticas de guerrilha, brutalidade excessiva contra seus opositores, sejam eles membros das forças de segurança ou até mesmo aldeões, além da implantação de *IEDs* dentro dos corpos de oficiais indianos mortos – de fato indica uma relação com o LTTE e treinamento transmitido por seus quadros.

No entanto, em entrevista concedida em 2009, Ganapathy negou quaisquer laços internacionais que o PCI (Maoísta) pudesse ter. Segundo ele, o Partido tentou por diversas vezes estabelecer relações com o LTTE, mas seus líderes ficaram receosos em cooperar com os maoístas (Pandita, 2009).

5.3.3 Outros atores não-estatais

Houve ainda suspeitas de possíveis conexões até mesmo com o Estado Islâmico (*Islamic State of Iraq and Syria*, ou ISIS). Em julho de 2016, a NIA publicou um documento no qual havia informações de que o ISIS planejava adquirir armas dos maoístas a fim de realizar seus ataques terroristas. Segundo o documento, 16 supostos membros do ISIS teriam entrado em contato com os maoístas a fim de aprender a fabricar bombas e o *modus operandi* para realizar atentados (Singh, 2016). E mesmo antes dessa publicação oficial, já havia suspeitas de que jihadistas em Bangladesh e Bengala Ocidental poderiam cooperar com os naxalitas no Corredor Vermelho a fim de desestabilizar a Índia (Mukherjee, 2016).

No entanto, em abril daquele ano, o Ministro de Assuntos Internos, Haribhai Parathibhai Chaudhary, ao ser questionado na *Rajya Sabha* (a câmara alta do parlamento indiano) se havia quaisquer tipos de relações entre os naxalitas e o ISIS, garantiu que tais rumores eram falsos (No nexus [...], 2016). Os próprios maoístas negaram estes contatos.

A negação desses rumores por parte de ambos, porém, não foi nada menos que natural. Primeiramente, o governo admitir a existência de relações entre um grupo insurgente nacional com um dos mais perigosos grupos terroristas do mundo poderia causar pânico em meio à população e perda de credibilidade e legitimidade política de um governo que estaria falhando em seus deveres de segurança nacional. Já os naxalitas, por sua vez, admitir que estavam cooperando com um grupo terrorista como o ISIS significaria uma provável perda de prestígio entre a população cujo apoio eles querem conquistar. Até mesmo os laços fraternais e apoio ideológico de outros grupos extremistas de esquerda seriam postos em risco, sem contar o risco à homogeneidade e integridade internas do próprio movimento, haja vista que o fundamentalismo religioso vai contra os princípios ideológicos do marxismo-leninismo-maoísmo defendido pelos naxalitas (Mukherjee, 2016).

Uma fala de Ganapathy, secretário geral do PCI (Maoísta), reforça essa posição:

Os movimentos jihadistas islâmicos têm dois aspectos: um é o seu aspecto anti-imperialista, e o outro é o seu aspecto reacionário em questões sociais e culturais. O nosso partido apoia a luta dos países e povos muçulmanos contra o imperialismo, ao mesmo tempo que critica e luta contra a ideologia reaccionária e a perspectiva social do fundamentalismo muçulmano (Mukherjee, 2016, tradução nossa).

Essas palavras podem ser vistas como controversas quando pensamos no apoio alegadamente recebido do ISI pelos naxalitas. No entanto, as conexões com os paquistaneses são muito menos problemáticas do que as com o ISIS poderiam ser. Embora uma cooperação

com o Estado Islâmico de fato pudesse trazer benefícios logísticos e financeiros aos maoístas, tal aliança poderia trazer muito mais inconvenientes ao movimento do que suas possíveis vantagens (Mukherjee, 2016).

Já no que se refere a laços fraternais e de apoio ideológico, os naxalitas mantêm contato com cerca de 21 outros grupos comunistas ao redor do mundo, entre eles o Sendero Luminoso no Peru, o Partido Comunista Revolucionário dos EUA, Partido Marxista-Leninista da Alemanha, Partido Maoísta Comunista da Itália, Partido Comunista Revolucionário da Colômbia, Partido Comunista da Turquia/Marxista-Leninista, e o Partido Comunista das Filipinas (Ramana, 2008, 2012).

Quadros naxalitas também não apenas já participaram de seminários comunistas internacionais em países como Bélgica e Alemanha – além de terem visitado muitos outros países em busca de ampliar e fortalecer suas conexões internacionais – como também promoveram tais eventos. O *Mumbai Resistance 2004*, por exemplo, promovido pelo então PW, contou com a participação de 24 grupos estrangeiros e tinha o objetivo de expandir sua base de apoio (Ramana, 2008). Contudo, segundo Ramana (2012), embora isso seja uma ótima maneira dos naxalitas conseguirem maior visibilidade e apoio internacional, raramente tais laços tenham trazido dinheiro ou armamentos.

Alguns relatórios apontavam ainda para um envolvimento também com comunistas de Bangladesh. Segundo informações, Sailen Sarkar, um dos membros do partido comunista de Bangladesh, teria cruzado a Índia em agosto de 2009 a fim de entrar em contato com Kanchan, um dos líderes dos naxalitas. A partir de então, os indianos estariam indo para Bangladesh receber treinamento em campos administrados por forças anti-Índia locais. Estes campos de treinamento, por sua vez, também estariam recebendo alguma forma de ajuda do ISI (Blumenfeld, 2010a).

5.4 Conclusões parciais

Mediante ao exposto ao longo do capítulo, tornou-se evidente que, embora seja uma luta revolucionária considerada pelas autoridades apenas como um movimento insurgente regional, o Movimento Naxalita apresentou, ao longo de sua história, uma significativa rede de conexões internacionais, sejam elas de natureza material, política, militar ou ideológica.

Ainda que a existência de tais laços seja negada tanto pelos próprios naxalitas quanto pelos atores intervenientes, os inúmeros indícios surgidos ao longo do tempo apontam que as conexões internacionais de fato existiram. Entre os atores apresentados, os que se colocam em

uma posição de destaque são China e Paquistão, cujas rivalidades com a Índia os levaram a apoiar movimentos insurgentes no país com o objetivo de desestabilizar politicamente o governo indiano.

Ao colocar as conexões desenvolvidas pelos naxalitas em perspectiva, vemos uma diferença entre as motivações que levaram os atores externos a se envolverem no conflito. Por um lado, o envolvimento tanto da China quanto dos maoístas do Nepal ocorreu em razão de interesses políticos, isto é, um apoio mútuo entre as partes por conta de semelhanças ideológicas ou pela defesa de causas comuns. Tanto os nepaleses quanto os indianos buscavam expandir suas conexões com outros movimentos comunistas a fim de consolidar e legitimar sua agenda na região. O maior reflexo disso foram os planos para se desenvolver uma Zona Revolucionária Compacta desde o Nepal até o centro-sul da Índia.

Com relação à China, um dos objetivos do país durante a Guerra Fria – e potencializado pela Revolução Cultural –, era se tornar a grande líder da revolução mundial, desbancando a revisionista União Soviética e exportando a ideologia maoísta para os países do Terceiro Mundo. Nesta perspectiva, o governo chinês buscava fornecer apoio aos grupos revolucionários que estivessem alinhados à Pequim, dentre eles os naxalitas. Claramente, não se pode deixar de lado a histórica rivalidade sino-indiana – potencialidade pela guerra de 1962 – pela hegemonia no continente Asiático. Dentro dessa lógica, um movimento insurgente se alastrando pelo interior do país se mostra um instrumento muito conveniente para desestabilizar um Estado rival.

Por outro lado, quando colocamos em perspectiva as conexões estabelecidas com outros grupos armados não-estatais, o que se percebe são relações de natureza meramente tática, isto é, relações pragmáticas com objetivo de multiplicar suas forças e obter lucros através da compra e venda de armas – e, por conseguinte, manter ativa suas lutas. Foi assim com os grupos separatistas do Nordeste e com o LTTE, por exemplo.

Do mesmo modo, as relações com o Paquistão se mostraram pragmáticas, haja vista que o único interesse comum entre as partes era a desestabilização do Estado indiano. Nesse sentido, as rivalidades indo-paquistanesas foram a principal força motriz para Islamabad, através do ISI, fornecer seu apoio aos naxalitas. Sendo econômica e militarmente inferior em relação à Índia, o Paquistão achou na guerra de baixa intensidade através de grupos insurgentes uma alternativa para lentamente erodir o poderio de Nova Delhi, pondo em ação sua “guerra dos mil cortes”. Conforme exposto, os naxalitas foram apenas a terceira base paquistanesa para desestabilizar a Índia, atrás de Jammu e Caxemira e dos grupos separatistas no Nordeste.

Por fim, o que se vê é que todas essas conexões de fato trouxeram benefícios aos naxalitas, como maior acesso a armas e financiamento, sofisticação de seu arsenal e técnicas de operação, bem como maior alcance de suas pautas políticas em decorrência da publicidade advinda da internacionalização de suas operações. Indiscutivelmente, pode-se apontar que suas conexões internacionais foram uma das razões da longevidade do movimento. No entanto, o apoio externo limitado serviu apenas para manter viva as lutas, não sendo suficiente para fazer uma diferença substancial no campo de batalha.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao que foi exposto ao longo da pesquisa, voltamos ao que foi dito ainda na introdução. Toda narrativa é dotada de profunda complexidade e sempre existirão múltiplas facetas acerca de um mesmo tema. Perante tudo que foi visto, o duelo de narrativas, de fato, mostrou-se patente: se, por um lado, os naxalitas se apresentam como revolucionários cujo objetivo é expurgar todo mal que permeia o sistema político da Índia, por outro, o governo indiano os classifica como terroristas, criminosos que apenas derramaram sangue por onde passaram e que, por isso, devem ser eliminados. Já a análise objetiva de uma conjuntura tão intrincada e repleta de variáveis se mostra igualmente complexa.

Por um lado, a Índia possui um histórico de violência estrutural contra populações mais pobres, sobretudo *adivasis*, que provém dos tempos do colonialismo britânico e cuja solução é igualmente longínqua. Naturalmente, o cenário de miséria e negligência estatal, que apresentamos diversas vezes, criaria condições ideais para a eclosão de insurreições por parte de pessoas que lutam pelo mínimo de dignidade e melhoria em suas condições de vida – como de fato ocorreu em inúmeros momentos ao longo da história. E para tentar deter qualquer foco de subversão, o Estado indiano se mostrou incapaz de atuar sem o uso de violência excessiva e indiscriminada.

Por outro, os naxalitas, que, em teoria, lutam pela nobre causa das populações marginalizadas na região rural da Índia, por diversas vezes se utilizaram de violência brutal, frequentemente atingindo a população a quem se dispuseram a proteger – sem contar todos os distúrbios causados na sociedade indiana e todo o esforço e dinheiro despendidos pela máquina pública para combater os rebeldes, o que, de uma maneira ou de outra, prejudicou o desenvolvimento econômico do país e, conseqüentemente, perpetuou “o ciclo de pobreza e marginalização das populações rurais” (A Historical [...], 2019, p. 11, tradução nossa). Ao tentarem manter a população sob seu controle, atacando quaisquer agentes públicos e até mesmo destruindo obras de infraestrutura do governo, os naxalitas estão apenas

[...] eliminando qualquer possibilidade de opções alternativas, o que significa que os civis são forçados a recorrer aos maoístas para questões de governança (como resolução de disputas, empregos, bem-estar, etc.). A noção de que os maoístas só podem depender da lealdade das populações rurais por medo instalado, e não por compromisso com a ideologia, é, portanto, comprovadamente correta (A Historical [...], 2019, p. 11, tradução nossa).

De qualquer modo, o fato é que, ao longo dos anos, tanto os naxalitas quanto o governo cometeram crimes atroz, e nessa guerra de narrativas, é seguro afirmar que o lado

perdedor é o da população civil, que acabou presa no fogo cruzado e padece com os conflitos e as mazelas que dele decorrem.

Analisando a situação de maneira objetiva, a guerrilha naxalita jamais esteve perto de seu objetivo de derrubar o Estado indiano em prol de um regime comunista, como ansiava seu grande idealizador, Charu Majumdar. Mesmo em seu apogeu, os meros 15 mil guerrilheiros jamais seriam páreo para um aparato estatal que investe mais de US\$76 bilhões em defesa anualmente.¹⁰¹ Ainda assim, mesmo fragilizado após quase seis décadas de existência, o naxalismo persevera em sua luta armada, com o objetivo de, ao menos em teoria, despertar a consciência do povo, conquistar seu apoio e avançar em sua Guerra Popular Prolongada. Primeiro nos campos – afinal a força motriz da revolução é o campesinato –, cercando as cidades, aumentando suas forças a fim de transformar sua guerrilha em um exército revolucionário regular, e, enfim, tomando os grandes centros de poder.

No entanto, faz-se necessário que questionemos: por que, mesmo após tantos anos e enfrentando tamanhas dificuldades, o Movimento Naxalita ainda persevera? Como salientamos anteriormente, é possível elencar quatro elementos que justificam a longevidade do naxalismo em solo indiano. O primeiro deles é o fracasso do governo em implementar reformas agrárias significativas no país, permitindo aos naxalitas continuar a atrair o interesse da população rural empobrecida e vivendo sob condições altamente precárias, utilizando-se dos discursos de luta contra um Estado indiferente e que governa apenas para uma pequena elite. O segundo é a continuidade da divisão social indiana baseada em castas, o que permite aos naxalitas explorar a mesma lógica de empoderar *dalits* e *adivasis* e buscar legitimidade em meio ao povo. O terceiro são as respostas violentas por parte do governo em suas operações de para reprimir o movimento, que conta com um longo histórico de abusos e violações de direitos humanos; inevitavelmente, a violência sofrida pela população é instrumentalizada pelos naxalitas para atrair simpatizantes.

Por fim, o quarto elemento que contribuiu para os naxalitas perpetuar suas operações foram as conexões internacionais desenvolvidas ao longo de sua história. Desde suas origens, o movimento conta com o envolvimento de diversos agentes externos e, conforme discutido ao longo de nosso arcabouço teórico, a participação de atores internacionais pode se mostrar crucial para o desenvolvimento e os resultados de conflitos internos.

O ator cujo envolvimento mais se destacou foi a China. Desde os primeiros passos do

¹⁰¹ Em 2021 foram investidos US\$76,6 bilhões, colocando a Índia em terceiro lugar no ranking mundial de gastos militares, atrás apenas de China e EUA (Madhukalya, 2022). Dados disponíveis em: <https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.CD?locations=IN>. Acesso em 08 jul. 2023.

naxalismo, ainda na Revolta de Naxalbari, Pequim se mostrou um grande apoiador da causa naxalita. Nesse primeiro momento, o apoio chinês se configurou majoritariamente como inspiração, ou apoio moral. Através de suas publicações – como o notável artigo *Spring Thunder Over India* (2006) – as palavras de incentivo chinesas, já altamente disseminadas entre os maoístas indianos, serviram para levantar o moral dos rebeldes e os incentivar a dar continuidade em sua luta. Conforme sintetizado por Byman et al. (2001, p. 99, tradução nossa), “esse apoio indireto pode demonstrar a viabilidade da resistência armada, oferecer um modelo de organização específico ou ilustrar a força das ideias”. Porém, embora o apoio moral possa se mostrar um ponto chave para o desencadeamento e a continuidade de uma insurreição, ele não é suficiente para sustentá-la a longo prazo.

Mediante isso, o apoio chinês se intensificou no período seguinte, sobretudo após a viagem de Kanu Sanyal e seus companheiros à Pequim. A partir daí, a China passou a fornecer treinamento militar e político aos quadros naxalitas, o que pode ser de grande ajuda para insurgências que se encontram ainda em seus primeiros estágios, tal como os naxalitas naquele momento. Ademais, foram fornecidos ainda armas e munição, seja diretamente ou através de intermediários, e há suspeitas até mesmo do fornecimento de apoio passivo (ou indireto), haja vista as informações de que quadros do ULFA estariam treinando naxalitas na província chinesa de Yunan, o que, em teoria, requer a conivência chinesa.

Quanto às conexões estabelecidas tanto com o Paquistão quanto com outros grupos armados não-estatais, as relações não se diferiram tanto das estabelecidas com a China – à exceção da esfera ideológica e de apoio moral. Tanto o ISI paquistanês quanto outros grupos não-estatais, como o LeT, os maoístas nepaleses e o LTTE, se envolveram majoritariamente no treinamento de quadros maoístas e no contrabando de armas. Os paquistaneses foram um pouco além, tendo se envolvido ainda com o contrabando de narcóticos e de dinheiro falso.

Nessas circunstâncias, à luz da literatura abordada – e utilizando a sistematização feita por Byman et al. (2001) –, o que podemos observar é a presença majoritária de formas valiosas (treinamento, armas e suprimentos) e de formas menores de apoio (inspiração, ou apoio moral e apoio organizacional). Dentre as formas críticas, a única que conseguimos identificar foi o financiamento, porém não foi possível comprovar quantitativa ou qualitativamente quais foram suas dimensões e impactos. As demais formas críticas, isto é, portos seguros, apoio militar direto ou apoio político, não foram despendidas por nenhum dos atores em prol dos naxalitas.¹⁰²

¹⁰² Como não existem fontes suficientes que comprovem a presença de naxalitas realizando treinamento na província de Yunan, optamos por não afirmar que a China fornece portos-seguros.

Já à luz da teoria de Paliwal e Staniland (2023) acerca das estratégias baseadas em objetivos ofensivos e defensivos, o que podemos observar foi a preponderância do posicionamento defensivo, ainda que tenha havido um intercâmbio entre ambos. Por parte da China, levando em consideração o contexto da Guerra Fria, em um primeiro momento é possível afirmar que houve objetivo ofensivo por parte de Pequim, haja vista sua estratégia de apoiar movimentos maoístas no Terceiro Mundo a fim de ampliar sua influência internacional. Por outro lado, se observarmos o apoio *de facto* concedido aos naxalitas, sua natureza consideravelmente limitada implica uma estratégia defensiva por parte do governo chinês, cujo objetivo era garantir sua influência política de forma mais limitada e reduzir a margem de manobra de Nova Delhi.

No que se refere ao Paquistão, é possível apontar para o mesmo caminho. Seu principal objetivo é a desestabilização da Índia, erodindo seu poderio militar, político e econômico a fim de sobrepujar seu rival. Isso também implica a redução da margem de manobra do governo indiano e a garantia de maior influência regional, e não necessariamente a derrubada do governo. Portanto, através de sua “guerra dos mil cortes”, o Paquistão forneceu um apoio também limitado aos naxalitas, o suficiente apenas para dar continuidade à sua luta armada, configurando, assim, objetivos e estratégias defensivas por sua parte.

Diante disso, conseguimos verificar a hipótese inicial de que, embora essas conexões internacionais tivessem um grande potencial para impactar o curso e o resultado dos conflitos, na prática elas nunca foram suficientes para realizar diferenças substanciais no campo de batalha em razão de seu caráter demasiadamente limitado. Não obstante, vale ressaltar que, levando em consideração o *modus operandi* naxalita, baseado em táticas de guerrilha e atentados terroristas, uma quantidade relativamente pequena de armas, suprimentos e dinheiro é suficiente para manter vivas as lutas armadas por um longo período, além de tornar maiores as chances do movimento se expandir para novas áreas e escalar em sua violência. Foi o que aconteceu uma vez e pode ser que aconteça de novo.

Dessa forma, vemos que as conexões com agentes externos foram um fator secundário para o Movimento Naxalita, permitindo aos guerrilheiros apenas perpetuar sua luta através da multiplicação de sua força militar e econômica, mas nunca de modo a alcançar resultados substanciais.

No entanto, embora a guerrilha naxalita não tenha alcançado grandes conquistas – e

Quanto ao apoio político, ainda que as publicações feitas na *Peking Review* possam se assemelhar a esta forma de assistência, jamais houve uma postura ativa do governo chinês para o reconhecimento da legitimidade naxalismo ou uma articulação para dar representatividade diplomática à sua causa, por exemplo. Portanto, esta prática se configura apenas como apoio moral.

tenha deixado um capítulo sangrento na história da Índia –, deve-se salientar que os maoístas chamaram atenção para questões de extrema importância para o país. Mesmo que o governo tenha respondido de maneira violenta às ações rebeldes, com o tempo Nova Delhi pareceu entender que a maneira mais efetiva de minar qualquer legitimidade naxalita era a implementação de políticas de desenvolvimento nas áreas afetadas. E foi o que passaram a fazer. Embora os resultados ainda estejam longe dos ideais, serviu para fazer o movimento perder seu fôlego novamente.

Atualmente, o naxalismo respira por aparelhos e talvez seja apenas uma questão de tempo até que o movimento fique relegado aos anais da história. Porém, como em todo fenômeno social e político, fazer previsões confiáveis é praticamente impossível, ainda mais levando em conta que o naxalismo já havia sido considerado praticamente extinto e, em questão de uma década, renasceu e se tornou o maior desafio de segurança da Índia. Dessa forma, o governo ainda se mantém alerta para um possível reavivamento, uma vez que derrotar militarmente a guerrilha não significa derrotar a insurreição, haja vista que

na medida em que um pequeno grupo se mantenha coeso, politicamente consciente, medianamente armado, em contato com o povo e defendendo uma causa justa [...] haverá um momento em que crescerá, amadurecerá e poderá passar à contraofensiva (Saint-Pierre, p. 160).

REFERÊNCIAS

- A HISTORICAL introduction to Naxalism in India.** European Foundation for South Asian Studies. Amsterdam, 2019. Disponível em: <https://www.efsas.org/Historical%20Introduction%20Naxalites%20PDF.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- AHLAWAT, Dalbir. **Naxal insurgency in India: Genesis, ideological precepts, and security challenges.** In: IZARALI, M. Raymond; AHLAWAT, Dalbir (ed.). *Terrorism, Security and Development in South Asia: National, Regional and Global Implications*. Routledge, 2021, p. 80 – 99.
- AHLUWALIA, V.K. **Strategy and Tactics of the Indian Maoists: An Analysis.** *Strategic Analysis*, vol. 36, n. 5. 2012, pp. 723-734.
- ANOOP, A. J. **China - Naxalite linkages: Gauging its dimensions.** Vivekananda International Foundation. 25 mar. 2011. Disponível em: <https://www.vifindia.org/article/2011/march/25/China-Naxalite-linkages-Gauging-its-dimensions>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- ANTI-MAOIST Operations in Chhattisgarh Begin: Activists Worry About Potential Human Rights Violations.** WikiLeaks. 11 jan. 2010. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/10MUMBAI12_a.html. Acesso em: 11 dez. 2023.
- ANUNCIAÇÃO, Arthur Sá. **O conflito em Caxemira: uma luta identitária e a perpetuação de um risco internacional.** Orientadora: Carmen Amado Mendes Coimbra. 2013. 171 f. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24771/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Arthur_Anuncia%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.
- ARBAGE, Jorge. **O Ano Zero: A Revolução, Pol Pot e o Khmer Vermelho.** São Paulo: Ed. Fontenele Publicações. 2019.
- ARON, Raymond. **Os Meios e os Fins.** In: ARON, Raymond. *Pensar a Guerra*, Clausewitz. Editora UnB, 1986. p. 151-173.
- AVILÉS, Juan. **Los orígenes del terrorismo revolucionario.** In: AVILÉS, Juan; AZCONA, José Manuel; RE, Matteo (Eds.). *Después del 68: la deriva terrorista en Occidente*. Madrid: Silex, 2019, pp. 19-46. Disponível em: https://www.academia.edu/84956237/Los_or%C3%ADgenes_del_terrorismo_revolucionario. Acesso em: 03 jul. 2023.
- AZEVEDO, Christian Vianna de. **Operações de Contrainsurgência: debates e desafios à luz dos acontecimentos no Afeganistão após 2001.** Orientador: Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Relinternac_AzevedoCV_1.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

BASU, Moni. **Seeing the new India through the eyes of an invisible woman**. CNN, Kolkata, India, 2017. Disponível em: <https://edition.cnn.com/interactive/2017/10/world/i-on-india-income-gap/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BECKETT, Ian. **The historiography of insurgency**. In: DUYVESTEIN, Isabelle; RICH, Paul. (Ed.). *The Routledge handbook of insurgency and counterinsurgency*. New York: Routledge, 2012. p. 23-31

BEZERRA, Holien Gonçalves. **A revolução chinesa**. São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas. 1986.

BHALLA, Reva. Re: **[MESA] INDIA/CT- Lashkar operatives attended Maoist meet: Chhattisgarh police chief**. [mensagem eletrônica] Mensagem recebida por: <ct@stratfor.com>; <mesa@stratfor.com>; <animesh.roul@stratfor.com>, em: 10 nov. 2010, às 15h 00 min. In: WIKILEAKS. *The Global Intelligence Files*. 11 mar. 2013. Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/18/1879219_re-mesa-india-ct-lashkar-operatives-attended-maoist-meet.html. Acesso em: 06 dez. 2023.

BHAT, Anil. **Small arms flow into India**. Salute. 14 jul. 2014. Disponível em: <https://salute.co.in/small-arms-flow-into-india/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

BIGGEST ATTACK by Maoists in Chhattisgarh in two years. The Hindu. 26 abr. 2023. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/foiling-ied-attacks-in-south-bastar-region-of-chhattisgarh-last-major-challenge-for-anti-naxal-ops-officials/article66782549.ece>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BLUMENFELD, Jaclyn. Re: **[CT] INDIA/CT- Lashkar operatives attended Maoist meet: Chhattisgarh police chief**. [mensagem eletrônica] Mensagem recebida por: <ct@stratfor.com>, em: 10 nov. 2010a, às 23h 41 min. In: WIKILEAKS. *The Global Intelligence Files*. 11 mar. 2013. Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/20/2007338_re-ct-india-ct-lashkar-operatives-attended-maoist-meet.html#. Acesso em: 06 dez. 2023.

BLUMENFELD, Jaclyn. **[CT] DISCUSSION: Naxalites and ties to foreign groups**. [mensagem eletrônica] Mensagem recebida por: <ct@stratfor.com>, em: 15 nov. 2010b, às 16h 02 min. In: WIKILEAKS. *The Global Intelligence Files*. 11 mar. 2013. Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/19/1947714_-ct-discussion-naxalites-and-ties-to-foreign-groups-.html#. Acesso em: 07 dez. 2023.

BOKHARI, Kamran. Re: **[CT] INDIA/CT- Lashkar operatives attended Maoist meet: Chhattisgarh police chief**. [mensagem eletrônica] Mensagem recebida por: <ct@stratfor.com>, em: 10 nov. 2010, às 15h 27 min. In: WIKILEAKS. *The Global Intelligence Files*. 11 mar. 2013. Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/19/1947475_re-ct-india-ct-lashkar-operatives-attended-maoist-meet.html. Acesso em: 06 dez. 2023.

BONANATE, Luigi. **Terrorismo Político**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola;

PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, Vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 1242-1245.

BOOTH, Christopher D. **Clowns to the Left of Me, Jokers to the Right: The Threat of Increased Insurgency in India's Volatile Northeast**. Modern War Institute. 25 abr. 2022.

Disponível em:

<https://mwi.westpoint.edu/clowns-to-the-left-of-me-jokers-to-the-right-the-threat-of-increased-insurgency-in-indias-volatile-northeast/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

BRAVO, Gian Mario. **Insurreição**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, Vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 631-632.

BYMAN, Daniel. **Outside Support for Insurgent Movements**. Security Studies Program, Georgetown University. Washington, DC. 2013. p. 981–1004.

BYMAN, Daniel; CHALK, Peter; HOFFMAN, Bruce; ROSENAU, William; BRANNAN, David. **Trends in outside support for insurgent movements**. National Security Research Division (RAND), Santa Monica, CA, 2001.

CASTILLA, Concepción T. **Jammu y Cachemira como Conflicto Internacional: Premisas para su solución**. Madri. Universidad Complutense de Madrid. 2000. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/3853/1/T24763.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Guide to the Analysis of Insurgency**. 2011.

Disponível em:

<https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87T01127R000300220005-6.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

CHAKRABARTI, S. **The Naxalite-China Linkage: Dissemination of Propaganda and Direct Contacts**. China Report, v. 22, n. 3, 1986, p. 211–232.

CHAKRABARTY, Bidyut; KUJUR, Rajat Kumar. **Maoism in India: Reincarnation of ultra-left wing extremism in the twenty-first century**. New York: Routledge. 2010.

CHAKRABORTY, Debjyoti. **Mao gave us cigars, didn't want to be our idol, says Khokan Majumdar**. Hindustan Times. Kolkata, 07 jul. 2013. Disponível em:

<https://www.hindustantimes.com/kolkata/mao-gave-us-cigars-didn-t-want-to-be-our-idol-says-khokan-majumdar/story-UxV6FqIFzaOicmngZ80AK.html>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CHAKRAVARTI, Sudeep. **Indian Maoists and the Foreign Connections**. Mint, [S. l.], 18 mai. 2017. Disponível em:

<https://www.livemint.com/Opinion/4Gl6KhTJk8vaxYMws4akbN/Indian-Maoists-and-the-overseas-connection.html>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CHALK, Peter. **Pakistan's Role in the Kashmir Insurgency**. RAND. 01 set. 2001.

Disponível em:

<https://www.rand.org/blog/2001/09/pakistans-role-in-the-kashmir-insurgency.html>. Acesso em: 28 jul. 2023.

CHAUDHURY, Shoma. **'Halt the Violence! Give Me 72 Hours'**. In: PAUL, Santosh (ed.). *The Maoist Movement in India: perspectives and counterperspectives*. New Delhi: Routledge, 2013. p. 197-215.

CHHIKARA, Rishi. **People's Liberation Guerrilla Army of CPI (Maoist)**. Manekshaw Paper, n. 35. New Delhi, Centre for Land Warfare Studies. 02 jan. 2012. Disponível em: <https://www.claws.in/publication/peoples-liberation-guerrilla-army-of-cpi-maoist/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CHOUDHURY, Rabindra Nath. **Maoists Brutally Kill 8th BJP Leader in Chhattisgarh within a Year in Bastar Attack**. Deccan Chronicle. 09 dez. 2023. Disponível em: <https://www.deccanchronicle.com/nation/politics/091223/maoists-brutally-kill-8th-bjp-leader-in-chhattisgarh-within-a-year-in.html>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. [S.l.: s.n.], [2018]. Disponível em: <https://www.amigodamarinha.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

COMMUNIST Party of India-Maoist (CPI-Maoist) all its formations and front organizations. South Asia Terrorism Portal. [2023]. Disponível em: <https://www.satp.org/terrorist-profile/india/communist-party-of-india-maoist-cpi-maoist-all-its-formations-and-front-organizations>. Acesso em: 01 ago. 2023.

COSTA LIMA, F. **Mirroring its British masters: state and outsourced terrorism against the Maoist insurgency**. *Conjuntura Austral*, [S. l.], v. 13, n. 62, p. 64–76, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/116728>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CPI (MAOIST). **CPI (Maoist) Party Programme**. 2004a. Disponível em: <https://www.satp.org/document/paper-acts-and-ordinances/cpi-maoist-party-programme>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CPI (MAOIST). **Maoist Information Bulletin - 11**. 07 out. 2009a. Disponível em: <http://bannedthought.net/India/CPIMIB/MIB-11.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CPI (MAOIST). **Maoist Information Bulletin - 12**. 31 out. 2009b. Disponível em: <http://bannedthought.net/India/CPIMIB/MIB-12.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CPI (MAOIST). **Maoist Information Bulletin - 16: Dantewada Special issue**. 30 abr. 2010a. Disponível em: <http://bannedthought.net/India/CPIMIB/MIB-16.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CPI (MAOIST). **Maoist Information Bulletin - 17**. 20 mai. 2010b. Disponível em: <http://bannedthought.net/India/CPIMIB/MIB-17.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CPI (MAOIST). **Maoist Information Bulletin - 19: Special issue in memory of comrade Azad**. Jul-Set. 2010c. Disponível em: <http://bannedthought.net/India/CPIMIB/MIB-19-Final.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CPI (MAOIST). **Party Constitution**. 2004b. Disponível em:

<https://www.satp.org/document/paper-acts-and-oridinances/party-constitution-central-committee-p-cpi-maoist>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CPI (MAOIST). **Strategy & Tactics of the Indian Revolution**. 2004c. Disponível em: [https://www.satp.org/document/paper-acts-and-oridinances/strategy--tactics-of-the-indian-revolution--central-committee-\(p-cpi-\(maoist](https://www.satp.org/document/paper-acts-and-oridinances/strategy--tactics-of-the-indian-revolution--central-committee-(p-cpi-(maoist). Acesso em: 20 jan. 2024.

CPI (ML)(PW) and MCCI - Merged. Communist Party of India (Maoist) Emerged. Press statement. 14 Out. 2004. Disponível em: <https://www.bannedthought.net/India/CPI-Maoist-Docs/Statements/PressStatementOnMerger.htm>.

CPI-ML (PEOPLE'S WAR). **Policy programe of Janathana Sarkar**. 2004. Disponível em: <https://www.satp.org/document/paper-acts-and-oridinances/policy-programe-of-janathana-sarkar>. Acesso em: 20 jan. 2024.

DAS, Madhuparna. **Arrested Maoists reveal a supply chain from China**. The Indian Express. Kolkata, 08 dez. 2010. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/news-archive/web/arrested-maoists-reveal-a-supply-chain-from-china/>. Acesso em 26 nov. 2023.

DAS, Samir Kumar. **Conflict and Peace in India's Northeast: The Role of Civil Society**. East-West Center. Policy Studies, No. 42. Washington, D.C., 2007. Disponível em: <https://www.eastwestcenter.org/publications/conflict-and-peace-india%E2%80%99s-northeast-role-civil-society>. Acesso em: 03 jul. 2023.

DEPARTMENT OF THE ARMY. **FM 3-24/MCWP3-33.5: Insurgencies and Countering Insurgencies**. Washington/DC: Headquarters, Department of the Army, mai. 2014. Disponível em: <http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm3-24.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

DIRLIK, Arif. **Mao Zedong Thought and the Third World/Global South**. Interventions: International Journal of Postcolonial Studies, n. 2, vol. 16. 2014. p. 233-256.

DON'T COPY US, Mao advised Indian Maoists. On Manorama. New Delhi, 22 ago. 2014. Disponível em: <https://www.onmanorama.com/lifestyle/books/kanu-sanyal-maoists-mao-zedong-the-first-naxal.html>. Acesso em: 04 dez. 2023.

DWARY, Anurag. **11 Killed In Blast: A Look At Major Maoist Attacks In Chhattisgarh**. NDTV. 26 abr. 2023. Disponível em: <https://www.ndtv.com/india-news/chhattisgarh-maoist-attack-11-killed-in-blast-a-look-at-major-maoist-attacks-in-chhattisgarh-3981377>. Acesso em: 25 jan. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda. 1964. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/Origem_da_Familia_da_Propriedade_Privada_e_do_Estado.epub. Acesso em: 07 jan. 2024.

ESSAR REJECTS allegations of paying Maoists protection money. Firstpost. Washington, 20 dez. 2014. Disponível em:

<https://www.firstpost.com/business/essar-pays-protection-money-to-maoists-in-cgarh-wikileaks-76978.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FERNÁNDEZ, Adolfo Naya. **Operation “Green Hunt” in India: Social Practices of the Genocidal Counter-Insurgency Strategy “Hearts and Minds”**. Foreign Languages Press. Paris, 2020. Disponível em: <https://foreignlanguages.press/wp-content/uploads/2021/01/N08-Operation-Green-Hunt.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

FIDLER, David; GANGULY, Sumit. **Counterinsurgency in India**. In: DUYVESTEIN, Isabelle; RICH, Paul. (Ed.). *The Routledge handbook of insurgency and counterinsurgency*. New York: Routledge, 2012.

FOUR POLICEMEN arrested for supplying weapons to Naxals: Police. DNA India. 14 mai. 2010. Disponível em: <https://www.dnaindia.com/india/report-four-policemen-arrested-for-supplying-weapons-to-naxals-police-1382985>. Acesso em: 11 dez. 2023.

FREDDY, Haans J. **Conflict and Youth Rights in India: Engagement and Identity in the North East**. India: Palgrave Macmillan, 2017

FURTADO, Érika Rigotti. **Guerra e Direito**. In: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina (Orgs.). *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Editora da Unesp, 2018. p. 565-589. Disponível em: [https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20%20VITELLI%20\(2018\)%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1](https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20%20VITELLI%20(2018)%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1). Acesso em: 03 jul. 2023.

GALULA, David. **Counterinsurgency warfare: Theory and practice**. London: Praeger Security International, 2006.

GANGULY, Rajat. **India, Pakistan and the Kashmir Insurgency: Causes, Dynamics and Prospects for Resolution**. *Asian Studies Review*, v. 25, n. 3. Set. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232849591_India_Pakistan_and_the_Kashmir_Insurgency_Causes_Dynamics_and_Prospects_for_Resolution. Acesso em: 03 jul. 2023

GARG, Ruchir. **Roots and Causes: The Case of Dandakaranya**. In: RAMANA, P. V (ed.). *The Naxal Challenge: Causes, Linkages, and Policy Options*. New Delhi: Pearson Education. 2008.

GHOSE, Debobrat. **Bastar development offensive: How LTTE trained Maoists and transformed tribal youth into an armed guerrilla force**. Firstpost, India, 15 jul. 2018. Disponível em: <https://www.firstpost.com/india/bastar-development-offensive-how-ltte-trained-maoists-and-transformed-tribal-youths-into-merciless-killing-machines-4754011.html>. Acesso em: 03 jul. 2023.

GHOSH, Avijit. **When I met Kanu Sanyal**. *The Times of India*. 23 mar. 2010. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/blogs/Addictions/when-i-met-kanu-sanyal/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

GOMPERT, David C; GORDON, John IV. **War by other means: Building complete and balanced capabilities for counterinsurgency**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2008. Disponível em:

https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2008/RAND_MG595.2.pdf.

Acesso em: 03 jul. 2023.

GOODWIN, Jeff. **Explaining Revolutionary Terrorism**. In: FORAN, John; LANE, David; ZIVKOVIC, Andreja. *Revolution in the Making of the Modern World: Social identities, globalization, and modernity*. Nova York: Routledge, 2008. Cap. 13, p. 199-221.

GOSWAMI, Namrata. **Insurgencies in India**. In: DUYVESTEIN, Isabelle; RICH, Paul. (Ed.). *The Routledge handbook of insurgency and counterinsurgency*. New York: Routledge, 2012.

GOUVERNEUR, Cédric. **A ameaça da guerrilha naxalita**. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [S.l.], 1 jan. 2008. Disponível em:

<https://diplomatie.org.br/a-ameaca-da-guerrilha-naxalita/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

GOVERNMENT OF INDIA. **Annual Report 2005-2006**. Ministry of Home Affairs, 2006. Disponível em: https://www.mha.gov.in/sites/default/files/AnnualReport_05_06.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024.

GOVERNMENT OF INDIA. **Annual Report 2006-2007**. Ministry of Home Affairs, 2007. Disponível em: https://www.mha.gov.in/sites/default/files/AnnualReport_06_07.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

GOVERNMENT OF INDIA. **Annual Report 2022-2023**. Ministry of Home Affairs, 2023. Disponível em:

https://www.mha.gov.in/sites/default/files/AnnualReportEngLish_11102023.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

GOVERNMENT OF INDIA. **Development Challenges in Extremist Affected Areas**. New Delhi, Apr. 2008. Disponível em:

<https://tribal.nic.in/downloads/Statistics/OtherReport/DevelopmentChallengesinExtremistAffectedAreas.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GOVERNMENT OF INDIA. **Left Wing Extremism Division**. Ministry Of Home Affairs. [2024]. Disponível em:

<https://www.mha.gov.in/en/divisionofmha/left-wing-extremism-division>. Acesso em: 22 jan. 2024.

GUEVARA, Ernesto. **Obras Escogidas**. Santiago de Chile: CEME - Centro de Estudios Miguel Enríquez - Archivo Chile. 2004. Disponível em:

https://www.archivochile.com/America_latina/Doc_paises_al/Cuba/Escritos_del_Che/escritos_delche0088.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

GUPTA, Kanchan. **Naxals, India's enemy within**. Rediff. 25 nov. 2004. Disponível em: <https://in.rediff.com/news/2004/nov/25kanch.htm>. Acesso em: 06 dez. 2023.

GUPTA, Tilak D. **Maoism in India: Ideology, Programme and Armed Struggle**. *Economic and Political Weekly*, n. 29, vol. 41. 2006. p. 3172-3176. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4418465>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HARIVANSH. **Roots and Causes: The Case of Jharkhand**. In: RAMANA, P. V (ed.). *The Naxal Challenge: Causes, Linkages, and Policy Options*. New Delhi: Pearson Education. 2008.

HOEKSTRA, Quint. **How Foreign State Support for Rebel Groups Affects Conflict Outcome: A Mixed Method Approach**. Tese (Doutorado, PhD) – School of Social Sciences, University of Manchester. 2019. Disponível em: <https://www.escholar.manchester.ac.uk/api/datastream?publicationPid=uk-ac-man-scw:322572&datastreamId=FULL-TEXT.PDF>. Acesso em: 28 dez. 2023.

HUMANS RIGHTS WATCH. **“Being Neutral is Our Biggest Crime”: Government, Vigilante, and Naxalite Abuses in India’s Chhattisgarh State**. New York: Human Rights Watch. 2008a. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/india0708webwcover.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

HUMANS RIGHTS WATCH. **Getting Away with Murder: 50 Years of the Armed Forces (Special Powers) Act**. New York: Human Rights Watch. 2008b. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/backgrounder/2008/india0808/india0808web.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

HUSSAIN, Wasbir. **Insurgency in India’s Northeast: Cross-border Links and Strategic Alliances**. *Faultlines*, Vol. 17, 2006. Disponível em: https://www.satp.org/satporgtp/publication/faultlines/volume17/wasbir.htm#_ftn2. Acesso em: 03 jul. 2023.

HUSSAIN, Wasbir. **Insurgency in Northeast India: The Chinese Link**. *Institute of Peace and Conflict Studies*, [New Delhi], 02 fev. 2015. Disponível em: http://www.ipcs.org/comm_select.php?articleNo=4826. Acesso em: 03 jul. 2023.

HUTCHINSON, Martha Crenshaw. **The Concept of Revolutionary Terrorism**. *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 16, No. 3. Set., 1972. p. 383-396.

I AM the Real Desh Bhakt: Interview- Kishanji. *Indian Vanguard*. 14 nov. 2009. Disponível em: <https://indianvanguard.wordpress.com/2009/11/14/i-am-the-real-desh-bhakt-interview-kishanji/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Armed Conflict Survey**. London: Routledge. 2020.

JHARKHAND: Naxals target train; 2 killed. NDTV. [Índia], 20 nov. 2009. Disponível em: <https://www.ndtv.com/india-news/jharkhand-naxals-target-train-2-killed-405204>. Acesso em: 03 jul. 2023.

JOINT INTERVIEW of the General Secretaries of the erstwhile CPI (ML) [PW] & the

MCCI on the occasion of the merger of the two parties and the formation of the Communist Party of India (Maoist). People's March, n. 11-12, volume 5. 2004. Disponível em: <https://www.bannedthought.net/India/CPI-Maoist-Docs/Interviews/JointInterview.doc>. Acesso em: 24 jan. 2024.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era.** Cambridge: Polity Press 2012. Disponível em: https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/654678/mod_resource/content/1/kaldor%20-%20old%20and%20new%20wars.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

KARMAKAR, Sumir. **PLA of Manipur and CPI (Maoist) helped each other for waging war against India: NIA.** Deccan Herald. 27 abr. 2023. Disponível em: <https://www.deccanherald.com/india/pla-of-manipur-and-cpi-maoist-helped-each-other-for-waging-war-against-india-nia-1213369.html>. Acesso em: 04 dez. 2023.

KASHYAP, Samudra Gupta. **The men from Manipur who train and arm Maoists.** The Indian Express. Guwahati, 06 jun. 2012. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/news-archive/web/the-men-from-manipur-who-train-and-arm-maoists/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

KISS, Peter A. **Counterinsurgency in the Punjab – A Lesson for Europe.** European Police College. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/215862592_Counterinsurgency_in_the_Punjab_-_A_Lesson_for_Europe. Acesso em: 03 jul. 2023.

KRISHNAN, Murali. **Why has Maoist violence subsided in India?** Deutsche Welle. Nova Délhi. 01 mai. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/en/why-has-maoist-violence-subsided-in-india/a-64292819?maca=en-rss-en-asia-5133-xml-atom>. Acesso em: 05 jul. 2023.

KUNNATH, George. **Janathana Sarkar (people's government): rebel governance and agency of the poor in India's Maoist guerrilla zones.** Identities, n. 1, vol. 29. 2021.

LAL, Manohar. **Kill from a distance: IED-happy Maoist diktat.** Times of India. 06 Mai. 2011. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/city/ranchi/kill-from-a-distance-ied-happy-maoist-diktat/articleshow/8172182.cms>. Acesso em: 23 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução.** Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp – Navegando Publicações. 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estado-revolucao.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LÉNINE, V. I. **A Doença Infantil do Esquerdismo no Comunismo.** Obras Escolhidas. Editorial Avante, 1977, t3, p. 275-349. In: Marxists Internet Archive. 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/05/esquerdismo-doenca-infantil.pdf>.

LÉNINE, V. I. **O Programa Militar da Revolução Proletária.** Obras Escolhidas em Três Tomos, 1977, Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso - Moscovo. In: Marxists Internet Archive. 2006. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/09/programa.htm>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LÉNINE, V. I. **As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução**. Obras Escolhidas em Três Tomos, 1978. Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso - Moscovo. *In*: Marxists Internet Archive. 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/23.htm>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LET THE Red Flag of Naxalbari Fly Still Higher. Peking Review. 11 ago. 1967, p. 21-22. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/china/peking-review/1967/PR1967-33.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

LINTNER, Bertil. **Behind China's threat to support insurgency in India**. Asia Times. 30 out. 2020. Disponível em: <https://asiatimes.com/2020/10/behind-chinas-threat-to-support-insurgency-in-india/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

LINTNER, Bertil. **Mysterious Motives: India's Raids on the Burma Border**. The Irrawaddy. 30 jun. 2015. Disponível em: <https://www.irrawaddy.com/news/ethnic-issues/mysterious-motives-indias-raids-on-the-burma-border.html>. Acesso em: 04 dez. 2023.

LIN PIAO. **Long Live the Victory of People's War!** Peking Review, n. 36, vol. VIII. 03 set. 1965. p. 9-31. Disponível em: <http://www.beijingreview.com.cn/50years/1965-36.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.

LLOSA, Mario Vargas. **O Maoísmo**. El País. 21 ago. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-08-21/o-maoismo.html>. Acesso em: 17 jan. 2024.

LOVELL, Julia. **Maoism: A Global History**. New York: Ed. Vintage Books, Penguin Random House LLC. 2019.

MADHUKALYA, Anwasha. **India's military spending at \$76.6 bn 3rd highest in the world: SIPRI report**. Business Today, [S.l.]. 25 abr. 2022. Disponível em: <https://www.businesstoday.in/latest/economy/story/indias-military-spending-at-766-bn-3rd-highest-in-the-world-sipri-report-331098-2022-04-25>. Acesso em: 08 jul. 2023.

MAO TSÉ-TUNG. **Instruções do Alto Comando do Exército Popular de Libertação da China Sobre a Nova Proclamação das Três Grandes Regras de Disciplina e das Oito Recomendações**. Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Pequim, 1976, Tomo IV. *In*: Marxist Internet Archive. 2021. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1947/10/10.htm>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MAO TSÉ-TUNG. **O Livro Vermelho: Citações do Comandante Mao Tsé-tung**. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2002.

MAO TSÉ-TUNG. **Problemas da Guerra e da Estratégia**. Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Pequim, 1975, Tomo II, pág: 357-384. *In*: Marxists Internet Archive. 2013a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/11/06.htm>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MAO TSÉ-TUNG. **Problemas Estratégicos da Guerra de Guerrilhas Contra o Japão.** Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Pequim, 1975, Tomo II, pág: 107-168. In: Marxist Internet Archive. 2012. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/guerra.htm>. Acesso em: 14 jan. 2024.

MAO TSÉ-TUNG. **Sobre a Guerra Prolongada.** Obras Escolhidas de Mao Tsé-tung, Pequim, 1975, Tomo II, p.: 169-317. In: Marxists Internet Archive. 2013b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/prolongada.htm>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MAOIST INSURGENCY: Assessment - 2023. South Asia Terrorism Portal. 2023. Disponível em: <https://www.satp.org/terrorism-assessment/india-maoistinsurgency>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MAOISTS getting arms from China: Home Secretary. The Economic Times. New Delhi, 08 nov. 2009. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/politics-and-nation/maoists-getting-arms-from-china-home-secretary/articleshow/5209226.cms>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MAOISTS LOOT 16 tonnes of ammonium nitrate. The Economic Times. New Delhi, 21 mai. 2010. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/politics-and-nation/maoists-loot-16-tonnes-of-ammonium-nitrate/articleshow/5956228.cms>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MAOZ, Zeev; SAN-AKCA, Belgin. **Rivalry and State Support of Non-State Armed Groups (NAGs), 1946–2001.** International Studies Quarterly, v. 56, n. 4, 2012. p. 720–734. Disponível em: <https://academic.oup.com/isq/article/56/4/720/1830891?login=true>. Acesso em: 03 jul. 2023.

MAZUMDAR, Charu. **A Few Words About Guerrilla Actions.** Liberation, n. 4, vol. III. Feb. 1970. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/india/cpiml/guerilla-actions.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MEI, Eduardo. **Guerra.** In: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina (Orgs.). Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo: Editora da Unesp, 2018. [p. 542-564]. Disponível em: [https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20&%20VITELLI%20\(2018\)%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1](https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20&%20VITELLI%20(2018)%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1). Acesso em: 03 jul. 2023.

METZ, Steven. **Rethinking Counterinsurgency.** In: DUYVESTEIN, Isabelle; RICH, Paul. (Ed.). The Routledge handbook of insurgency and counterinsurgency. New York: Routledge, 2012.

MOHAN, Raja C.; SAHNI, Ajai. **India's Security Challenges at Home and Abroad.** NBR Reports, The National Bureau of Asian Research, [S.l.], May 2012.

MUKHERJEE, Shivaji. **Colonial Origins of Maoist Insurgency in India: Historical Institutions and Civil War.** The Journal of Conflict Resolution, Vol. 62, No. 10. 2018. p. 2232-2274. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48596738>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MUKHERJEE, Uddipan. **IEDs and the Maoist insurgency.** IDSA Comment. 07 mai. 2019.

Disponível em:

<https://www.idsa.in/idsacomments/ieds-and-maoist-insurgency-umukherjee-070519>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MUKHERJEE, Uddipan. **WikiLeaks and the Indian Maoists**. CLAWS, Centre for Land Warfare Studies. 04 jan. 2011. Disponível em:

<https://archive.claws.in/477/wikileaks-and-the-indian-maoists-uddipan-mukherjee.html>

Acesso em: 29 nov. 2023.

MUKHERJEE, Uddipan. **Is There an Alliance Between ISIS and India's Maoists?** The Diplomat. 27 jul. 2016. Disponível em:

<https://thediplomat.com/2016/07/is-there-an-alliance-between-isis-and-indias-maoists/>.

Acesso em: 06 dez. 2023.

MUKHERJI, Nirmalangshu. **Arms over People: Maoists in Bastar**. In: PAUL, Santosh (ed.). *The Moist Movement in India: perspectives and counterperspectives*. New Delhi: Routledge, 2013. p. 175-196.

MUKHERJI, Nirmalangshu. **Arms Over the People: What Have the Maoists Achieved in Dandakaranya?** Economic and Political Weekly, n. 25, vol. 45. Jun. 2010. p. 16-20.

Disponível em:

https://www.jstor.org/stable/pdf/40736658.pdf?refreqid=fastly-default%3Add7a3391b3cb0335893553567429bfad&ab_segments=&origin=&initiator=&acceptTC=1. Acesso em: 20 jan. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. [2022]. Disponível em:

<https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2024.

NAGAR, Chander Bhushan. **China-India Relations and North-East: An Overview**.

International Journal of Humanities & Social Science Studies, Assam, India, v. 3, n. 5. Mar. 2017. p. 129-138. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2017/1115-1491477951.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

NAYAK, Deepak Kumar. **Naxals' Foreign Links**. Center for Security Studies, [S.l.]. 9 mai. 2014. Disponível em:

<https://css.ethz.ch/en/services/digital-library/articles/article.html/179431>. Acesso em: 03 jul. 2023.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **O Realismo**. In: NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. Atlas. 2021.

NO NEXUS between Naxalites and Islamic State, government say. Times of India. New Delhi, 27 abr. 2016. Disponível em:

<https://timesofindia.indiatimes.com/india/No-nexus-between-Naxalites-and-Islamic-State-government-says/articleshow/52012080.cms>. Acesso em: 06 dez. 2023.

OHRI, R. K. **ISI lends Maoists helping hand**. The Pioneer. 11 jun. 2013. Disponível em:

<https://www.dailypioneer.com/2013/columnists/isi-lends-maoists-helping-hand.html>. Acesso em: 05 dez. 2023.

O'NEILL, Bard E. **External Support**. In: O'NEILL, Bard E. *Insurgency & Terrorism: From Revolution to Apocalypse*. Washington, D.C.: Potomac Books, 2005. [p. 177-196].

PALIWAL, Avinash; STANILAND, Paul. **Strategy, Secrecy, and External Support for Insurgent Groups**. *International Studies Quarterly*, n. 1, vol. 67. 2023. [Pre-copyedited, author-produced version].

PAPER Presented by the Communist Party of India (Maoist) on the Occasion of the International Meeting of Maoist Parties & Organisations Held From December 26, 2006. *The Worker*, Organ of the Communist Party of Nepal (Maoist), vol. 11, Jul. 2007, pp. 39-47. Disponível em: <https://www.bannedthought.net/India/CPI-Maoist-Docs/Nepal/CPIM-Paper2007W11.htm>. Acesso em: 27 nov. 2023

PANDITA, Rahul. **The War Nobody Can Ever Win**. *Open Magazine*, [S. l.], 15 abr. 2010. Disponível em: https://openthemagazine.com/features/india/the-war-nobody-can-ever-win/#google_vignette. Acesso em: 09 jul. 2023.

PAOLIELLO, Tomaz Oliveira. **Anatomia de uma Empresa Militar e de Segurança Privada: a empresa DynCorp em perspectiva global**. 2016. 258 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17443?mode=full>. Acesso em: 29 jul. 2023.

PATRANOBIS, Sutirtho. **Mao pushed Naxals for People's Revolution, encouraged surprise attacks: Scholar**. *Hindustan Times*. Beijing. 28 mai. 2017. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/mao-encouraged-india-s-naxal-leaders-to-seize-weapons-from-cops-chinese-historian/story-2UwhuDQ9MgOa8rAzxFWa3O.html>. Acesso em: 04 dez. 2023.

PATNAIK, Nageshwar. **Maoists strike at Nalco's bauxite reserve, kill 11 CISF commandoes**. *Bhubaneswar*, 13 abr. 2009. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/politics-and-nation/maoists-strike-at-nalcos-bauxite-reserve-kill-11-cisf-commandoes/articleshow/4396691.cms>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PISCHEL, Enrica Collotti. **Maoísmo**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, Vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 734-737.

POMAR, Wladmir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora Unesp. 2003.

POLITICAL RESOLUTION of CCOMPOSA 4th Conference. *People's March*, vol. 7, n. 7. 2006. Disponível em: <https://www.bannedthought.net/India/PeoplesMarch/PM1999-2006/archives/2006/Aug2k6/ccompossa%20pr.htm>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PRAKASH, Om. **Funding pattern in the naxal movement in contemporary India**. *Proceedings of the Indian History Congress*, vol. 76. 2015. p. 900-907. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44156660>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PRICE JR. H. Edward. **The Strategy and Tactics of Revolutionary Terrorism**. Comparative Studies in Society and History, Vol. 19, No. 1. Jan. 1977.p. 52-66.

RADCHENKO, Sergey. **The Sino-Soviet split**. In: LEFFLER, Melvyn. P.; WESTAD, Odd Arne (ed.). The Cambridge History of the Cold War. Volume II: Crises and Détente. United Kingdom: Cambridge University Press, 2010.

RAMANA, P. V. **Cover Story: The Notorious Linkages**. Organiser. 25 jan. 2016. Disponível em: <https://organiser.org/2016/01/25/117398/bharat/cover-story-the-notorious-linkages/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

RAMANA, P. V. **Linkages between Indian and Nepalese Maoists**. IDSA Comment. Manohar Parrikar Institute for Defence Studies and Analyses, [New Delhi], 09 nov. 2010. Disponível em: https://www.idsa.in/idsacomments/LinkagesbetweenIndianandNepaleseMaoists_pvramana_091110. Acesso em: 30 nov. 2023.

RAMANA, P. V. **Maoists' global web of linkages**. IDSA Comment. Manohar Parrikar Institute for Defence Studies and Analyses, [New Delhi], 19 mai. 2012. Disponível em: https://idsa.in/idsacomments/Maoistsglobalweboflinkages_pvramana_19052012. Acesso em: 30 nov. 2023.

RAMANA, P. V. **The Maoist Web: An Overview**. In: RAMANA, P. V (ed.). The Naxal Challenge: Causes, Linkages, and Policy Options. New Delhi: Pearson Education. 2008.

RANZAN, Mateus Campos. **“Certamente Venceremos o Governo”: a atuação do Partido Comunista da Índia (Maoísta) por meio de seus boletins de informação (2007 – 2010)**. Orientadora: Carla Brandalise. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131628/000977621.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 jul. 2023.

REDDY, G. Jayachandra, SASIKALA, G. **Insurgencies in Northeast India and the Role of China**. In: REDDY, G. Jayachandra (ed.). India and China Relations: historical, cultural and security issues. Tirupati: Ugc Centre For Southeast Asian & Pacific Studies, 2016. p. 267-282. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301294515_India_and_China_Relations_Historical_cultural_and_Security_Issues. Acesso em: 03 jul. 2023.

REIDER, Bruce J. **External Support to Insurgencies**. Small Wars Journal. 28 out. 2014. Disponível em: <https://smallwarsjournal.com/jrnl/art/external-support-to-insurgencies>. Acesso em: 22 dez. 2023.

RIBEIRO, Eirk Herejk. **A Rivalidade e a Cooperação nas Relações China-Índia: O Contexto Asiático e o Caso de Mianmar**. Orientador: José Miguel Quedi Martins. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132912/000977970.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 jul. 2023.

ROUL, Animesh. **[CT] INDIA/CT- Lashkar operatives attended Maoist meet: Chhattisgarh police chief**. [mensagem eletrônica] Mensagem recebida por: <reva.bhalla@stratfor.com>; <ct@stratfor.com>; <mesa@stratfor.com>, em: 10 nov. 2010, às 12h 41 min. In: WIKILEAKS. The Global Intelligence Files. 11 mar. 2013. Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/19/1976297_-ct-india-ct-lashkar-operatives-attended-maoist-meet.html. Acesso em: 06 dez. 2023.

ROYCHOWDHURY, Shankar. **To combat red terror, tackle its root causes**. The Asian Age. Hindu Vivek Kendra. 21 abr. 2009. Disponível em: <https://www.hvk.org/2009/0409/278.html>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SAHOO, Niranjan. **India, China and the ironies of Maoism**. Observer Research Foundation. 18 mai. 2017. Disponível em: <http://20.244.136.131/expert-speak/indian-china-ironies-of-maoism>. Acesso em: 05 dez. 2023.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **A Necessidade Política e Conveniência Estratégica de se definir “terrorismo”**. Ideias, Campinas, 10(2), 2003. p. 129-162.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Considerações sobre a teoria de guerra revolucionária de Mao Tsé-tung**. Crítica Marxista, São Paulo, v.1, n.4, 1997a, p.162-177. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/4_Saint_Pierre.pdf. Acesso em: 03 ago. 2023.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Estratégia**. In: SAINT-PIERRE, Hector L; VITELLI, Marina (org.). Dicionário de Segurança e Defesa. Editora Unesp, 2018. p. 450-457. Disponível em: [https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20%20VITELLI%20\(2018\)%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1](https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20%20VITELLI%20(2018)%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1). Acesso em: 03 jul. 2023.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Guerra e Guerra Revolucionária**. Revista de Sociologia e Política, nº 8. 1997b. p. 31-41. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39317/24136>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SALEHYAN, Idean; GLEDITSCH, Kristian Skrede; CUNNINGHAM, David E. **Explaining External Support for Insurgent Groups**. International Organization, vol. 65, n. 4. 2011. p. 709–44. Disponível em: http://repository.essex.ac.uk/3456/1/2011_%20Explaining%20External%20Support%20for%20Insurgent%20Groups.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

SAN-AKCA, Belgin. **States in Disguise: Causes of State Support for Rebel Groups**. Oxford: Oxford University Press. 2016.

SCANLON, Eric. **Fifty-One Years of Naxalite-Maoist Insurgency in India: Examining**

the Factors that Have Influenced the Longevity of the Conflict. Asian Journal of Peacebuilding, n. 2, vol. 6. 2018. p. 335-351. Disponível em: https://ipus.snu.ac.kr/eng/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/08_Eric-Scanlon_DOI.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

SCHMITT, Carl. **Teoria do Partisan.** In: SCHMITT, Carl. O Conceito do Político / Teoria do Partisan. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. Cap. 2, p. 143-243. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/08/o-conceito-do-polc3adtico.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.

SEKHON, Jagrup Singh; SINGH, Nirmal. **Rise, Dynamics, and Decline of Violence in Punjab: A Critical Reassessment of Existing Explanations.** Journal of Punjab Studies, vol. 22, n. 1. 2015. p. 43-64. Disponível em: <https://punjab.global.ucsb.edu/research/journal/volume-22>. Acesso em: 03 jul. 2023.

SENGUPTA, Tamal; SINGH, Bikash. **Red corridor could stretch to north-east.** The Economic Times. Kolkata/Guwahati, 07 dez. 2010. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/politics-and-nation/red-corridor-could-stretch-to-north-east/articleshow/7056702.cms>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SETHI, Aman. **35 killed as Maoists blow up bus in Chhattisgarh.** The Hindu. 18 mai. 2010. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/35-killed-as-Maoists-blow-up-bus-in-Chhattisgarh/article16301608.ece>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SHARMA, Deepak. **Maoists building weapons factories in India with help from China.** India Today, 26 April 2012. Disponível em: <http://indiatoday.intoday.in/story/chinese-intelligence-training-and-funding-maoists-in-india/1/186191.html>. Acesso em: 03 jul. 2023.

SHARMA, Surinder K.; BEHERA, Anshuman. **Militant Groups in South Asia.** New Delhi: Institute for Defence Studies and Analyses, 2014. Disponível em: https://idsa.in/system/files/book/book_militantgroups.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

SIDDIQUI, Pervez Iqbal. **Lethal combo, Maoist-Naxal nexus.** Times of India. Lucknow, 20 nov. 2004. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/city/lucknow/lethal-combo-maoist-naxal-nexus/articleshow/928882.cms>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SINGH, Ajit K. **Blood on the Tracks.** Outlook India. 2022. Disponível em: <https://www.outlookindia.com/website/story/blood-on-the-tracks/265647>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SINGH, Manmohan. **PM's address at the Chief Ministers' Conference on Implementation of the Forest Rights Act 2006.** New Delhi, 4 Nov. 2009. In: GOVERNMENT OF INDIA. Former Prime Minister of India Dr. Manmohan Singh. Speeches. Disponível em: <https://archivepmo.nic.in/drmanmohansingh/speech-details.php?nodeid=813>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SINGH, Manmohan. **PM's speech at the Chief Minister's meet on Naxalism.** New Delhi,

13 Apr. 2006. *In*: GOVERNMENT OF INDIA. Former Prime Minister of India Dr. Manmohan Singh. Speeches. Disponível em: <https://archivepmo.nic.in/drmanmohansingh/speech-details.php?nodeid=302>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SINGH, R.S.N. **Maoists: China's Proxy Soldiers**. Indian Defence Review, n. 3, vol. 25. 06 out. 2010. Disponível em: <http://www.indiandefencereview.com/news/maoists-chinas-proxy-soldiers/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SINGH, Sumit Kumar. **Suspected ISIS men contacted Maoist to procure weapons**. The New Indian Express. New Delhi, 19 jul. 2016. Disponível em: <https://www.newindianexpress.com/nation/2016/jul/19/Suspected-ISIS-men-contacted-Maoist-to-procure-weapons-882784.html>. Acesso em: 06 dez. 2023.

SINGH, Vijaita. **PLA, Naxals signed MoU in 2008 for fighting govt: Cops**. The Indian Express. New Delhi, 02 abr. 2012. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/news-archive/web/pla-naxals-signed-mou-in-2008-for-fighting-govt-cops/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

SINGHARROY, Debal K. **Radical Peasant Movements: An Interface with History**. *In*: SINGHARROY, Debal K. Peasant Movements in Post-colonial India: Dynamics of Mobilization and Identity. New Delhi: Sage Publications India Pvt Ltd. 2004.

SIVA G. **Maoists linking up with Tamil Tigers?**. Times of India, Visakhapatnam, 26 out. 2009. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/maoists-linking-up-with-tamil-tigers/articleshow/5161476.cms>. Acesso em: 03 jul. 2023.

SPECIAL NIA court awards 8-year jail term to five in PLA-CPI (Maoist) nexus case. The Hindu. New Delhi, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/other-states/special-nia-court-awards-8-year-jail-term-to-five-in-pla-cpi-maoist-nexus-case/article66784244.ece>. Acesso em: 04 dez. 2023.

SPRING Thunder Over India. People's Daily. 1967. *In*: Marxists Internet Archive. 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/china/documents/peoples-daily/1967/07/05.htm>. Acesso em: 09 nov. 2023.

STRATFOR. **India: A Possible ISI-Naxalite link?** [mensagem eletrônica] Mensagem recebida por: <allstratfor@stratfor.com>, em: 13 ago. 2010, às 21h 27 min. *In*: WIKILEAKS. The Global Intelligence Files. 11 mar. 2013. Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/13/1325338_india-a-possible-isi-naxalite-link-.html#. Acesso em: 10 dez. 2023.

TWO KILLED, 47 injured as train derails after Maoists blast tracks. The Hindu, Kolkata, 20 nov. 2009. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/2-killed-47-injured-as-train-derails-after-Maoists-blast-tracks/article16893185.ece>. Acesso em: 03 jul. 2023.

THE GREAT DEBATE: Documents of the Sino-Soviet Split. Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/sino-soviet-split/>. [s.d.] Acesso em: 06 abr. 2024.

‘UNIFICATION is the only way to advance the cause of the Indian revolution’. The Rediff Interview, [S.l.]. [1998?]. Disponível em: <https://www.rediff.com/news/1998/oct/07gana.htm>. Acesso em: 06 jul. 2023.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Data Center.** [S.l.], 2020. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/data>. Acesso em: 03 jul. 2023.

US GOVERNMENT. **Guide to the Analysis of Insurgency.** 2012. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?view&did=713599>. Acesso em: 30 jan. 2024.

VERGHESE, Ajay; TEITELBAUM, Emmanuel. **Conquest and Conflict: The Colonial Roots of Maoist Violence in India.** *Politics & Society*, vol. 47, n. 1. 2019. p. 55–86. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0032329218823120>. Acesso em: 29 jul. 2023.

VIANA, Nildo. **Reflexões sobre o maoísmo.** Goiânia. *Enfrentamento*, n. 16, vol. 9. 2014. p. 32-57. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/renf/article/view/415/391>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história.** São Paulo: Editora Contexto. 2009.

WALZER, Michael. **Just and Unjust Wars.** Nova York: Basic Books. 1977.

WEBER, Max. **A Política Como Vocação.** In: WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações.* São Paulo: Ed. Martin Claret. 2015. p. 61-140.

WEST, Ben. **Re: [MESA] INDIA/CT- Lashkar operatives attended Maoist meet: Chhattisgarh police chief.** [mensagem eletrônica] Mensagem recebida por: <reva.bhalla@stratfor.com>; <ct@stratfor.com>; <mesa@stratfor.com>, em: 10 nov. 2010a, às 15h 19 min. In: WIKILEAKS. *The Global Intelligence Files.* 11 mar. 2013. Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/18/1881621_re-mesa-india-ct-lashkar-operatives-attended-maoist-meet.html. Acesso em: 06 dez. 2023.

WEST, Ben. **Re: [CT] [MESA] DISCUSSION: Naxalites and ties to foreign groups-ISI/NAXAL/KASHMIR/MUSLIM.** [mensagem eletrônica] Mensagem recebida por: <ct@stratfor.com>; <mesa@stratfor.com>; <animesh.roul@stratfor.com>, em: 16 nov. 2010b, às 20h 17 min. In: WIKILEAKS. *The Global Intelligence Files.* 11 mar. 2013. Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/19/1956740_re-ct-mesa-discussion-naxalites-and-ties-to-foreign-groups.html. Acesso em: 10 dez. 2023.

WEST, Ben. **Pakistan and the Naxalite movement in India.** *Defence Viewpoints.* 20 nov. 2010c. Disponível em: <https://www.defenceviewpoints.co.uk/articles-and-analysis/pakistan-and-the-naxalite-movement-in-india>. Acesso em: 11 dez. 2023.

WILKINSON, Paul. **Terror and Terrorism: Concepts, Characteristics and Typology**. *In*: WILKINSON, Paul. *Terrorism and the Liberal State*. 1977, pp. 47-63.

YEARLY FATALITIES. Datasheet – Maoist Insurgency. South Asia Terrorism Portal, [2023]. Disponível em: <https://www.satp.org/datasheet-terrorist-attack/fatalities/india-maoistinsurgency>. Acesso em: 03 jul. 2023.

WORLD BANK. **Country Profile**. Poverty Line. [2024]. Disponível em: <https://pip.worldbank.org/country-profiles/IND>. Acesso em: 31 jan. 2024.

WORLD BANK. **Fact Sheet: An Adjustment to Global Poverty Lines**. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2022/05/02/fact-sheet-an-adjustment-to-global-poverty-lines#12>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ANEXO 1 – MAPA POLÍTICO DA ÍNDIA



Fonte:

Maps of India. India Political Map. 2022. Disponível em:
<https://www.mapsofindia.com/maps/india/india-political-map.gif>. Acesso em: 02 ago. 2023.

**ANEXO 2 – ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO *JANATHANA SARKAR* EM
DANDAKARANYA**



Fonte:

CPI (MAOIST). Maoist Information Bulletin - 11. 07 out. 2009. p. 6. Disponível em: <http://bannedthought.net/India/CPIMIB/MIB-11.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.